

**Harley Silva**

**Socialização da natureza e alternativas de  
desenvolvimento na Amazônia Brasileira**

**Belo Horizonte, MG**

**UFMG/Cedeplar**

**2017**

**Harley Silva**

**Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na  
Amazônia Brasileira.**

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Economia.

**Orientador:** Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór

**Belo Horizonte, MG  
UFMG/Cedeplar  
2017**

Ficha catalográfica

S586s  
2017

Silva, Harley.  
Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na  
Amazônia brasileira [manuscrito] / Harley Silva. – 2017.  
266 f. : il., gráfs. e tabs.

Orientador: Roberto Luís de Melo Monte-Mor.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro  
de Desenvolvimento e Planejamento Regional.  
Inclui bibliografia (f. 247-266).

1. Amazônia – Condições econômicas – Teses. 2. Urbanização –  
Amazônia – Teses. 3. Açaí – Teses. I. Monte-Mór, Roberto Luís de  
Melo. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de  
Desenvolvimento e Planejamento Regional. III. Título.

CDD: 338.9811

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG. – NMM/065/2017

*À memória de meu pai, José Xisto da Silva (1936-2016).*  
*À generosidade e a alegria de minha mãe, Maria Felipe da Silva.*  
*À memória de Rodrigo Ferreira Simões (1966-2016).*

*“O que é a terra? O suporte material das sociedades. A terra seria imutável? Não. Sua face muda, da pura natureza original à natureza devastada. Esse suporte das sociedades humanas, da origem ao fim dos homens, não é imutável, nem passivo. A terra é primeiramente “o grande laboratório” (Marx, Grundrisse) que fornece o instrumento e a matéria de trabalho, como a sua sede, o seu lugar. Depois os homens associados, constituindo uma sociedade, dominam a natureza para substituí-la por outra realidade (a sua), que vai até a facticidade. A terra não continua a ser o laboratório inicial. O que a substitui? A cidade. A relação mutante – e mutante significa conflitual – cidade e campo é o suporte permanente das mudanças na sociedade. O que é então a cidade? Como a terra, na qual ela se apoia, a cidade é um espaço, um intermediário, uma mediação, um meio, o mais vasto dos meios, o mais importante. A transformação da natureza e da terra implica um outro lugar, um outro ambiente: a cidade... na cidade e pela cidade a natureza cede lugar à uma segunda natureza. (Lefebvre 1999, p. 86).*

*“In a different way than in the past, man will have to return to the idea that his existence is a free gift of the sun”. (Georgescu-Roegen, 1971, p.21.)*

## Agradecimentos

Há nove anos, ao escrever os agradecimentos de minha dissertação de mestrado eu tinha a sensação de que era um enorme alívio e uma alegria poder me despedir daquela fase. A primeira sensação é hoje muito maior. O esforço envolvido em redigir a tese foi maior. Muito maior. Custos pessoais mais elevados, mudanças de ciclo mais drásticas. Por isso mesmo, a *certeza* de que se trata de uma alegria me despedir da fase não é tão grande. Como indivíduos e como sociedade, nós brasileiros experimentamos hoje um momento de angústias e por isso também um chamado mais grave, mais profundo, de responsabilidade sobre o que virá nos próximos anos. É com essa sensação que me despeço destes anos difíceis, mas incríveis de doutorado.

Mesmo assim não há lamentações, muito pelo contrário. Há tanto a agradecer que não há tempo e nem linhas disponíveis para sentimento que não seja de gratidão e grandes esperanças.

Agradeço ao CNPq e CAPES pela concessão de bolsas de estudo que me permitiram a realização desse trabalho e de todo o doutorado. Além da concessão de bolsa regular para o período 2013-2017, entre Novembro de 2014 e Julho de 2015 fui beneficiado com o financiamento de um período de estudos na *Florida University*, nos EUA. Não consigo deixar de registrar nessas páginas a consciência da honra de receber esse incentivo, e ao mesmo tempo saber o privilégio que isso significa numa sociedade em que no momento em que escrevo essas palavras pessoas se ressentem das condições mais básicas de sobrevivência e dignidade. Sou profundamente agradecido ao povo brasileiro por isso, particularmente aos mais menos favorecidos entre nós, cuja oportunidade de conhecer e viver um processo como esse é muito muito pequeno. Muito obrigado.

Agradeço ao *Tropical Conservation and Development* da *University of Florida* pela acolhida no meu período de estudos nessa instituição. Aos professores Marianne Schmink, Simone Athayde Ferreira e Stephen Perz, agradeço por sua generosidade em me ajudar a viabilizar minha estada na UF e seu apoio durante todo o período lá. Agradeço também a Cinthia Simmons e Patrícia Sampaio por sua atenção e ajuda.

Agradeço aos coordenadores, colegas e estudantes do Curso de Arquitetura do Centro Universitário Una. A acolhida, apoio e diálogo com todos foi parte muito importante da

elaboração deste trabalho. Agradeço especialmente à Tânia Ferreira, Daniel Medeiros, e Eduardo França.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais, à FACE e muito especialmente ao Cedeplar-UFMG. Essa instituição tem sido minha casa por 12 anos. Nos corredores aconchegantes da antiga sede ou nos belos jardins e salas da sede no Campus Pampulha, eu atravessei os meus trinta anos. Vivi sonhos, participei de momentos marcantes, sorri e chorei copiosamente.

Agradeço aos funcionários e técnicos dessa casa, que entre outras coisas tem me propiciado o prazer de estar desde 2002 entre os felizes convidados ao Seminário de Economia Mineira, onde tenho renovado a cada dois anos minha alegria de fazer parte da história do Cedeplar. Muito obrigado.

Agradeço aos professores dessa casa. Essas pessoas têm me tratado com um respeito que eu não conheci em outro lugar. Acolhida, incentivo, confiança que infelizmente um jovem negro de periferia não costuma ter numa instituição de grande relevância no Brasil. Mas, no Cedeplar eu encontrei isso. Muito obrigado. A todos os professores meu agradecimento. André Golgher, Sueli Moro, Gilberto Libânio, e Monica Viegas, muito obrigado. Ana Maria Hermeto, por sua generosidade sem tamanho, muito obrigado. Alexandre M. Cunha, João Antônio de Paula, Hugo Cerqueira, Eduardo Albuquerque, Edson Domingues. Muito obrigado. Ana Flávia Machado professora querida, Gustavo Britto meu amigo, muito obrigado. Anderson Cavalcanti, Pedro Amaral, Sibelle Diniz, companheiros de longa caminhada, muito obrigado. Leandro Alves pelas horas de conversa sem rumo, mas fundamentais, muito obrigado.

Agradeço a Luciene A Silva. É muito difícil dizer qualquer coisa agora. Mas nada disso existiria sem sua participação. Meu sincero e profundo, muito obrigado.

Agradeço a meus amigos economistas, que direta ou indiretamente tem estado comigo, há 16 anos. Roberta, Anderson e Hileana, Júlio, Carlos e Cristina, Ailton, Pedro e Luciana, Rachel, Vicente, Felipe Nascif, Mario, Lucas. Muito obrigado.

As meninas e meninos do São Gabriel, juntos nessa estrada, desde que ainda éramos de fato meninos. Muito obrigado. Ao Max e à Renata Pires Gonçalves, que me fizeram enxergar a Universidade e pisar dentro dela, pela primeira vez... muito obrigado.

Aos companheiros do projeto UrbisAmazônia, agradeço a todos, especialmente Miguel Monteiro, Isabel Escada, Ana Cláudia Cardoso e Ana Paula Bastos, Felipe Sudré, Sibelle Diniz. Muito, muito obrigado.

Aos amigos de Belém, que me acolheram apoiaram no período de trabalhos em campo. Danilo e Dani, Ana Cláudia, Taynara e Michel, Carol, Luz, Clayton, José, Rodrigo, muito obrigado. Ao professor Francisco de Assis Costa e sua família, muito obrigado.

Agradeço a todos os meus colegas cedeplarianos, e aos que comigo entraram nessa caminhada em 2013. Renan Almeida, Igor Tupy, André Teixeira. Philipe Scherrer Mendes, muito obrigado. Ao trio de companheiros, Lucio Barbosa, Gustavo Campolina Diniz e Douglas Alencar, expresso toda minha gratidão a vocês. Eu não passaria do primeiro semestre sem seu o apoio e amizade, além de muita paçoca e café. Renata Vieira, minha querida, muito obrigado.

Mariângela Antigo, minha querida, eu não ia sair dessa sem seu apoio, ajuda e incentivo em momentos cruciais. Serei grato a você sempre. Muito obrigado. Lucas Resende de Carvalho, especialista em tudo! Muito obrigado, meu amigo. Ao Pedro Magalhães, agradeço muito o esforço na organização do material de campo.

Agradeço profundamente aos companheiros brasileiros de Gainesville-Fl por sua amizade e apoio nesse período incrível e difícil. Ana Carolina Fiorinni, Alisson Nascimento. Damião e Oslenne, Vanessa e Joab. Leticia, Ellen, Myrian, Dernival, Flora... Ah meus queridos, o que eu teria feito sem vocês... Amo vocês; muito obrigado.

Agradeço a toda minha família, particularmente a minhas irmãs e irmãos. Minha mãe querida, D. Maria Felipe... mãe não há palavras pra dizer minha gratidão. Irmãos queridos, irmãs, seu acolhimento e seu abraço tem sido tudo nessa vida. Sobrinhos, andem por bons caminhos. Muito obrigado.

Pai... Esse trabalho é dedicado a sua memória, seu valor, sua alegria e fibra. Muito obrigado.

Rodrigo Ferreira Simões, amigo querido, você foi cedo demais. Aceite a homenagem desse trabalho.

A comunidade lefebvriana de Belo Horizonte, meu agradecimento por tantos anos de caminhada e aprendizado conjunto. João Tonucci, Rodrigo Castriota, Felipe Magalhães,



Rita Velloso, Guilherme Marinho, Mari Moura, Júnia Ferrari, Evandro Alves, Fabiana Araújo, Helena Carvalho.

Roberto Luís Monte-Mór, muito obrigado. Todas as oportunidades que se abriram em minha vida nos últimos 12 anos se devem direta ou indiretamente a você. É um longo caminho. Tenho aprendido com você mais do que posso explicar aqui. Vai muito além de orientação... Te agradeço profundamente. Um grande abraço. Muito obrigado.

Felipe Magalhães, Júnia, um futuro bonito pra vocês três. Que a vida ilumine vocês. Rodrigo, Felipe, a vocês que me acolheram num momento tão difícil, agradeço de forma muito especial. Que a vida traga toda recompensa que merecem.

Flora, nem sei o que dizer... Mãos dadas... Pelo sorriso, incentivo, presença... Muito obrigado.

Gostaria de terminar agradecendo às dezenas de pessoas, homens e mulheres trabalhadores na Feira do Açaí, barqueiros, batedores de açaí, trabalhadores do Mercado Ver-o-Peso, das feiras de Belém, vendedores de rua, trabalhadores ambulantes, artesãos e outras pessoas que em Belém não se negaram a falar comigo, ceder seu tempo, suas palavras, seu conhecimento, um pedacinho da sua vida, para que eu fizesse esse trabalho. Jamais terei como retribuir-lhes isso, mas sou profundamente grato. A vocês e a muitos outros, de perto e de longe, que me deram incentivos, sorrisos, palavras amigas, meu sincero: muito obrigado.

Harley Silva.

## **Sumário**

**AGRADECIMENTOS6**

**SUMÁRIO10**

**LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS.12**

**RESUMO13**

**ABSTRACT14**

**1. INTRODUÇÃO15**

**2. DESENVOLVIMENTO, COLONIALISMO, NATUREZA E REPRODUÇÃO.23**

**2.1. Contexto e narrativas de origem23**

2.1.1. A ideia de desenvolvimento antes do período industrial24

2.1.2. Desenvolvimento, colonialismo, colonialidade33

2.1.3. Duas tradições na interpretação do desenvolvimento34

2.1.4. Instituições coloniais e desenvolvimento.40

2.1.5. A teoria do desenvolvimento como conhecimento positivo e as críticas do estruturalismo latino-americano46

**2.2. Superando o enfoque do protagonismo industrial58**

2.2.1. Sobre a reprodução61

2.2.2. Reprodução, cotidiano e desenvolvimento.64

**3. CIDADES, URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO89**

**3.1. Cidades e vida econômica: uma recuperação histórica.89**

3.1.1. Cidades, trabalho novo e organização do território em Jacobs91

3.1.2. Da cidade como centro da vida econômica à sua explosão-implosão105

**3.2. Industrialização, urbanização e desenvolvimento114**

3.2.1. Produção social do espaço e economia do desenvolvimento.	119
3.2.2. “Arqueologia do mercado” e formas de integração econômica	120
3.2.3. As trocas de mercado e colonização da economia substantiva	124
3.2.4.. Relações de mercado, colonização do espaço social e sobrevivência do capitalismo.	130
<b>3.3. A revolução urbana: em direção à superação do urbano industrial</b>	<b>142</b>
<b>3.4. Para a uma perspectiva urbana do desenvolvimento.</b>	<b>148</b>
<b>4. SOCIALIZAÇÃO DA NATUREZA E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO: DA CONCEPTUALIZAÇÃO AO CASO EMPÍRICO – A ECONOMIA DO AÇAÍ EM BELÉM-PA.</b>	<b>157</b>
<b>4.1. Amazônia: subdesenvolvimento com abundância de alternativas</b>	<b>158</b>
4.1.1. Amazônia pré-colombiana: um capítulo da história do desenvolvimento	162
4.1.2. Cidades indígenas pré-colombianas	167
4.1.3. Experiência urbana e criação econômica nas sociedades ameríndias	173
4.1.4. Sociedades caboclas e a formação de uma economia mercantil e capitalista na Amazônia	176
<b>4.2. A economia do açaí em Belém</b>	<b>184</b>
4.2.1. A Feira do Açaí	203
4.2.2. Marreteiros e carregadores.	208
4.2.3. Batedores e exportadores	211
4.2.4. A produção do açaí: populações tradicionais, cotidiano e respostas tecnológicas originais.	219
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>231</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>BIBLIOGRÁFICAS</b>
	<b>247</b>

## Lista de Figuras, Gráficos e Tabelas

Figura 1 – Pontos de Venda de Polpa de Açaí – Bairros Cidade Velha, Jurunas, Condor e Guamá, Belém.215

Figura 2 – Ponto de Venda de Polpa de Açaí: “Bife Roxo” – Bairro da Cremação – Belém.216

Figura 3 - Ponto de Venda de Polpa de Açaí – Bairro da Guamá – Belém.217

Figura 4 – Pontos de Venda de polpa do Açaí no município de Belém – CNEFE – Censo Demográfico 2010218

Y

Gráfico 1 - Açaí: distribuição (%) da produção brasileira\* segundo modalidade produção, 1995 e 2006186

Gráfico 2 – Região Norte e Pará – Açaí – quantidade produzida (ton.)188

Gráfico 3 – Estado do Pará - Açaí: Quantidade produzida (ton.) e valor da produção (R\$)190

Gráfico 4 – Belém – Açaí *in natura* - Distribuição percentual na quantidade total comercializada segundo porto de entrada. 1997-2015204

Gráfico 5 – Belém-PA: população total e taxa média de crescimento anual (%) – 1872-2010214

Tabela 1 – Açaí: Produção (ton.) no Brasil e UFs selecionadas, segundo modalidade produção, 1995 e 2006185

Tabela 2 – Estado do Pará, Municípios do Estuário do Amazonas e Belém. Distribuição da população ocupada segundo setor de atividade – Censo Demográfico 2010192

Tabela 3- Belém-PA: Características individuais e do posto de trabalho dos setores associados a produção, manejo e consumo do açaí, 2010.195

Tabela 4 - Demonstrativo do número de feiras e de permissionários em Belém - 2010200

## Resumo

Essa tese é um ensaio sobre alternativas de desenvolvimento na Amazônia, cujo ponto de partida é que estas podem ser criadas através do adensamento de relações entre base urbana e recursos da biodiversidade regional. Argumentamos que os impasses do desenvolvimento na Amazônia, para os quais é preciso discutir alternativas, derivam de uma indevida oposição binária entre presença humana e natureza e pela identificação entre desenvolvimento e industrialização.

Discutimos em primeiro lugar o quanto essa identificação se estrutura sobre a visão de desenvolvimento derivada da experiência europeia que tanto se enraíza quanto mascara a centralidade do processo colonial para a constituição da *indústria* como cerne do desenvolvimento e como *mediação* privilegiada entre sociedade e natureza. Chegamos por esse caminho à discussão das consequências desta visão para a corrosão da natureza como força produtiva e sua redução à simples repositório de matérias primas. As implicações dessa redução são então analisadas em relação 1) ao aprisionamento das economias periféricas em processos de subdesenvolvimento e dependência de dinamismo econômico induzido externamente; 2) à invisibilidade e degradação das esferas da reprodução e do cotidiano como *momentos* fundamentais de um desenvolvimento que não se limite à ampliação da produção industrial.

Em seguida, como estratégia para discutir alternativas ao desenvolvimento mediado unicamente pela indústria, procuramos reconstituir o lugar da cidade e urbano na vida social e econômica, compreendendo qual foi historicamente e qual pode ser o papel e o significado das formas de mediação urbana entre natureza e sociedade. Com base nas obras de Henri Lefebvre, Jane Jacobs e Karl Polanyi procuramos nos acercar de uma visão de desenvolvimento como enriquecimento mútuo das relações entre sociedade e natureza. Propomos que a esse processo pode ser compreendido como um processo intencional de criação econômica e social, que resulta na ampliação e enriquecimento da vida material e social, cujo cerne seria a interligação entre ciclos de reprodução natural e social enraizados no cotidiano urbano, que chamaremos de *socialização da natureza*.

Por fim, discutimos de que maneira essa visão de desenvolvimento pode ser vislumbrada de duas maneiras. Em primeiro lugar através de elementos fornecidos pela reavaliação da história de longa duração presença humana na Amazônia e em segundo lugar pela análise da constituição da economia do açaí em Belém do Pará.

**Palavras chave:** Amazônia, alternativas de desenvolvimento, cidades e urbanização, socialização da natureza, açaí.

## Abstract

This thesis is an essay on development alternatives in the Amazon. The starting point is that these alternatives can be created by increasing the relationship between urban base and regional biodiversity resources. We argue that the impasses of development in the Amazon, for which it is necessary to discuss alternatives, derive from an undue binary opposition between human presence and nature and the identification between development and industrialization.

We first discuss how this identification is structured on the vision of development derived from the European experience that both rooted and masks the centrality of the colonial process for the constitution of industry as the core of development and as privileged mediation between society and nature. We have come down this path to discuss the consequences of this vision for the corrosion of nature as a productive force and its reduction to the simple repository of raw materials. The implications of this reduction are then analyzed in relation to 1) the imprisonment of peripheral economies in processes of underdevelopment and dependence on externally induced economic dynamism; 2) the invisibility and degradation of the spheres of reproduction and everyday life as fundamental moments of an development pattern that is not limited to the expansion of industrial production.

Then, as a strategy to discuss alternatives to development mediated solely by industry, we seek to reconstruct the place of the city and urban in social and economic life, understanding what has historically been and what may be the role and significance of forms of urban mediation between nature and society. Based on the works of Henri Lefebvre, Jane Jacobs and Karl Polanyi, we seek to approach a developmental vision as a mutual enrichment of the relations between society and nature. We propose that this process can be understood as an intentional process of economic and social creation, which results in the amplification and enrichment of material and social life, the core of which would be the interconnection between cycles of natural and social reproduction rooted in urban everyday life, which we will call *socialization of nature*.

Finally, as an empirical illustration of our discussion, we analyze two situations in the Amazonian reality in which this vision of development can be glimpsed. Firstly through elements provided by the reappraisal of the long history of human presence in the Amazon and secondly by the analysis of the constitution of the açai economy in Belém do Pará.

**Key words:** Amazonia, development alternatives, cities and urbanization, socialization of nature, açai.

## 1. Introdução

### *Objetos e objetivos*

Este trabalho é um ensaio sobre alternativas de desenvolvimento na Amazônia. O ponto de partida é a hipótese de que tais alternativas podem ser criadas através do adensamento de relações entre base urbana e recursos da biodiversidade regional. O caso empírico para o qual o trabalho se volta, após a articulação de argumentos teóricos, é a economia do consumo urbano da polpa do açaí (*Euterpe Oleracea*), no município de Belém, capital do estado do Pará. Argumenta-se que esse setor fornece exemplo de um processo virtuoso: a formação da economia do açaí como economia urbana baseada em recursos da biodiversidade amazônica, articulados ao mercado com base em relações sociais regionais e técnicas de produção e processamento formadas endogenamente. A formação deste setor permitiu, uma vez consolidada a importância do açaí do mercado regional, que houvesse a articulação do produto à exportação, sem o processo típico de mobilização externa e inserção frágil de produtos regionais amazônicos em mercados externos, tão conhecida na história econômica da Amazônia. Conclui-se que uma mudança de perspectiva quanto à importância da relação sociedade e natureza mediada pela vida urbana, é útil como opção ao enfoque industrial hegemônico e como maneira de compreender alternativas de desenvolvimento na Amazônia.

Conclui-se também que a economia do açaí fornece elementos para a discussão de alternativas de desenvolvimento na Amazônia, através de um processo que chamaremos de *socialização da natureza*.

A utilidade dessa conceituação parece ser a oportunidade de iluminar possibilidades de ampliação e enriquecimento do universo econômico, sem a mediação necessária da industrialização capitalista, cuja lógica e organização possui características limitadas para se ligar a, e funcionar em, contextos onde a característica chave é a diversidade natural e social, como é o caso da Amazônia. Ali, especialmente, a experiência social do desenvolvimento pode ser compreendida como *socialização da natureza*: extensão, aprofundamento e renovação dos significados sociais do mundo natural. Significados conceituais e significados concretos: usos, inserções no cotidiano, respostas a necessidades, produtos e obras.

Mas o que essa perspectiva esclarece? Sobre que realidades ela lança luz? Esclarece que, há no fenômeno desenvolvimento uma dimensão central que é a relação com os recursos naturais. A indústria, prática econômica central das economias hegemônicas desde o séc. XIX, é em última análise um aparato de mediação e transformação de recursos naturais. A potência dessa mediação modificou a relação entre as sociedades onde ela surgiu e o restante do planeta. Modificou a relação entre a humanidade e o planeta, e fez com que a indústria aparecesse como a soma das forças produtivas. A força de criação da natureza, ou da integração entre os ciclos da natureza e ciclos sociais, a produção e reprodução desses ciclos, foi a grande força produtiva a qual as sociedades pré-industriais conheceram. A natureza continua a existir como fundamento da prática industrial, mas foi apequenada ante a mediação industrial. Essa perda de protagonismo da relação criadora sociedade/natureza é inerente à transformação da cidade, que havia sido a mediação privilegiada entre sociedade e natureza, até o advento da industrialização.

Nesses termos, é possível compreender o desenvolvimento com base em um enfoque de “socialização da natureza”, por oposição ao enfoque do “protagonismo industrial”. Isso significa esclarecer as possibilidades de criação econômica – meios materiais de existência, práticas, técnicas, instituições – inerentes à produção e reprodução da própria natureza, tendo como mediação privilegiada a base urbana. Se essa argumentação possuir verdade, o conceito de desenvolvimento pode ser discutido, talvez ampliado, através da recuperação desta dimensão: a ampliação e o enriquecimento da vida material, econômica e social por meio da socialização da natureza. Esta se revelaria concretamente na criação econômica pela introdução recorrente e intencional de elementos oriundos da natureza que ganham novos sentidos na vida urbana.

O termo ensaio é usado para referir o trabalho em dois sentidos. Primeiro: o trabalho é uma *tentativa* de discutir este tópico, cuja relevância se tentou esclarecer e trazer à luz. Segundo, o trabalho foi realizado com a consciência de que a demonstração ou teste das hipóteses teóricas não poderiam ser inteiramente realizados. Ao invés disso, o caso do açai é tomado como um exemplo singular, com o qual se pode lançar luz sobre uma realidade, reconhecidos os limites da exemplificação que não se confunde com a demonstração. Esta opção metodológica derivou da necessidade de construção de uma base teórica para o problema das alternativas de desenvolvimento de base urbana na Amazônia e, por certo, dos limites pessoais do autor para a realização do trabalho.



### *O argumento*

O trabalho parte da percepção de que impasses importantes do debate e dos processos de desenvolvimento na Amazônia, para os quais é preciso discutir alternativas, derivam da indevida oposição binária entre presença humana e natureza; da identificação entre desenvolvimento e industrialização; e da inadequação entre o desenvolvimento como industrialização e as alternativas existentes quando a grande riqueza de que se dispõe regionalmente é a diversidade – natural e social.

O caminho entrevisto é a recuperação de vínculos entre trabalho humano e ciclos da natureza, ligações cotidianas de ciclos sociais e naturais, onde surge uma peculiar *força produtiva* cujo funcionamento foi básico em sistemas econômicos anteriores à industrialização capitalista. Relações dessa modalidade, através das quais recursos da natureza são inseridos na vida social por mecanismos do cotidiano e da reprodução, mais do que da produção industrial, continuam em funcionamento. Isso particularmente em regiões como a Amazônia, onde grande parte da diversidade do mundo humano e não humano escapa ou interessa pouco à dinâmica capitalista e à indústria (Adams et al 2006), mas serve de base a práticas cotidianas sobre as quais funciona uma economia mais substantiva que formal (Polanyi 2012).

Na Amazônia, essas relações às vezes continuam a existir cotidianamente, mas aparentemente sob uma dupla camada de invisibilidade. Em primeiro lugar há elementos que parecem provir de uma colonialidade inserida nas relações sociais. As populações que baseiam sua sobrevivência nestas atividades – ditos extrativistas, populações tradicionais ou povos autóctones, etc., e correspondentes que vivem em centros urbanos: artesãos, feirantes, raizeiros, ambulantes, etc. – experimentam algo como uma ilegitimidade histórica: sua sobrevivência seria derivada de uma abundância que parece tida como socialmente indesejável, dado que torna sem incentivo ao engenho e ao esforço a vida econômica regional (Adams et al 2006). Em segundo lugar, há o “brilho ofuscante” do aparato industrial capitalista (Lefebvre 2008b). Talvez como decorrência da primeira condição, essas atividades aparecem como algo do qual não se deve esperar algo mais do que sua inserção básica na vida econômica, a não ser que se ajustem à produção industrial típica, e já existente. Não parece haver possibilidade de diversificação e sofisticação em praticamente qualquer segmento do ciclo econômico de

produtos procedentes dessa origem – recursos naturais inseridos na vida econômica por grupos sociais subalternos. Essas possibilidades só parecem abertas quando criadas por *mobilização externa*, isso é, quando são concebidas e produzidas por agentes de fora do grupo, e frequentemente de fora da região. Talvez isso venha do fato de serem vistos como apenas “extraindo” sua sobrevivência de um fluxo eterno e indiferenciável de existência natural generosa, que independe do humano ou talvez lhe seja avessa, pouco se diz ou se percebe das evidências em contrário. Não se percebe claramente se há ou não produção, manejo, conhecimento e criação econômica na “extração”, no extrativismo. A lógica industrial capitalista tem uma primazia tal que torna difícil a percepção do que é criado ou seria possível criar a “partir de baixo”. Criado no adensamento lento de respostas a desajustes triviais e cotidianos, surgidos pela inadequação das camadas técnicas existentes (conhecimentos, práticas, formas de registro e melhoria, ambientes de trabalho, equipamentos, instituições, regulações, espaços, etc.) e a inclusão de novos produtos, chegada de novos grupos ou modificação de posição de antigos, entre outras possibilidades. Até mesmo o abundante improvisado e os ensaios de resposta existentes parecem mergulhados em uma “geléia” de invisibilidade e ilegitimidade que lhe impede a sofisticação e adensamento.

A mudança de perspectiva diante desse quadro parece inseparável da recuperação da *mediação urbana* entre sociedade e natureza, como alternativa à *mediação industrial*. A cidade foi a mediação privilegiada entre natureza e sociedade até a emergência da industrialização capitalista, que veio inclusive a transformar radicalmente a própria cidade e a relação desta com a natureza (Lefebvre 1999, 2008b). Parece necessário então compreender de que maneira essa mediação existiu, como foi transformada pela industrialização capitalista e como existe atualmente em formas e estruturas diferentes do passado.

Nesses termos, a menção às *alternativas* de desenvolvimento significa discutir alternativas de i) pontos de partida, ii) caminhos (mediações) e iii) resultados. Como ponto de partida, a realidade amazônica (re)põe a diversidade social e ambiental. Como mediação, investiga-se a realidade urbana, em particular naquilo que se refere à reprodução e ao cotidiano, sem isolar-se da produção, mas sem se determinar totalmente por ela. Como resultados, vislumbra-se um processo econômico possível, de introdução recorrente na vida econômica de novos ou renovados elementos da diversidade ambiental e social. É esse processo que se encontra, em grande parte de seus elementos,

no caso da economia do *açaí*. A diversidade ambiental e social amazônica, articulada à vida econômica pelas dinâmicas da reprodução e do cotidiano, serve como *pool* de técnicas e objetos pré-existentes (trabalho velho), a partir dos quais se puderam derivar respostas novas a problemas antigos ou respostas novas para problemas novos (trabalho novo) (Jacobs 1969).

Estes entrariam na economia pelas portas do cotidiano e da reprodução, sem se isolar da técnica moderna, mas tampouco sem se determinar ou se imobilizar inteiramente por ela. Além disso, essa perspectiva não tem por objetivo se encerrar no localismo, mas ressalta os descaminhos de se esquecer do local e das possibilidades de enriquecimento da vida material e social com base nos recursos locais e na busca de respostas locais aos problemas cotidianos, aspecto típico da hipertrofia das forças externas inserido numa visão mercadológica de raízes coloniais.

#### *As origens do argumento teórico*

O trajeto que se tenta aqui é baseado principalmente no diálogo com trabalhos de Henri Lefebvre, Jane Jacobs, Karl Polanyi, além de Celso Furtado e a agenda de pesquisa da ecologia histórica.

Com Henri Lefebvre discutimos como a experiência da industrialização modificou decisivamente a vida urbana e se tornou articuladora da época moderna. Isso nos importa na medida em que esclarece o caráter da mediação urbana nas alternativas de desenvolvimento na Amazônia. Com Jane Jacobs discutimos o papel chave da diversidade e densidade do cotidiano urbano na criação de respostas (trabalho novo) para os problemas econômicos. A obra de Jane Jacobs esclarece a ligação entre o patrimônio de técnicas, necessidades e produtos existente e aquilo que pode ser criado (o trabalho novo é derivado do trabalho velho); a importância da percepção dos desajustes entre técnicas e produtos existentes e as necessidades cotidianas para a criação do trabalho novo e o papel do mercado local e das forças econômicas endógenas no processo de desenvolvimento. Do trabalho de Karl Polanyi, discutimos principalmente a necessidade de distinguir economia e mercados. Segundo este autor, a vida econômica foi por séculos muito além do mercado, constituída por outras formas de integração econômica, que ademais serviam como estruturas de controle do próprio mercado. Esse *insight* nos esclarece que a ampliação e enriquecimento da vida

econômica não podem prescindir das outras formas de integração econômica, inclusive como origem da transformação e modificação do próprio mercado.

Os três autores fornecem elementos para esclarecer de que maneira pode haver o aprofundamento da relação entre sociedade e natureza como fonte de criação econômica em sentido amplo - conhecimentos, práticas, técnicas, equipamentos, instituições, estruturas logísticas, espaços de produção e consumo, etc.. A obra de Celso Furtado é uma referência constante, permitindo articular os autores mencionados à teoria econômica do desenvolvimento, de maneira enraizada na experiência das economias periféricas.

Tentamos um diálogo com a agenda de pesquisas chamada ecologia histórica, área de pesquisas transdisciplinares cujos resultados tem se baseado (e também provocado) desde os anos 1970 numa revisão da histórica de longa duração na realidade amazônica, principalmente em torno da desmistificação da Amazônia como natureza intocada e das populações indígenas como pequenos grupos que teriam vivido sempre em estado pré-civil e próximo do primitivismo ou ainda em um estado de “harmonia” com a natureza, quase idêntico à menoridade humana.

### *Organização do trabalho*

O trabalho está estruturado em outros quatro capítulos, além dessa introdução. No Capítulo 2, discutimos em primeiro lugar o quanto essa identificação se estrutura sobre a visão de desenvolvimento derivada da experiência europeia que tanto se enraíza quanto mascara a centralidade do processo colonial para a constituição da indústria como cerne do desenvolvimento e como mediação privilegiada entre sociedade e natureza. Chegamos por esse caminho à discussão das consequências desta visão para a corrosão da natureza como força produtiva e sua redução a simples repositório de matérias primas. As implicações dessa redução são então analisadas em relação 1) ao aprisionamento das economias periféricas em processos de subdesenvolvimento e dependência de dinamismo econômico induzido externamente; 2) à invisibilidade e degradação das esferas da reprodução e do cotidiano como momentos fundamentais de um desenvolvimento que não se limite à ampliação da produção industrial.

No Capítulo 3, procuramos reconstituir o lugar da cidade e do urbano na vida social e econômica, compreendendo qual foi historicamente e qual pode ser o papel e o

significado das formas de mediação urbana entre natureza e sociedade. Fazemos esse trajeto como estratégia para discutir alternativas ao desenvolvimento mediado unicamente pela indústria. Com base nas obras de Henri Lefebvre, Jane Jacobs e Karl Polanyi procuramos nos acercar de uma visão de desenvolvimento como enriquecimento mútuo das relações entre sociedade e natureza. Propomos que esse processo pode ser compreendido como um processo intencional de criação econômica e social, que resulta na ampliação e enriquecimento da vida material e social, cujo cerne seria a interligação entre ciclos de reprodução natural e social enraizados no cotidiano urbano, que chamaremos de “socialização da natureza”.

No Capítulo 4 discutimos de que maneira essa visão de desenvolvimento pode ser vislumbrada de duas maneiras. Em primeiro lugar, através de elementos fornecidos pela reavaliação da história de longa duração da presença humana na Amazônia; em segundo lugar, pela análise da constituição da economia do açaí em Belém do Pará.

Apesar de haver sido discutida social, política e (e em época mais recente) cientificamente como reino da pura natureza e terra escassamente habitada desde o séc. XVI, a Amazônia tem se revelado desde a década de 1970, por meio da renovação da agenda de pesquisa transdisciplinar, como tendo sido povoada de maneira densa e complexa por mais de 10 mil anos antes da chegada de invasores europeus. O trágico declínio da população indígena nos séculos XVII a XIX ajudou a projetar uma visão – e dar sustentação a juízos preconcebidos e etnocêntricos – de que a região tropical foi sempre inóspita e inviável como suporte ambiental para grandes populações. As populações que ali se encontravam teriam estado, então, sempre em estado pré-civil, pequenos grupos sobrevivendo próximos da barbárie (Heckenberger 2003a). Nem mesmo o fato do conhecimento e o trabalho dos povos ditos tradicionais ter sido, pelo menos até meados do séc. XX, fundamental nos momentos de mais intensa mobilização externa dos recursos regionais foi suficiente para afirmar a profundidade do papel desses atores. Discutimos os elementos históricos dessa invisibilidade para avaliar em que medida ela tem sido base para as fragilidades e precariedades das formas contemporâneas de economia urbana baseada em recursos naturais na Amazônia.

Encerrando o Capítulo 4 é feita a discussão da formação e principalmente de algumas características atuais das atividades de produção, processamento e comercialização da polpa de açaí em Belém. Artigo produzido e consumido pelas populações amazônicas há séculos, a polpa do açaí se transformou em alimento básico da população do

município de Belém desde anos 1970. Até o final dos anos 1990 o produto possuía um aparato produtivo e um mercado local solido. Nessa fase se consolidam soluções endógenas baseadas em recursos regionais, um típico caso de enriquecimento mútuo entre mercados urbanos e áreas onde a principal força produtiva era uma sábia integração entre ciclos sociais e ciclos naturais mediadas por um aparato urbano em Belém – um caso de desenvolvimento por socialização da natureza. Desde então, ao longo da década seguinte o açaí foi inserido nos mercados urbanos do sul e sudeste do Brasil, em seguida passou a produto de exportação a outros países, o que tem colocado novos e difíceis desafios ao setor.

O Capítulo 5 apresenta as considerações finais do trabalho.

#### *Os limites da pesquisa empírica*

A pesquisa empírica sobre o caso do açaí foi feita em um período de trabalho de campo em Belém, entre 6 de janeiro e 6 de fevereiro de 2016, durante o qual visitas, entrevistas e aplicações de questionário foram feitas, principalmente na Feira do Açaí, local onde é feito o comércio atacadista do fruto e nos pontos de venda da polpa ao consumidor final, principalmente nos bairros periféricos do Jurunas, Condor, Cremação e Guamá, onde predomina população de baixa renda e é abundante a presença de pontos de venda da polpa do açaí para o consumo cotidiano. A pesquisa enfatizou o conhecimento qualitativo do cenário e menos a análise quantitativa. Esse procedimento metodológico tem limites conhecidos no campo da economia, mas serve como aproximação inicial de um cenário variado, sobre o qual não se possui informações quantitativas organizadas. O trabalho também tem um caráter exploratório, e não de teste ou de comprovação cabal de hipóteses, mas de iluminação de elementos de uma agenda de pesquisa que reputamos relevante e que pode se desdobrar em pesquisas futuras.

## 2. Desenvolvimento, colonialismo, natureza e reprodução.

### 2.1. Contexto e narrativas de origem

Dentro do objetivo deste trabalho, que é compreender alternativas de desenvolvimento colocadas pela relação entre vida urbana e uso de recursos naturais renováveis na Amazônia brasileira, começaremos por uma tentativa de situar a ideia de desenvolvimento.

O desenvolvimento tem sido ao mesmo tempo uma das ideias mais poderosas e mais criticadas do pensamento social no ocidental moderno e contemporâneo. Em parte, a perspectiva desse trabalho, baseada na busca de alternativas de desenvolvimento, assume que o desenvolvimento como projeto de emancipação não deixou de fazer sentido, muito embora os que advogam seu descarte tenham de fato muito boas razões para defender esse caminho.

Nossa argumentação é que alguns problemas fundamentais do desenvolvimento na Amazônia, aqueles para os quais é julgamos necessário discutir alternativas, derivam por um lado de uma indevida oposição binária entre presença humana e natureza e por outro da identificação entre desenvolvimento e industrialização.

Nesse capítulo, discutimos primeiro o quanto estas tendências se estruturam sobre a experiência europeia de longo prazo das relações de colonização em escala global, a qual se argumenta, foi fundamental para a constituição do desenvolvimento como projeto político e como teoria econômica e em seguida argumentamos também que a própria condição da *indústria* como cerne do desenvolvimento e como *mediação* privilegiada ou única entre sociedade e natureza tem raízes coloniais profundas. Chegamos por esse caminho à discussão das consequências desta visão para a corrosão da visão prevalente nas sociedades não industriais da natureza como força produtiva e por outro lado de sua redução pela lógica industrial à condição limitada de repositório de matérias primas. As implicações dessa redução são então analisadas em relação 1) ao aprisionamento das economias periféricas em processos de subdesenvolvimento e dependência de dinamismo econômico induzido externamente; 2) à invisibilidade e degradação das esferas da reprodução e do cotidiano como *momentos* fundamentais de um desenvolvimento que não se limite à ampliação da produção industrial.

A polifonia do termo desenvolvimento é construção histórica. A ideia possui uma história longa, mas durante o séc. XX recebeu balizas muito fortes. Estas não eliminaram a variedade de sentidos, mas deram destaque aos significados econômicos, que se formaram na modernização ocidental; e estes significados se sobrepuseram aos demais. O sentido econômico não necessariamente procurou negar os demais sentidos; frequentemente não foi preciso fazê-lo. A visibilidade e legitimidade do uso econômico do termo desenvolvimento suplantou e modificou os sentidos anteriores.

### ***2.1.1. A ideia de desenvolvimento antes do período industrial***

A ideia de desenvolvimento tornou-se uma das mais influentes do pensamento ocidental no séc. XX e concorreu para a própria hegemonia mundial do ocidente nos séculos XIX e XX. Abrangente e diversa, a ideia de desenvolvimento tornou-se controversa e disputada:

*Development occupies the center of an incredibly powerful semantic constellation. There is nothing in modern mentality comparable to it as a force guiding thought and behavior. At the same time, very few words are as feeble, as fragile and as incapable of giving substance and meaning to thought and behavior as this one* ( Esteva 1995, p. 8).

Segundo Esteva (1995), o percurso da ideia desenvolvimento na ciência e na política do Ocidente pode ser compreendido como a “uma metáfora de trajetória contorcida”. A construção do conceito "desenvolvimento" teria como ponto de partida a aplicação de uma imagem ou fenômeno em um contexto que lhe era inicialmente alheio. O autor assinala que na "linguagem comum", o termo desenvolvimento descreve um processo pelo qual as potencialidades de um objeto ou organismo se libertam, até que este atinja sua forma "natural, completa e de pleno direito".

Esteva (1995) parte de um suposto uso do termo na linguagem comum, embora não chegue a localizar em nenhuma parte esse uso. O autor argumenta que a ideia de desenvolvimento percorre uma trajetória em arco no qual partindo de um uso no censo comum se integra ao discurso da filosofia e das ciências, para então retornar ao uso não erudito. Esse retorno, entretanto se dá com o emprego do termo como uma poderosa ferramenta do discurso político.

O conceito de desenvolvimento é de grande importância na obra de W. F. Hegel (1770-1831), uma das mais paradigmáticas da filosofia ocidental contemporânea. Em texto proveniente de suas aulas nas décadas de 1810 a 1830, o filósofo afirma que "a ideia de desenvolvimento é bem conhecida, mas é característica especial da filosofia a



investigação daquilo que geralmente se retém conhecido" (Hegel 1986.). Esta afirmação de que tratava-se de "ideia bem conhecida" sugere que a noção de desenvolvimento fosse já naquele momento um tema de discussão corrente.

Em "Dicionário Hegel", Inwood (1997), assinala que o termo alemão para desenvolvimento (*Entwicklung*) empregado por Hegel havia sido usado na filosofia europeia em três sentidos. O primeiro destes se referia a atividades intelectuais e à lógica com o sentido de desdobrar e explicar um conceito, revelando seu conteúdo e suas relações com outros conceitos. O segundo sentido vinha da tradição filosófica neoplatônica e se referia a constituição do mundo como desdobramento do divino. Por fim, no período da Renascença o termo *Entwicklung* foi empregado para referir-se ao desdobramento da vida e dos seres vivos, tanto para a vida em geral quanto a vida de cada indivíduo. Os três sentidos convergem na filosofia alemã dos séc. XVIII e XIX, de Herder a Hegel, Schelling e Goethe (Inwood 1997).

Hegel discutiu o desenvolvimento como a realização do que o ser (humano e não humano) traz como potência<sup>1</sup>. Para Hegel o "conceito de desenvolvimento" traduz o movimento de colocar-se no mundo próprio da potênciainterna que o ser trás consigo (Inwood 1997, p. 90). O autor enfatizarepetidamente que a realização concreta do ser é prática e vivae ao mesmo tempo implica a apreensão deste movimento pelo conhecimento humano, que para ele é a *filosofia*.

O exemplo, tantas vezes repetido, que Hegel fornece do fenômeno do desenvolvimento é a planta que passa da semente (na qual há potência não realizada) ao indivíduo maduro e (plenamente realizado).

*A planta, por exemplo, não se perde numa transformação indefinida. Do seu germe, em que todavia se não distingue nada, sai uma multiplicidade, que no entanto já lá estava inteiramente contida, se não de modo desenvolvido, pelo menos implícito e idealmente. O princípio desta projeção na existência é que o germe não pode suportar o ser só em si, mas tem o impulso para se desenvolver, e a contradição está em ele ser só em si e em não o dever ser. Este extrinsecar-se põe-se um escopo, cujo fruto é a mais elevada perfeição e o fim predeterminado, ou seja, a produção do germe, o retorno ao estado primitivo. O germe quer apenas produzir-se a si próprio e extrinsecar o que contém, para depois voltar a si mesmo e recolher-se de novo na unidade donde saíra. (Hegel 1986, p. 16)*

O exemplo reúne elementos dos três significados que segundo Inwood (1997) o pensamento europeu emprestou à noção de desenvolvimento entre o Renascimento e o

---

<sup>1</sup> "Para compreender o que significa o desenvolvimento devem distinguir-se, por assim dizer, dois estados diversos: o primeiro é o que é conhecido como disposi-ção, capacidade, o ser em si (como eu chamo), *potentia, dýnamis*; o segundo é o ser por si, a atualidade, *actus, enérgeia*" (Hegel 1995, p.341).

Iluminismo: a vida como desdobramento do divino, a realização do potencial interno natural, o ser que se realiza no mundo real. Nesses termos, a trajetória semântica do termo desenvolvimento na filosofia e ciências sociais europeias nos séculos XV e XIX expõe um entrelaçamento entre o divino, o natural e o histórico. Na filosofia alemã e no romantismo do séc. XIX, as influências cruzadas e também as transferências mútuas de sentido entre ciências da natureza e pensamento social foram marcantes em vários autores.

Segundo Esteva (1995) a obra de J. G. Herder teve papel importante nessa "*transfer of the biological metaphor to the social sphere occurred in the last quarter of the eighteenth century*". "*Historical development was the continuation of natural development... and both were just variants of the homogeneous development of the cosmos, created by God.*" (Esteva 1995, p. 8).

É importante destacar que na obra de Hegel – a qual, como se discute adiante, terá particular influência sobre a concepção de desenvolvimento usada no debate econômico, devido à ligação entre economia política e filosofia da história realizada por Marx – a concepção dialética do real pode ser compreendida a partir desse “vir a ser” tão bem ilustrado no movimento concreto do ser (vivo) entre a semente e a planta plenamente realizada no indivíduo adulto. Segundo Lefebvre (1975) a dialética hegeliana pretendia afinal ser o pensamento do movimento, a ser realizado no movimento do pensamento. Pretendia captar e compreender o mundo naquilo que este teria de mais recôndito e fundamental: sua eterna transformação, seu *desenvolvimento*. Essa perspectiva é levada adiante por Marx no terreno da economia política e seria então fundamental também no pensamento da transformação econômica do mundo.

Interpretando e generalizando sua própria experiência, as sociedades europeias construíram a noção de que as sociedades humanas avançavam para emancipação na modernidade e por meio dela. A vida moderna, essa forma particular de realizar-se no mundo das sociedades europeias<sup>2</sup>, adquire status de uma necessidade histórica, que se resume na metáfora do desenvolvimento empregada pelo iluminismo e que se torna de uso generalizado:

---

<sup>2</sup> Talvez mais apropriado seria dizer, que a modernidade em sua versão hegemônica seja a forma de estar no mundo de algumas das sociedades da Europa – anglo-saxões, franceses, alemães, em especial. Isso porque se pode discutir se não haveriam variantes marcadas no caso de outras trajetórias históricas – povos neolatinos (Espanha, Portugal e Itália), sociedades do leste europeu, povos balcânicos, etc. – as quais implicariam outras perspectivas de modernidade Morse (1988).

*Through this metaphor, it became possible to show the goal of development and, much later, its programme. The development or evolution of living beings, in biology, referred to the process through which organisms achieved their genetic potential: the natural form of the being pre-seen by the biologist. Development was frustrated whenever the plant or the animal failed to fulfil its genetic programme, or substituted for it another. In such cases of failure, its growth was not development but rather an anomaly: pathological, and even anti-natural, behavior.*(Esteva 1995, p. 8).

O processo de apropriação europeia da natureza forneceu o ponto de partida para a visão de que os homens devem se realizar-se plenamente, e que devem fazê-lo de acordo com um caminho esperado, caso contrário se tornam incompletos, atrasados ou anômalos. A construção do conhecimento sobre o mundo natural e conhecimento histórico trocaram influências recíprocas nos cem anos que antecederam a publicação da obra, decisiva para a ciência europeia, de Charles Darwin (1859). Ao longo deste período o termo desenvolvimento:

*...evolved from a conception of transformation that moves towards the appropriate form of being to a conception of transformation that moves towards an ever more perfect form. During this period, evolution and development began to be used as interchangeable terms by scientists.*(Esteva 1995, p. 8)

O entrecimento entre as ciências naturais e sociais pode ser relacionado ao momento histórico das sociedades europeias. Afinal, estas conhecem e se apropriam, à sua maneira, do universo natural, social e técnico dos demais continentes durante a expansão colonial.

A construção de impérios coloniais entre os séculos XV e XX abriu às sociedades europeias experiências e recursos naturais em escala, diversidade e intensidade sem precedentes. Estados, corporações, grupos sociais e indivíduos na Europa tiveram acesso – inclusive mediante expedientes de acesso mais ou menos violentos – a condições de auto realização que dificilmente existiram em outro momento da história. A colonização abriu a possibilidade de conviver com uma diversidade de recursos mundiais que tornou a *experiência* de uma vida de um europeu de classe média muito mais *densa* em termos de convivência com recursos de todo o mundo do que havia sido nos séculos precedentes.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> “A abertura de linhas comerciais de amplitude planetária na primeira metade do séc. XVI está na origem do processo acumulativo que conduziria à revolução industrial. Esse longo processo não se caracteriza propriamente por mudanças de monta nas técnicas de produção. É graças à crescente incorporação de novas linhas de comércio e a ativação de novos recursos de metais preciosos, solos, mão de obra submetida a regime escravo ou servil que se expande o excedente drenado para certas regiões da Europa, com amplas consequências para as atividades produtivas pré-existentes e reflexos no plano social” (Furtado 1978, p. 33).

Essas possibilidades modificaram a maneira como as sociedades europeias compreendiam o mundo natural e social. As ciências sociais, que então se organizavam, rejeitaram a história movida por leis divinas ou místicas. Entretanto, retiveram em parte a noção de *necessidade interna*, tal qual foi compreendida sua existência no ser biológico. Além disso, o avanço das ciências naturais com seu empenho em descobrir *leis* que regulassem o funcionamento do mundo natural teve influência sobre as ciências humanas. Este fato pode ser identificado como uma das bases para a preocupação dos economistas clássicos em descobrir *leis* do funcionamento do sistema econômico e até mesmo do comportamento humano em termos de economia<sup>4</sup>.

De modo coerente com pressupostos empiristas presentes na ciência ocidental que se constituía, a natureza funcionou como grande mestra para a ciência europeia. A expansão colonial colocou os europeus em contato com a diversidade do mundo natural em escala planetária, dando lugar à *sistematização* e à *codificação* desta *experiência* e ampliando os horizontes do conhecimento organizado na ciência ocidental.

Ademais, por *diversidade do mundo*, não se deve compreender apenas o mundo não-humano, mas também à diversidade social – logo, cultural, técnica, econômica, política, histórica, etc. – que os europeus conheceram e da qual se apropriaram no curso dos séculos de relações coloniais com os outros continentes. Como autores diversos assinalaram, a Europa pré-renascimento era uma região técnica, cultural e materialmente menos sofisticada do que alguns países asiáticos (China, Índia) ou islâmicos (Kuznets 2010; Landes 1994; Alvares 1979; Said 2007). Este fato, aliás, está embutido na própria busca de rotas marítimas para o Oriente nos séculos XV e XVI.<sup>5</sup> Indo mais longe, Alvares (1979) e Santos (2010) argumentam que o próprio avanço técnico-científico e econômico da Europa moderna deveu-se em parte à apropriação de conhecimento e técnicas não europeias, especialmente no curso da empresa

---

<sup>4</sup>“À medida que as leis que governavam uma economia de mercado iam sendo apreendidas, essas leis eram colocadas sob a autoridade da própria natureza. A lei dos rendimentos diminuídos foi uma lei de fisiologia da planta. A lei de população malthusiana refletiu a relação entre a fertilidade do homem e do solo. Em ambos os casos as forças em jogo eram as forças da natureza, o instinto animal do sexo e o crescimento da vegetação num dado solo... Na sua essência, a sociedade econômica se fundamentava nas inflexíveis realidades da natureza; se o homem desobedecesse às leis que dirigiam tal sociedade, o carrasco cruel estrangulava os rebentos dos imprevidentes. As leis de uma sociedade competitiva eram colocadas sob a sanção da selva” (Polanyi 2012, p. 138).

<sup>5</sup> Alvares (1979) argumenta, como base em numerosas fontes europeias e não europeias, que as próprias técnicas de produção que deram fundamento a revolução industrial – a produção de tecido, aço, por ex. - foram conhecidas e incorporadas na experiência europeia na Índia e China e mesmo na África. Santos (2010) apresenta argumentos na mesma direção.

colonizadora, embora a sensibilidade moderna tenha persistentemente descrito os demais continentes como atavicamente atrasados.

Esse fato tem consequências para a concepção de desenvolvimento que se consolidou nos séc. XX. Voltaremos nesse ponto adiante. Por ora, importa assinalar que a forma subalterna ou invisível pela qual o repertório técnico não europeu foi assimilado pela Europa teve consequências duradouras que se refletirão na ideia de desenvolvimento como difusão de capacidade técnica e produtiva a partir da Europa, onde estas teriam sido criadas originalmente, em direção ao restante do mundo. Nestes termos, a concepção de desenvolvimento – ou a ideia de superação do *atraso* – se baseia na *outorga* de elementos dinâmicos pelos países centrais aos países periféricos. Assim, nas periferias o desenvolvimento deveria surgir necessariamente como transformação induzida a partir de fora, exógena.

Dentro do mesmo processo, o mundo *não-humano* dos territórios periféricos teve seu significado social modificado no curso da expansão planetária das economias europeias. A conquista colonial orientou o uso dos territórios, dos recursos naturais e da capacidade de trabalho das sociedades submetidas para a condição de suporte para o funcionamento da economia europeia. Isto significou a difusão do universo técnico europeu por sobre novos mundos sociais e naturais, e simultaneamente a apropriação (em geral escamoteada) pelo colonizador do universo técnico e tecnológico das sociedades submetidas. Mas é preciso assinalar que esse processo é inseparável da apropriação dos recursos naturais, a qual formou o *processo chave* na constituição das periferias da economia mundo. A meta mais desejada pelas potências europeias em sua busca por novos mundos era encontrar *tesouros* – estoques de riquezas naturais – encerrados nestas terras desconhecidas.

A colonização europeia capturou simultaneamente recursos naturais e repertórios técnico/epistemológicos associados a estes recursos. Este mesmo movimento colocou em marcha a dilapidação de parcelas deste repertório; parcelas muitas vezes referidas a *recursos sem significado social* dentro da episteme colonial. Isso tanto resultou do desaparecimento de recursos (em extinções, por ex.), desaparecimento de grupos sociais (extinção, genocídio, aculturação, etc.), e finalmente da perda das relações sociais que deles faziam uso e assim lhes atribuíam *significado social*.

Este quadro de transformações aponta para a ocidentalização do mundo, embutida na dinâmica colonial, como grande modificação do papel atribuído à natureza nos processos de criação de condições materiais de existência.

Nas sociedades pré-industriais, a natureza foi compreendida como a fonte de meios de subsistência e de riqueza (Polanyi 2012, Shiva 1995, Robert 1995, Esteva 1995). Mas a questão a destacar é que essa visão da natureza não se baseava apenas em uma condição de estoque de matéria prima a ser transformada pelo trabalho humano. A convivência secular do homem com as forças dinâmicas da natureza, capazes de renovação cíclica continuada, levou as sociedades não-modernas a perceber a natureza como a grande, senão como a única *força produtiva*.

Essa afirmação pode parecer abusiva. No entanto, se avaliarmos grande parte daquilo que ordinariamente tem sido tomado como *as forças produtivas*, veremos que como amago destas *forças* existem processos mecânicos, químicos, físicos, etc., cuja efetividade como aparato de criação econômica prolonga, controla, ou organiza processo intrínsecos ao *mundo não humano*, i.e., a natureza<sup>6</sup>. As forças produtivas socialmente organizadas são modificações e adaptações realizadas pelo homem em processos que foram antes internos a *produção natural*:

*Production comes from the Latin verb *producere*, which meant 'to stretch', 'to spend', 'to prolong', 'to draw into visibility'. It generally referred to an actualization of possible existence. In terms of this ancient meaning, production is a movement from the invisible to the visible, an emanation through which something hitherto hidden is brought within the range of man's senses. This idea of emanation fitted ordinary people's experience, the awareness that nature, husbanded by man, brings forth a people's livelihood.* (Robert 1985, p. 175)

Mesmo a constituição da técnica e ciência modernas, substância e fonte de autoridade da ciência ocidental, se constituíram graças à intensificação das relações com a natureza.<sup>7</sup>

Nas sociedades modernas a natureza passou a ser compreendida de modo mais estático. Passou a ser tratada de modo mais próximo a um estoque de matérias primas a serem

---

<sup>6</sup> A separação entre homem e natureza é uma das características chave da modernidade e do pensamento moderno (Santos 1987). A crítica dessa separação, por sua vez, é um ponto chave de uma perspectiva contemporânea da relação sociedade e natureza (Lefebvre 1969; Lefebvre 2008b, Lefebvre 1991), assim como da discussão de desenvolvimento (Monte-Mór 2015).

<sup>7</sup> Furtado (1961/2009), analisando o surgimento da economia industrial e de seu “caráter altamente dinâmico”, põe em destaque o papel exercido nesta economia pela pesquisa empírica: “*Sendo a produção industrial um simples meio de transformar e adaptar recursos naturais mediante processos baseados em princípios derivadas da observação do mundo físico, compreende-se que o desejo de aperfeiçoar as técnicas de produção tenha exigido um conhecimento crescente dos recursos naturais e do mundo físico*” (p. 135).

introduzidos no *aparato produtivo* propriamente dito, e isso a despeito do fato evidente de que grande parte do processo produtivo - agropecuário, por exemplo - continuasse a se basear na apropriação do ciclo natural das espécies domesticadas.

Na visão moderna, os recursos naturais por um lado parecem ser tomados de uma fonte que não se esgota em função das possibilidades tecnológicas. Além disso, o “desencanto do mundo” (Weber) pela escalada científica, dissolveu a sacralidade da natureza e de seus ciclos. No lugar da sacralidade desfeita surge a razão industrial, cuja pretensão é manejar a natureza irrestritamente (Paula et alli, 1997).

A parcela relativa de *artificialidade* – i.e., de artifícios humanos – inerentes ao processo produtivo, que foi antes compreendida como menor no conjunto de forças em presença, assumiu protagonismo intenso na compreensão moderna.

Essa transição é perceptível na constituição da economia política como campo específico de conhecimento e receituário político. François Quesnay e os Fisiocratas defendiam o protagonismo da natureza, da terra, na produção de riquezas. “*The concept of economic production was popularized by the Physiocrats, a group of French philosophers for whom all wealth ultimately stemmed from the earth’s generative powers*” (Robert 1995. p. 179). Adam Smith e David Ricardo, se afastaram da posição dos fisiocratas. Smith viu na divisão do trabalho e extensão dos mercados a origem da riqueza das nações e retirou das condições naturais a condição de determinante do êxito econômico. Segundo Robert (1995) para David Ricardo “[*the*] ideas tended to reduce the earth’s generative powers to merely quantifiable factors - we would say inputs - of productive labor”. Ricardo inseriu a terra entre os fatores de produção, como peça fundamental no funcionamento da economia capitalista, mas derivou essa condição da dinâmica econômica e menos dos atributos naturais da terra. Propriedade, renda, localização e até mesmo melhoramento da fertilidade, são atributos constituídos socialmente. A riqueza e o bem estar da sociedade provinham do engajamento na dinâmica das trocas. Estas atribuem significado social às vantagens naturais detidas por alguma nação. Fora do jogo das trocas, esses dotes naturais iriam permanecer, em última análise, inertes.

Marx, porém destacou que o ponto de vista fisiocrata não foi descartado por Smith e Ricardo, embora tenha sim sido modificado. A importância crescente da manufatura e das atividades urbanas na Inglaterra não condizia com a visão dos economistas

franceses do caráter não produtivo desses setores econômicos. Marx discute trechos das obras de Smith e Ricardo, nas quais a importância da natureza na vida econômica é reafirmada. Curiosamente, Smith argumenta que a agricultura era em seu tempo inigualável em termos de retornos para os capitais investidos, justamente porque “na agricultura, a natureza trabalha juntamente com o homem”, coisa que segundo ele não acontecia nas manufaturas: “nelas a natureza nada faz; é o homem que faz tudo” (Smith 1996, p. 360). Curiosamente, Ricardo retruca Smith. Após concordar com sua afirmação sobre a importância da natureza na agricultura, diz:

*Por acaso a natureza nada faz pelo homem nas manufaturas? E à força do vento e da água que movem nossas máquinas e ajudam a navegação? A pressão atmosférica e a elasticidade do vapor que permitem fazer funcionar os mais extraordinários engenhos - não serão dádivas da natureza? - para não falar ainda dos efeitos do calor no amolecimento e na fusão dos metais, na decomposição da atmosfera, no processo de tingimento e na fermentação. não é possível indicar uma manufatura na qual a natureza deixe de dar sua ajuda generosa ao homem, generosa e gratuitamente. (Ricardo, 1996 [1819], p. 55. Nota n. 24).*

Conforme percebe Marx, Ricardo tem uma percepção refinada da importância da compreensão dos processos naturais para a vida econômica. Ao mesmo tempo, os termos em que Ricardo argumenta são suficientes para perceber o quão distante ele se encontra do argumento dos fisiocratas. Os argumentos de Ricardo são mediados pela ciência e a técnica típicas e inseparáveis da prática industrial.

É certo que essa renovação da visão da importância relativa entre trabalho humano e natureza corresponde a um processo concreto: a industrialização corresponde à expansão, intensificação e complexificação do trabalho humano adicionado à vida material moderna. No entanto, esse processo corresponde também à constituição de uma sensibilidade específica, na qual a natureza está mais próxima a um conjunto *inerte* a ser dominado pelo engenho humano.

Estavisão foi sintetizada ainda no séc. XVII na obra e visão de ciência do filósofo Francis Bacon (1562-1626). Ela ganha sentidos práticos nas sociedades de mercado, na economia mundialmente interligada na produção industrial<sup>8</sup> (Shiva 1995). Nessas estruturas sócio-técnicas e políticas (sociedade de mercado, mercado mundial e indústria), a abordagem da natureza não mais se orienta pela importância de seus ciclos de criação, isto é, como uma totalidade que se move no espaço-tempo. Abordagem

---

<sup>8</sup> Estas três dimensões da vida econômica moderna constituem projeções abstratas ou abstrações concretas, de grande escala e grande poder transformador, e constituem aspectos básicos do desenvolvimento como projeto e como discurso fundamental da sociedade global no séc. XX.



predominante será de abstração crescente, no sentido de separação, fracionamento e funcionalização dos elementos da natureza entre si e da relação sociedade/natureza.

Esse movimento se prolongará na concepção contemporânea (séc. XX) de desenvolvimento. Esta afinal está ainda mais próxima a *reduzir* a natureza a uma condição próxima da inércia, e isso ainda mais severamente no tocante à natureza presente nas regiões do mundo constituídas dentro da condição colonial. O desenvolvimento prolonga uma condição de *colonialidade* que, *vis a vis* à compreensão da natureza das sociedades não ocidentais e não-modernas<sup>9</sup>, degrada o *status* ontológico da natureza em geral, e da natureza nas periferias de modo mais intenso.

Além disso, essa *redução* não se separa da dilapidação do conhecimento constituído pelas populações não-ocidentais modernas em sua prática cotidiana. Para essas populações, a condição colonial significou a desorganização do mundo, humano e não-humano existente antes de sua inclusão subordinada na divisão internacional do trabalho orientada por e para o funcionamento e para o bem estar das sociedades europeias.

### 2.1.2. *Desenvolvimento, colonialismo, colonialidade*<sup>10</sup>

Até aqui nos referimos ao uso do termo desenvolvimento na Europa pré-industrial, argumentando que esteve marcado pela concepção de realização no mundo das potencialidades que o ser biológico e social possuiriam internamente.

Além disso, discutimos como essa concepção foi renovada pelo advento da economia colonial europeia modificou e enriqueceu a própria experiência histórica das sociedades europeias. Graças à captura de recursos e conhecimentos oriundos de varias partes do planeta, a Europa moderna viveu a rápida expansão e diversificação de seu bem estar material.

Dissemos que a interpretação e codificação dessa experiência enriquecida deu impulso ao conhecimento organizado e experimental, isso é, à prática da ciência, na Europa.

---

<sup>9</sup> Usamos esta expressão de modo não rigoroso para nos referir às sociedades que antecedem ou ultrapassam no espaço-tempo os cânones do moderno ocidental.

<sup>10</sup> Infelizmente não teremos oportunidade aqui para discutir apropriadamente esse conceito, que na verdade seria melhor compreendido como uma agenda de pesquisa emergente. Ver Quijano (1992, 1998, 2000, 2007) e Mingolo (2001, 2003, 2007). Enquanto o conceito de *colonialismo* refere-se ao controle ou ocupação militar do território e população por uma nação estrangeira, o termo *colonialidade* refere-se à lógica cultural inserida no colonialismo mas que o ultrapassa. A colonialidade seria uma espécie de “herança” colonial, dotada de persistência e penetração mesmo quando o colonialismo já não existe como fato concreto. Essa agenda de pesquisa, abre portanto portas para a discussão das diferentes manifestações da colonialidade no mundo contemporâneo, sobre a colonialidade do poder, do saber, e do próprio ser social.

Dissemos, finalmente, que esse novo cenário contém uma tendência paradoxal de reinterpretação da natureza como uma realidade estanque e externa em relação à sociedade.

Este paradoxo reside no fato de que o aprofundamento da relação entre natureza e sociedade, constituído pelo próprio empreendimento colonial resultou no enriquecimento do saber científico e, no entanto, a ciência que daí emerge é predominantemente orientada pela separação entre o homem e a natureza. Além disso, como conhecimento e como prática, essa ciência dá suporte à desvalorização da natureza como força produtora, tal como foi compreendido e praticado nas sociedades pré-modernas.

É importante, porém, que nos aproximemos do uso que a ideia de desenvolvimento ganhou no séc. XX, o qual reflete estas condições, mas também as ultrapassa. Faremos essa discussão nas duas seções a seguir, tentando primeiramente perceber de que maneira a dinâmica interligada entre “experiência colonial” e “desenvolvimento industrial” foi fundamental para a emergência do pensamento econômico sobre o desenvolvimento e das instituições internacionais de fomento do desenvolvimento no séc. XX.

### ***2.1.3. Duas tradições na interpretação do desenvolvimento***

Arndt (1981) propõe uma história semântica do conceito de desenvolvimento. Sua busca é empreendida dentro do universo semântico da teoria econômica, o que nos é particularmente útil nesse momento. O autor começa por observar que os clássicos da economia inglesa do séc. XVIII e XIX - de Smith a Marshall – não empregaram o termo desenvolvimento na acepção econômica que ela viria a ter no pensamento econômico ocidental do sec. XX.

*Adam Smith, not spoke of economic development, but of 'the progress of England towards opulence and improvement'. Material progress was the expression almost invariably used by mainstream economics From Adam Smith until World War II when they referred to what we would now call the economic development of the West during those two centuries.(Arndt 1981; p. 457).*

O uso do conceito de desenvolvimento, segundo o autor esteve notavelmente ausente da discussão dos economistas até a década de 1940:

*Economists and economic historians wrote about the rise of capitalism, the industrial revolution, the evolution of trade, or "The Growth of Free Industry and Enterprise." But this historical process appears rarely if ever to have been described as economic development (Arndt 1981; p. 458).*

Arndt argumenta que, como objetivo direto de políticas governamentais, as transformações econômicas referidas como *desenvolvimento* no séc. XX se tornaram proeminentes durante o sec. XIX, primeiro na Alemanha e Rússia e países então na periferia da economia mundo, como Japão e China e finalmente em lugares do que viria a ser chamado *terceiro mundo*. No entanto, em todos esses casos o processo de transformação foi chamado de *modernização* ou *ocidentalização*, ou *industrialização*. Mas não desenvolvimento.

Nesse ponto, o autor enuncia o argumento principal do texto. Segundo ele, são duas exceções no tocante ao uso da ideia de desenvolvimento - em sentido econômico próximo ao que se consagraria no sec. XX - no período anterior à década de 1940:

*... there were a few exceptions. One is J. A. Schumpeter's Theory of Economic Development; but this, though published in German in 1911 as Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung, was not translated into English until 1934. A second exception is the use of the term "economic development" by economic historians in the 1920s. Lilian Knowles, reader in economic history at the London School of Economics, in 1924 published her book, The Economic Development of the British Overseas Empire and mentioned in the preface that a unit with the same title had recently been made a compulsory subject for the Bachelor of Commerce degree of London University. A few years later, Vera Anstey, also at the London School of Economics, followed Knowles with her The Economic Development of India. Another LSE economic historian, R. H. Tawney, in his book on China written in 1931 spoke of the "long process of development" that had occurred in the West and of the "forces which have caused the economic development of China" and referred to the analogy between China's twentieth-century economic condition and that of Europe in the Middle Ages as implying "a comparison of stages of economic development. (Arndt 1981; p. 458)*

Duas exceções intrigantes, diz Arndt, que fornecem pistas para a compreensão das raízes do uso do termo desenvolvimento em sentido econômico: Schumpeter e a historiografia do império colonial inglês. Schumpeter trazia influências claras do pensamento de Marx<sup>11</sup>. Já as historiadoras inglesas Lilian Knowles (1870–1926) e Vera Anstey (1889-1976) tinham em comum a pesquisa da economia do império colonial inglês<sup>12</sup>. É importante observar que as duas linhagens da ideia de desenvolvimento identificadas por Arndt sejam o pensamento marxista, de linhagem hegeliana, e a reflexão histórica sobre a economia dos domínios coloniais britânicos. Estes são dois temas – ou talvez melhor seja dizer uma tradição filosófica e um contexto histórico – que vimos de discutir como formativos da experiência europeia que resultam na concepção de desenvolvimento econômico consagrada no sec. XX.

---

<sup>11</sup> "Marx exerted a profound effect on Schumpeter, as we all know" (Heilbroner 1984). Isso pode ser comprovado extensivamente na obra de J. Schumpeter, o que obviamente não indica adesão deste a tradição marxista. Schumpeter debateu a obra de Marx em *Capitalism, Socialism and Democracy* (1944) e em *History of Economic Analysis* (1954).

<sup>12</sup> L. Knowles lecionou história econômica na London School of Economics (LSE) e University of London. Vera Anstey foi também professora LSE.

"In one sense, the birthplace of 'economic development in English would seem to be the first English translation of Marx's *Capital* and the date 1887", indica H.W. Arndt (1981; p. 459). Nesse caso, Marx teria sido responsável pela introdução no discurso da economia política do próprio conceito de desenvolvimento com um conteúdo até então inexistente.

Arndt menciona passagens em que Marx emprega o termo desenvolvimento.<sup>13</sup> Menciona também, a filiação do pensamento de Marx ao pensamento de Hegel sobre o desenvolvimento como realização do que no ser é potencial. Porém, segundo Arndt o uso do conceito por Marx teria sido usado sobretudo em termos de fases ou estágios de desenvolvimento: "*wich unfold in a dialectic process according to an inexorable law*". O caráter de "lei inexorável" do desenvolvimento, seria uma herança de Hegel, autor cujas formulações soariam "estranhamente familiares" aos estudantes da literatura do desenvolvimento econômico.

Arndt tem o mérito de evidenciar a ligação feita por Marx entre a filosofia da história hegeliana, orientada por uma visão dialética da realidade humana, e a dinâmica econômica no âmbito de cada sociedade. A discussão, no entanto é feita de modo limitado. Restringe-se à citações não discutidas ou ao exame dos trechos descontextualizado de Marx e Hegel. Essas observações são, inclusive, mais discutidas do que própria influência marxiana na obra de Schumpeter, embora Arndt destaque a percepção de Schumpeter da centralidade do tema do desenvolvimento na obra de Marx (Arndt 1981, p. 459).

É conhecida a interpretação de que a obra de Marx resulta de uma aproximação fecunda entre a filosofia alemã – particularmente de Hegel – e a economia política inglesa (Moseley 1993. Harvey 2010)<sup>14</sup>. Que um dos resultados dessa "fricção entre blocos teóricos" (Harvey 2010) distintos seja justamente a introdução no debate da economia política clássica da noção de *desenvolvimento* como um das características chave da economia capitalista, é de fato uma questão que merece atenção.

---

<sup>13</sup> Arndt cita, e não discute, um trecho do prefácio da primeira edição alemã, usada alhures como evidência da pretensa visão etapista de Marx o seguinte trecho: "*it is not a question of the higher or lower degree of development of the social antagonisms that result from the natural laws of capitalist production. It is a question of these laws themselves, of these tendencies working with iron necessity towards inevitable results. The country that is more developed industrially only shows, to the less developed, the image of its own future*". A citação de Arndt é de Marx and Engels (1969).

<sup>14</sup> É conhecida também a observação da economista inglesa Joan Robinson sobre a obra de Marx: "*What business has Hegel putting his nose in between me and Ricardo?*" (Robinson 1953, p. 23).

Marx destacou repetidamente o dinamismo e capacidade de auto transformação como característica fundamental da época burguesa e da economia capitalista, como se vê já em uma obra inicial como o Manifesto Comunista de 1848 (Berman 2001, Lefebvre 1999). E, embora não seja possível aprofundar aqui essa discussão, poderíamos dizer, partindo da mesma intuição básica de Arndt sobre o título da obra de Schumpeter, que a visão de desenvolvimento como processo econômico se transmitiu como elemento essencial à pesquisa econômica na tradição marxista. Trabalhos que partiam de Marx, anteriores à *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (1911) de Schumpeter, podem ser colocadas dentro da mesma linhagem. Aí estão o trabalho de Rosa Luxemburgo (1898) sobre o "desenvolvimento industrial na Polônia" e os de Lenin sobre "desenvolvimento do capitalismo na Rússia" (1899), e menos diretamente trabalhos Bukharin (1924), entre outros na tradição marxista.

Portanto o conceito de desenvolvimento tem como uma de suas referências à perspectiva hegeliana do desenvolvimento como realização das potencialidades do ser (Hegel 1986). Marx se aproxima e se apropria da economia política, numa busca na qual o ponto de partida é a filosofia da história hegeliana. Segundo Marx, sua leitura crítica da filosofia do direito de Hegel, o convencei de que

*relações jurídicas, tal como formas de Estado, não podem ser compreendidas a partir de si mesmas nem a partir do chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas enraízam-se, isso sim, nas relações materiais da vida, cuja totalidade Hegel, na esteira dos ingleses e franceses do século XVIII, resume sob o nome de "sociedade civil", e de que a anatomia da sociedade civil se teria de procurar, porém, na economia política.* (Marx 2008, p 47)

Convencido da insuficiência da posição hegeliana Marx empreendeu a crítica da economia política. Este seria o terreno no qual se poderia compreender as relações de produção e reprodução da vida material e simultaneamente apreender as leis dialéticas de seu movimento no tempo - e no espaço (Lefebvre 1999).

Portanto, a economia política marxista, contém – no mínimo como princípio – uma teoria do desenvolvimento das condições de materiais da produção de existência do homem. O ponto destacado por Schumpeter – e mencionado por Arndt (1981) – a respeito do peso deste tema em Marx é justamente este:

*In [Marx'] general schema of thought, development was not what it was with all other economists of that period, an appendix to economic statics, but the central theme. And he concentrated his analytic powers on the task of showing how the economic process, changing itself by virtue of its own inherent logic, incessantly changes the social framework—the whole of society in fact. We have already dwelt on the grandeur of this conception... nobody—not even the most ardent of optimists with whom Marx had this point in common—had then a fuller conception of the size and power of the capitalist engine of the future (Schumpeter [1954] 2006, p. 547).*

Com base na sua apropriação da dialética hegeliana Marx percebeu o capitalismo como dotado de movimento interno. além disso, este movimento provinha das contradições práticas da produção e reprodução deste tipo de sociedade. Esta análise esclarecia, de modo inédito na economia política clássica, que o sistema se movia e se conservava graças à acumulação e aplicação de recursos na sua ampliação (Furtado [1961]/2009). Essa dinâmica implicava transformações conduzidas a partir de dentro, isto é, autotransformações, fenômeno a que se aplica adequadamente a ideia hegeliana de desenvolvimento. Outros autores da teoria do desenvolvimento, particularmente ligados aos problemas da superação do subdesenvolvimento, discutiram a visão marxista, a despeito das discordâncias explícitas que colocam em relação a muitas posições de Marx (Furtado 1961/2009; Meier, Baldwin 1957).

A segunda linhagem a que se filia a economia do desenvolvimento, segundo Arndt (1981) é a história econômica da colonização britânica<sup>15</sup>. Nesta literatura o termo desenvolvimento foi usado de maneira bem diferente da tradição marxista. Lilian Knowles (1924), em *Economic Development of the British Overseas Empire*, compreende o "desenvolvimento econômico" nos domínios coloniais britânicos como resultado da intervenção direta do império sobre os recursos naturais das regiões colonizadas.

Nestas regiões, o desenvolvimento teria derivado da assimilação dos recursos naturais encontrados nas colônias: florestas, terras para rebanhos, mineração, entre outros. O cerne do processo de desenvolvimento dos domínios coloniais britânicos – Canada, Austrália, Índia, África do Sul, etc. – diz respeito à incorporação dos recursos naturais das colônias ao sistema de divisão internacional do trabalho, organizado a partir da produção industrial britânica. Este desenvolvimento tinha por base “*the struggle with the overwhelming forces of nature* (Knowles 1924, *apud* Arndt, 1981; p.460). A mesma perspectiva era compartilhada pela alta administração colonial britânica, tal qual viria a se formalizar no *Colonial Development Act*, aprovado pelo Parlamento Britânico em 1929, ou no verdadeiro tratado sobre colonização de Frederick Lugard (1922).

Sobre esse ponto Arndt estabelece a diferença entre as tradições de onde provem a concepção de desenvolvimento econômico no sec. XX. A linhagem hegeliana-marxista

---

<sup>15</sup>É curioso também que autores dentro da tradição marxista, como Lenin, Bukahrin e Rosa Luxemburgo, oriundos de regiões periféricas no capitalismo tenham se voltaram justamente para temas relacionados ao tema do colonialismo do sec. XIX, época do apogeu do império colonial britânico.

perceberiam desenvolvimento como processo histórico orientado por uma lógica interna, "without being consciously willed by anyone". Por outro lado, na linhagem enraizada na experiência colonial o desenvolvimento econômico era conduzido especialmente, mas não exclusivamente, pelos governos coloniais. No sentido hegeliano-marxista um sistema econômico "se desenvolve", se realiza a partir de dentro, de suas tendências endógenas. No sentido construído pela administração colonial britânica e a história econômica desta colonização, o desenvolvimento econômico é imputado externamente, especialmente sobre os recursos naturais coloniais; estes é que devem "ser desenvolvidos". Arndt conclui: "*economic development in Marx's sense derives from the intransitive verb, in [Lord] Milner's<sup>16</sup> sense from the transitive verb*" (Arndt 1981, p. 461).

O significado transitivo do desenvolvimento empregado pela história econômica colonial inglesa, portanto, tem como cerne a mobilização de recursos naturais do trabalho orientada pela indústria europeia. Arndt (1981) esclarece que este sentido se estabelece bem cedo no debate econômico e político da administração colonial britânica na Austrália<sup>17</sup>. Documentos da companhia colonial britânica na região apresentam nas décadas de 1830 e 1840 – um século antes da teoria e do projeto político do desenvolvimento em escala global – a necessidade de contínua intervenção das autoridades coloniais como estratégia para o *desenvolvimento dos recursos naturais* disponíveis. Entre as intervenções - realizadas ou reivindicadas - está a introdução de população e a implantação de condições estruturais a serem realizadas pelo estado, ou por ele capitaneadas. Estas intervenções teriam como norte a capacidade de exportação dos recursos naturais.

Nota-se que a política colonial, a inglesa especialmente, antecipa experiências e suscita uma interpretação do fenômeno do desenvolvimento. Isso é válido também no tocante às preocupações com bem estar e condições de vida de populações nativas em áreas coloniais. Arndt (1981) observa que inicialmente tais problemas não eram contemplados por nenhuma das duas tradições. Tais preocupações viriam a se incorporar ao repertório de políticas coloniais, particularmente no bojo da concepção de *dual mandate* e da

---

<sup>16</sup> Alfred Milner (1854-1925), político e administrador colonial britânico, conhecido por sua atuação dura e arrogante na política colonial britânica, especialmente na África do Sul e Egito. Expressou claramente a posição de que a administração colonial tinha o papel de desenvolver os recursos naturais nas colônias (Arndt 1981).

<sup>17</sup> É interessante saber que o professor H.W. Arndt lecionou em Camberra, Austrália, e pesquisou sobre economia da região durante três décadas, de 1950 a 1980. Isso ajuda a compreender a proeminência da região na sua discussão.

chamada *trusteeship doctrine*. Ambas as ideias podem ser compreendidas como um esforço das potências europeias em direção a uma expressão racional e pretensamente humanista de sua presença como poder externo em exercício de tutela sobre “*the subject races*” (Lugard 1922).

As preocupações geopolíticas do pós I Guerra Mundial trouxeram à tona tentativas de renovar as relações coloniais.<sup>18</sup> Esse é ponto essencial da concepção e defesa do chamado *dual mandate*, formulado por Frederick Lugard, expoente aparato burocrático colonial britânico. Segundo Lugard, o império britânico tinha *dupla responsabilidade*: desenvolvimento de recursos e bem estar (*welfare*) dos povos nativos a serem promovidos nos territórios coloniais (Arndt 1981).

#### 2.1.4. Instituições coloniais e desenvolvimento.

A importância da experiência colonialista na constituição do discurso do desenvolvimento no séc. XX pode ser visualizada pela análise de textos publicados pela revista *The Round Table: The Commonwealth Journal of International Affairs* entre os anos 1934 e 1946. A revista, criada por pessoas envolvidas nos esforços de transição entre o colonialismo praticado até o final do séc. XIX e as condições políticas do séc. XX oferece um quadro detalhado do debate realizado no Reino Unido sobre os rumos da política colonial inglesa na primeira metade do séc. XX<sup>19</sup>. O primeiro texto surge ainda em meio as turbulências da crise que se iniciara em 1929. O último é publicado no ano anterior à independência da Índia (1946): *The future of colonial trusteeship* (1934); *Future of the colonies* (1942); *The international interest in colonies* (1944); *The trusteeship system* (1946).

Não faremos uma análise detalhada do conteúdo dos textos, que por sua riqueza parecem merecer um trabalho a parte. Apenas se quer destacar alguns elementos que

---

<sup>18</sup>No contexto geopolítico pós I Guerra Mundial, a existência e persistência de relações coloniais parece ter se transformado num aparato anacrônico. Ao mesmo tempo, seu desmonte não era considerado pelas potências ocidentais como necessária. A percepção de anacronismo, entretanto, transparece na relativa reconstrução conceitual das práticas coloniais. As ideias de mandato dual e tutela são então incorporadas ao discurso colonial e diplomático, visando evidenciar uma *obrigação civilizatória* das potências ocidentais dirigida às sociedades a quem se imputa incapacidade de se autogovernar.

<sup>19</sup>Essa publicação existe desde 1919, e foi fundada por um grupo de influentes figuras da política colonial britânica, especialmente Alfred Milner (1854-1925) e Lionel Curtis (1872-1955). Milner e Curtis trabalharam juntos como servidores do Império Britânico na África do Sul, e estabeleceram a revista como órgão do *Round Table Movement*, criado em 1909 com o objetivo de manter a proximidade entre a Inglaterra e as nações formadas pela emancipação de antigas colônias. Curtis foi um dos idealizadores da Commonwealth como um desdobramento das transformações do Império no séc. XX. Os artigos discutidos aqui não são assinados por nenhum autor. Não encontramos referências a autoria em textos da Round Table deste período, o que parece ter como intenção reforçar o caráter de opinião institucional dos artigos. Por isso os textos serão citados apenas como “Round Table (Ano)”.



dão suporte a um argumento, qual seja: a passagem ou recomposição das relações entre potências europeias e colônias funcionou como um prolongado processo de formação de mecanismos institucionais e codificação de conhecimento teórico de grande importância para a teoria do desenvolvimento. Vários autores tem assinalado que o processo de descolonização exerceu influência na emergência da teoria do desenvolvimento econômico como um campo autônomo dentro da ciência econômica (Bastos e Britto 2010). Menos atenção tem sido dispensada, pelo menos no debate dos próprios economistas, ao prolongamento do élan colonial na concepção e condução dos projetos de desenvolvimento e no desenvolvimento como corpo teórico.

O conteúdo dos textos publicados pela *Round Table* permite perceber que o debate sobre o destino das relações coloniais conduzido no Reino Unido ao longo de toda a primeira metade do séc. XX esteve conectado com temas que se tornariam caros à teoria e projetos de desenvolvimento nas décadas seguintes.

O embate internacional em torno do destino dos territórios coloniais contribuiu para a formação de práticas institucionais que seriam apropriadas pelas instituições cujo mote e discurso serão o desenvolvimento das “áreas atrasadas” ou subdesenvolvidas. Os experimentos sociais e econômicos derivados da relação entre as potências e áreas dominadas, e também da realidade econômica dos países centrais abalada pelos eventos das guerras e crises do período entre 1914 e 1945, serviram de terreno a partir do qual novas *práticas* sociais que seriam codificadas nas *teorias* econômicas do desenvolvimento. Em ambos os casos o aprendizado político e científico construído nas relações coloniais se prolonga na teoria e nos projetos políticos de desenvolvimento como uma tessitura de *colonialidade*, às vezes mais, às vezes menos explícita, mas não sem consequências.

O turbulento período entre o início da Primeira Guerra Mundial em 1914 e a constituição da ONU na Conferência de São Francisco em 1945 serviu às potências ocidentais como terreno de aprendizado no manejo de temas econômicos, com menores constrangimentos do que aqueles de sua própria economia nacional – opinião pública, interesses organizados, regras da política parlamentar, etc. Sob o controle direto dos governantes e “a disposição” de empresários e pesquisadores destes países, estava até o final da década de 1940 praticamente todo o continente africano, o subcontinente

indiano e a Ásia insular. Sob sua muito forte influência grande parte da América Latina e Caribe.

A transformação das relações coloniais em relações diplomáticas com nações politicamente independentes marcou a primeira metade do séc. XX, embora em alguns casos tenham se prolongado muito mais. Inseridas em relações coloniais estavam os problemas do acesso a recursos naturais e matérias primas e formação de mercados de consumo (Round Table 1942). Mas havia também as possibilidades amortecimento de tensões sociais e da competição econômica doméstica, a formação de quadros burocráticos e condução de experimentos sociais e a pesquisa científica. A própria capacidade de formulação de política econômica, no quadro de expansão do papel do estado na economia foi também projetada na política colonial (Round Table 1942). A coordenação de investimentos e controle de variáveis macroeconômicas, o manejo de grandes projetos de instalação de infraestrutura.

O remodelamento das relações coloniais em nível mundial abriu-se também na experimentação e constituição do que seria no futuro o aparato institucional de promoção das políticas internacionais de desenvolvimento. A criação da Organização das Nações Unidas - ONU, na Conferência de São Francisco em 1945, deriva em primeiro lugar da constituição da *nova ordem* em mundo desorganizado pela guerra. Porém, os debates sobre o prolongamento, renovação e reestruturação das relações coloniais eram pontos centrais da construção dessa nova ordem. A instituição dentro da ONU do chamado *United Nations Trusteeship Council*, cuja motivação era forjar a transição de territórios controlados para a condição de independência ou “*self-government*” é um indício direto desta importância (Round Table 1946). Os debates sobre a transição entre o controle de colônias por alguma potência em particular e a submissão destas à formas de controle combinado ao “*economic and socialimprovement*” vinham ocorrendo há muito. As proposições sobre a forma que a transição deveria assumir eram variadas. Em um extremo – inicialmente proposto por segmentos políticos à esquerda – se propunha a retirada completa do controle das potencias ocidentais e sua internacionalização. O controle dos territórios coloniais ficaria sob um organismo internacional, o que traria a diluição dos conflitos pelo acesso aos recursos coloniais, incluído o trabalho e o mercado de consumo. Em propostas mais convencionais o modelo seria a criação de agências internacionais de regulação, responsáveis pela conciliação de interesses das diversas potencias econômicas e

manutenção de uma fronteira estável de recursos naturais e mercados de consumo. Isso também incluía a instituição de divisões regionais afinadas com os problemas específicos de diferentes áreas e sociedades (Round Table 1944). Há bastante proximidade destas propostas com o formato assumido por instituições do pós-guerra, dentro dos acordos de Bretton Woods.

Relações de controle, dominação ou tutela criadas no colonialismo se prolongaram de formas politicamente atenuadas, mas talvez economicamente mais profundas, no pós-guerra. A questão importante aqui é que as novas formas de mediação que essas relações assumiram passaram a ser justamente organizadas em torno da ideia de desenvolvimento.

Furtado (1978), em um dos textos em que é mais crítico da teoria do desenvolvimento, havia destacado a continuidade entre o que chamou de ideologia do desenvolvimento e a precedente ideologia do progresso:

*Da mesma maneira que a ideia de progresso transformou-se em alavanca ideológica para fomentar a consciência de interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos, nas sociedades em que a revolução burguesa destruiu as bases tradicionais de legitimação do poder, a ideia de desenvolvimento serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência (Furtado, 1978, p. 76).*

O discurso do desenvolvimento, em seu componente ideológico, prolonga a tradução de interesses parciais como interesses gerais, que já fora feita pela ideologia do progresso:

*...implicando a difusão das racionalidades, dos modos de organização e das formas de reprodução das relações sociais de produção dos velhos aos nos novos espaços dominados pelo capitalismo. (Monte-Mór 2015, p. 13).*

Ainda durante o segundo conflito mundial as ideias de planos de reconstrução econômica ou criação planejada de economias desenvolvidas se tornam comuns na discussão de órgãos internacionais e os termos *underdevelopment* e *backward areas* ingressa no debate econômico de modo claro (Arndt 1981, Escobar 1995, Bastos e Britto 2010).

O trabalho de Paul Rosenstein-Rodan, “*Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe*”, foi publicado ainda durante a guerra (1943)<sup>20</sup>. Devido a este

---

<sup>20</sup>Durante a II Guerra, Rosenstein-Rodan foi secretário do Royal Institute of International Affairs. Essa instituição, ligada à publicação da revista Round Table, esteve desde o início do conflito realizando estudos sobre o pós guerra e a reconstrução (Sachs 2001). Segundo Sachs (2001) Rosenstein-Rodan tinha como subordinado o também polonês H.W. Arndt. Ambos trabalharam no período da guerra em cooperação com emigrados do leste europeu que mais

trabalho Rosenstein-Rodan é considerado pioneiro na teoria do desenvolvimento econômico. Outros trabalhos que se tornariam clássicos na teoria do desenvolvimento como os de R. Nurkse, A. Lewis, W.W. Rostow, C. Clark, T. Scitovsky seriam publicados apenas nos anos 1950 (Agarwala e Singh [1957] 2010).

O título do trabalho de Rosenstein-Rodan faz referência à industrialização e não diretamente ao desenvolvimento. Esse aspecto ajuda a perceber que a abordagem dos problemas do desenvolvimento econômico a partir daquele momento seria em grande medida feita do ponto de vista da implantação da industrialização e medido pela expansão da renda per capita. Arndt observa que o debate sobre o *crecimento* viria a se sobrepôr à preocupação com o desenvolvimento, dado que “*in the immediate postwar years, ‘economic development’ became virtually synonymous with growth in per capita income in the less developed*” (Arndt 1981, p. 465).

H. Arndt finaliza o trabalho que discutimos argumentando que a superação dessa identidade entre crescimento e desenvolvimento havia consumido duas décadas anos do debate econômico. Ele conclui laconicamente: “*one form this endeavor has taken is to breathe into “development” some of the Hegelian connotations that had got lost on the way*” (Arndt 1981, p. 466).

O autor registra o eclipse da tradição hegeliana, mas não discute as causas de sua perda de peso no debate. Ao mesmo tempo seu trabalho apresenta a história econômica colonial inglesa como a linhagem que dá origem a teoria do desenvolvimento no pós-guerra. O texto encadeia fatos e debates ligados ao colonialismo, atingindo como desfecho o surgimento dos trabalhos que se considera pioneiros na teoria, como Rosenstein-Rodan e Lewis. A discussão se encerra, sem retomada diferenciação das tradições ou as relações entre ambas, apenas assinalando que a tradição hegeliano-marxista “se perdeu pelo caminho”.

Tentamos acima – com base na análise dos textos publicados na revista Round Table – tornar mais explícitas ligações que no séc. XX se estabelecem entre as instituições coloniais e o arranjo institucional consolidado no pós guerra, e que teria papel importante nos projetos de desenvolvimento.

---

tarde se tornariam célebres na economia e ciências sociais: N. Kaldor, K. Manheim, K. Polanyi, T. Scitovsky, H. Singer e K. Mandelbaun.

Uma possível interpretação do que fica subjacente à argumentação de H. W. Arndt é que a experiência colonial constrói *uma* trajetória de desenvolvimento econômico. Ela está inscrita na prática social da divisão internacional do trabalho constituída pelas relações entre economias centrais e periferias do mercado mundial. Também é possível dizer que ela corresponde ao conteúdo histórico das categorias analíticas da economia clássica aplicada ao mercado mundial, isto é, a teoria das vantagens comparativas formulada inicialmente por David Ricardo.

Em termos institucionais esta trajetória encontrou continuidade no aparato institucional que se consolida no pós-guerra. Essa interpretação é assumida por autores críticos da teoria do desenvolvimento (Sachs 1995) ou do direito internacional (Saito 2010). O fato da teoria e projetos de desenvolvimento possuírem como objeto as áreas subdesenvolvidas é apenas a evidencia mais crua desse processo.

No entanto, é preciso adicionar que essa trajetória tem como elemento organizador um processo *pioneiro* e *endógeno* de industrialização (Prebisch 1949, Furtado 1961). Somada à divisão internacional do trabalho – esta como elemento organizador em escala global – *aindústria* é o motor desta trajetória, a qual se ajusta e dá sentido a narrativa de Arndt do desenvolvimento econômico como desdobramento da história econômica colonial.

*Nesta narrativa, que tem verdade mas é unilateral, o desenvolvimento significa expansão das condições econômicas em função da inserção de recursos naturais dos territórios coloniais na dinâmica econômica mundial, com mediação da estrutura produtiva industrial. Nestes termos o desenvolvimento revela um claro sentido transitivo: corresponde ao desenvolver dos recursos naturais coloniais, logo as periferias são desenvolvidas mais do que se desenvolvem. Mas também é certo que está aí em jogo um sentido intransitivo: as economias centrais dotadas do núcleo dinâmico industrial se desenvolvem em um movimento endógeno. E no entanto esse movimento a partir de dentro não se isola, não é fechado em si mesmo: ele depende da apropriação dos recursos e da formação de mercados coloniais.*

O argumento é simples, entretanto permite integrar as duas narrativas: a mobilização exógena *desenvolve os recursos* dos territórios coloniais e países periféricos, a partir de forças que parte do núcleo *industrial* endógeno aos países centrais, que *se desenvolvem* nesse processo.

A ligação entre as narrativas recupera o lugar da tradição hegeliana: o desenvolvimento é um “vir a ser”. É a emergência a partir de dentro de transformações que o sistema social cria e atravessa. Um processo no qual possibilidades se tornam realidades, o que não significa a criação contínua de situações mais desejáveis, dado que conflitos e contradições são inseparáveis do processo. Este movimento, organizado a partir de dentro, possui um sentido concreto que é dado pelo processo de industrialização, e interliga concretamente o que é externo, por meio da intensificação das relações econômicas internacionais, entre países centrais e periferias (colônias/ex-colônias).

Conectar os sentidos transitivo e intransitivo do desenvolvimento nos conduz a duas questões, que não são novidade<sup>21</sup>. A *primeira* é que o desenvolvimento das economias capitalistas é um processo que se manifesta de forma diferente nos países centrais e nas periféricas. A *segunda* é que esse fenômeno tem como cerne a capacidade da indústria de *conferir sentido econômico*, mas também *significadossocial* em termos amplos, para os recursos naturais, isto é, conferir ou modificar o significado do próprio mundo não humano. Fazendo isso, a indústria como centro dinâmica da vida econômica cria e recria constantemente as condições de sua existência. Ambas as questões, não generalidade da experiência europeia e papel do núcleo endógeno em relação aos recursos naturais, foram fundamentais na reformulação do problema do (sub)desenvolvimento, realizada pela economia estruturalista latino americana, Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, entre outros.

### ***2.1.5. A teoria do desenvolvimento como conhecimento positivo e as críticas do estruturalismo latino-americano***

A teoria do desenvolvimento econômico emergiu nos anos 1940/1950 como respostas a problemas novos ou renovados. Celso Furtado em “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” diz:

*Uma teoria científica pressupõe a existência de problemas cuja solução é motivo de preocupação de algum grupo social. É indispensável, portanto, que se reconheça a existência do problema para que a solução possa constituir objeto de especulação dos homens de pensamento. O desenvolvimento econômico que tanto preocupava os primeiros clássicos em luta contra os resquícios do feudalismo, não voltou a constituir um problema senão praticamente em nossos dias (Furtado 1961/2009, p. 81).*

---

<sup>21</sup> Os pontos a seguir estão implícito/explicitos na abordagem de Prebisch e no estruturalismo latino-americano. Estas avançam justamente porque tornam explícita a mediação industrial e suas consequências em termos do desenvolvimento desigual. Na obra de Lemos (1982, 1988) a constituição das estruturas de desigualdade são investigadas em termos da captura desigual das rendas espaciais (derivadas da acumulação no espaço) em oposição às rendas naturais (derivadas de modo mais estrito da exploração de recursos naturais).

Acontecimentos como o fim dos impérios coloniais, as guerras mundiais e Grande Depressão (1929-30) modificaram o mundo na primeira metade do séc. XX, dando razão as afirmações de Furtado. Um conjunto novo de problemas havia se tornado incontornável para a teoria econômica.

Essas questões modificaram questões internas aos países centrais e problemas políticos, econômicos e sociais em escala mundial. A teoria econômica como ferramenta de intervenção no mundo construída nos países centrais passaria por reformulações em função destas transformações históricas. Entre estas reformulações estava a necessidade de enfrentar os “problemas do desenvolvimento”. Essa agenda renovou questões conhecidas e colocou questões novas.

Quanto às condições internas aos países centrais, a crise das instituições coloniais e do antigo regime, e as transformações trazidas pelas Guerras e Grande Depressão obrigou o reconhecimento de novos problemas. A Europa manteve relações coloniais com os demais continentes desde final do séc. XV. Por quase cinco séculos, em vários graus e formas, as nações da Europa ocidental se envolveram nos negócios coloniais. Nas primeiras rodadas houve o fluxo de metais preciosos, a produção das primeiras commodities como o açúcar produzidas com trabalho escravo e aparato proto-industrial, e a apropriação de um conjunto variado de recursos menos propalados mas igualmente importantes, como as especiarias da Índia e da Amazônia, como o cacau.

Com base na dominação dessa plêiade de recursos naturais foram criadas cadeias econômicas: renovação da técnica, estruturas de beneficiamento, transporte e distribuição na Europa. Os sistemas de crédito se ampliaram e sofisticaram. As técnicas de administração, manejo de riscos, a prática organizada do investimento e outras esferas complexas de um novo universo econômico. Esse aparato, que configura o próprio avanço econômico da Europa surgiu com base nos fluxos econômicos e nos excedentes criados com fundamento nos recursos naturais e sociais das sociedades colonizadas. Mais além da transferência de valores de um polo a outro, houve a criação do sistema que colocava uns e outros, centro e periferias, em posições (dinâmicas) distintas.

Os países centrais enriqueceram seu conhecimento sobre a geografia e a diversidade do mundo natural. Se apropriaram de conhecimentos de inúmeras sociedades, permitindo um salto técnico, tecnológico e produtivo sem precedentes. Os efeitos cumulativos dos

fluxos de riqueza da época colonial abriram as portas do mundo industrial e também da competição econômica e militar, que de algumas formas desemboca nas crises políticas, bélicas e econômicas do final do séc. XIX e início o XX, que exigiram metamorfoses profundas no aparato colonial.

A crise do sistema colonial trouxe a tona dentro dos próprios países centrais os limites do discurso político liberal. O aprofundamento das crises cíclicas da economia em níveis próximos a “beira do abismo” como a Grande Depressão e a agudização das lutas de classes fez retroceder a autoridade dos defensores estritos da não intervenção, como ilustra o título de um texto de Keynes (1926) – *“The end of laissez faire”* – de dez anos antes da *Teoria Geral* (Bastos e Britto 2010).

Em direção ao extremo inverso, a ânsia de controle do estado fascista alemão se estendeu da produção industrial a reprodução cotidiana da classe trabalhadora. Tal governo esteve empenhado em produzir bens de consumo durável para um amplo mercado, como “carro do povo” ou “aeronaues do povo”. Numa versão antecipada e sombria do fordismo, tentou a criação de aparatos de provisão de moradia, lazer e até empresas de turismo e viagens conectadas de perto com o aparato nazista (Baranowski 2004).

Nos EUA, a recuperação econômica da grande depressão conduzida com o *New Deal* se deu com nítido afastamento do governo federal das políticas liberais. Por meio da rápida criação de várias agências governamentais, Roosevelt ampliou a capacidade de ação do estado em questões econômicas e sociais, da produção e da reprodução. Nos famosos primeiros “100 dias” sua administração colocou em operação um extenso programa de reformas econômicas em recuperação industrial, produtividade agrícola, condições de crédito, investimento e mercado de ações, atuação de bancos, infraestrutura, energia elétrica, relações de trabalho. Novas agências também atuaram ativamente na “esfera da reprodução”: geração de trabalho e renda, incentivo à sindicalização e poder de barganha dos trabalhadores, acesso à moradia, reflorestamento, recuperação de áreas degradadas por secas, erosões e enchentes, incentivo às artes, música e teatro.

O *New Deal* “...had invented wholly new institutions to restructure vast tracts of nation’s economy”. Uma das instituições mais destacadas criadas naquele momento, e ainda em operação, a despeito de uma trajetória controversa, foi a Tennessee Valley Authority – TVA. Esta agência “had designated the great Tennessee watershed as the



*site of an unprecedented experiment in comprehensive, planned regional development”* (Kennedy 1999, p. 153).

Nestes termos, o *New Deal* pode ser visto como um grande conjunto de *experimentos sociais* de reconstrução coordenada e rápida das condições econômicas norte americanas. Estes experimentos recriaram dinâmicas que o mercado havia perdido a condição ou o interesse de integrar a vida econômica. Em outros casos, o objetivo foi criar as dinâmicas em áreas, grupos sociais, recursos ou segmentos da vida cotidiana até então externos a vida econômica. A expansão da vida econômica pela mercantilização do universo cotidiano se reforçou como característica da economia norte-americana. O *New Deal* contém um grande experimento social de desenvolvimento a partir de dentro.

Outra modificação em direção à importância dos projetos de desenvolvimento em escala internacional seria a perda de crédito das políticas liberais, ocasionada pelo período das guerras e da depressão econômica dos anos 1930. As Guerras impulsionaram as “economias de guerra” em escala e racionalidade industrial. Economias nacionais foram dotadas de aparatos de planejamento e expansão organizada. A economia brasileira entrou no período de intervenção e planejamento das ações estatais em nova escala no longo período do governo de Getúlio Vargas. Nos EUA as modificações ocorridas durante a guerra foram grandes:

*Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se tornaram na prática uma economia “planejada”, com metas quantitativas de produção, controles de preços e agências de fomento e planejamento para setores específicos da economia, como construção naval e alimentos. Boa parte do aparato estatal intervencionista era herdeiro das agências criadas pelas políticas do New Deal... com a guerra se expandiu substancialmente a base de incidência do imposto de renda, e se reforçou a estrutura sindical, com expressivo aumento dos trabalhadores sindicalizados. O período de 1940 a 1944 foi também o de maior crescimento na história econômica americana desde 1790, com uma taxa média de 13,7% (Bastos e Britto 2010; p.36. Nota de fim).*

Terminada a guerra, o lançamento do Plano Marshall em 1947 e a experiência soviética de planejamento, coroaram o rol de experimentos sociais que trouxeram à política econômica estatal a um novo nível.

Nas relações entre os países centrais e as ex-colônias, as modificações não foram menores. Myrdal (1965) argumenta que os países subdesenvolvidos adquiriam consciência de sua situação de desvantagem e privação. Por meio de governantes e porta-vozes, esses países atribuíam parte da responsabilidade por sua situação aos países centrais. Novas nações aspiravam novas condições: “todos esses países pobres, quando

tocados pelo Grande Despertar, aspiram ao desenvolvimento econômico e a independência nacional” (Myrdal 1965, p. 25).

O “grande despertar” acontecia para as nações recém-emancipadas e também em regiões onde a independência viera antes, como a América Latina. As guerras e a Grande Depressão modificaram a situação destas economias: o comércio internacional foi alterado continuamente entre 1914 e 1945. Nessas três décadas estes países precisaram modificar seu regime de exportações e solucionar de novas maneiras sua demanda por produtos industrializados. Essa experiência deu origem ao processo singular de industrialização, o processo de substituição de importações. No caso brasileiro um núcleo industrial se organizou, controlado em grande parte por capitais internos vindos do ciclo de exportação do café. Esse processo transcorreu de modo variado na América latina, onde governos nacionais se empenharam na construção de políticas de autonomia e desenvolvimento. ao mesmo tempo foram alvo de expedientes militares, políticos, econômicos, culturais e acadêmicos da política imperialista dos EUA (Escobar 1995).

Os países periféricos se esforçaram em se apropriar do discurso e dos projetos do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o aparato institucional criado no final da Guerra sob o controle dos países centrais traziam consigo estruturas de acomodação conservadora das demandas dos países periféricos. As transformações nos aparelhos de estado, na visão de teoria econômica para molduras pós-coloniais que prolongaram efetivamente as posições relativas entre centro e periferias da economia capitalista internacional.

Na perspectiva que desse trabalho, é importante destacar a consolidação da abordagem macroeconômica do desenvolvimento, elevando ao primeiro plano o desempenho no plano internacional das economias nacionais como métrica fundamental do processo de desenvolvimento. Orientado dessa maneira, o desenvolvimento como projeto nacional se parece com um desafio no qual os países periféricos devem se associar o mais possível ao modelo de sociedade criado no centro.

Transformada em conhecimento positivo, pela experiência prática das mudanças do estado e da economia na primeira metade do séc. XX, a teoria do desenvolvimento econômico se focalizou principalmente no desempenho da economia nacional, com uma

ênfase macroeconômica. Além disso, no que tange às economias periféricas, essa perspectiva levou à hipertrofia da importância do setor externo da economia e na ênfase da intensificação das relações de produção industriais. esse enfoque prolonga a tendência estruturada nas economias periféricas de reduzir a importância da resolução dos problemas internos e da própria atribuição interna de sentido aos recursos detidos pelas sociedades periféricas.

\*\*\*

Segundo Celso Furtado<sup>22</sup> a teoria do desenvolvimento econômico trata de “explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e se utiliza o produto social” (Furtado 1961/2009, p.81).

Furtado interpreta que a teoria do desenvolvimento econômico se organizou sob inspiração da macroeconomia keynesiana, ajustando-se à escala do estado nação, e ao papel do estado na modificação intencional do sistema econômico.

Na obra de Keynes havia a preocupação com a determinação de curto prazo do nível de emprego dos fatores. A Grande Depressão reforçou o estudo das flutuações econômicas. Ainda na década de 1940 pairava certo pesar entre os economistas: a profundidade, as causas e saídas da crise foram percebidas muito lentamente. Mesmo que o prestígio keynesiano estivesse derrubando agendas de pesquisa anteriores (Meier 1984), a própria obra de Keynes permitiu a reavaliação das flutuações da renda, embora de início apenas no curto prazo.

---

<sup>22</sup>Numa dessas confluências explicáveis, mas ainda assim interessantes e sugestivas, a obra de Celso Furtado representa uma convergência de tendências formativas e interpretativas que já mencionamos aqui. Havendo se doutorado na França— onde escreveu uma tese sobre a *economia colonial* brasileira - Furtado carregou em sua obra uma influência forte, embora explicitada tardia e discretamente, do economista francês François Perroux. Este por sua vez fora aluno e orientando de Joseph Schumpeter, tendo traduzido e escrito dois livros sobre o trabalho do autor alemão, um por sinal denominado “Marx, Schumpeter, Keynes”, três autores de forte influência na obra de Furtado (Furtado 1961/2009). Após a conclusão do doutorado, antes de tornar-se um acadêmico de renome, Furtado trabalhou na Cepal, instituição criada pela ONU para a promoção do desenvolvimento na América latina, sob a direção do economista argentino Raul Prebisch. Como técnico da Cepal, Celso Furtado desempenhou papel importante na concepção de políticas de desenvolvimento na América latina. Mais tarde se tornou figura chave também nas políticas de desenvolvimento brasileira. Foi fundador e primeiro presidente da SUDENE e ministro de estado do governo João Goulart, deposto por um golpe militar em 1964. Assim como Prebisch, decano do estruturalismo latino americano, que exerceu influência (confessa) sobre o economista brasileiro, Furtado faria eminentes contribuições ao estruturalismo e à teoria da dependência (Rodríguez 2009, Mallorquín 2005).

As tendências cíclicas da economia, de curto e longo prazo, já eram objeto de estudo desde o início do séc. XIX<sup>23</sup>. Mas a criação de políticas anticíclicas – como o *New Deal* – atingiram nova importância depois da Crise de 1929. Políticas anticíclicas definidas para reverter momentos de recessão econômica, combinadas à programas de investimentos coordenado para recuperar a dinâmica econômica se aproximam de “políticas de desenvolvimento”, pelo menos no caso dos países já dotados de uma economia dinâmica e de alta produtividade (Furtado 1961/2009).

Os limites da obra de Keynes para o manejo políticas de investimento foram ultrapassados na década de 1940, pelo trabalho dos economistas Roy Harrod e Evsey Domar. Keynes havia atribuído ao investimento à condição de variável chave na determinação do produto, mas concentrou-se nos problemas de curto prazo e por isso “não inferiu todas as consequências” de sua proposição. “Limitou-se a observar as inversões como um fator gerador de renda. Entretanto, não existem inversões líquidas sem acumulação de capital”. Ocorre que investimento funciona simultaneamente como gerador de renda e criador de capacidade produtiva, e nesses termos o estoque de capital passa a ser um elemento endógeno na determinação da renda. Investimentos – ou sua ausência – em um período são determinantes na flutuação do produto nos períodos seguintes (Furtado 1961/2009, p.83)

Os modelos Harrod-Domar permitiram pesquisas e testes de hipóteses sobre o comportamento de longo prazo de relações entre investimento formação de capital, poupança e consumo, e poupança e investimento, e isso a diferentes níveis ou trajetórias destas variáveis. Isso significou avanço na eficácia dos aparatos de planejamento e controle macroeconômico, e também reforço no poder de convencimento de economistas, planejadores e órgãos internacionais diante dos homens de estado.

O desacordo de Keynes com a hegemonia neoclássica trouxe a retomada das preocupações dos economistas clássicos com a *expansão do sistema econômico*, e não apenas seus problemas de alocação de recursos. Esse aspecto devolveu peso ao problema da acumulação de capital, e trouxe ao primeiro plano os problemas da produtividade dos fatores, e de como alcançar surtos de expansão econômica via progresso técnico e economias de escala.

---

<sup>23</sup>Sismondi (1819) e Juglar (1862), Kondratiev (1925), Kuznets (1930) e Schumpeter (1939) são algumas das principais referências no debate sobre os ciclos econômicos.

Os anos 1950 e 1960 foram um período de grande expansão econômica dos países centrais. O arranjo econômico fordista se afirmou nos EUA e Europa. A confluência do legado keynesiano e da experiência institucional da primeira metade do século, somados ao arranjo institucional do pós-guerra no nível internacional, formou um núcleo poderoso para o discurso e os projetos de desenvolvimento.

Integradas ao corpo da teoria econômica a partir dos modelos de crescimento dinâmico a teoria do desenvolvimento atingiu alto um nível de generalidade e abstração. Consolidou-se como tema técnico, interesse de estado de primeira grandeza. Nesse sentido os “objetos de pensamento” da teoria do desenvolvimento tornavam-se ao mesmo tempo “mais abstratos e mais concretos” (Lefebvre 1975). Mais afastados dos fatos sensíveis e cotidianos, os conceitos surgiam mais abstratos. Dotados de maior poder explicativo mais penetrante, esses conceitos apareciam também mais concretos, mais efetivos.

Os projetos de desenvolvimento foram elevados ao status de uma ideia auto justificada. Na retórica dos organismos internacionais sua aplicação parecia irrestrita e inquestionável. Todos os sacrifícios para atingir o status de economia desenvolvida seriam compensadores, e no entanto a própria ONU admitia em 1951 que “*the rapid economic progress is impossible without painful adjustments*” (Escobar 1995, p. 4).

Rostow (2010) formulou uma das versões mais influentes da teoria do desenvolvimento econômico: o enfoque da decolagem para o crescimento. A hipótese de Rostow é que diante das condições adequadas “o processo de crescimento” acontece de modo concentrado “num intervalo de algumas décadas”. Nesse intervalo a economia passa por fases, e então atinge um estágio no qual o crescimento “é mais ou menos automático”. Rostow denomina a transformação decisiva *decolagem* (Rostow 1965/2010, p. 181). Ela dependeria de da existência de uma taxa de poupança adequada, o surgimento de um ou mais setores manufatureiros com alta taxa de crescimento e do surgimento de uma estrutura política, social e institucional adequada para o aproveitamento das economias externas geradas pelos setores de ponta, de forma a conservar o ritmo de expansão econômica.

O conjunto de regras derivadas da experiência histórica da industrialização da Inglaterra, teve efeito duradouro no debate e na formulação de projetos. Sua clareza e seu conteúdo histórico concreto consolidou também a noção de que o desenvolvimento

percorria fases. Essas poderiam se prolongar mais ou menos, mas seriam percorridas e atingiriam um desfecho, a decolagem. As economias periféricas tinham um caminho a seguir.

Por outro lado, os problemas do desenvolvimento nas periferias continuavam a se deparar com objetos aparentemente menos abstratos: a exploração de recursos naturais e sua exportação. Como essas atividades, implicavam algum nível de condições gerais de produção industrial a existência de um básico condições de industriais de produção se tornou condição a economia exportadora.

Mas a internalização de fato da industrialização nos países subdesenvolvidos foi sempre objeto de controvérsia. A teoria e os projetos de desenvolvimento se fortaleceram como resposta às demandas de superação da desvantagem econômica. Mas por esse caminho a teoria se viu diante da tensão de afastar-se do paradigma liberal das vantagens da especialização produtiva. As hipóteses básicas deste paradigma colocavam limites aos experimentos de modificação intencional da economia nos países periféricos, em especial experimentos autônomos.

As vezes nem os esforços de *teorização autônoma* feitos na periferia foram recebidas com boa vontade por acadêmicos países centrais. Especialmente quando se afastavam do argumento das vantagens do livre comércio internacional. A reação ao trabalho do economista argentino e figura central da Cepal, Raul Prebisch é paradigmática quanto à aceitação de explicações teóricas heterodoxas e periféricas. A chamada hipótese Prebisch-Singer<sup>24</sup> questionava a validade dos ganhos do livre comércio internacional, insuficiente segundo a hipótese para o desenvolvimento dos países exportadores de matéria prima “*The Prebisch-Singer thesis contradicted a long tradition of contrary belief among economists*” (Toyle e Toyle 2003, p. 438).

A intensidade do questionamento à Prebisch chama atenção particularmente (Street 1984, Bianchi 1999, Bianchi 2003). Jacob Viner, economista canadense, foi dos críticos mais severos (Viner 1953/2010). Em 1951, no Rio de Janeiro, questionado sobre o trabalho de Prebisch respondeu ironicamente: “*I learn from this document that the doctrine of the mutual profitability of international division of labor is an obsolete dogma*” (Bianchi 2003).

---

<sup>24</sup> Henri Singer, economista americano e ocupado na ONU, assim como Prebisch, público no mesmo mês e ano que este, seu estudo sobre a deterioração dos termos de troca internacional em desfavor da periferia. A hipótese correlata ficou conhecida como Singer-Prebisch (Toyle e Toyle 2003).

Prebisch foi criticado por representantes do establishment acadêmico dos EUA e por autoridades econômicas do FMI, mas permaneceu à frente da CEPAL até 1963. Nesse período um grupo de novos economistas se formou na instituição. A CEPAL deu início à coleta de dados, à pesquisas empíricas e a formação em planejamento e programação econômica para técnicos estatais da América Latina (Street 1987). Sua influência foi grande, embora as críticas se intensificassem, à medida que a maré liberal reconquistava a academia e órgãos internacionais. Bianchi (2003) argumenta que a veemência e persistência das críticas a Prebisch se explica completamente apenas no quadro de disputas de poder e razões geopolíticas.

A escola cepalina formou expoentes da economia do desenvolvimento. Celso Furtado, Aldo Ferrer, Adolfo Gurrieri, Aníbal Pinto, Octavio Rodriguez, Osvaldo Sunkel, entre outros. Furtado levou adiante a visão de Prebisch sobre a organização da economia mundial em centros e periferias. Prebisch havia explorado o fato de que a formação de um núcleo industrial nos países centrais prolongava no tempo a apropriação desigual dos frutos do progresso técnico entre economias do *centro e periferia*<sup>25</sup> do sistema capitalista, implicando a deterioração dos termos de intercâmbio entre produtos primários e manufaturados e invalidando a generalidade da hipótese dos ganhos do comércio internacional.

Furtado (1961, 1969, 1974,1978) deu atenção à historicidade deste processo. A teoria do desenvolvimento econômico é por um lado a formulação abstrata baseada na compreensão das regularidades do processo de expansão econômica. Por outro sua generalidade é limitada pela historicidade: o desenvolvimento é um fenômeno com forte dimensão histórica, o que introduz diferentes tipos de rigidez, ausências e limites que conformam estruturas, que se prolongam no tempo/espço. O contexto em que transcorreu a formação e amadurecimento da economia nos países centrais e nos países periféricos foi muito distinto. Entre outras razões, porque nas periferias os processos de implantação e ampliação foram induzidos a partir de fora.

O núcleo industrial dos países centrais comandou o processo de inserção dos recursos naturais das periferias no sistema econômico. A própria industrialização nos países periféricos [quando] aconteceu, veio em parte como consequência de formas de

---

<sup>25</sup> A própria formulação dessa metáfora, centro-periferia, ao que tudo indica deve-se fundamentalmente a obra de Prebisch (1949). Seu uso tornou-se tão pervasivo desde então que nem se quer há a citação de autoria, mas é válido destacar que foi muito provavelmente Prebisch quem introduziu essa noção no debate acadêmico.

*mobilização* externados recursos disponíveis. Surgiu como um processo dependente de investimentos, poupança, pacotes tecnológicos e até capacidade técnica e empresarial externa. A intensificação das relações entre os países de industrialização pioneira e tardia produzia o reforço e não a diluição das posições de desvantagem dos países periféricos, a despeito de avanços nas condições internas dos países do segundo grupo. A despeito das contestações às hipóteses de Prebisch, o núcleo de seu argumento continuou dificilmente refutável.

Com base nesta visão, Furtado reformula o problema do desenvolvimento periférico, enfatizado a especificidade do subdesenvolvimento como fenômeno histórico:

*o subdesenvolvimento é, portanto um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente passado as economias que já alcançara grau superior de desenvolvimento. para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas necessário se torna levar em conta essa peculiaridade (Furtado 1961/2009; p. 167).*

A crítica de Prebisch e da Cepal a visão hegemônica do desenvolvimento esclareceu a insuficiência da visão etapista e a especificidade do subdesenvolvimento; esclareceu também se que as teorias do desenvolvimento são especialmente sensíveis às diferenças históricas e regionais (Furtado 1961/2009; Diniz 2009). Também se esclareceu a formação do núcleo econômico e de periferias na economia mundial, e as consequências desse fato para as possibilidades de superação do subdesenvolvimento pelos países periféricos. Finalmente, Celso Furtado mostrou o papel da inserção na divisão internacional do trabalho dos recursos naturais detidos pelas sociedades periféricas, e de que maneira essa entrada se desdobrou na formação de aparelhos econômicos nos quais o confronto entre a modernização exógena do consumo e o avanço restrito e lento da estrutura produtiva gera continuamente problemas de inadequação tecnológica (Furtado 1978; Albuquerque 2007).

Por esse caminho, a discussão de Furtado sobre os desafios do desenvolvimento avançou muito além de um enfoque econômico. Particularmente em “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial” (Furtado 1978), o autor assinalou os limites do próprio enfoque industrial do desenvolvimento. Mostrou que no que chama de civilização industrial, as economias de “modernização indireta” (via consumo) não alcançavam resultados satisfatórios, mesmo ingressando na dinâmica industrial, em função de sua posição dependente econômica e culturalmente. “Sendo o desenvolvimento a expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade”, tudo aquilo que bloqueia “os processos sociais em que



se alimenta essa criatividade, frustra o verdadeiro desenvolvimento” (Furtado 1978, p. 80).

Vislumbrando a difusão nos países subdesenvolvidos de padrões de consumo “modernos” induzidos externamente, Furtado expõe o papel homogeneizador e corrosivo que a simples adoção de padrões externos difunde nessas economias:

*Todo objeto que não procede diretamente da natureza e fruto da invenção humana, é um objeto de arte. Seu fim é enriquecer a existência humana... Se [todos os] objetos são adquiridos no mercado, a participação do indivíduo no arranjo da própria vida reduz-se a um mínimo, ou assume a forma de simples mimetismo social. a possibilidade criar algo para si próprio ou no quadro das relações pessoais mingua: a vida como projeto original tende a ser substituída por um processo de adaptação à estímulos exteriores. O indivíduo perceberá em torno de si uma miríade de objetos, mas sua participação na invenção destes terá sido nula.*

Como se nota, Furtado se apercebeu dos limites da “civilização industrial” como veículo de emancipação, particularmente nas sociedades periféricas. O acesso ao consumo padronizado coloca a maioria da população numa condição em que se abdica paulatinamente de inserir contribuições na criação do que há de novo no mundo. Isso é particularmente severo, na medida em que os “estímulos exteriores” atuam mais poderosamente do que a dinâmica interna a uma sociedade específica, como é usual nas periferias do capitalismo. Nesse cenário dificilmente pode haver estímulo ou abrigo à forças endógenas que promovam a expansão da “capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos”.

No entanto, a herança teórica da Cepal e do próprio Celso Furtado enfatiza a internalização de um núcleo industrial como caminho para a superação da condição periférica. Nossa percepção é que a ausência de uma visão mais clara sobre a esfera da reprodução e cotidiano, e sobre o papel do fenômeno urbano no mundo contemporâneo, coloca limites à compreensão por esses autores do que chamaremos de enfoque do protagonismo industrial.

Nos dispomos à tentar discutir as implicações dessa espécie de “protagonismo industrial” no desenvolvimento a fim de esclarecer se uma percepção mais clara sobre dois aspectos pode nos ser proveitosa na discussão do desenvolvimento na Amazônia: 1) o lugar da *reprodução* no desenvolvimento entendido como processo de expansão e enriquecimento do universo econômico e 2) o papel da base urbana como mediação entre economia e natureza dentro do que chamaremos o *enfoque do protagonismo industrial* do desenvolvimento econômico.

## 2.2. Superando o enfoque do protagonismo industrial

Tentaremos aqui tratar como enfoque do protagonismo industrial, uma perspectiva do desenvolvimento econômico na qual a importância da industrialização bloqueia a atenção a alguns aspectos relevantes, particularmente a esfera da reprodução e dentro desta as questões do cotidiano; o papel da natureza como força produtiva; e finalmente o papel da base urbana como mediação entre natureza e sociedade.

A industrialização criou uma inflexão entre as trajetórias dos países centrais e das periferias da economia capitalista. Por isso no momento em que se buscou uma compreensão teórica e um receituário de construção do desenvolvimento econômico, a industrialização forneceu elementos chave do vocabulário político e também do pensamento econômico e das ciências sociais. Phyllis Deane, historiadora britânica sintetiza a questão da seguinte forma, nos anos 1960:

*A suposição de que a revolução industrial é o caminho que conduz a afluência se constitui hoje em dia quase em um axioma da teoria do desenvolvimento econômico. Um processo contínuo de crescimento econômico pelo qual (com exceção das guerras e catástrofes naturais) cada geração pode de modo confiante esperar usufruir níveis mais altos de produção e consumo de que aquele de seus predecessores está ao alcance apenas daquelas nações que se industrializam. A disparidade gritante entre os padrões predominantes nos países subdesenvolvidos ou atrasados de nossos dias se deve essencialmente ao fato de que os primeiros se industrializaram e estes últimos não. (Deane [1965]1973, p. 11).*

As transformações introduzidas pela produção industrial são expressivas. A ampliação da capacidade de produção, a redução de custos e a produtividade dos fatores que a produção mecanizada fez possível, revolucionaram a vida econômica completamente.

A indústria estendeu a racionalidade competitiva das economias de mercado muito além da esfera da circulação, a qual havia caracterizado o capitalismo comercial. Essa racionalidade atingiu uma expressão mais avançada e completa no domínio da produção a partir do fenômeno industrial. As possibilidades de continuidade, homogeneidade, redução de custos e aumento da produtividade dos fatores tornou a aplicação organizada de conhecimento científico na produção de mercadorias um motor interno da vida econômica.

Na medida em que, a produção industrial é uma reestruturação das formas de absorção de recursos naturais na economia a busca de conhecimentos cada vez mais profundos sobre o mundo natural – a pesquisa científica – se tornou um imperativo da vida econômica. Essa pesquisa por sua vez passou a se materializar muito mais intensamente em técnicas/procedimentos, ferramentas, artefatos, mecanismos, máquinas, máquinas

para a produção de ferramentas e máquinas, além do que esse aparato se entreteceu no próprio *espaço* produzido e organizado para e pela produção industrial.

A tecnologia - sua busca, seu uso e sua extensão permanente a novos domínios - se tornou parte do cerne da atividade econômica. Nesse sentido, segundo Celso Furtado, a economia industrial encontra seus limites “na capacidade do homem de penetrar no conhecimento do mundo em que vive” e “o processo de desenvolvimento tendeu a transformar-se em um processo de avanço da tecnologia” (1961/2009, p.137).

A partir da experiência inglesa, a indústria generalizou-se como *mediação* primordial da vida econômica. Além da aplicação do conhecimento científico à produção de mercadorias, outras transformações estruturais se difundiram e se auto-reforçaram: o aprofundamento constante da divisão técnica e social do trabalho, recomposição do peso relativo das atividades econômicas a favor das atividades tipicamente urbanas, a transformação das relações com a natureza e das relações sociais de produção e de reprodução.

A industrialização atingiu também as economias periféricas, ainda que de maneiras variadas, desde o séc. XIX e especialmente mais tarde. A industrialização chega à periferia como coração dos projetos de desenvolvimento. Isso ocorreu em um gradiente de modalidades: das condições indispensáveis de produtividade industrial para a produção de exportação primária, até a implantação de núcleos industriais mais ou menos autônomas, ligadas ao mercado interno dos países periféricos (Furtado 2008).

A contribuição teórica da escola do estruturalismo latino-americano foi em parte uma reflexão sobre os impasses da industrialização periférica, propondo também um caminho para sua superação. Desde o texto inaugural de Prebisch (1949), grande atenção foi dada aos limites da industrialização periférica. Um dos impasses mais debatidos foi a viabilidade econômica da industrialização nestes países, nos quais a teoria contestada por Prebisch sugeria como estratégia econômica “o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais”, estes últimos supostamente adequados aos países centrais.

Porém, é possível discutir outros limites, e a própria escola cepalina e seus desdobramentos o fizeram. Tentaremos tratar os limites que um enfoque industrial do desenvolvimento pode possuir no tocante aos problemas da *reprodução*, do *cotidiano* e

das relações com a constelação de recursos naturais disponíveis, especialmente na medida em que estes se manifestam na vida urbana contemporânea.

Essa tentativa se justifica por duas razões. Primeiro porque a implantação de núcleos industriais nos países periféricos e os ganhos de produtividade não foram suficientes para a superação das desvantagens em relação às economias centrais. A segunda razão decorre da primeira: as rodadas de industrialização da produção nos países periféricos atingiram de modo muito desigual o que com frequência aparece na linguagem cotidiana como as "condições de vida" da maioria da população dos países subdesenvolvidos. A industrialização periférica frequentemente teve como resultado – às vezes colateral mas também resultado direto – a degradação estrutural das condições de reprodução e vida cotidiana marcadas por intensa precariedade.

Por precariedade, nos referimos à situação em que camadas amplas da reprodução e do cotidiano permanecem marcadas por necessidades não atendidas ou sub-atendidas, seja pelo mercado, pelo estado ou outros agentes ou *outras formas de integração econômica*<sup>26</sup>. O resultado é o acúmulo de necessidades, problemas materiais e institucionais sem resolução e o adiamento indefinido de conflitos daí decorrentes. A precariedade se manifesta no cotidiano doméstico e no seu espaço, no espaço público, na oferta de serviços públicos e privados. Mas ela não se restringe a estas escalas.

Parece importante considerar o enraizamento histórico de um fenômeno dessa espécie. Em sociedades, como a brasileira, construídas sobre relações de escravidão e desumanização – a degradação constante de um “outro” – há sempre a possibilidade de que os problemas de uma parcela da sociedade sejam sistematicamente ignorados ou negados. Essa condição se consolida numa prática social, evoluindo para algo como uma estrutura social. A convivência permanente com problemas que não são resolvidos se “naturaliza”, no sentido mais ideologizante dessa expressão, porque passa a ser algo inarredável, que não deve ou não pode ser considerado e menos ainda resolvido.

A degradação do outro aparentemente se integra à condição humana média reconhecida como legítima, formando um tipo de “bumerangue social” (Leonardi 1996). A gramática social incorpora faz norma a existência da condição degradada. Degradando “o outro” (negro, índio, mestiço, pobre) a sociedade parcialmente degrada sua

---

<sup>26</sup> O conceito de *formas de integração econômica* deve-se a Polanyi (2000, 2010) e é discutido no Capítulo 3 desse trabalho.

capacidade de perceber e solucionar seus próprios desajustes. É possível que disso se derive a “tolerância com resultados medíocres” discutida por Hirschman (1983) como um aspecto das sociedades periféricas. É certo que essa tolerância não atinge a todos nem a todas as esferas sociais da mesma maneira. Mas seus efeitos podem ser visualizados não apenas nos domínios mais óbvios.

Nestes termos a precariedade inclui, mas não é idêntica, à ausência de recursos. Mesmo que os recursos existam, pode haver invisibilidade dos problemas e o embotamento da capacidade (social, técnica, institucional) de solucioná-los. Isto nos leva ao problema do quanto este embotamento está ou não relacionado ao desenvolvimento como formulação de respostas originais para *problemas específicos* (Furtado 1978). Se é assim a precariedade se prolonga, sobretudo nos âmbitos em que as respostas não disponíveis em “pacotes de soluções” fornecidas externamente se ajustam com mais dificuldade.

Veremos adiante, com a discussão lefebvriana sobre a produção social do espaço, que o controle do espaço cotidiano se tornou um aspecto cada vez mais central para o controle e para a sobrevivência do capitalismo no séc. XX. Ao mesmo tempo, a tenacidade do subdesenvolvimento nas sociedades pós-coloniais parece prolongar-se por meio da manutenção da precariedade persistente da reprodução e do cotidiano.

Enquanto o debate do desenvolvimento que se concentra na produção, reprodução e cotidiano aparecem como lugar dos problemas, e sua resolução parece ausente de potencialidades criativas. Não que os problemas da reprodução tenham estado totalmente ausentes do debate. As questões de nível de renda, de existência de empregos e postos de trabalho, da remuneração salarial, entre outros aspectos, concernentes a esfera da reprodução se incluem na discussão do desenvolvimento e subdesenvolvimento. A questão é saber o quanto um enfoque que tenha como ponto de partida uma compreensão mais cuidadosa da reprodução e do cotidiano tem algo diferente ou novo e que valha a pena dizer.

### **2.2.1. Sobre a reprodução**

De que maneira se pode distinguir problemas específicos, que por um lado surjam em um terreno da vida econômica que *não* seja a produção, e que por outro lado não sejam suficientemente solucionados nos termos de uma visão industrial da produção?

Rosa Luxemburgo dedica grande atenção ao tema da reprodução em seu trabalho “A acumulação do Capital”. “Reprodução, tomada literalmente é simplesmente reiteração, repetição, renovação do processo de produção”. Mas ela acrescenta que essa repetição significa mais. A repetição é a “constante retomada do processo de produção” pressupondo a existência regular de meios, insumos, recursos e estruturas estabelecidos previamente. A produção não pode ser retomada a cada período “se não existirem as condições resultantes de um período anterior” o que confere à reprodução “aspectos histórico-culturais” (Luxemburgo 1913/1984, p. 7).

A “reprodução como processo repetitivo regular” esteve desde cedo nas sociedades humanas. Frequentemente ela se fazia por meio de cerimônias, ritos, que correspondiam parcialmente à codificação cultural dos atos da vida material, embora não resumissem a isso. “Nesse sentido, o conceito de reprodução significa algo mais do que a repetição”. As práticas reprodutivas nas sociedades pré-industriais tinham como elemento fundamental formas de síntese da convivência com a natureza, da qual provieram conhecimentos, artefatos, espaços ritualizados e tecnicamente elaborados. Por meio destas práticas, elementos da natureza foram retirados do fluxo indistinto do mundo natural e socializados. Ganham lugar na criação dos meios de sobrevivência do grupo. Nesse processo recorrente, os vínculos entre o social e o natural foram continuamente reconstruídos, inclusive porque a reprodução da natureza é fundamental nos ciclos reprodutivos sociais.

A introdução da reprodução no debate da economia política deve-se a François Quesnay (1694-1774), figura mais conhecida da escola francesa dos Fisiocratas. Essa escola econômica defendeu a atividade agrícola como único trabalho econômico produtivo. Era nessa atividade que havia a criação de *excedentes* de produção, comparando o momento inicial e o final do *ciclo* de produção. Vemos que os Fisiocratas introduzem conceitos fundamentais para a teoria econômica. Marx observou que “*The Physiocrats transferred the inquiry into the origin of surplus-value from the sphere of circulation into the sphere of direct production, and thereby laid the foundation for the analysis of capitalist production*”<sup>27</sup>. Essa escola estabeleceu que existe distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo; que a economia vive de processos cíclicos; que o processo produtivo resulta na formação de excedentes. Quesnay e os Fisiocratas

---

<sup>27</sup>[Theories of Surplus Value, Marx 1861-3. \[Chapter III\]](#). Online.

estabeleceram – direta ou indiretamente – questões com as quais os economistas continuam a se debater e divergir: 1) há ligação entre a produtividade do trabalho humano e o manejo da natureza como força produtiva; 2) a vida econômica resulta de uma ligação entre os momentos da produção e da reprodução e 3) a reprodução social engloba a reprodução das condições de produção e das relações sociais de produção (Moraes e Costa 1999, Caffentzis 2002).

A despeito das limitações da sua abordagem, é inegável a importância da contribuição dos fisiocratas à teoria econômica. Marx enfatizou a influência dos fisiocratas sobre a economia política inglesa. Ele mesmo levou adiante elementos da teoria fisiocrata, interligando sua visão de movimento histórico à dinâmica social implícita na obra daqueles economistas.

Marx, no entanto chamou atenção para outras nuances entre elementos da reprodução social. A repetição dos ciclos de produção bens e serviços repõe os estoques físicos da produção, mas para isso é necessária a renovação das forças produtivas e da força de trabalho. A reprodução da força de trabalho por sua vez depende da continuidade da existência cotidiana do trabalhador – alimentação, descanso, vestuário, abrigo, higiene, saúde. Depende também dos meios de consumo coletivo (educação, transporte, segurança pública, saúde coletiva, previdência, aposentadoria) e de formas de "consumo cultural": entretenimento, formas de catarse coletiva como teatro, competição esportiva, arte. Finalmente a reprodução de todo sistema depende da continuidade de relações intra e inter-classes e destas com estado mediadas, por instituições sociais abrangentes: leis, justiça, relações de propriedade, relações políticas e jurídicas com o tempo e espaço.

Essa realidade pode ser entendida como um conjunto: produção/reprodução. Lefebvre (1999) chega a dizer que “a produção não deixa nada fora dela, nada do que é humano”. Ideias, verdades, erros e ilusões; ciência, arte, instituições, linguagem, a própria consciência.

Lefebvre (1991, 1999) assinala que a natureza também é resultado parcial da produção/reprodução. Ela está implicada desde o princípio na busca da sobrevivência, e então tem sido modificada pelos homens em ciclos de produção e reprodução ao longo dos séculos. Nesse sentido, a natureza é um produto social. O que foi de início espaço natural, lugar da ausência do homem, foi se modificando. Foi se transformando em

*condição e resultado* da presença e da interação entre sua dinâmica interna e a intervenção dos homens e sociedades (Lefebvre 1969).

Portanto, produção e reprodução não se confundem nem se separam. Sua distinção é por um lado um recurso heurístico; um recurso do pensamento. Mas por outro lado, o concreto isolamento [relativo] de cada dimensão se mantém de fato. Sem um momento o outro desaparece, mas não de modo instantâneo.

O modo como funcionam as economias capitalistas industriais, nos mostra também que pode haver a prevalência de uma (produção) sobre a outra (reprodução). Pode haver o atendimento parcial de segmentos sociais, setoriais ou espaciais da reprodução, corroendo as condições de continuidade do processo completo no tempo, mas privilegiando o atendimento de algum grupo, recurso ou lugar implicado na dinâmica econômica.

A reprodução das forças produtivas pode ser descontinuada pela suspensão do nível de investimento de reposição. A reprodução da força de trabalho pode ser rebaixada ou mantida nos níveis de sobrevivência. As condições sociais ou ambientais de continuidade da vida humana, a existência de biomas ou sistemas ecológicos, entre outras realidades, podem ser corroídas pela exigência da produção sem atendimento da reprodução – dado que os ciclos de reprodução da natureza e reprodução social estão interligados.

### ***2.2.2. Reprodução, cotidiano e desenvolvimento.***

Conhecer o cotidiano como dimensão da vida social é um passo fundamental para uma tentativa de conhecer os *limites* de um enfoque do desenvolvimento baseado no protagonismo industrial.

O cotidiano é uma esfera peculiar, onde os feixes de relações produção/reprodução se cruzam. As economias de mercado e de produção industrial fizeram surgir, de certa forma, o cotidiano como uma *dimensão residual* da vida social. A sociedade de mercado construiu divisões técnicas e sociais do trabalho cada vez mais profundas e especializadas, resultando numa estratificação da vida mais intensa do que jamais existiu previamente. A industrialização subordinou o tempo e o espaço à produção de mercadorias e por fim transformou ambos em mercadoria: mais do nunca, para a maioria da população a vida se tornou vida para o trabalho. Além disso, a sociedade de



mercado e da produção industrial emerge como sociedade regulada pelo estado nação: também na dimensão política o dia a dia é esvaziado de vida pública; o mundo moderno é o do “declínio do homem público” (Sennett 2015). A existência diária do homem moderno foi sucessivamente recortada. O cotidiano pareceu, por isso mesmo, desimportante, alienado, lugar das desventuras humanas. Mas uma teoria do desenvolvimento econômico se ressentiria da compreensão dessa esfera social como parte da reprodução?

Ocorre que assim como a reprodução, mesmo em face de sua desvalorização relativa o cotidiano não desaparece. A experiência humana continua a passar pelo cotidiano. Dado que a produção não pode destruir a reprodução, o tempo de trabalho não pode engolir completamente o tempo de não-trabalho. A troca não pode devorar completamente o uso, nem a mercadoria encampar completamente as obras e os recursos comuns. As exigências da produção não podem reduzir o heterogêneo completamente ao homogêneo. O cotidiano é o lugar social onde todas essas negações da troca, da mercadoria do abstrato e do homogêneo se refugiam.

O desenvolvimento, portanto, parece não poder se enquadrar por completo em uma concepção de protagonismo industrial. É preciso então tornar mais claro os limites com os quais o enfoque do protagonismo industrial se defronta na esfera do cotidiano, e por fim como esses problemas se manifestam e se confrontam na realidade urbana e na relação com entre sociedade e natureza.

Deve-se recordar que partimos da noção de industrialização como o cerne do fenômeno do desenvolvimento nas sociedades contemporâneas. A partir do nascimento da indústria, encruzilhada na qual as sociedades europeias se distanciaram das demais em termos de desempenho econômico, a indústria foi elevada à forma primordial de mediação social e em particular de mediação entre sociedade e natureza.

A industrialização é em parte *um* ponto de chegada de um processo secular de modificação das relações entre produção e reprodução. No nível das instituições, a Inglaterra, pioneira na industrialização, atravessou mais de quatro séculos de lutas pró e contra os cercamentos, mutação fundamental dos direitos de propriedade e relações de reprodução. Este processo se deu mais tardia e mais rapidamente na Europa continental. Algo similar se pode dizer quanto à mudança das relações sociais nos limites da cidade medieval. A ampla regulação da guilda – que unificava de modo singular a produção e a

reprodução – sustentou uma longa luta com as forças do mercado durante o período medieval. No curso dessa luta as duas dimensões foram diferindo, isso é, derivando diferenças, criações institucionais e se ligando de formas novas.

A partir dos primeiros passos da revolução industrial propriamente dita, ao longo do séc. XIX modifica-se a relação entre produção e reprodução, em proporção e em hierarquia. A subsunção real e formal da força de trabalho ao capital, primeiro engloba as relações técnicas e sociais da produção preexistente e em seguida são criadas as condições propriamente capitalistas. Permanecendo conectadas, a produção e a reprodução foram reorganizadas, em direção à hegemonia da produção.

A separação estrita entre local de trabalho e de não trabalho foi muito tênue na vida urbana pré-industrial (Mumford 2008). No campo, essa distinção era atenuada ou relativizada pela integração peculiar entre produção para o consumo do próprio produtor e aquela que deveria ser inserida de alguma maneira em cadeias de consumo de outros grupos, fosse pela troca propriamente dita, ou outras relações de integração econômica em esferas sociais e espaciais mais amplas que a vida doméstica. A separação entre trabalhadores e os meios de produção, próprias da economia capitalista em formação, a intensificação do processo de trabalho introduzido pelo controle fabril e mais tarde com o ritmo da produção mecanizada, aprofundaram as modificações do cotidiano na época industrial. A transferência da maioria dos trabalhadores de atividades rurais para as urbanas, a difusão de técnicas empresariais e urbanas no campo; a subordinação do espaço e do tempo nas cidades pela organização fabril, entre outros aspectos, criaram estruturas de repetição e perenização de um novo cotidiano.

A separação dos trabalhadores de seus meios de produção introduziu novas mediações na existência cotidiana. A criação das condições de sobrevivência e de excedentes estava inserida numa rotina diária dura e não idílica, mas diversa em função de uma divisão social do trabalho restrita. Essa condição se rompe com a progressiva dedicação do tempo de trabalho a atividades específicas. A absorção de conhecimento técnico pelo trabalhador se modifica em função da especialização: se aprofunda por um lado e se *restringe* por outro. Até então um universo amplo de conhecimento tácito se transmitia pela imersão cotidiana em práticas socioculturais amplas. Ao mesmo tempo, segmentos codificados do conhecimento eram mediados por instituições sociais que não se isolavam num sentido econômico.

A guilda medieval, por exemplo, não foi apenas uma associação focalizada nas relações de trabalho. Ela regulava aspectos variados da produção, preços e técnica, mas era, sobretudo uma instituição que entretencia aspectos socioeconômicos, religiosos, cívico-políticos, de bem estar e assistência mútua, entre outros (Mumford 2008). Assim como outras instituições da vida urbana medieval as guildas se desdobraram em novas complexidades<sup>28</sup>. Esse processo trouxe à luz um grande número de instituições, espaços e atividades dotadas de significado em si mesmo. Esse movimento estabeleceu sucessivas mediações novas, em níveis mais elevados de abstração, estranhamento e distanciamento da vida cotidiana, da vida local ou regional – processo que Marx seguindo a senda hegeliana, tratou como diferentes formas de alienação. Estas surgem, por exemplo, na formação para o trabalho especializado ou na escolaridade formal. Em lugar do aprendizado cotidiano sobre os recursos [naturais] disponíveis no ambiente mais ou menos imediato, o trabalhador estabelece um contato socialmente descontextualizado com insumos da produção. Mas o que são insumos? São extratos da natureza, cujo significado provém de sua inserção em relações de produção fabril ou agrícola no qual tendências de trabalho proletarizado também são construídas.

Esse exemplo ilustra o papel mais abstrato [e ao mesmo tempo concreto] das relações de produção e reprodução da época industrial. Ilustra também mediações realizadas pela indústria, cujo nascimento reorganizou as condições de produção, as relações de produção e de reprodução. A indústria constrói mediações diferentes das que existiram antes dela. Ela deslocou o papel exercido pela cidade, passando a mediar as relações entre sociedade e recursos materiais de sobrevivência e riqueza.

Estes papéis de mediação, meio, intermediário, desempenhados pela indústria precisam ser esclarecidos. Podemos partir da noção de mediação, acompanhando a perspectiva de Lefebvre (1975). A mediação aparece inicialmente como elemento da formação do conhecimento. Mas, Lefebvre adverte, o conhecimento é um *fato*: prático, social e histórico. Sua construção é fruto de uma interação entre quem conhece e aquilo que é conhecido<sup>29</sup>. Assim, “todo conhecimento é movimento”. Conhecer é mover-se do não

---

<sup>28</sup> Esse movimento é apresentado por Lewis Mumford como um atributo da cidade: a formação de “complexidades derivadas”: o adensamento das funções ou estruturas de uma instituição (uma prática, um espaço, etc.) anterior resulta na derivação de outras (instituições, práticas espaços, etc.). Confira (Mumford 2008, particularmente Cap.4, tópico 3 e Cap. 9, tópico 6). Discutiremos esse aspecto no próximo capítulo.

<sup>29</sup> Os termos usuais para esses dois polos são sujeito e objeto. Lefebvre adverte para os riscos que estes termos possuem, tomados externamente um ao outro (Lefebvre 1975).

(ou pouco) conhecido ao (mais) conhecido; mover-se no plano prático, no plano social e histórico, e assim absorver os significados desse processo. Cada passo desse movimento significa aquisição de novos conhecimentos, o que modifica os termos da relação entre quem conhece e aquilo que se conhece. O saber adquirido torna-se parte da relação, ele agora *está entre* os dois pontos (conhecido e desconhecido) e entre os polos da relação (*quem* conhece e o *que* se conhece). O *imediato torna-se mediato*, e então já atua como mediação (Lefebvre 1975).

Mas, novamente, esse processo não é [apenas] mental; é prático, histórico e social. Ele literalmente se *materializa* e se *localiza*. A mediação é um processo concreto. Os objetos de pensamento fazem mediações<sup>30</sup>, e os objetos palpáveis também o fazem. Basta pensar no *aprendizado* e nos *artefatos* que os homens interpõem entre si e o mundo, isso é, [num certo nível] as técnicas as tecnologias. Nesse ponto é bastante claro que a mediação não é neutra; ela intervém, modifica, acelera/desacelera, intensifica/mitiga, difere, transforma. Isso é válido, embora não de forma idêntica em todos os níveis, para o pensamento, para objetos técnicos e para estruturas. É válido para um conceito, uma ferramenta, um aparato produtivo como um atelier ou uma máquina. É válido para instituições: a Igreja, as guildas, Universidades, Cias de Comércio, Estados. Finalmente é válido para um assentamento humano, um centro urbano ou uma indústria.<sup>31</sup> De modos e em escalas variadas esses objetos mentais, técnicos, sociais ou políticos são estruturas dinâmicas que interveem em processos variados, tornando-os (im)possíveis ou modificando-os. Em cada nível e escala intervém de um modo particular, mas não neutro.

Em uma *dimensão material*, o processo industrial é um *meio* através do qual processos mecânicos, físicos e químicos antes realizados na natureza são reorganizados, controlados e submetidos à uma funcionalidade típica da busca do lucro. Em termos *socioeconômicos*, o processo de produção industrial articula de maneira nova os fatores de produção. O ciclo de produção e reprodução é reorganizado dentro da escala industrial; o tempo de trabalho se adensa, perde porosidade, o trabalho cresce em produtividade e em consequência a produção de excedentes atinge uma escala muito

---

<sup>30</sup> “Um conhecimento superior – um teorema, por ex. – só pode se compreendido através de operações complicadas. Trata-se de um conhecimento mediato. Conquistado, esse conhecimento torna-se o *meio* para adquirir outros...” (Lefebvre 1975, p. 107)

<sup>31</sup> Cada um destes opera em um nível de complexidade distinto. Cada nível serve de mediação para outros níveis, de maior ou menor complexidade, sem linearidades ou “avanços” necessários.

mais elevada. Em termos *técnicos* a indústria acelera e sincroniza a pesquisa, o conhecimento, a criação de artefatos e resultados de todo o processo de um modo sem precedentes. Em termos de *relações espaciais* e *escalas* a localização (da produção) e a dispersão (dos recursos, dos produtos, dos consumidores, etc.) da produção industrial exercem mediação entre os fluxos e a localização relativa de outros “fixos”. A indústria redefine e reorganiza o *próximo* e o *distante*.

Finalmente, o aparato industrial é potencializado pelas repetições no espaço e no tempo e pelas contínuas divisões sociais e técnicas do trabalho. Eleva-se a densidade das cadeias e dos processos, que se concentram e se localizam. As estruturas físicas industriais – de cada indústria e de muitas delas – se tornam um *meio transformador* em função de relações de aprendizado, proximidade, articulação, complementaridade e competição. A teoria econômica capturou vários desses aspectos, por exemplo, nos conceitos de economias externas, economias e deseconomias de aglomeração, polos de crescimento, espaço econômico, entre outros.

Desde o advento da revolução industrial, a relação entre recursos (naturais e humanos) disponíveis e bens (intermediários e finais) necessários ou demandados pela sociedade *passa pela* indústria. Assim como a cidade foi a mediação privilegiada no período pré-industrial, a indústria - como unidade produtiva e como sistema produtivo - é uma mediação. Mais além, a aglomeração urbana organizada pela indústria é uma mediação específica<sup>32</sup>. Obviamente, cada uma dessas manifestações e escalas procede de forma diferente, de formas que não se substituem plenamente.

Na passagem da mediação urbana à mediação industrial o tempo e os ciclos da vida social e natural – dentro do possível – foram reorganizados. A presença física da indústria ou a interação com a indústria reorganizou o espaço, dentro das cidades e fora delas. Estruturas físicas e relações sociais que antes eram típicas da cidade se estenderam para fora dela, como requisito ou resultado da produção e reprodução industriais (Lefebvre 2008, Monte-Mór 1994). A indústria *concentra* e *focaliza* os processos de mediação social, econômicas e técnica. Mas em verdade ela refez ambas as coisas que antes foram criadas na cidade.

A indústria reconstruiu grande parte da realidade física e social, assumindo [embora de forma não absoluta] o papel da cidade como estrutura através da qual as relações sociais

---

<sup>32</sup> Discutiremos de que modo a industrialização reconstrói o fenômeno urbano no próximo capítulo.

(produção/reprodução) se articulam, se adensam, ganham sentidos. A questão que nos toca aqui é *quanto a mediação industrial contemplou a reprodução e o cotidiano*, isto é, *de que maneira sua mediação se distingue da mediação pela cidade* nesse quesito.

Além disso, como discutido acima, a industrialização não é um mesmo e único fenômeno em toda parte. O seu surgimento reorganizou as relações econômicas em centros e periferias, na escala global (mundial) e em diversas escalas intermediárias. Além disso, como discutimos, a dinâmica mundial centro/periferia e a problemática do desenvolvimento prolongam múltiplos elementos de colonialidade. Dadas essas camadas de questões, percebemos que *a mediação industrial* da produção e da reprodução deve assumir características particulares numa sociedade específica: a mediação industrial típica dos países periféricos é fundamental na persistência do subdesenvolvimento.

É importante esclarecer, finalmente, que a mediação exercida pela indústria pode ser compreendida de maneira adequada considerando que ela foi precedida por outra forma de mediação, a mediação exercida pela cidade e pela vida urbana. Tentaremos esclarecer de que maneiras estas duas mediações diferem, especialmente quanto à maneira pela qual se refletem sobre a reprodução e o cotidiano.

A partir desse ponto, o aprofundamento desse tema é dependente do tratamento da relação entre cidades, urbanização e desenvolvimento, além da própria discussão da relação entre cidade, industrialização e urbanização, questões que trataremos no capítulo seguinte. Antes, é preciso tentar uma visão um pouco mais próxima da problemática do cotidiano.

\*\*\*

O cotidiano sofre de baixa visibilidade no ocidente<sup>33</sup>. Lefebvre (1967, 1969, 2014) assinala que o pensamento filosófico e científico havia deixado nas sombras vários

---

<sup>33</sup> Não arriscaremos discutir sobre como isso se passa no Oriente. Mas há evidências de determinações diferentes. Uma relação menos alienada com o corpo e entre corpo e mente se encontra nas formas de meditação, na Yoga e nas artes marciais. Uma percepção profunda do corpo, da alimentação e do ambiente nas práticas medicinais. Uma percepção minimalista da arte; uma integração mais sutil entre intervenção humana e natureza no cultivo de jardins, entre outros aspectos.

segmentos do real, entre elas a reprodução, a vida urbana e cotidiano. A discussão a seguir tem como base o trabalho lefebvriano da crítica da vida cotidiana<sup>34</sup>.

Lefebvre argumenta que as tradições do conhecimento filosófico trataram o cotidiano como residual e desimportante desde a ciência grega até Hegel e mesmo na filosofia contemporânea (Lefebvre 1975). A história escrita, por sua vez, alimentou uma preferência pelos “grandes acontecimentos”. O pensamento moderno distinguiu o conhecimento entre a ciência (elevada, generalizante, rigorosa e racional) e o senso comum (acanhado, pontual, assistemático, fragmentado, privado de rigor racional). A ciência e a técnica assumiram o status de saber relevante sobre o mundo, incluindo o saber sobre a esfera pública (Santos 1987). Curiosamente, a literatura e mais tarde a mídia escrita deram atenção ao cotidiano bem antes da filosofia e das ciências sociais. Proust e Joyce, por exemplo.

A colonialidade, que perpassa o discurso iluminista e moderno, e narrativa do progresso e a ideia de desenvolvimento, contribuíram à sua maneira para a invisibilidade do cotidiano. O mundo colonial foi tomado como o mundo da barbárie, até mesmo quando foi fonte da civilidade para o próprio colonizador (Alvares 1979. Said 2007). A degradação do outro, implícita na escravidão e negação de maioria social e política que sustentou o discurso colonial, impôs às sociedades colonizadas a invisibilidade de seu universo material e cultural, e sem dúvida de sua existência cotidiana. O colonialismo trouxe consigo a corrosão daquilo que da natureza, nas práticas e nos conhecimentos dos povos colonizados, não possuía significado oportuno para a empresa colonial e sua episteme (Sachs 1995).

Em sentido contrário a extensão da esfera econômica capitalista incluiu um mergulho da mercadoria, da ciência e da técnica em camadas cada vez mais profundas do cotidiano. Esse movimento é estreitamente vinculado à endogenização da pesquisa organizada no coração da produção capitalista, ou como disse Marx, da transformação da ciência em força produtiva<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup>A maior parte da obra de Henri Lefebvre dedicada a este tema está na edição em volume único (Lefebvre 2014) de três obras publicadas em 1947, 1967 e 1981, respectivamente os volumes I, II e III da *Critique de la vie quotidienne*. Além destas obras há o *La vie quotidienne dans le monde moderne* lançado em 1968 (Lefebvre 1991) e artigos publicados em diversas revistas.

<sup>35</sup>As duas tendências convivem e se ligam. A importância e a desimportância do cotidiano são partes de um processo contraditório, ou seja, unido e conflituoso. Essa reunião/separação pode ser vislumbrada na teoria econômica e no debate econômico sobre o desenvolvimento. A teoria econômica neoclássica tem como aspecto fundamental os temas da escolha e preferências e a ideia de soberania do consumidor. Porém estes conceitos, com seus devidos méritos e

A reprodução e o cotidiano tem, há muito, funcionado como uma fronteira de expansão econômica. Isso é perceptível no processo de emergência da “produção capitalista propriamente dita” discutida acima. Os cercamentos (*enclosures*) e a difusão da propriedade privada no campo corroeram a reprodução no que essa se apoiava na existência dos *commons*, e em direitos afins, detidos pelo homem comum (Polanyi 2000; Laval, Dardot 2015). O dismantelamento da produção doméstica de tecidos, e constituição de sua produção mecanizada, continha um duplo avanço sobre a reprodução e o cotidiano: dissolveu as condições de trabalho e sobrevivência anteriores e abriu caminho para a produção industrial de bens de consumo de massa – os tecidos necessários ao uso cotidiano.

É possível distinguir dois movimentos: há a diferenciação entre as esferas da produção e da reprodução e há a subordinação da reprodução à produção. A diferenciação cinde o conjunto produção/reprodução, no processo de organização da produção como uma esfera em si mesma. A subordinação da reprodução à produção deriva da ampliação da importância do controle do consumo e outras esferas da reprodução (reprodução física, técnica e cultural da força de trabalho, adequação do padrão reprodutivo da população, organização do espaço de vida e da produção, entre outros aspectos) como *fronteira de expansão* do universo econômico. O primeiro processo se verificou desde o início da época industrial na Inglaterra. O segundo movimento veio mais claramente a partir da chamada segunda revolução industrial, na qual a produção de bens de consumo moderno deslança (Freeman e Soete 2008, Singer 1997) e mais ainda no pós-guerra no contexto da economia fordista.

Lefebvre (1991a) argumenta que a consolidação desta dinâmica no séc. XX se encaminha para uma “sociedade burocrática de consumo dirigido”.<sup>36</sup> Nesse tipo de sociedade prevalecem padrões de organização do cotidiano ditados pela lógica empresarial e estatal. São padrões ao mesmo tempo sutis e perversivos, como a propaganda, a obsolescência programada ou o constrangimento por meio do espaço cotidiano. De modo conjunto esses e outros artifícios quase onipresentes garantem a

---

resultados, são construídos e usados em um elevado nível de abstração. Isto implica a extrapolação do significado de uma experiência concreta e limitada – aquela das relações de mercado e mais ainda dos países centrais – a partir da qual se constrói a estrutura conceitual [abstrata]. Inclui também os riscos de redução das demais experiências a diferentes graus de invisibilidade no uso dos conceitos como ferramenta heurística. Esse processo reforça a sua maneira as tendências de importância/desimportância do cotidiano. No debate sobre o desenvolvimento, o cotidiano aparece em questões sobre bem estar ou da “qualidade de vida”.

<sup>36</sup> No capítulo seguinte discutimos a extensão da lógica industrial sobre a esfera da reprodução no âmbito da teoria lefebvriana da produção social do espaço.



penetração de mercadorias e serviços no cotidiano e a contínua orientação do cotidiano para as relações de mercado. O controle do cotidiano se transforma em requisito da sobrevivência e dinamismo de um mercado mais e mais controlado por grandes grupos atuando em escala global.<sup>37</sup> Ao mesmo tempo, esse controle é também requisito e meta da ação do poder estatal, o qual se integra aos rumos e interesses do capital privado nos termos desse controle burocrático do cotidiano.

O chamado *american way of life* é uma expressão icônica do processo de penetração das relações de mercado na vida cotidiana desde meados do séc. XX. Mas se avaliarmos o significado econômico dos chamados *reality shows* ou das redes sociais nas dinâmicas de mercado deste início de séc. XXI perceberemos o quanto esse movimento se expandiu e se aprofundou. Nesse ponto, é esclarecedor discutir alguns aspectos da economia americana com base no *american way of life*, ou seja, pensar o papel da reprodução e do cotidiano na economia dos EUA.

Referimo-nos acima ao fato das políticas de recuperação econômica do *New Deal* haverem dedicado grande atenção à esfera da reprodução e do cotidiano. A atuação das agências e os investimentos públicos contemplavam a reestruturação produtiva, industrial e tecnológica. Mas também organizaram frentes de trabalho, construção e financiamento de moradias, recuperação florestal, instalação de parques, melhoramentos urbanos, controle de enchentes, instalação de infraestrutura para manejo de água, programas de incentivo as artes e a cultura, entre outras questões (Kennedy 1999)<sup>38</sup>.

Não é novidade a importância que as políticas de recuperação econômica concedem à reprodução e ao cotidiano, de um ponto de vista “social”. Mas não é muito comum que se procure formular questões partir da reprodução e do cotidiano. Sobre o *New Deal*, por exemplo, é possível perguntar como as medidas dirigidas a aspectos “distantes da produção” – arte, reflorestamento, delimitação e recuperação de áreas degradadas ou controle de enchentes, etc. – permitiram formas de aprendizado, criaram ou recriaram mercados locais, etc.. É necessário então olhar mais detidamente os encadeamentos

---

<sup>37</sup> A difusão de artefatos digitais multifuncionais de uso pessoal elevou esse fenômeno a um novo nível. Numa época em que os aparelhos digitais reconhecem o padrão de consumo de cada usuário da rede mundial de computadores e reúnem informações sobre cada um destes usuários a cada operação mínima – “a cada click” – a sociedade de consumo dirigido, dirigido por burocracias estatais e privadas, ou estatais-privadas, é atualmente uma realidade mais palpável do que nunca.

<sup>38</sup> A extensão e diversidade da intervenção do *New Deal* na criação e renovação de estruturas de uso cotidiano é realmente notável. Na categoria *Parks and Recreation* foram realizadas 2962 intervenções em todo país entre 1934 e 1945. Na categoria *Education* (escolas e *Colleges* e Museus) 2334. Em *Art*, 2083 intervenções. Confira no site [The Living New Deal](#).

nesse nível antes de uma passagem rápida a escalas mais visíveis da economia vista como produção.

O consumo doméstico é responsável por grande parte do dinamismo econômico nos EUA. Mas é esclarecedor pensar que esse dinamismo deriva em parte de uma *atenção incomum* concedida pelos agentes econômicos norte-americanos ao cotidiano. A produção e consumo de objetos técnicos para a vida doméstica ocupa uma função fundamental na vida cotidiana dos EUA desde o seu singular período colonial, haja vista o desenvolvimento “voltado para dentro” que caracterizou as colônias do norte, e seu papel no mecanismo chamado comércio triangular (Furtado [1959] 2006).

A pesquisa aplicada e a familiaridade com a técnica entre os americanos comuns causaram grande impressão a Alexis de Tocqueville ainda na primeira metade do séc. XIX (Freeman e Soete 2008). A escassez de mão de obra e a remuneração relativamente elevada do trabalho são citadas como origem da tendência de busca de tecnologia poupadora de mão de obra. Mas a intensidade pela qual a produção de mercadorias se dirige tanto ao cotidiano da população em geral e as rotinas das ocupações profissionais mais básicas entre os americanos é notável.

Pode-se recorrer à explicação de que esse fenômeno decorre da “posse de um acervo tecnológico” pelas economias avançadas, a economia norte-americana, por exemplo. As empresas desse país estariam em condições de aplicar técnicas avançadas à solução de problemas, desde os mais complexos aos de pequena escala, como é próprio do cotidiano. Essa interpretação enfatiza que o cotidiano é atingido por elementos tecnológicos que fluem do topo da produção tecnológica (indústrias de alta tecnologia) para a reprodução do cotidiano, o qual aparece como uma realidade quase *sem agência*. Mas vale discutir também os tipos de reforço em sentido inverso, e aí a abordagem cuidadosa do cotidiano ajuda a esclarecer elementos da criação econômica. Em primeiro lugar há os possíveis desajustes entre a técnica disponível e o uso cotidiano. A persistência desses desajustes criaria elementos precários que então iriam “reclamar” sua identificação e criação de soluções. Em segundo lugar, também é possível supor que a diversidade e heterogeneidade do cotidiano sirvam de terreno para oportunidades de expansão da vida econômica.

A permanência de problemas abaixo de uma *linha de visibilidade* é uma questão recorrente nas economias subdesenvolvidas. Transparece aí uma capacidade insuficiente

para identificar e enfrentar desajustes entre a técnica disponível e o uso como fonte de criação de mercadorias e serviços. Em certo sentido, a oferta de serviços e mercadorias, a renovação de formas de uso, etc., depende de uma predisposição para encontrar e propor soluções estes desajustes, em especial quando estes pareçam, a princípio, irrelevantes.

Tomemos a ideia de que as economias avançadas (EUA, por exemplo) possuem vantagens devidas à “posse de acervo tecnológico” avançado. Não iremos aprofundar (empiricamente) essa análise comparativa aqui. Porém a formulação da questão permite ilustrar – por meio de um *insight* – como a atenção ao cotidiano “faz falta”, ou como seus processos podem escapar sutilmente à análise.

A explicação baseada na “posse de acervo tecnológico” obscurece a ligação entre cotidiano e as possibilidades de *busca* dinâmica por respostas técnicas para problemas específicos. As rotinas diárias – domésticas e empresariais - são povoadas por problemas pequenos. Muitos deles surgem de particularidades ambientais, sociais, culturais e históricas de uma sociedade, mais do que de questões estritamente técnico-econômicas. Muitas vezes são justamente essas particularidades que dão lugar aos “desajustes entre a camada técnica disponível e os usos em curso”.

Esses desajustes podem se mais ou menos toleráveis (Hirschman 1983) e a tolerância depende de vários fatores. A intensidade do desajuste e o nível de tolerância a eles podem se relacionar à distância entre o paradigma técnico - ou o universo técnico disponível - e a singularidade do caso. Casos mais específicos são menos contemplados por respostas gerais, logo a tolerância se liga aos (vários) custos de uma resposta específica.

A *importância* ou *desimportância* concedida ao cotidiano torna o desajuste mais ou menos tolerável. Se for possível ou legítimo permitir a corrosão das operações cotidianas – como estratégia de redução de custos, ou de captura de excedentes por destruição de direitos<sup>39</sup> – de toda uma sociedade ou de um grupo determinado, a busca ou implantação de soluções poderá ser eludida indeterminadamente, permanecendo os desajustes entre os pacotes técnicos disponíveis e a paisagem heterogênea do cotidiano.

---

<sup>39</sup> Harvey (2004) emprega a ideia de acumulação por despossessão ou acumulação por espoliação. Essa seria a apropriação de excedentes econômicos através do uso permanente das práticas predatórias que Marx identificou no ciclo de “acumulação primitiva”. Em geral se assume que a acumulação deixa de se basear em estratégias violentas e predatórias, migrando para um padrão mais civilizado e equânime. Mas o argumento de Harvey vai em direção contrária. Essa marcha civilizatória nunca foi regra, e o neoliberalismo em verdade caminha na direção oposta.

Mas o resultado dessa corrosão, a precariedade, pode se adicionar de modo permanente aos padrões aceitáveis no cotidiano de grupos cada vez mais amplos, ou de toda a sociedade. Aqui a dinâmica sobre a qual conjecturamos no caso da sociedade norte-americana toma sentido inverso. Uma insensibilidade difusa quanto à corrosão do padrão de vida cotidiano se torna legítima, e a condição de precariedade assume grande inércia. Como consequência, os desajustes entre o universo técnico disponível e os usos em curso se tornam cada vez menos perceptíveis e então a busca de respostas estanca, ou a legitimidade das respostas encontradas se corrói e se precariza antes de ser tornarem visíveis ou viáveis.

Se a tolerância com resultados medíocres é elevada, a tolerância e a precariedade se reforçam mutuamente, e talvez como efeitos circulares cumulativos (Myrdal 1957). Nesse caso a inércia poderia se instalar como uma espécie de convicção da impossibilidade da resposta interna ou de que a aplicação de respostas baseadas no refinamento de respostas ou recursos disponíveis na própria economia não é desejável, talvez unicamente porque ela esteja demasiado distante das respostas conhecidas ou reconhecidas.

A convicção de impossibilidade de resposta interna se liga a uma tendência de se considerar como idênticas a tecnologia e alta tecnologia (*high tech*). De um ponto de vista puramente lógico, não há identidade porque não há transitividade: o high tech é tecnologia. Mas o contrário não é verdade, pois a tecnologia se resume ao *high tech*. Certamente há a fronteira tecnológica, na qual predominam conhecimentos, procedimentos e objetos técnicos intensivos em ciência. Mas há também a tecnologia como aplicação de conhecimento, organizado a partir de problemas repetidos cotidianamente, ou baseada no trato recorrente com os recursos disponíveis. Nesse sentido, pode acontecer a construção de *tecnologias* como formação de acervos de *procedimentos codificados*, construção de *artefatos técnicos* ou construção de *estruturas espaciais* ajustados à solução de problemas ou aproveitamento de recursos característicos da região ou do local.

A persistência da precariedade parece ter como elemento importante a não-formulação de respostas para problemas de grupos sociais invisibilizados. Esses grupos costumam ocupar um limbo, no qual nem o mercado nem o estado propõem saídas para diversos problemas. Formam-se áreas cinzentas do cotidiano para as quais a formulação de

respostas é incipiente e/ou ilegítima. A convivência com esses *feixes* de problemas – porque geralmente não se trata de problemas isolados – é atenuada ou viabilizada por artifícios surgidos a margem do mercado, da legalidade e das tecnologias disponíveis.

Esses artifícios são pouco visíveis como objeto de conhecimento organizado. A ciência e a pesquisa aplicada à produção e ao mercado tem resistência a fazê-lo. Os objetos técnicos criados dentro desse universo permanecem mais ou menos invisíveis, devido à sua precariedade, mas também devido à sua ilegitimidade. As *gambiarras* e equivalentes são objetos técnicos de baixa legitimidade, que não são levados a sério como solução técnica e como mercadoria. São usados como um artifício efêmero, cuja sofisticação ou melhoramento dificilmente é considerado seriamente. A efemeridade e baixa legitimidade (social, simbólica, etc.) impedem a valorização da experiência cotidiana na construção dessas soluções. Mas são soluções empregadas em parte importante do território e da população em países, como o Brasil. Se sua experiência é invisibilizada, isso equivale a abrir mão do conhecimento sobre parte não desprezível da experiência econômica cotidiana no país.

Há por fim a fragilidade de espaços onde se localiza a construção e aplicação de artefatos e técnicas precários. Existe sua fragilidade legal, e novamente, sua baixa legitimidade. Sua existência é assumida como transitória ou indefensável e a solução mais provável para o conjunto se torna a supressão completa do ambiente e das estruturas do cotidiano correspondentes.

Tomemos um exemplo: a moradia autoconstruída. Tanto nos assentamentos precários em termos de posse, quanto nas periferias legalmente ocupadas, a autoconstrução é um fenômeno massivo. Só muito recentemente houve no Brasil um ciclo, aparentemente já encerrado, de interesse do mercado imobiliário na produção de moradias de baixa renda. O fenômeno foi possível graças a subsídios estatais, o chamado Programa Minha Casa Minha Vida, e mesmo assim, esse programa foi baseado na difusão de mercado capitalista, não importando sua adequação ao público a ser atendido. Durante décadas de urbanização no Brasil, o fenômeno da autoconstrução contribuiu para a difusão de um conhecimento popular tácito realmente impressionante em termos de construção de alvenaria e formas mais ou menos precárias de uso do concreto armado. Como consequência, e dada a difusão de infraestruturas de eletrificação, houve também a eletrificação de objetos e procedimentos do cotidiano doméstico. Isso difundiu entre a

população de baixa renda uma capacidade tácita de lidar com instalações básicas de elétrica predial. A presença de bens de consumo duráveis como os eletrodomésticos e o automóvel abriu caminho para a criação de inúmeras oficinas de reparação elétricas, mecânicas etc., grande parte delas informais. Esse aparato forma uma camada de diversidade que funciona como "capacidade de absorção"<sup>40</sup> dispersa nos espaços urbanos. Na sua ausência, o uso de insumos e mercadorias modernas seria restringido, e não apenas na parte de baixo da distribuição de renda. A oferta de serviços de reparação é um requisito do consumo.

Ora, é muito provável que uma parcela das "gambiaras" e áreas irregulares não tem condições de ser mantida ou reproduzida. Mas o descarte de ambas como "*respostadefault*" leva consigo universos desconhecidos de problemas e respostas. Nesses lugares o hiato entre o conhecimento técnico (científico, burocrático, mercadológico) e os problemas cotidianos atinge um nível muito elevado.

A pesquisa acadêmica e o conhecimento organizado para o mercado se sentem pouco atraídos por esse universo. São áreas ou setores onde o que há de mais patente são ensaios técnicos de qualidade duvidosa e, claro, o baixo nível de renda. É previsível que a *resposta default* seja o descarte. Mas há problemas com essa escolha porque, em países como Brasil, ela atinge parcelas muito grandes da sociedade e do território.

Entretanto, olhando a partir de dentro, a partir do cotidiano, a perspectiva pode se alterar. Se o universo de pessoas e territórios é extenso, o fenômeno assume outro tipo de importância. As demandas do cotidiano exigem que haja algum tipo de resposta em curso. Se há a prevalência de mercados informais, pouco se conhece da maneira como os agentes econômicos são capazes de assegurar sua reprodução. Dado o baixo nível de renda, e o baixo acesso a respostas externas, é provável que essas respostas se apoiem em relações econômicas híbridas (mercado e não mercado), apoiadas em estruturas compartilhadas. A intensidade de uso e reuso de bens e estruturas tende a ser elevada, já que não é possível sua renovação constante. Isso implica capacidade de atender necessidades com recursos geralmente insuficientes e bastante distantes das opções padrão.

---

<sup>40</sup> Usamos aqui de modo não rigoroso o conceito devido à Cohen e Levinthal (1989).

*Nada disso é idílico*, ao contrário. É a mesma economia de precariedade e privação, com pesados desajustes entre a técnica disponível e usos, e alto nível de tolerância a resultados medíocres. Mas a modificação de perspectiva coloca opções diferentes.

À distância, e a partir do paradigma de eficiência produtiva industrial, não há muito a dizer sobre aspectos aproveitáveis de experiências desse tipo. Mas olhando a partir do cotidiano, a conclusão não é tão cinza, nem tão simples. O uso e os espaços precários são experimentos sociais de longo prazo, e formam um *pool* de experiências e aprendizados de grande intensidade. Há o negativo, mas é difícil se dizer que há apenas o negativo.

Artifícios de compreensão do cotidiano, em geral no nível local, não contornam as forças econômicas que operam em escalas mais agregadas (Brandão 2007). Por outro lado, superar os hiatos entre capacidade organizada para problemas do subdesenvolvimento requer algum tipo de empenho desse tipo. Estes esforços podem ser evitados ou eludidos, pela supressão de ilhas de precariedade ou pela aplicação de respostas externas. Nos dois casos isso, é preciso saber o quanto isso inclui custos implícitos em termos de dependência e descarte de estratégias promissoras não conhecidas.

Uma segunda situação na qual se pode discutir a criação econômica a partir do cotidiano é aquela onde a diversidade e heterogeneidade, mais do que a precariedade e os desajustes entre a técnica e o uso, servem de impulso para a expansão da vida econômica. No primeiro caso, uma espiral positiva entre menos tolerância com resultados medíocres e mais sensibilidade ao cotidiano impulsiona a busca de respostas e a introdução de bens e serviços, expandindo o universo econômico pela resolução dos problemas que possui e dos desajustes surgidos no sistema existente. Na segunda situação, o impulso para a criação deriva de uma sensibilidade ou percepção sofisticada dos recursos disponíveis. É claro que os dois processos podem se combinar, mas parece válido diferenciar os casos.

De que fontes provem a heterogeneidade do cotidiano? Sem dúvida a natureza é fonte de diversidades do cotidiano. Mas como um processo dinâmico, que se transforma, se *diferencia*, a heterogeneidade provém da inserção da natureza nas relações sociais. Referimos acima ao cotidiano como uma “fronteira”. A “criação de diferenças” é um mecanismo fundamental para a expansão do universo social. Lefebvre dedicou atenção

ao conceito de diferença, o qual segundo ele se constitui por muitas rotas, das mais abstratas como pensamento matemático e filosófico, àquelas diretamente envolvida nas lutas cotidianas<sup>41</sup>

Lefebvre (2014) distingue particularidades e diferenças: “*theses on differences cannot be separated from theoretical conceptions of the relation between particularities and differences, and the transition from the former to the latter*” (p. 783). As particularidades provém de elementos “anteriores” às relações sociais. As diferenças de fato surgem com as relações que a sociedade estabelece a partir dessas particularidades. Idades, sexo, cor da pele, lugar de nascimento, altura, etc., são particularidades. Mas, as diferenças,

*...they are defined only socially – that is to say, in specifically social relations. Unlike particularity, difference is not isolated: it takes its place in a whole. Particularities confront one another in struggles which run through history, and are simultaneously struggles between ethnic groups, peoples, and classes or class fractions. It is in the course of these struggles that differences are born out of particularities: they emerge, and this involves a certain knowledge and consciousness of others in and through conflictual relations – consequently entailing values that achieve relative acceptance.*(Lefebvre 2014, p. 783)

Na busca da sobrevivência o homem entra em contato com a natureza, mediado pelo trabalho. A repetição dos atos dessa sobrevivência interliga a natureza e o humano. Então o cotidiano se forma como conjunção de ciclos da natureza, ciclos sociais e também de processos técnicos e sociais lineares. Não por acaso, mas por experiência – tácita tanto quanto codificada – os povos antigos consideraram a natureza como a grande força produtiva, como se discutiu acima.

Repetidos por séculos estes ciclos produziram a compreensão profunda da natureza. As religiões – re-ligações, relações – são um rico testemunho dessa elaboração. E literalmente dentro das religiões a técnica e criação econômica também brotam na conjunção do humano e do natural. Os deuses são forças da natureza e patronos da técnica, de Vulcano a Ogum. É assim com a força das águas, a fecundidade da terra, a

---

<sup>41</sup>No pensamento matemático a diferenciação é fundamental como meio para a compreensão do ritmo, da mudança, do movimento incremental (do que se expande em sem se transformar) e também da descontinuidade: a transformação da qualidade em quantidade, do que se transforma ao se expandir (Lefebvre 1975). No pensamento filosófico e histórico o pensamento da diferença é chave para a compreensão das possibilidades do homem diante da multiplicidade do mundo, das situações com as quais se confronta, assim como do confronto entre as maneiras para a compreensão dessas realidade: através da lógica formal ou através do pensamento dialético. Finalmente a compreensão da diferença que emerge nas lutas concretas nas quais os sujeitos se envolvem como contingência do confronto de suas singularidades e particularidades. Nessas lutas, a afirmação da diferença levam adiante as *fronteira de direitos*. Ao invés de declarações, listas, estatutos, a diferença se manifesta como “frente de expansão” onde novos direitos são debatidos e construídos. Ao invés de estancar-se nos Direitos do Homem, a luta pela diferença se abre nos direitos de trabalhadores, étnicos, de gênero, no confronto dos imperialismos e colonialismo, na negação dos cânones culturais, etc. (Lefebvre 2014, p. 781).



riqueza das florestas. Além disso, a prática religiosa reclamou sempre seu universo material e seu espaço. Da repetição - inserida na prática cotidiana mística e religiosa – brotaram as diferenças: o ritual (a princípio) simples se enriquece e se codifica; do corpo, da voz e do gesto, derivam o canto, a dança, e então todos os seus paramentos e espaços que lhe são próprios - vestes, objetos rituais, ornamentos, instrumentos musicais e todas as manifestações da arte; assim os templos, teatros, estádios.

Esse caminho nos leva, seguindo uma das linhas discutidas por Mumford (2008), ao nascimento do espaço sagrado como um dos embriões da cidade. Se tomássemos os outros argumentos sobre o nascimento das cidades - discussão que será feita no próximo capítulo - cada um deles nos leva à ligação entre natureza e vida cotidiana, ainda que de maneira implícita.

Usando o esquema lefebvriano, a inserção das particularidades da natureza (incluídas as do próprio homem – idade, sexo, etc.) na vida social produz diferenças. A repetição, a localização e a intensificação dessas diferenças dá ocasião à criação da vida econômica.

Lefebvre (2014)<sup>42</sup> se questiona “como definir a vida cotidiana?”. Afinal ela nos rodeia e nos sitia por todos os lados, e paradoxalmente nos vemos tanto dentro quanto fora dela. As misérias humanas estão igualmente presentes: no cotidiano está a repetição, a ausência de aventura, as tarefas pequenas e monótonas. As atividades elevadas não estão no cotidiano, mas ao mesmo tempo nenhuma delas pode separar-se completamente de uma vida cotidiana. As mais altas esferas, do poder, dos negócios, da ciência, da fama, se defrontam com o cotidiano. Como, então conhecer essa realidade? Depois de apresentar uma espécie de “viés sociológico descritivo”, que desembocaria na simples condenação da própria pesquisa, o autor explicita a sua própria perspectiva:

*The hypothesis of our study is rather different. According to this hypothesis, which underpins the programme as a whole, it is in everyday life and starting from everyday life that genuine creations are achieved, those creations which produce the human and which men produce as part of the process of becoming human: works of creativity. (Lefebvre 2014, p. 338)*

Se existem atividades superiores, elas nascem na vida cotidiana. O cotidiano, como um nível da experiência vivida, é um contato prolongado e repetido; é onde as diferenças e as criações despontam. “*Knowledge, science and scientific discovery sometimes consist of brief instants of discovery*” (Lefebvre 2014, p. 335). Mesmo a ciência tem seu

---

<sup>42</sup> Os trechos que mencionamos aqui são extraído do Volume II do *Critique of Everyday Life*, cujo lançamento ocorreu originalmente em 1967.

cotidiano: treinamento, ensino, as rotinas burocráticas e administrativas, os procedimentos institucionais. Tanto aquilo que é banal, quanto o que é elevado nasce de um cotidiano; é nele que as realizações permanecem ou onde delas se esquece:

*These superior activities are born from seeds contained in everyday practice. From the moment groups or individuals are able and obliged to plan ahead, to organize their time and to use whatever means they have at their disposal, reason is formed in social practice. As day follows trivial day, the eye learns how to see, the ear learns how to hear, the body learns how to keep to rhythms. But the essential lies elsewhere. What is most important is to note that feelings, ideas, lifestyles and pleasures are confirmed in the everyday. Even, and above all, when exceptional activities have created them, they have to turn back towards everyday life to verify and confirm the validity of that creation. Whatever is produced or constructed in the superior realms of social practice must demonstrate its reality in the everyday, whether it be art, philosophy or politics. At this level alone can it be authenticated. (Lefebvre 2014, p. 236)*

O corpo apreende o mundo no cotidiano; apreende ritmos, espacialidade, ideias, estilos. Toda criação que se eleva até esferas superiores de organização, de complexidade, de reconhecimento brota de uma prática cotidiana, e ironicamente precisa retornar a ela.

E o que se aprende com a mudança de perspectiva? Ou seja, em consonância com a própria hipótese do trabalho: *como o conhecimento sobre a vida cotidiana modifica a vida cotidiana?* A resposta lefebvriana é muito significativa: a pesquisa crítica redescobre riqueza na vida cotidiana; ela não é [apenas] resíduo.<sup>43</sup> A vida cotidiana “mede e incorpora”, conecta e traduz forças que operam ou outras escalas do real. Ela é um *nível da realidade* que organiza o mundo humano, assim como o fazem outros níveis da realidade (história, cultura, sociedade civil, etc.).

Se *in abstracto*, retirássemos da vida social todas as atividades especializadas o que restaria? Segundo Lefebvre restaria uma mistura de natureza e cultura; de histórico e vivido; um lugar de transições, de encontros, de interações e de conflitos, um nível de realidade. Nesse lugar de transições, a relação entre a natureza e o histórico podem continuar a se enriquecer, porque aquilo que se repete pode se modificar e se abrir em criação.

A relação com a natureza, por exemplo. As escalas de tempo cíclicas brotam diretamente dos ritmos da natureza. Durante a maior parte da história humana, o tempo cíclico dominou a vida de homens e mulheres. A vida biológica é composta de ciclos e

---

<sup>43</sup>“It is everyday life which measures and embodies the changes which take place ‘somewhere else’, in the ‘higher realms’. The human world is not defined simply by the historical, by culture, by totality or society as a whole, or by ideological and political superstructures. It is defined by this intermediate and mediating level: everyday life. In it, the most concrete of dialectical movements can be observed: need and desire, pleasure and absence of pleasure, satisfaction and privation (or frustration), fulfilments and empty spaces, work and non-work. The repetitive part, in the mechanical sense of the term, and the creative part of the everyday become embroiled in a permanently reactivated circuit in a way which only dialectical analysis can perceive”.(Lefebvre 2014, p. 339).

ritmos, desde o nascimento até a morte. O corpo pede períodos regulares de descanso e recuperação. A alimentação define ciclos do corpo. O homem se insere numa cadeia trófica, cujo desempenho é inerente aos ciclos da natureza.

Mas a repetição comporta a criação. A repetição cíclica reclamou a enumeração, o movimento monótono produziu o aprendizado e a codificação. A codificação aborda o ciclo como processo e introduz a linearidade, isto é, o tempo controlado pela intenção e pela ação padronizada, homogênea e controlada. Essa por sua vez, levada ao seu limite é oposta ao império da natureza e pode colocá-la em risco, demolindo seus ciclos e seu tempo de recomposição, de resiliência (Lefebvre 2014).

As “técnicas racionais e industriais arruinaram o tempo cíclico”: o homem moderno se destacou desta temporalidade e a controlou. Isso se fez primeiro pelas interrupções dos ciclos, substituído seletivamente por segmentos de tempo linear, programável. “O tempo linear é contínuo e descontínuo”. É possível estabelecer para ele um início e um fim, e por meio dele controlar a intensidade de processos. É possível reparti-lo, controlar suas frações, medi-lo. Nesse momento, comparado ao tempo cíclico da natureza, o tempo linear já se transformou em um instrumento *abstrato* – seccionado de sua fonte inicial: os ciclos do corpo e do mundo natural. Ele serve a aplicação e controle de técnicas, que por sua vez são fragmentos dos gestos. Estes eram de início um atributo do corpo. Mesmo ligados ao trabalho, os gestos aconteciam dentro dos ciclos do corpo e de seu ritmo. Mas na ação repetida o gesto pode ser estipulado, medido, usado em fragmentos que iniciam e se interrompem sob controle. Assim, o gesto deriva a técnica e esta pode levar ao trabalho como ação abstrata (Lefebvre 2014).

A experiência humana se enriquece e cria diferenças, graças à inserção das particularidades do mundo naturais no cotidiano. No entanto, a própria técnica permite ao homem se distanciar dos ciclos naturais. Ao fazê-lo o homem em sociedade cria tendências de homogeneização, que entram em conflito com a diversidade do mundo.

Obviamente, essas modificações acontecem em longa duração, de modo descontínuo, e irregular. Mas mesmo assim conduzem se passa do tempo e processos dominados pela natureza, ao tempo do homem e da sociedade. Simultaneamente as forças produtivas operam como uma composição da criação humana e dos ciclos naturais.

\*\*\*

Nesse longo capítulo, discutimos de que maneira o projeto de desenvolvimento prolongou elementos do universo colonial. Argumentamos que a expansão e diversificação da vida econômica europeia, a partir do ocaso da idade média e da afirmação da empreitada das navegações e descobrimentos abriu as sociedades europeias acesso a experiências e controle de fluxos de criação e extração de riquezas em um nível sem precedentes. Esse processo foi ao mesmo tempo articulado à destruição ou fragmentação e subordinação de sociedades inteiras, cujo patrimônio cultural e epistêmico foi apropriado ou simplesmente diluído no embate com as conquistas europeias. O resultado desse processo deu base à grande transformação qualitativa e quantitativa que foi o nascimento da produção industrial.

Nesses termos, a colonização e a industrialização encontram-se entrelaçadas na constituição do mundo moderno e contemporâneo. O projeto contemporâneo do desenvolvimento e a teoria econômica do desenvolvimento refletem fortemente esse entrelaçamento. O discurso do desenvolvimento em suas linhas mais características e difundidas apresenta um forte protagonismo da dinâmica industrial. Ao mesmo tempo, as instituições do desenvolvimento, no nível internacional prolongaram relações de colonialidade muito marcadas.

Argumentamos por fim que essa dupla característica – protagonismo industrial e colonialidade – têm no caso dos países periféricos, subdesenvolvidos, uma complicação adicional. Essa se expressa na constituição e manutenção de uma vida cotidiana e de uma dinâmica de reprodução ambas mergulhadas em precariedade. Essa desatenção ao cotidiano e a reprodução são reforçados pelo fato de que historicamente a filosofia e a ciência ocidentais deram muito pouca atenção ao cotidiano, considerado como terreno das coisas poucos importantes.

A partir da reflexão de Henri Lefebvre, tentamos recolocar a importância social e econômica do cotidiano, especialmente no que esse se interliga ao nível local, à ordem próxima, e especialmente aos ciclos do mundo natural (Lefebvre 2008). Esse último aspecto é crucial, na medida em que estamos em busca de um aporte teórico que nos habilite a esclarecer algo mais sobre a maneira como o desenvolvimento na Amazônia pode seguir por caminhos alternativos. Essas alternativas estariam abertas justamente com base na inserção recorrente e não predatória de recursos da diversidade natural e social amazônica na vida econômica.

Finalmente, resta dizer, ou enfatizar, que esse nível de interação entre a sociedade e a natureza é improvável sem perenidade, sem localização, sem que um espaço determinado conecte gerações sucessivas de homens à um processo que não evanesce. O cotidiano é inseparável da produção de um espaço do cotidiano. é necessário, portanto compreender o lugar do espaço localizado e da densidade e diversidade da vida social na composição entre cotidiano, reprodução e desenvolvimento ou com o processo antagônico, isso é, o subdesenvolvimento.

A expansão e diversificação do universo econômico aconteceu por séculos em cidades. A cidade surgiu em parte como cristalização e localização de relações entre os homens e a natureza, tendo como meta “pedestre” a produção e reprodução dos meios materiais de sobrevivência de grandes grupos humanos. Por certo, nem o início foi apenas esse, nem os resultados estiveram circunscritos a isto: a cidade tornou-se a obra humana por excelência. Mas é fato que a cidade desde seu surgimento foi uma poderosa *mediação* entre sociedade e natureza. Um dos resultados dessa mediação é a vida econômica, em sua diversidade e complexidade.

O fato historicamente recente – tendo como referencia os cerca de 9 mil anos de história da cidade - da industrialização na Inglaterra da segunda metade do séc. XVIII e sua difusão em escala planetária modificou esse quadro profundamente. A indústria se tornou o cerne dos processos de expansão e diversificação da vida econômica. A mediação exercida pela cidade entre sociedade e natureza foi em grande parte substituída por uma *mediação* industrial. Essa é uma constatação. Porém, a constatação não exclui as dificuldades da compreensão. O caráter das duas instituições não é idêntico, não se confunde. A cidade ultrapassa a indústria em vários aspectos; a indústria ultrapassa a cidade em outros tantos. O caráter da mediação que cada um pode exercer é distinto.

A industrialização transformou a própria cidade. Onascimento da indústria física não aconteceu de início dentro da cidade medieval europeia. No entanto, a indústria surgiu como uma *emergência*<sup>44</sup>, um desdobramento e intensificação de elementospreexistentes,

---

<sup>44</sup>Segundo Pessoa Jr. (2013, p. 22): o conceito de emergência refere-se a um estado de coisas no qual as propriedades de um certo domínio não se reduzem completamente às propriedades de outro domínio (seriam "autônomos"), apesar de serem, em algum sentido, produzidos por este outro domínio (ou serem "dependentes" deste). A figura central na elaboração de uma teoria da emergência em um contexto naturalista, levando em conta a consolidação da teoria da evolução biológica, foi o cientista inglês Conwy Lloyd Morgan... [Morgan] assimilou a terminologia de Lewes de efeitos “resultantes” e “emergentes”, considerando os primeiros como desenvolvimentos quantitativos que ocorrem de maneira contínua na evolução, ao passo que os segundos seriam novidades qualitativas que “co-ocorreriam” com

mas que não se reduz ao que existiu antes. A emergência da organização industrial da produção introduziu forças novas na cidade, transformando-a intensamente. Mais tarde, a entrada da indústria nas próprias áreas urbanas modificou definitivamente essa realidade. Diante da indústria a cidade *implode/explode*. Do choque entre a cidade e a indústria nasceu uma terceira realidade, o urbano (Lefebvre 2008, Monte-Mór 2004)<sup>45</sup>.

A cidade europeia havia sido tomada pelo mercado durante a idade média. Em contraste com a cidade antiga que permanecera essencialmente política, a cidade medieval se transformou muito ao permitir uma progressiva transformação desta outra *emergência*. O mercado havia sido por séculos uma estrutura subordinada às cidades, mas veio a se tornar o cerne da vida cidadina (Mumford 2008, Lefebvre 2008, Braudel 2009).<sup>46</sup> A cidade medieval europeia em seu auge foi uma cidade mercantil (Lefebvre 2008, Braudel 2005). No entanto, aqui também, a cidade ultrapassava o mercado, e o mercado – emancipando-se – ultrapassou a cidade<sup>47</sup>. Assim como no caso da indústria o mercado e a cidade estiveram em luta por séculos, luta fértil em que surgiram instituições econômicas e sociais fundamentais da sociedade ocidental (Lefebvre 2009, Polanyi 2000).

A economia de mercado<sup>48</sup> que se constituiu como a trajetória hegemônica, foi uma entre as que estiveram em luta dentro da cidade e pelo controle de suas instituições. A análise em retrospectiva, a partir de uma posição histórica como a nossa em que o mercado e a indústria se tornaram estruturas hegemônicas, torna difícil distinguir qual foi o papel da

---

as mudanças mecanicistas. O surgimento de um emergente seria imprevisível e quando surgisse, no “nível da vida”, alteraria o curso dos eventos físicos no nível inferior. Essa atribuição de poder causal aos emergentes, que escaparia do ordenamento mecanicista, é conhecida hoje como “causação descendente”.

<sup>45</sup> Essa interpretação da transformação da cidade pela indústria é discutida maneira detalhada no Capítulo 3 deste trabalho.

<sup>46</sup> Aqui surgem dificuldades no uso dos termos cidade e urbano. Aceitando os termos de Lefebvre (1969/2008, 1970/2009) e Monte-Mór (1994, 2007), o urbano (substantivo) é a organização socioespacial que emerge com implosão/explosão da cidade provocada pela indústria e a industrialização. No entanto o termo urbano (adjetivo) segue possuindo sentido como qualificativo daquilo que é relativo ou que pertence à cidade. nesse momento recorre-se a termo citadino para assinalar essa qualidade. Logo aqui citadino = urbano (adj.).

<sup>47</sup>Essa forma de exposição contraditória não é um jogo de palavras. Ela faz jus à contradição constitutiva do processo histórico que tentamos compreender e descrever. Aqui a contradição é constitutiva do processo e não um *erro logico* que se deva extirpar do argumento e da análise. Veja Lefebvre (1975), nota de final q. “a contradição tornada exterior e insolúvel deixa de ser dialética para tornar-se destrutiva” (p. 206).

<sup>48</sup> No capítulo seguinte discutimos uma genealogia do mercado e tentamos a partir disso esclarecer os limites de uma compreensão puramente mercadológica do desenvolvimento, ou pelo menos da superação do subdesenvolvimento, compreendido como processo específico a maneira de Furtado (1961/2009). As noções de que o mercado compreende ou irá compreender a vida econômica e de que a industrialização introduz os elementos necessários do desenvolvimento tem verdade, mas verdade limitada. Assumi-la de modo absoluto é abusivo e em geral não se faz isso abertamente, reconhecendo os limites da perspectiva. No entanto, na medida em que a teoria do desenvolvimento econômico discute o desenvolvimento no nível elevado nível de abstração macroeconômico e que a ideia de desenvolvimento conserva elementos de colonialidade a questão se apresenta de outra forma.

cidade ocidental europeia no surgimento de ambas. A partir disso, façamos duas observações importantes – ambas discutidas mais detidamente no capítulo seguinte:

- a. Dois dos elementos fundamentais da noção de desenvolvimento tal qual usada no séc. XX – mercado e indústria – são diretamente ligados à cidade. Talvez o mais correto seria dizer que ambos, mercado e indústria são complexidades derivadas da mesma realidade, a cidade. Ambos – mercado e indústria - *se desenvolvem* – a partir de elementos da vida urbana, da estrutura urbana, e atingindo um sentido em si mesmo, irrompem de dentro da cidade, e de varias maneiras investem contra ela, transformando-a ou no caso da indústria, praticamente fazendo com que ela se transforme em outra coisa, o urbano (substantivo) (Monte-Mór 2007).
- b. A emergência do mercado e da indústria a partir da cidade pode ser visto como pontos de chegada, embora não inescapáveis ou necessários, de tensões e contradições características das cidades. No curso dessas contradições – da fixação e do movimento, da aglomeração e do afastamento, da permanência e da mudança, da criação e da destruição, da emancipação e da dominação, da diversidade e da homogeneidade, da abundancia e da privação, do conjunto social e das classes, do uso e da troca, da obra e do produto, e outras de uma lista que não teria final – a cidade foi o local e o meio em que se criaram os elementos da vida econômica. Nesse sentido, a cidade fez possível o *desenvolvimento*, entendido como expansão e enriquecimento da vida econômica. Acumulação, divisão técnica e divisão social do trabalho, aprendizado, inovação, criação tecnológica, oferta e procura perenes e conectadas, diversificação e sofisticação do consumo, investimento, moeda, escrituração contábil, crédito, câmbio, juros, comércio de longa distância, organização do território, criação de significado social para recursos naturais. A lista poderia prosseguir muito. Esses e outros elementos da vida econômica foram antes *práticas, códigos* e por fim conhecimentos e abstrações concretas que surgiram na *produção e reprodução do cotidiano urbano*.

Ora, estes dois pontos contrastam com o fato de que às cidades ou ao fenômeno urbano não ocupam uma posição expressiva na teoria econômica do desenvolvimento. Nem mesmo a espacialidade do processo econômico do desenvolvimento figura entre os aspectos mais caros à análise econômica do desenvolvimento. Parte dessa ausência pode

se explicar pela importância que a macroeconomia, com seu elevado nível de abstração, assumiu na teoria do desenvolvimento. Em busca de generalidade a teoria econômica considera a historicidade e espacialidade dos fatos passíveis de serem abstraídas (Furtado 2008).

Mas talvez a explicação provenha principalmente das contradições decorrentes da dissolução da cidade pelo choque desta com a industrialização. a cidade, como existiu na época precedente, se perdeu: “a obra mais eminente, a coisa mais perfeita, morre e deixa lugar a uma ausência” (Lefebvre 1967). Em função do choque com a indústria a cidade implodiu/explodiu (Lefebvre 2008). Ela se expandiu indefinidamente e se fragmentou; suas estruturas e funções se dispersaram no território. Dessa forma, na era industrial o espaço urbano simultaneamente prolongou a cidade e a tornou sem sentido em si mesma. A experiência e a ambiência urbana se dissolveram, mas não de modo absoluto. Por um lado, um “tecido urbano”, derivação enfraquecida da cidade se estendeu por toda parte, mas perdeu distinção e potência. Em termos econômicos, o espaço urbano tornar-se “pano de fundo”. Por outro lado, as “centralidades urbanas” continuam fundamentais como pontos de aglomeração, articulação e controle dos fluxos econômicos (Lefebvre 2008b).

No capítulo seguinte, tentaremos situar o problema da relação entre vida urbana e alternativas de desenvolvimento. Nossa estratégia para isso é um retorno a constituição histórica do papel da cidade na economia na experiência do ocidente, recorrendo mais uma vez à obra de Henri Lefebvre, mas também aos trabalhos de Jane Jacobs e Karl Polanyi, entre outros.

Nossa intenção é discutir a partir destes autores, de que modo a vida urbana foi antes da industrialização a mediação fundamental entre sociedade e natureza, construindo a relação a partir da qual foi possível a expansão e enriquecimento da vida social e econômica. Aí então, com base neste percurso, discutir em que medida a recuperação da *mediação urbana* como alternativa a mediação industrial abre perspectivas para compreender os problemas do desenvolvimento na Amazônia brasileira.



### 3. Cidades, urbanização e desenvolvimento

Nesse Capítulo tentamos reconstituir o lugar da cidade e urbano na vida econômica, compreendendo qual foi historicamente e qual pode ser o papel e o significado das formas de mediação urbana entre natureza e sociedade. Passamos dessa recuperação do sentido da cidade em relações a realidade econômica à uma compreensão da urbanização industrial e finalmente a uma tentativa de interpretação dos limites da própria industrialização.

Com base nas obras de Henri Lefebvre, Jane Jacobs e Karl Polanyi procuramos nos acerrar de uma visão de desenvolvimento como enriquecimento mútuo das relações entre sociedade e natureza. Propomos que a esse processo pode ser descrito como um processo intencional criação econômica e social de ampliação e enriquecimento da vida material e social, cujo cerne seria a interligação entre ciclos de reprodução natural e social enraizados no cotidiano urbano, que chamaremos de socialização da natureza.

#### 3.1. Cidades e vida econômica: uma recuperação histórica.

Henri Lefebvre toma a transformação da cidade pela industrialização o ponto de partida de sua investigação sobre o fenômeno urbano e o espaço: “a industrialização caracteriza a sociedade moderna”. A hipótese desenvolvida pelo autor é que a sociedade moderna encaminha-se para uma “urbanização completa”, para tornar-se “a sociedade urbana” (Lefebvre 2008).

No entanto, a argumentação sobre o sentido da urbanização no mundo contemporâneo se baseia na compreensão profunda do significado da cidade na história e da forma pela qual o fenômeno urbano veio a se tornar realidade.

“A Cidade preexiste à industrialização... uma observação em si mesma banal, mas cujas implicações não foram inteiramente formuladas”. “Quando a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a Cidade já tem uma *poderosa realidade*” (Lefebvre 2008a, p. 11, 12; grifo nosso).

Realidade poderosa, reunião de aspectos naturais e culturais, mágicos e racionais, econômicos e simbólicos, temporais e religiosos, a cidade acumulou desde cedo “as criações mais eminentes, as obras mais belas” (Lefebvre 2008a). Desde cedo foi resultado e mediação da relação do homem com a natureza. Em torno de um *marco zero*

hipotético, na *ausência completa* de urbanização, *pura natureza natural*, as origens da relação entre urbano e natureza: “os primeiros grupos humanos marcaram e nomearam o espaço, o exploraram, balizando-o. Indicaram os lugares nomeados, as topias fundamentais” (Lefebvre 2008).

Vale destacar essa unidade fundamental entre os aspectos diversos da cidade. Ela não nasce como negação da natureza, mas como sua socialização e apropriação pelo homem, demarcação, criação de significados humanos e sociais para o espaço natural – montanhas, cavernas, rios, bosques. Nesse movimento já se encontram “os primeiros indícios de vida cívica”. A reunião perene ou o retorno sazonal a estes “lugares imã”, não se limitavam à exigências biológicas, ao básico – vencer a privação, fome, sede. Se esses elementos ali comparecem eles já surgem dentro de um sentido ampliado. “Ali, no centro cerimonial verificava-se uma associação dedicada a uma vida mais abundante; não simplesmente um aumento de alimentos, mas do prazer social, graças a uma utilização mais completa da fantasia simbolizada e da arte” (Mumford 2008, p. 7).

O significado e importância econômicos da cidade, no sentido de uma *economia substantiva*<sup>49</sup> (Polanyi 2012). Para Karl Polanyi o termo economia contém dois significados, um substantivo e outro formal. O substantivo, mais abrangente e antigo na história humana “provém da dependência do homem em relação a natureza e aos seus semelhantes para sobreviver”. O homem, diz Polanyi, sobrevive graças à “interação institucionalizada com o meio natural”. Essa interação institucionalizada sociedade natureza é a própria economia. É ela que que “fornece meios de satisfazer as necessidades materiais”. O significado formal, que emerge com o recente advento das sociedades de mercado, “provém do caráter lógico das relações meios-fins” e ganha uso com a “definição do econômico pela escassez” (Polanyi 2012, p. 63).

A interpretação que se tenta aqui é que a cidade surge como aparato na qual essa “interação institucionalizada com o meio natural” se torna possível, se adensa e se conecta com as demais dimensões da vida.

---

<sup>49</sup> Para Karl Polanyi o termo economia contém dois significados, um substantivo e outro formal. O substantivo, mais abrangente e antigo na história humana “provém da dependência do homem em relação a natureza e aos seus semelhantes para sobreviver”. O homem, diz Polanyi, sobrevive graças à “interação institucionalizada com o meio natural”. Essa interação institucionalizada sociedade natureza é a própria economia. É ela que que “fornece meios de satisfazer as necessidades materiais”. O significado formal, que emerge com o recente advento das sociedades de mercado, “provém do caráter lógico das relações meios-fins” e ganha uso com a “definição do econômico pela escassez” (Polanyi 2012, p. 63). Voltaremos a este ponto adiante.

Existem teses divergentes sobre as origens da cidade, mas que talvez possam ser vistas como complementares. No que interessa aqui, a divergência fundamental diz respeito à precedência na história do campo ou da cidade como forma original de organização (produção) social do espaço. É útil nesse momento, nos determos nas características gerais de cada uma das versões. Lefebvre (2008) apenas menciona essa divergência, descartando que apenas a visão hegemônica tenha sentido. A abrangência desta deve-se talvez a ampliação ideologizada de uma experiência histórica particular: a Europa entre a decomposição do mundo romano e o reflorescimento urbano medieval.

### **3.1.1. Cidades, trabalho novo e organização do território em Jacobs**

No debate sobre a origem da cidade a versão hegemônica é que o campo precedeu a cidade. A domesticação de plantas e animais, a chamada revolução agrícola, ocorre previamente e fornece um excedente, cuja apropriação diferencial entre elementos da comunidade, dá lugar tanto a diferenciação social quanto espacial das primeiras sociedades (Singer 1998). Antes disso, dizem os que defendem essa visão, a vida urbana não seria viável. A baixa densidade, e a “tirania das distancias” no cenário onde a única força motriz disponível é o próprio trabalho humano, tornariam a existência de assentamentos densos uma impossibilidade. “It is necessary to stress here this special crucial point: the existence of true urban centers presupposes not only a surplus of agricultural produce, but also the possibility of this surplus in trade”.(Bairoch 1991, p. 11).

Mas Jacobs (1969) postula o inverso. Numa “hipótese extremamente heterodoxa” altera a direção da interação entre invenção da agropecuária e a emergência de cidades (Bairoch 1991)<sup>50</sup>. A tese de que o campo precedeu a cidade, diz Jacobs, é dogmática, fundamentada na “autoridade”, mais que na reflexão crítica e na pesquisa empírica<sup>51</sup>.

A cidade, diz Jane Jacobs, é o organismo econômico fundamental. A cidade surgiu antes do campo e a ele deu origem, como espaço da produção primária especializada. O livro *The Economy of cities* (1969) é fundamentalmente uma defesa desse argumento. Ignorá-lo, diz a autora é um dos erros básicos do pensamento econômico moderno,

---

<sup>50</sup> Bairoch diverge frontalmente de Jacobs; argumenta que sua hipótese é falaciosa, no tocante a anterioridade da cidade. Admite, parcialmente, porém, a importância das consequências da hipótese para a relação entre cidade e produção agropecuária.

<sup>51</sup> A autora compara essa aceitação dogmática a outros dogmas poderosos na história da ciência, como a geração espontânea, postulada por Aristóteles e só desmentida por Pasteur dois milênios depois.

resultando em distorções diversas nos diagnósticos tanto quanto nas proposições sobre o desenvolvimento econômico. Além disso, as raízes do equívoco se assentam na própria concepção sobre a origem da cidade e do fenômeno econômico, ambas nubladas por um pensamento dogmático sobre a anterioridade do campo em relação à cidade e – acrescentamos aqui como uma possível derivação do argumento da autora – da não compreensão das relações intrínsecas entre a formação da cidade e o ambiente natural. O dogma da cidade derivada da dinâmica do campo impede a percepção profunda do papel da cidade na economia. Impede também a compreensão do quanto a relação entre cidade e natureza serviu desde o início da história humana como fonte de dinamismo econômico endógeno.

Jacobs argumenta que é na cidade que os bens e serviços surgem. Mesmo os bens e serviços especialmente talhados para o trabalho e a vida no campo, tem origem na cidade. Atividades tidas como típicas do campo – indústria rural: criação, plantação, produção de alimentos manufaturados, etc. – tem origem na cidade, e então foram transplantados para o campo, por motivos diversos. A agricultura e a pecuária só se tornaram possíveis pelo adensamento da experiência humana propiciada pelo assentamento humano em *protocidades* organizadas em torno da produção de objetos para uso e troca.

Em *The Economy of Cities* formula-se a hipótese através de uma metáfora: a Nova Obsidiana, assentamento hipotético cuja origem se deveu a manufatura e troca de objetos confeccionados com pedra vulcânica em busca dos quais grupos devotados a caça e coleta se dirigem ao assentamento que se estabelece junto à jazida do mineral, a obsidiana<sup>52</sup>. Do afluxo das populações não assentadas ao sítio de manufatura e das trocas entre os que produzem e os demais evolui o assentamento permanente, antes que surjam agricultura ou criação de animais, contrariando a hipótese da anterioridade de uma *revolução agrícola* em relação ao surgimento da cidade.

Somente a convivência prolongada com espécies da fauna e da flora, chegados ao sítio proto-urbano pelas mãos de caçadores e coletores desejosos de adquirir pelo escambo os objetos de pedra, daria ocasião prática ao surgimento do conhecimento necessário ao cultivo e a criação. Este conhecimento foi socialmente construído e incorporado às

---

<sup>52</sup> A obsidiana é uma espécie de vidro vulcânico. Seu uso pelo homem é documentado por numerosas descobertas arqueológicas (Williams, Nandris 1977).

formas mais antigas de trabalho, coleta, caça. Como trabalho novo, a agricultura e a pecuária, surgem por meio de um grande número de passos anteriores, eles mesmos cheios de significado e importância para o enriquecimento da vida e da experiência no assentamento.

Em função da atratividade das ferramentas e armas feitas em pedra vulcânica, inúmeras espécies vegetais e animais chegam à Nova Obsidiana; tal variedade ultrapassa o que a natureza ajuntou no assentamento e vem junto com saber social a ela correlata. E não apenas vegetais e animais vivos chegam, senão que também minerais e outros materiais apreciáveis por sua beleza, brilho, valor místico, entre outras motivações: conchas, penas, resinas, ovos, ossos, peles, couros e escamas, etc.

Nova Obsidiana se torna confluência de materiais naturais socialmente valorizados. Sua multiplicação dá ocasião também a confluência e surgimento de indivíduos que se dedicam a seu armazenamento, transformação pelo trabalho, trocas, distribuição. Da *diversidade* oriunda da natureza provém *conhecimento do diverso e trabalho humano que se diversifica*. Da produção de objetos diversos com um material específico, a obsidiana, derivam e se separam formas de trabalho ligadas a plêiade de espécies vivas e de materiais naturais que ocorrem ao assentamento e as primeiras formas de *serviços* a eles conectadas – transporte, troca, distribuição. Das ocupações amplas de lidar com sementes e vegetais ou animais se separam as ocupações específicas: domesticação, de plantas e animais, e dessas o plantio, o pastoreio e a criação, e suas múltiplas operações, semear, cultivar, colher. Separação, cruzamento e hibridização. Destas as lidas diversas com os novos derivados de cada atividade: couro, ossos e chifres, leite; penas, ovos, esterco e assim por diante.

Da criação, intermitente, assistemática e de curto prazo, de animais a espera do abate para alimentar o artesão das minas de obsidiana, deriva a criação sistemática de animais. Da convivência errática e depois com a prática prolongada da seleção e armazenamento de sementes, evolui o domínio da técnica da germinação controlada, do plantio sistemático, da colheita, do armazenamento e replantio no tempo, escolha de lugar e cuidados adequados.

Agricultura e pecuária emergem, como *trabalho novo*: atividades humanas mais antigas e menos especializadas e/ou complexas, *trabalho velho*, dão origem por diferenciação a outras atividades, trabalho novo. Possivelmente foi a expansão da escala e a demanda

crescente por espaço – em conflito com as demais atividades de manufatura ou troca – que deu ocasião ao afastamento dessas novas e especializadas atividades, a agricultura e as formas diversas de criação, do assentamento original. Noutras palavras, *a agropecuária nasce urbana, a cidade inventa o campo*.

Mas o nascimento do trabalho novo não extingue ou torna inúteis formas antigas de produção. A lida com as sementes coletadas, selecionadas, feitas híbridas, não se torna sem utilidade, ao contrário; ela se enriquece e se torna perene e conectada com a agricultura e a mesmo com a pecuária. Usos múltiplos de sementes, cascas, fibras, flores, folhas antes dependentes de serem encontradas podem ser produzidas de modo mais ou menos previsível. A expansão da vida social é simultaneamente a expansão do conhecimento e da interação com a natureza. O crescimento e a diversificação das atividades práticas amplia e enraíza o conhecimento na coletividade, tornando possível um mundo mais intensamente povoado pela obra humana. A intensidade da vida localizada e densa em torno da cidade é ao mesmo tempo uma interligação cada vez mais forte com o espaço circundante e com outros assentamentos que se estabelecem alhures, junto a outras fontes de riqueza material, junto a espaços sagrados, na confluência de caminhos e rotas.

O dinamismo de Nova Obsidiana dá ocasião ao surgimento de outros pontos de assentamento onde outros grupos se apropriam de modo mais complexo dos recursos de que dispõem. Junto a fontes de recursos pesqueiros, próximos a florestas ricas em madeiras valorizadas, por exemplo. Os homens ampliam seu conhecimento e sua prática transformadora do mundo natural.

As transações inicialmente centradas no assentamento sempre foram alimentadas pelas relações com o entorno. Quando estas se estendem por distâncias maiores induzem formas de comunicação e transporte, os primeiros passos de um comércio à distância, e outras ocasiões de trabalho novo. Produtores e comerciantes locais praticam trocas em transito, originando mecanismos de transação peculiares. Pontos de descanso e abastecimento dão lugar a entrepostos comerciais. O campo, inventado e ampliado pelas necessidades do centro urbano, é cortado por vias, e pontilhado por pontos de descanso, estalagem e assentamentos. As forças econômicas e técnicas que emergiram na cidade organizam o espaço, sobrepondo à natureza camadas de trabalho social e sentido

econômico; adicionando-lhe elementos técnicos fixos e uma teia de fluxos de homens e do produto do trabalho.

O centro dinâmico que é Nova Obsidiana se põe em contato com um território crescente. O antigo centro produtor de objetos de pedra se diversificou pela constante incorporação de novos materiais, novos conhecimentos e técnicas. O afluxo de objetos, armas e ferramentas e diversos bens *importados*, induz esforços para sua reprodução – reposição lógica num mundo sem as facilidades do contato, transporte seguro e rápido. Por fim a capacidade de produção permite a exportação para cidades e assentamentos menos diversos e ricos. Assim se revela o fenômeno fundamental, segundo Jacobs, por meio do qual as cidades produzem o desenvolvimento e articulam o espaço social integrando novas áreas, suas populações – cultura, experiência e conhecimento – e seus recursos naturais. As cidades *importam* elementos materiais e culturais externos a si, tornam-se capaz de produzi-los por si, repondo por produção local bens antes importados e finalmente sua capacidade produção alcance capacidade de não apenas atender necessidade local, mas também *exportar* aquilo que produz. Um ciclo se percorre, portanto entre a entrada de novos bens importados que adentrem a economia local via consumo, a criação de capacidades locais de produzi-los e a captura de oportunidades desde comercializar esses bens em mercados externos. A repetição deste ciclo é o próprio processo de desenvolvimento imbricado na economia urbana. Tais ciclos se iniciaram em momento remoto do tempo nas trocas entre os assentamentos e a *primeira natureza* e crescem em complexidade e escala ao incluir cada vez mais elementos dispares do trabalho humano, que se cristalizam em múltiplos assentamentos e cidades assim como pela incorporação de novos elementos da *primeira natureza* e de suas apropriações sociais, como *segunda natureza*<sup>53</sup>.

As cidades “não expandiram sua economia pelo simples fazer mais daquilo que vinham fazendo [há muito]”. Elas se expandiram pela adição de *novos tipos de trabalho*. Sem a adição de novos tipos de bens e serviços, apenas pela repetição do trabalho velho, a

---

<sup>53</sup> As *noções de primeira e segunda natureza* referem-se à diferença entre a natureza como realidade anterior e exterior ao homem e aos determinantes sociais e a natureza socializada, isso é modificada de muitos modos pela ação dos grupos sociais. Essa modificação vai do uso *stricto sensu* de recursos dela retirada – caça, pesca, coleta, etc. – até a cultura e a *produção da natureza* que o ocorre intensamente desde tempos imemoriais – plantio de bosques e florestas, hibridização e seleção de espécies, modificação de rios, drenagem de pântanos, entre outros. Mais amplamente, a segunda natureza engloba sem dúvida as obras humanas mais complexas e “anti-naturais” como a cidade e o espaço construído. Tais noções remontam pelo a Hegel e Marx, e toda uma tradição marxiana de filosofia, geografia crítica, economia política, etc.. Ver Duarte (1993), Santos (1998), Smith (1998), Harvey (2000), entre outros.

rigor não há desenvolvimento (Jacobs 1969). Além disso, como o processo econômico tende para a interligação de diferentes unidades econômicas, a adição de trabalho e diversificação econômica parte da criação local, mas não ocorre sem a incorporação de bens importados.

Como base econômica a cidade é local da mediação entre fluxos e forças, se estabelece cedo uma dualidade. De um lado recursos locais e necessidades locais. De outro recursos externos e ampliação das possibilidades locais, pelo consumo, pela produção, pela exportação.

Em Nova Obsidiana, a par do mercado local se desenvolvem dois conjuntos de artigos de exportação. O primeiro conjunto é local, produzido a partir de recursos locais e voltado para as necessidades locais. O outro procede de um fluxo de bens diversos não locais que são armazenados e reenviados a outros assentamentos. Mas o assentamento não se torna um entreposto apenas, porque aos poucos surgem cadeias de produção derivadas dos produtos externos. Essas aparecem para atendimento a demandas locais, mas também atende não residentes.

Nesse movimento a economia local distingue aos poucos um setor exportador e uma economia local, embora de modo algum estes dois permaneçam estáticos ou isolados um do outro. A prática cotidiana impõe necessidades aos habitantes locais e aos visitantes em busca de artigos cada vez mais variados. Artigos feitos de obsidiana, por exemplo pedem por recipientes para transporte, que serão feitos com abundantes materiais que vem ao assentamento e são trabalhados pelo engenho dos locais. Materiais já conhecidos e usados ou outros conhecidos e não usados ou mesmo desconhecidos, mas de algum modo pertencentes ao domínio da pecuária, da silvicultura e da agricultura, donde provêm fibras, madeira, sementes, resinas, ossos, dentes, couro, etc.

Cestos para o transporte e armazenamento, por exemplo. Se adentram a economia local como bens importados, mas há também o início de sua produção local, esta requer o fornecimento de fibras, iguais as usadas pelos produtores originais ou outras. Se ainda não são domesticadas, cria-se estímulo para isso, possivelmente via conhecimento de grupos que lidam com atividades correlatas, embora possam não haver lida diretamente com este recurso. No caso em que já há domesticação e cultivo de fibra adequada, pode-se ampliar a produção, torna-la constante, supondo uma procura estável, e assim por diante. Ferramentas serão adaptadas ao novo uso, ou criadas para usos ainda não



conhecidos, o que enriquece a vida material do grupo, abrindo talvez novas frentes de especialização, diversificação e sofisticação.

O exemplo serve apenas como suporte para a descrição de um processo de interesse: a criação de valores sociais – de uso e de troca – na relação entre a base urbana e a natureza. Obviamente o argumento é desenvolvido num vácuo histórico, o que o fragiliza. Mas Jacobs apresenta exemplos concretos e numerosos de como o processo opera. A autora persegue a resposta à questão: *como trabalho novo é adicionado ao trabalho velho?* A resposta é construída rastreando o processo de nascimento de diferentes tipos de trabalho novo, a adição de alguns produtos e empresas emblemáticos em diferentes setores. Analisa também casos de passagem de formas de produção industrial simples a oferta de serviços, relativamente complexos. O método oferece pistas, que a autora procura encadear em busca de regularidades. A primeira destas regularidades é que o *trabalho novo nasce de outro, já existente, o trabalho velho*. Sob certas condições, *um tipo de trabalho leva a outro*. Vejamos dois exemplos fornecidos pela autora.

A produção de *sutiãs* nasceu como derivação da produção de vestidos femininos. De início a empresa que introduz a inovação, de propriedade da estilista norte-americana Mrs. Rosenthal, estava interessada apenas na melhoria do ajuste dos vestidos. Nessa busca uma parte do produto perseguido – vestidos bem ajustados ao corpo feminino – ganha sentido em si mesmo, dando origem a um produto que não é mais parte do vestido. A produção do novo artigo se torna um ramo autônomo; a estilista abandona a fabricação de vestidos, dedicando-se a produzir sua inovação, o que nem sempre ocorrerá.

Segundo caso. A empresa *Minnesota Mining and Manufacturing Co.* foi originalmente uma modesta firma dedicada a escavar, triturar, fazer triagem e venda de areia. A certa altura os proprietários decidem produzir lixas para carpinteiros, artigo já existente no mercado: tratava-se de copiar algo. Mas o caminho da cópia leva à criação de prolíficas linhas de trabalho novo, elevando a empresa à condição de *big business*. Ironicamente há um insucesso inicial em produzir boas lixas: os adesivos disponíveis para colar areia ao papel não são bons. A empresa dedica-se a solução do problema: melhores adesivos. Deste esforço nasce uma linha inovadora de de colas, adesivos, fitas adesivas, abrasivos e artigos correlatos. A 3M, nome que a empresa veio a adotar, introduz sucessivas

gerações de *trabalho novo*. Fitas adesivas adaptadas para áreas diversas; máscaras para pintura de parede; reparos para sapatos; adesivos de pressão; fitas decorativas feitas materiais diversos; fitas magnéticas e muitos artigos congêneres. A partir dessa base, a empresa introduz produtos ligados a usos industriais de adesivos. Stenceis para jateamento com areia, adesivos para indústria automotiva e naval, compostos para calefação, artigos correlatos para construção civil.

Muito importante além disso é que a empresa não descarta sua linha de produtos ligados a atividade inicial, a areia. Introduz artigos para jateamento; areia para polimento; grãos finos para pigmento e cobertura; fitas, grampos e panos antiderrapantes que usam areia; compostos para pavimentação; materiais lumino-reflexivos. Todo esse conjunto de derivações que partem da base inicial do trabalho com areia.

O trabalho novo deriva de um fragmento de trabalho velho. Este fragmento se torna autônomo, se diferencia, ganha significado próprio, sentido ou aplicação nova e, as vezes, independente. Além disso, um mesmo tipo de trabalho velho pode ser a origem de ramos muito distintos de trabalho novo.

Uma derivação de trabalho novo dá lugar a um número indeterminado de novos ramos de atividades. Cada adição implicacerto número de tarefas, insumos novos ou renovados diante de um contexto modificado. Estes por sua vez podem implicar criações subsequentes. O nível de complexidade do desenvolvimento do novo bem ou serviço implica tarefas intermediárias, *divisões técnicas do trabalho*, assim como depende direta ou indiretamente da existência prévia, ou criação, de um conjunto de insumos, ferramentas, máquinas e serviços, ou seja pressupoe a relação com uma extensa divisão do trabalho, sendo parte dela interna a nova cadeia, parte externa a ela mas extritamente necessária ao seu êxito.

Os casos da criação do ramo de sutiãs ou da empresa 3M ilustram estes aspectos dinâmicos da introdução de trabalho novo. A emancipação da produção da nova peça de vestuário demandava uma série de tarefas intermediarias – design, costura, embalagem, divulgação, vendas, etc.. À estas e outras subdivisões correspondem fornecedores de bens e serviços externos a empresa – tecidos e linhas, máquinas de costura, manutenção, embalagens, fretes, serviços bancários, propaganda, entre outras. A profundidade e diversidade do processo é ainda mais forte no exemplo em que a 3M diversifica sua produção inicial simples. De um lado mineração, seleção e venda de areia, mas também

produtos químicos, tintas, produtos plásticos, etc.. Externamente a produção direta, materiais para embalagens, serviços de distribuição, financiamento e serviços bancários, contabilidade e assim por diante.

Uma generalização do argumento é que a adição de uma forma de trabalho novo abre um número indeterminado de consequências em termos de cadeias de produtos e serviços, cuja extensão depende da complexidade do próprio produto, mas que tem como restrição a extensão da base econômica da qual o processo brota. A autora resume sua proposição numa fórmula simples:

$$D + A \rightarrow nD$$

Onde D representa as divisões do trabalho anteriores a adição do trabalho novo, indicada por A. Do cenário modificado (D + A) *tende* para um número interminado (n) de novas divisões (D). *Divisões do trabalho existentes se multiplicam em mais divisões do trabalho, graças a adição de atividades que produzem, por sua vez, novas quantidades de trabalho que podem ser novamente diferenciados*(Jacobs 1969, p.55).

Portanto, numa economia onde muitos bens e serviços novos são adicionados há grande dinamismo: novas divisões do trabalho se multiplicam mais rápido do que velhas divisões se tornem obsoletas pela aparição de novos bens e serviços. Mas deve-se atentar para que processo não decorra de geração espontânea. A cidade é o lugar do trabalho novo porque é o lugar da simultaneidade e articulação. Na vida cotidiana da cidade uma infinidade de necessidades precisa ser atendida e novas necessidades são criadas. A vida diversa e a confluência de agentes, materiais e vivências múltiplas funciona como um indutor das necessidades e das repostas a elas. Esses são os substratos do trabalho novo. Cada conjunto novo de bens e serviços advém da diferenciação de um conjunto existente. Assim uma economia diversa tem maiores chances de se diversificar, embora a criação de trabalho novo possa surgir também em economias pequenas e pouco diversificadas.

Tal qual no exemplo hipotético acima sobre a introdução do uso de cestos numa comunidade via importação, a chegada de artigos externos pode servir de propulsor na criação de trabalho novo, caso existam condições para a reposição da produção externa com produtos feitos localmente. Quando processos como estes ocorrem de forma robusta e repetida, em ciclos de realimentação interna na uma economia local ou

regional, acontece o que Jacobs chama processos de *import replacement*<sup>54</sup>. Produtos antes importados são incorporados pelo consumo à economia local. Se a base econômica local é tal que se pode fazer a reposição pela produção local isso provoca expansão econômica. Períodos de *import replacement* dão lugar ao surgimento ou renovação de segmentos da produção. Desde que a recriação produza sobre a simples cópia, abre-se um período de criação de trabalho novo derivado de trabalhos velhos.

No exemplo dos cestos e fibras uma nova fonte de matéria prima provoca recriações que podem ser transformadoras. No caso de a produção do bem reposto localmente alcançar êxito e se for possível encontrar mercados para o tal produto fora da cidade, o bem tornar-se exportável, passando a ser trocado por bens de fora, que podem ser alvo de novos surtos de *import replacement*. Se o processo todo se completa novamente não apenas a importação vai sendo recomposta como também a exportação, *export replacement*. Desde que os produtores locais sejam capazes de derivar trabalho novo de práticas e artigos existentes podem encadear-se surtos/ciclos de recomposição das importações e das exportações.

As pautas de importação e exportações se modificam mutuamente e se tornam mais complexas. Ao mesmo tempo o consumo e a capacidade produtiva locais se tornam mais abrangentes e diversas, contendo uma base de trabalho velho mais plural, logo um conjunto maior do qual novas formas de trabalho novo podem emergir – *diversidade que cria diversidade*. Rodadas de criação *import-export replacement*, ampliam e diversificam a base econômica local, criando maior capacidade de criar trabalho novo a partir de tipos mais numerosos de trabalho velho. O rol de exportáveis se renova, além do que formas antigas de trabalho são adaptadas a novos contextos sem necessariamente se extinguir.

Como grande exemplo deste processo, Jacobs (1969) aponta o processo de *import replacement* que teve lugar em Tóquio, capital japonesa. Jacobs mostra como a experiência japonesa de produzir localmente bicicletas brotou da prática de reparos de bicicletas importadas. Mostra também como essa se torna uma situação paradigmática de *criação social*, caso clássico de *import replacement*. A autora destaca que a substituição da produção externa de bicicletas poderia ter sido feita de várias formas, e que as opções

---

<sup>54</sup> A tradução imediata seria do termo seria substituição de importações. Mas, como se verá adiante, Jacobs procurar diferenciar sua perspectiva da interpretação de *industrialização por substituição de importações* consagrado na literatura do estruturalismo latino americano (Hirschman 1968).

não eram equivalentes em termos de efeitos técnico-econômicos para a economia local. Poderia ter sido feita pelo *transplante de fabricas estrangeiras* em território japonês. Poderia também ter se feito pelo envio de técnicos para que aprendessem fora do país, ou contratado técnicos externos para trabalhar no Japão.

A via que termina por se afirmar<sup>55</sup> foi a criação de uma indústria local baseada em um *trabalho velho*, a manutenção de bicicletas. A esta se seguiu a produção de peças de reposição e finalmente a montagem do produto completo. O surgimento de inúmeras e pequenas oficinas de reparos deu origem a uma produção de peças difusa. Durante um esse período a produção passou de um nível artesanal feito por pequenas oficinas à produção regular e em grande escala. Um passo decisivo foi o surgimento de montadoras que comprando peças das pequenas fábricas introduzem a produção nacional de produtos acabados. O ponto fundamental a respeito dessa trajetória é que a produção se deu de forma ajustada com a oferta interna de bens de produção para a indústria. Os desequilíbrios e pressões – para fazer uso dos referenciais da teoria do desenvolvimento econômico, particularmente de Hirschman (1977) e Perroux (1967) introduzidos pela demanda por consertos de bicicletas foram atendidos pelas oficinas de consertos, criando capacidade local num nível básico, acessível. A demanda por peças foi primeiro atendida pelo recondicionamento de peças usadas e em seguida por uma produção em tentativa e erro, artesanal, desembocando finalmente na produção de peças de reposição e por fim o nascimento das montadoras. Uma notável cadeia de internalização de produção externa, cujos desequilíbrios foram positivamente enfrentados, de uma maneira razoável para a economia local, sem redundar em gargalos criados por *transplantes de fábricas prontas*, o que será uma das distorções mais frequentes das forças econômicas da cidade, como discutiremos a seguir a partir de outro trabalho de Jacobs.

O padrão introduzido pela experiência da indústria de bicicletas foi ele mesmo uma espécie de *trabalho novo* em termos de organização da produção industrial. O sistema baseado na produção pulverizada de insumos serviu de base a muitos outros ramos. Um sistema que particiona atividades manufatureiras complexas em fragmentos relativamente simples, feitos em plantas autônomas, menos complexas, mais facilmente construídas. Com experiência de repor internamente a produção de bicicletas, os

---

<sup>55</sup>Jacobs não discute o nível de intencionalidade ou contingência desta via.

japoneses “got much more than a bicycle industry”. São os primeiros passos de uma forma de organização industrial peculiar. Grandes empresas, como a Sony surgiram de uma experiência deste tipo, a partir de inúmeras e pequenas produtoras de componentes para rádio.

A experiência japonesa em Tóquio no ciclo *import replacement* – *export replacement* (IR-ER) é usada por Jacobs novamente em *Cities and wealth of nations*, livro de 1984. A autora indica já em *The Economy of Cities* (1969) que a intensidade de criação de trabalho novo seria a verdadeira medida do dinamismo e do desenvolvimento em uma economia. Além disso, afirma que o duplo processo IR-ER é o fenômeno básico dos ciclos de “crescimento explosivo” das cidades ao longo da história (Jacobs 1969). Grandes cidades que viveram ciclos IR-ER ao longo da história conseguiram essa façanha se relacionando em três frentes distintas mas conectadas: o atendimento às necessidades locais, a exportação para alguma cidade com mercados grandes, pujantes e sofisticados, a exportação para mercados menos sofisticados que a própria cidade em questão. Jacobs recupera esse padrão, que parece trivial, mas do qual ela extrai regularidades com interesse de poder heurístico para uma economia do desenvolvimento explicitamente centrada em cidades.

Por um lado a autora introduz a visão de que os processos de criação de trabalho novo, inseridos numa dinâmica complexa e encadeada de *import replacement* e *export replacement* emanam cinco forças econômicas que ordenam a relação da cidade com seu entorno. A expansão econômica que deriva do processo *city import-export replacement* consiste na projeção sobre o espaço econômico – que engloba outras cidades e assentamentos de: a) uma ampliação acelerada de mercados urbanos para novos e diferentes tipos de produtos importados, formados especialmente por bens rurais (provenientes do meio agrícola) e inovações que sejam produzidas em outras cidades; b) uma ampliação acelerada do número e dos tipos de trabalho (empregos) em cidades que vivem momentos de *import replacement*; c) do aumento do número de transplantes econômicos – isso é formas eminentemente urbanas de atividade na produção, comércio ou circulação de mercadorias – que vão das cidades para localizações *não urbanas*<sup>56</sup> preteridas por outras empresas; d) novos usos da tecnologia, particularmente voltada para aumentar a produção e a produtividade rural; e) o

---

<sup>56</sup> Jacobs se expressa assim: non-urban locations.

crescimento do capital sediado na cidade. “These five great forces exert far-reaching effects outside of import-replacing cities as well as within them, ultimately rippling out even to the remotest places...” (Jacobs 1984).

Além disso, partindo da formulação da cidade como organismo econômico fundamental da economia, Jacobs discute o papel do encadeamento entre pequenas economias urbanas (*embryonic cities*) e mercados grandes ou em expansão. Para está aí uma questão fundamental: “...*how an embryonic city happens to have an expanding marketing for its early work. These question is crucial. An embryonic city must have an expanding market for its initial exports; otherwise, its local economy cannot expand either, and so cannot generate new export work*” (Jacobs 1969, p. 170).

Retornando a casos históricos, a autora evidencia um *processo recorrente* em que grandes cidades ou cidades em rápido crescimento disparam processos de polarização que dinamizam um conjunto de outras cidades pequenas. Olhando na perspectiva inversa, pequenas cidades precisam acelerar seu próprio progresso material entrando em contato com polos dinâmicos em rápida expansão. Essa cadeia de transmissão de dinamismo não é automática nem linear, dependendo da capacidade das cidades em partir de sua base material produzindo bens exportáveis para os polos dinâmicos com os quais se defrontam, assim como de produzir bens que atendam as suas próprias necessidades. Além disso, há um aspecto fundamental. Cada cidade que conseguiu ultrapassar a condição de mera exportadora de bens primários – alimentos, minerais, etc. – o fez porque não abriu mão de agir como uma economia com suas próprias linhas de ação e criação endógena.

A compreensão do desenvolvimento centrado na cidade de Jacobs, portanto, concatena duas cadeias de elementos: I) a cidade como polo de onde emanam as forças do consumo denso e em constante mutação, a atratividade do mercado de trabalho, as estratégias de localização das empresas e sua interação com os locais, a difusão do aparato tecnológico, e os fluxos de capita; e II) a interação dinâmica entre cidades de portes diferentes e em pontos diferentes das trajetórias que encadeiam os momentos dos ciclos de IR-ER. Os dois tópicos se relacionam diretamente pelo papel fundamental da criação do trabalho novo, o parece ser fundamentalmente o aspecto que prende o desenvolvimento ao desafio de ampliar e diversificar o mercado interno e o padrão de vida local, um sentido profundamente endógeno, portanto.

Chama atenção de novo o caso paradigmático, que é Veneza. Surgida como um assentamento de catadores de sal, a cidade cedo se liga a Constantinopla como o mercado dinâmico para onde envia seu produto exportável, o sal. De lá também vem as primeiras formas de importação, já que Bizâncio aquela altura – séc. X – passado pelo seu próprio ciclo IR-ER. Mas o que faz a diferença para Veneza, como para outras cidades para quem ela mesma será o grande mercado, é a disposição de “*agir como Constantinopla mesmo sem a economia de Constantinopla*”, ou seja, não se contentar nunca com o dinamismo induzido externamente, buscando mercados menos sofisticados do que o seu próprio para onde pudesse enviar tudo aquilo que produzisse para si mesma.

É importante compreender, segundo Jacobs que, os processos de transformação econômica virtuosos – tal qual ocorre na polarização de Constantinopla sobre Veneza, Veneza sobre Londres, Londres sobre Antuérpia e assim por diante – dependem de uma projeção conjunta das “cinco forças econômicas da cidade” sobre as áreas ou cidades que entram em sua órbita. Não se trata de equivalência exata, o que seria fora de propósito, mas sim que, essas cinco forças compareçam conjuntamente. Bem essa é uma realidade bastante rara, a não ser quando se trata de áreas contíguas ao próprio polo dinâmico, isso é quando se trata da relação entre cidades e hinterland imediatos, que Jacobs trata como *city-regions*, aglomerações urbanas cuja ordenação econômica e territorial deriva da relação com um centro dinâmico<sup>57</sup>.

À medida que crescem as distâncias entre o polo e as áreas de influência ocorre a rarefação ou ausência de uma ou várias das forças econômicas da cidade. Essas distâncias podem ser físico-geográficas, mas também sociais, políticas, culturais, etc.; fatores socioespaciais que se interponham entre o centro e a periferia do sistema. Se os laços tornam-se mais tênues e mais isolados, constituído com isso áreas onde os sistemas econômicos são bizarras, grotescas:

*The various strands – markets, jobs, technology, transplants and capital – separate from the mesh and take off by themselves, each in its own idiosyncratic directions. In this fashion, cities shape stunted and bizarre economies in distant regions.*

Jacobs constrói o restante do livro discutindo as distorções específicas que a especialização de cada uma das forças da cidade projetando-se isoladamente provoca.

---

<sup>57</sup>Na experiência brasileira, uma aproximação não exata é a formação das regiões metropolitanas.



Mercados de consumo hiper-especializados engendram regiões primário-exportadoras (*supply-regions*); mercados de trabalho que drenam o trabalho das periferias formam regiões privadas de mão de obra; pacotes tecnológicos exógenos geram áreas desestruturadas econômica, laboral e ambientalmente; atividades transplantadas para áreas nas quais não é possível que construam laços, tornam-se enclaves; fluxos de investimentos exogenamente dirigidos induzem descolamento entre economia e base urbana, regiões sem cidades-polo; e ainda pode haver situações nas quais houve em algum momento dinamismo mas que perdem seus laços econômicos com o polo, recaindo em períodos de involução e embotamento por não ter internalizado o dinamismo econômico ou outro aspecto mais específico.

Notemos que existe aqui tanto uma teoria da organização do espaço econômico quanto uma abordagem ao problema do subdesenvolvimento, ambos enfaticamente centrados no papel econômico da vida urbana. Por fim, Jacobs retoma o tema da interação entre cidades como fundamento da superação de uma ou de combinações dessas condições anômalas, as economias bizarras. O aspecto fundamental é a reconstituição do caráter endógeno que é característico quando as cinco forças atingem as regiões de modo conjugado e adequado. Para isso, há a necessidade de que cidades e *city-regions* consigam escapar das situações onde não possuam autonomia sobre as necessidades de reestruturação próprias de sua base natural e social. Essas linhas de fuga estão na formação de mercados locais e regionais, fugindo a formas de inserção nos mercados externos que sejam demasiado presas às trocas com economias avançadas. O peso dos mercados locais e regionais, é fundamental: tudo que uma cidade produz para seu mercado pode ser exportado para mercados próximos de menor complexidade.<sup>58</sup>

### ***3.1.2. Da cidade como centro da vida econômica à sua explosão-implosão***

O enfoque usual da ciência econômica, diz Jane Jacobs, dá muito pouca importância ao fato da vida econômica estar sediada na cidade. Para a autora, a unidade de análise comumente empregada pela análise econômica, as economias nacionais, é enganosa. Isso porque, segundo sua visão, realizar a análise nesse nível de agregação compromete a capacidade de compreensão e proposição, deixando escapar processos de grande importância.

---

<sup>58</sup> Aqui Jacobs se aproxima da teoria da base exportadora, mas a autora não estabelece diálogo com essa teoria.

Um dos aspectos que Jacobs (1984) aponta como consequência do nível de agregação dos conceitos econômicos na escala das economias nacionais é o problema da economia externa à cidade. O vocabulário econômico não possui distinção para exportações e importações feitas a partir de cada cidade. Importação e exportação são agregados macroeconômicos, cuja natureza metodológica da análise turva fenômenos fundamentais. Naquele momento, anos 1980, segundo a autora nem mesmo os dados disponíveis, construídas pelo paradigma da economia nacional, serviriam de base para tal análise. Em consequência, quando aspectos da relação entre cada cidade como unidade econômica e outras unidades eram percebidos de maneira agregada as conclusões e proposições resultariam inadequadas.

É com base nessa visão que Jacobs interpreta o processo de substituição de importações nas economias latino americanas. Segundo sua visão, o processo *import replacement-export replacement* não pode ser compreendido nem ajustado sem o papel da cidade. Por isso as proposições do processo industrialização por substituição de se revelaram decepcionantes. Para Jacobs, esse processo de industrialização se baseava numa compreensão limitada do papel da cidade na dinâmica econômica, e por isso, assumiam que a integração entre o aparato industrial introduzido e as dimensões interna e externa da vida econômica mediadas pela cidade se ajustariam de todo modo, dada a expansão da produção industrial introduzida.

Aí comparece mais uma vez a insistência de Jacobs na crítica da primazia do campo sobre a cidade. Mais do que uma explicação limitada para as primeiras experiências urbanas, essa aceitação é questionável porque afeta negativamente as ideias sobre o que as cidades são e sobre qual é seu lugar no sistema econômico, agora ou no passado. Se as cidades brotam do desenvolvimento da agricultura e do espaço rural, conclui-se que elas são secundárias em relação à produção rural e a produção *externa* a cidade, em geral. Em Jacobs (1984) o argumento se desenvolve, mostrando o quanto a visão que desconecta cidade e economia pode ser danosa.

As sequelas do que Jacobs chama de *dogma da primazia agricultura* estariam subjacentes – como premissas não explícitas – às tentativas de planejar e impulsionar o desenvolvimento econômico quando este planejamento é feito sem ter em conta a necessidade de enraizar o desenvolvimento numa estrutura econômica local, a qual seria dada pela *base urbana*.

A hipótese da primazia da cidade frente ao campo ilumina soluções para questões ligadas ao processo de aprendizado e enraizamento de conhecimentos e práticas necessárias para um salto de qualidade na produção primária e artesanal<sup>59</sup>. Como essas práticas ultrapassariam o nível esporádico e assistemático na ausência de uma convivência que tornasse possível uma *experiência densa* no cotidiano? Como isso ocorreria, sem o compartilhamento de experiências, sua transmissão perene pela prática social?

A hipótese jacobiana tem por premissa que tanto nas economias contemporâneas quanto no nascimento da civilização, a cidade é o local onde o adensamento e a frutificação da experiência tem lugar. Ela teve desde sempre funções de acumulação e transmissão de saber (Mumford 2008). Jacobs, portanto, faz mais do que formular uma hipótese sobre o aparecimento da cidade, a qual pode ter sua abrangência ou exclusividade questionada. Ela põe em relevo que a cidade é o local onde é possível e acontece a transformação da vida econômica do homem, devido aos processos que apenas a convivência estreita e continuada cria<sup>60</sup>.

*Em um centro populacional denso a experiência cotidiana se adensa. Vivências múltiplas se articulam, grupos diferentes, gerações diferentes, diferentes contextos ambientais se encontram num mundo em formação. Eventos esporádicos se integram a experiência coletiva e se tornam perenes, repetíveis, logo transmissíveis como experiência codificada, história, mito, representação artística e escrita. Gerações se conectam no tempo-espaço marcado por signos e por objetos, retirados da natureza e transformados, dotados de significado social renovável. A cidade cria a simultaneidade e a conexão de tempos e experiências, acumulando-as e ampliando seu sentido e diversidade (Mumford 2008).*

Da relação com o meio natural o homem retira experiências e habilidades individuais, mas é a convivência social que dá significados novos, provocando o surgimento e aprofundamento da divisão social do trabalho. Na coleta de materiais ou seres vivos na

---

<sup>59</sup>“The dogma of agricultural primacy says: agriculture first, cities later. Behind the dogma lies the notion that in pré-Neolithic times hunting men lived only in the small and economically self-sufficient groups, finding their own food, making their own weapons, tools and other manufactured goods. Not until these primitive groups learned to cultivate grain and raise livestock, it is thought, did settled and stable villages emerge, and not until after the villages were built did complex division of labor, large economic projects and intricate social organization become possible. These advances, coupled with a surplus of agricultural food, are supposed to have made cities possible.” (Jacobs 1969, p. 5)

<sup>60</sup> Monte-Mór (2002) argumenta que o surgimento da cidade mineradora no Brasil colonial corresponde em grande parte ao esquema proposto por Jacobs, incluindo a *invenção* de um espaço agropecuário no interior da colônia e a própria organização de um espaço econômico “brasileiro” até então inexistente, como já formula Furtado (1959).

natureza surgem ocupações esporádicas e básicas. Na cidade estas ocupações ganham sentido e são sofisticadas, abrindo novas possibilidades (Mumford 2008). Das práticas elementares do coletor de pedras, lenha, animais ou peixes, ocorre a diferenciação do trabalho do minerador, barqueiro, navegante, construtor de barcos. Destes se diferencia o comerciante ou o mercador volante, e etc.. Práticas se materializam em objetos e artefatos cujo uso também abre possibilidades e necessidades. Esse diferir constante é o que faz da cidade o órgão essencial da vida econômica; onde nasce o novo, o *trabalho novo* (Jacobs 1969). A diferenciação e sofisticação fazem da cidade o lugar para onde tudo flui e onde ocorre toda criação, de usos, de práticas, de conhecimento *técnico* ao *artístico* e *político*:

*A cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as atividades as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação sem proximidade, isto é, sem relações. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde coisas diferentes advém umas das outras. ...Nesse sentido a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos ou levando a conflitos (Lefebvre 2008, p. 109. Grifo nosso).*

Os três autores a quem recorreremos aqui não convergem necessariamente em sua análise. Os objetivos e as conclusões são díspares. Lefebvre menciona Jacobs, em a *Revolução urbana*, ao tratar da rua e da segurança, mas não com relação às origens da cidade. No mesmo livro, aborda a polêmica em torno da anterioridade do campo ou da cidade, sem citar Jacobs, embora nesse momento desqualifique a negação da anterioridade possível da cidade como ideológica: “pode-se muito bem sustentar... [que] a agricultura somente superou a coleta e se constituiu como tal sob impulso (autoritário) de centros urbanos”. Por outro lado, como o trecho já anuncia Lefebvre possivelmente veria como ideológica ou acrítica, a visão jacobiana de que o mercado foi desde sempre *a instituição central* da cidade: “Nunca ausentes, a troca e o comércio devem aumentar. De início confiados a pessoas suspeitas, ‘estrangeiros’... os lugares destinados à troca são de início fortemente marcados por signos de *heterotopia*<sup>61</sup>...” (Lefebvre 2008, p. 18, 19). A condição

---

<sup>61</sup> Conceito empregado pelo filósofo Michel Foucault (1997) e também por Lefebvre para se referir a lugares e espaços cuja característica principal é serem não hegemônicos. Ali podem se abrigar – em função de formas múltiplas de negação, banimento, segregação, etc. – agentes e funções sociais, práticas, grupos, etc., cuja existência e posição são subalternos, subversivos, desviantes, entre outras situações de não-hegemonia. No caso do emprego do termo por Lefebvre, frisamos a posição de relativa segregação ou extrema regulação na qual se encontravam os praticamente do comércio em muitas sociedades.

heterotópica do comércio e dos comerciantes é ilustrada na polis grega. Em Atenas o comerciante, *meteco*, esteve excluído da cidadania, além do que o local de entrada de artigos estrangeiros foi o porto do Pireu e não a própria cidade. Polanyi (2000, 2012) fornece exemplos variados do mesmo fenômeno.

Os mecanismos e a realidade descritos por Lefebvre, Jacobs e Mumford não são idênticos no tocante às origens ou a estrutura da cidade. Porém, se os aproximamos em nossa discussão isso se deve ao peso que conferem a experiência urbana na construção da vida social e econômica.

Seu trabalho evidencia que o espaço e a cidade, não são inertes ou apenas reflexos dos processos que sobre ela transcorrem. Espaço e cidade oferecem suporte e simultaneamente criam ocasiões e sentidos para a modificação permanente da vida econômica. Formas e práticas simples *transpiram* práticas sociais mais complexas. Estas por sua vez, se cristalizam no espaço, se localizam, e assim se transformam pela criação de espaços que lhe são adequados, podendo assim se realizar de modo mais rico, complexo, elevado. Um exemplo eloquente deste processo é o nascimento e desenvolvimento do teatro na Grécia antiga. O teatro como atividade lúdica e forma de reflexão sobre o cotidiano na pólis; um cotidiano que se enriquece com a densidade e diversidade da experiência grega. Uma vez estabelecido, o teatro reclama seu próprio espaço físico, que de início é apenas o espaço aberto do mercado, mas então se estabelece junto a uma encosta de colina e finalmente se sofisticava em diversas formas de anfiteatro construído pela mão do homem. Ali o jogo simples das representações se enriquece, e ganha novas expressões formas e sentidos atingindo um dos pontos altos da civilização grega. Mumford (2008) postula que é esse um dos elementos essenciais da vida urbana: as diferenças que se criam a partir de cada estrutura; um fenômeno simples que se multiplica em *possibilidades*.<sup>62</sup>

O caso emblemático discutido por Mumford (2008) como *arquétipo* deste fenômeno é a relação entre a aldeia e a cidadela no alvorecer da cidade. A análise é uma rota alternativa entre a precedência do campo ou da cidade<sup>63</sup>. Lefebvre<sup>64</sup> revisita a metáfora

---

<sup>62</sup> Essa formulação pode ser ligada a ideia de Jacobs do trabalho novo que deriva de trabalho velho e também com a teoria da diferença de Lefebvre, a qual discutimos rapidamente no Capítulo anterior. A abordagem de Mumford tem a vantagem de ilustrar a dinâmica de modo mais claro, ligando o adensamento da vida e da experiência urbana ao processo de criação – ou derivação – social e econômica.

<sup>63</sup> O autor não entra nesse debate. Assume algumas possibilidades indutoras das aglomerações primordiais: os espaços naturais sacralizados antes da cidade, as fontes de água e alimento como atendimento as necessidades de

de Mumford analisando a passagem entre cidade e a sociedade urbana, quando utiliza a metáfora da *implosão-explosão*.

Com esta metáfora referida à expansão e transformação da vida urbana Mumford debate as mutações na civilização por volta de 3000 a.C.. Um enorme salto tecnológico (cultivo, charrua, roda de oleiro, navio a vela, tear, metalurgia do cobre) e de conhecimento (matemática abstrata, observação astronômica exata, calendário, escrita) teria acontecido num curto período de tempo, graças ao desenvolvimento da cidade. “Uma singular expansão tecnológica do poder humano, cujo único paralelo é a mudança [industrial] que se tem verificado no nosso tempo” (Mumford 2008, p. 39).

Segundo Mumford, na época moderna “uma explosão tecnológica produziu uma explosão na própria cidade”. Esta se arrebenta espalhando “órgãos e organizações complexas por toda a paisagem”. Assim o “recipiente urbano murado” não apenas se rompe, mas também perde seu magnetismo o que resulta em “degeneração do poder urbano num estado de ocasionalidade e imprevisibilidade”. O autor compara esse quadro com as origens da cidade, indicando que aconteceu o contrário na “primeira grande expansão da civilização”.

No passado remoto uma *implosão* e não uma *explosão* de poder ocorreu. Elementos diversos<sup>65</sup> que se encontravam dispersos “foram mobilizados e ajuntados sob pressão, por trás das maciças muralhas da cidade” (Mumford 2008, p. 39). Mumford atribui ao desenvolvimento da realeza nas cidades da antiguidade a criação de um *componente catalizador* das práticas e elementos que viriam formar e que preexistiram ao seu surgimento. Esses elementos foram vivenciados pelo homem, mas estavam dispersos de muitas maneiras: a aldeia como espaço de vida e reprodução; as marcas e lugares (árvores, pedras) sagrados dispersos na natureza; as cavernas, túmulos e lugares rituais; os elementos da natureza que se integrariam a vida social como fontes e corpos d’água, lugares elevados e cavernas. O nascimento da cidade condensa e eleva os sentidos sociais de todos estes elementos, reunindo-os no espaço. Colocadas em interação dentro

---

sobrevivência; a sacralidade e o “espaço imã” estabelecidos pela experiência da morte e da relação com os antepassados, conforme o estabelecido por Fustel de Coulanges, em A Cidade Antiga (Fustel de Coulanges 1975).

<sup>64</sup> Mumford publica “City in history” em 1961. “Le Droit à la ville” de Lefebvre foi publicado em 1968. É tentador afirmar o diálogo, mas para isso não temos evidência, embora possa de dizer que ele é possível. Seja como for, vale a observação de que a metáfora é empregada por ambos.

<sup>65</sup> Na aldeia, a produção e suas técnicas; o espaço sagrado em torno de ícones naturais (caverna, fonte de água, montanha, etc.), o túmulo-monumento, o local de encontro para trocas, entre outros (Mumford 2008).

da cidade murada eles se transformam numa estrutura que amplia as possibilidades humanas. Nesse quadro a implosão, tanto demanda quanto libera energias poderosas.

A cidadela, pequena cidade murada, se tornou o espaço de abundância e experiência densa e rica. Lugar do poder religioso e temporal, da nobreza de armas ou sacerdotal que reside entre os muros. Ela subordina e mobiliza em seu favor o melhor que a comunidade produz e atrai para seus domínios. A divisão social do trabalho afasta da vida diária indivíduos privilegiados que fruem uma vida nova, para a qual converge o refinamento, a sofisticação da técnica, do conhecimento, das artes e ofícios. A cidadela se torna “o plano piloto da cidade”, no aspecto físico e em relação à produção, a abundância, a sofisticação (Mumford 2008).

De seus elementos originais, o templo, o palácio, o tesouro, o pórtico, derivam instituições, práticas e novos espaços. Estruturas e práticas embrionárias *transpiram* criação cultural e política<sup>66</sup>. Do templo e seus rituais nascem a música, o teatro, a dança, a poesia e seus respectivos *santuários*. Dali também provém a biblioteca e os espaço do saber, da investigação e registro organizado do conhecimento adquirido. Do palácio, nascem as instituições do poder, dos pórticos nasce a guarda e a diplomacia. Da sofisticação da vida da nobreza e dos cuidados com a fé e o sagrado, nasce a busca pela *técnica aplicada à vida cotidiana*: a alimentação sofisticada e sua afinidade com a natureza, a vestimenta, o adorno, a arquitetura e os materiais sofisticados, o calçamento, o azulejo, a escultura, a *produção em larga escala* de artefatos para a nobreza e as guardas reais. Ali também, dentro ou às portas da cidadela, florescem mercados, trocas locais e os primeiros mercadores de longa distância, talvez dedicados aos objetos sagrados ou valorizados pela realeza. Na cidadela a relação contraditória entre sofisticação e crescimento da escala de produção, se soluciona pela primeira vez. Essa disjunção tão central a economia contemporânea em função do dilema entre a criação e inovação por um lado, e produção em massa para demanda solvável por outro, encontram pela primeira vez um equilíbrio elitista, empregando a concentração e elevação do melhor do trabalho social para a fruição de grupos restritos.

Numa formulação peculiar Mumford postula que esse *adensamento da experiência* na cidadela se derrama por sobre a aldeia, e nesse momento em que de fato “nasce a cidade”. Cidadela e aldeia, entrelaçadas, transmitem entre si os elementos que

---

<sup>66</sup> Mumford nomeia tais processos como “exsudações culturais”.

conduzem a formação da cidade propriamente dita. Trabalho mobilizado, capacidade de produção de excedentes, organização, sofisticação da técnica, saber codificado-acumulado-transmitido, capacidade de defesa, comando. Assim como no argumento de Jacobs pode-se dizer há uma hipótese teórica cujo sentido é fazer claro o papel da cidade, seu lugar no sistema econômico. Reencontramos o modelo interpretativo de Mumford ao tratar do papel de mosteiros na urbanização medieval, da influência da corte barroca nas capitais e cidades europeias sobre a economia dos estados nação em formação no séc. XVII.

Esse longo trajeto sobre a cidade e a vida econômica nos traz de volta a Lefebvre. Podemos falar de modo mais rico sobre a passagem da cidade a sociedade urbana pela via da industrialização.

O retorno à origem da cidade ajuda a clarear teorias lefebvrianas realizadas em elevado nível de abstração: a tríade urbana<sup>67</sup> (Festa-Poder-Excedente), a implosão-explosão da cidade, ou a *virtualidade* da sociedade urbana como superação do *industrial*. Tornam-se mais claros os significados da diferenciação como atributo da cidade, e a ligação, aqui desejada, com a hipótese de Jacobs sobre o papel da cidade no organismo econômico. Esse conjunto de *acoplamentos* é essencial para a compreensão da relação cidade/urbanização/desenvolvimento.

Sem refazer aqui todo o trajeto lefebvriano quanto à cidade medieval, vale destacar que na classificação do autor, embora ela permaneça como *cidade política* – como a cidade grega e romana, ou oriental mesopotâmica – sua posição é peculiar porque “sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária” (Lefebvre 2008a). Centros remanescentes da época romana atraíram e ainda que sob suspeita e regulação<sup>68</sup> aceitaram a presença de mercadores de longa distância. Estes centros servem como *aceleradores* para o que havia sobrevivido da vida comercial antiga. Acumulando riqueza, de início imobiliária e em seguida mobiliária, estas cidades se tornam lugar das trocas, sem ser por elas totalmente dominadas. Abrindo-se para a convivência com a mercadoria, não se tornam elas mesmas mercadorias, não perdem seu caráter fundamental de obra de arte coletiva. Num arranjo de instituições extraordinário, as cidades abrigaram o crescimento da riqueza desenraizada, monetária, e as primeiras

---

<sup>67</sup> Veja Monte-Mór (1994:); Souza (2010).

<sup>68</sup> Como indica Polanyi (2000) essa aceitação ocorre sem que se confunda tal comércio com aquele que atende e ocorre no nível local, por agentes locais, percebido e regulado diferentemente.



formas do capital comercial e ao mesmo tempo criaram regulações numerosas à ação do capital.

Polanyi (2000) discute a longa *luta da cidade contra o mercado*, assim como Lefebvre (2008) destaca que essa luta já havia se instalado no coração da própria polis grega e mesmo antes (Polanyi 2013)<sup>69</sup>.

Estendendo-se por séculos, essa luta tortuosa foi muito frutífera se a percebemos como fonte de invenção social, política e técnico-científica para as sociedades europeias (Lefebvre 2008). Dela nascem ou renascem instituições fundamentais para os séculos de dominação burguesa, e para a economia capitalista: a corporação, o trabalho “livre”, as sociedades de investimento por cotas de responsabilidade limitada, as ligas de cidades comerciais e suas operações financeiras seguradas, a ciência aplicada, e muitas outras criações. O próprio comércio de longa distância, de início sobrerregulado e suspeito torna-se a certa altura o suporte das instituições do estado nação. Esse se afirma contra as liberdades municipais, contra o poder local. Se a aliança burguesia-monarquia foi contra a aristocracia, certamente foi também contra a cidade livre, a fim de submetê-la ao poder monárquico e conjuntamente ao poder dos mercados não locais (Mumford 2008, Polanyi 2000, Lefebvre 2008a).

De muitos pontos de vista, portanto, a posição da cidade na dinâmica do desenvolvimento foi desde sempre *fundamental*. Criação de densidade e escala, mas também diversificação e especialização. Local de aprendizado e socialização da experiência, suporte da invenção cultural e artística, filosófica e científica, técnica e tecnológica, econômica e institucional. Nada disso sem contradições profundas e conflitos permanentes. Ora, ocorre que a indústria, projeção agigantada de elementos da vida urbana sobrevém como uma realidade tão potente que repete o choque produção-reprodução, adensamento-multiplicação que a hipótese/metáfora da cidadela-aldeia (Mumford 2008) havia postulado.

Outra vez o nível de adensamento da experiência, criação, potência técnica, mobilização social e poder (político), construção e mobilização do espaço físico, atinge um nível

---

<sup>69</sup> Seguindo H. Pirrene, Polanyi (2000) considera as cidades medievais como “crias do comércio”, mas diz que estas “não eram apenas suas protetoras, mas também um meio de impedi-los (aos mercados) de se expandirem pelo campo e assim incrustarem-se na organização econômica corrente da sociedade” (p. 66). Mumford destaca, assim como Lefebvre a possibilidade inversa – mercados, de tipos variados, nascem da cidade ou da relação entre estas. Em Polanyi (2013) vemos uma discussão ainda mais ampla sobre os esforços das sociedades arcaicas e “primitivas” para uma convivência regulada com relações que envolvessem qualquer forma de troca com o objetivo de ganho em função de seu caráter socialmente disruptivo.

crítico suficiente para implicar a implosão-explosão do recipiente cidade. Outra vez uma dialética complexa entre concentração e repulsão determina a modificação da relação entre os elementos da vida urbana, dessa vez com resultados ainda de maior escala e complexidade. Na primeira vez cria-se a civilização, construção sistemática da *civitas*, da *polis*, da *urbis*<sup>70</sup>. Do choque entre a cidade e a indústria – na hipótese lefebvriana – nasce a sociedade urbana.

### 3.2. Industrialização, urbanização e desenvolvimento

A indústria surge como forma de organização da *produção* com implicações muito grandes para todas as esferas da vida fora da produção imediata, isso é, a para a *reprodução*. Como desdobramento dialético da vida na cidade ela nasce em profundo conflito com a cidade. Não por acaso, quando vem a se instalar como sistema de produção a indústria tendeu a ser construída fora da cidade, embora não seja regra sem exceções. De um ponto de vista pragmático, ela foi atraída pelas fontes de energia, repelida pela força das corporações<sup>71</sup>, a indústria de início se instalou fora das cidades. Além disso, a própria “fixação e cristalização” do espaço urbano medieval ou barroco eram limitativos e reguladores para as aspirações e ampliações da nova classe industrial e das estruturas físicas que as novas atividades demandavam. Afirma-se um conflito entre as *condições gerais de produção e reprodução*<sup>72</sup> da cidade e aquelas condições requeridas pela produção industrial que emergia e seus agentes, a nova burguesia industrial<sup>73</sup>.

De vários pontos de vista– institucional e político, social e econômico, físico e técnico – a indústria nasce em contradição com a cidade. Como *não-cidade* porque nasce como negação de elementos essenciais da cidade; elementos físicos, institucionais, práticas sociais e espaciais longamente reconhecidas, estabelecidas inclusive no embate com

---

<sup>70</sup> Para uma etimologia e relação dos termos, ver Monte-Mór (2006).

<sup>71</sup> As corporações eram muito mais do que entidades profissionais. Mumford (2008) chega a mencionar que “as guildas eram a cidade”. Sua ascendência sobre o processo de trabalho, como é usual se dizer, certamente foi fundamental para frear e alterar o processo de subordinação do trabalho ao capital, mas foi muito além disso.

<sup>72</sup> Conceito cunhado por Marx para “definir a relação entre o processo imediato de produção, a unidade de produção, por um lado, e, por outro, o processo global de produção e de circulação do capital: é o que ele chama as condições gerais de produção” (LOJKINE, 1997, p. 145, citado por Fernandes 2012).

<sup>73</sup> Polanyi (2008) discute de forma notável a emergência social desse agente histórico, suas origens, sua mentalidade, sua adequação ao papel que desempenha (p. 79).

forças desruptivas dos mercados não locais e de atividades voltadas para o ganho (Polanyi 2000, 2012). Essa negação, no entanto, *é dialética e não absoluta*<sup>74</sup>. É uma oposição que não pode se dar, e não se afirma, pelo destruir do que é oposto, mas por sua transformação profunda e preservação relativa. Assim, portanto ela (indústria) nasce também ao produzir outra *coisa* (o urbano industrial) que sucede, modifica e prolonga seu oposto dialético (a cidade).

Isso é patente no fato de que o distanciamento entre indústria e cidade só poderia ser parcial. A produção não pode se isolar do circuito econômico, especialmente numa sociedade onde as relações de mercado são parte não hegemônica de um conjunto mais amplo, pautado por outras *formas de integração econômica*<sup>75</sup> (Polanyi 2000). A produção não pode isolar-se da circulação (transporte, comercialização), nem da reprodução dos fatores de produção (trabalho, capital financeiro, etc.) e das relações sociais de produção (aprendizado laboral técnico e social, hábitos de consumo, etc.).

A unidade contraditória entre cidade e indústria é patente também no movimento duplo através do qual a indústria tanto retorna às cidades, onde e quando isso é possível, quanto produz seus próprios núcleos ou áreas urbanizadas. Tanto se apropria da cidade quanto a recria. Onde encontrou redes de cidades antigas a indústria delas se apropriou intensamente: “apodera-se da rede, remaneja-a, segundo suas necessidades. Ela ataca também a Cidade (cada cidade)... Tende a romper os antigos núcleos, apoderando-se destes. O que não impede a expansão do fenômeno urbano, cidades e aglomerações, cidades operárias, subúrbios”, sem excluir a formação de assentamentos precários, cidades amputadas onde há apenas a reprodução precária, ali onde a industrialização não ocupa e fixa a mão de obra disponível (Lefebvre 2008a, p. 16).

Industrialização e urbanização. Duplo processo ou um processo com duas dimensões, conectadas, conflituosas. “Um choque violento” se processa de maneira contínua entre a realidade urbana e a realidade industrial. A indústria, nascida como *não-cidade*, transforma a urbanidade preexistente chegando às vias de destruí-la por dentro, tal a radicalidade da modificação. Ao mesmo tempo a industrialização cria uma era de expansão da realidade urbana e modificação do sentido das cidades antigas.

---

<sup>74</sup> Para uma visão de processo e lógica dialéticas, ver Lefebvre (1975).

<sup>75</sup> Polanyi (2000) demonstra o caráter recente (e parcial) da hegemonia das relações de mercado e sua convivência subordinada com outras “formas de integração econômica”, a domesticidade, reciprocidade e redistribuição, preponderantes nas sociedades anteriores às grandes modificações sociais e econômicas iniciadas a partir do séc. XVIII na Europa, desde as quais tem se difundido largamente.

O choque cidade/indústria cria e recria outras contradições. Entre estas: cidade/campo, natureza/produção humana. A cidade sempre teve como um dos pilares a relação homem-natureza, incluída a produção de alimentos e materiais pela criação de animais e o cultivo da terra. Na hipótese da anterioridade (ou simultaneidade no surgimento) da aglomeração urbana, esta foi lugar de aprendizado e troca, baseadas no que o homem encontra e retira da natureza. Criar a cidade foi também criar relações com a natureza<sup>76</sup>.

No limite do argumento jacobiano, a cidade cria o campo, como uma derivação de suas relações internas. A agricultura, a pecuária e a pesca estiveram fora da cidade por contingência. Mas também estiveram dentro: inseridas em suas relações sociais de produção e reprodução, e por vezes dentro de seus muros físicos ou simbólicos (Braudel 2005).

Porém, as contradições experimentadas no período que se segue à entrada da indústria na cidade são muito distintas das que existiram no período antes da industrialização. A implosão-explosão da cidade industrial elevou nível e modificou os termos dessas contradições. A dispersão dos elementos da vida urbana no espaço social (a explosão), e o hiper-adensamento da experiência – funções, formas e estruturas – internas à cidade (a implosão), implica também o aprofundamento das características abstratas desses mesmo elementos, sua transformação em *abstrações concretas*<sup>77</sup>. Essa abstração significa por um lado o estranhamento e distanciamento da vida urbana em relação a aspectos que antes fizeram parte da prática urbana cotidiana. A natureza que esteve dentro da cidade parece cada vez mais estranha a ela. A prática política e a vida pública que está na origem da própria cidade se desvincula do cotidiano e se especializa, se

---

<sup>76</sup>Das necessidades imediatas e tentativas de sua resolução deriva a criação. A domesticação de vegetais e animais, e, o controle das forças da água e da cobertura florestais tornam possível a vida. Produzir a partir da natureza implicou, a partir de certo nível, produzir a natureza, inserindo nesta determinantes sociais de modo cada vez mais intenso. Nesse sentido, se o Egito foi dádiva do Nilo, como disse Heródoto, foi (em parte) produto da civilização egípcia, no mínimo em seu significado cultural, no limite como realidade tangível modificada por milênios. A cidade e a civilização mesopotâmicas, também derivaram suas características mais profundas da relação com água (Mumford 2008). O mesmo vale para casos paradigmáticos como Veneza, *cidade entre as cidades* (Lefebvre), ou Amsterdam.

<sup>77</sup>Na tradição hegeliana, Marx empregou o termo *abstração concreta* para nomear elementos do real cuja natureza tanto os afasta quanto os aproxima do tangível e do imediato. Em sociedades que se tornam mais complexas, elementos imediatos da vida se separam de uma massa indistinta das experiências. “Este martelo é um objeto que isola provisoriamente, por contornos definidos. Ele vai me permitir separar da totalidade natural outros elementos (pedras), vai me permitir impor a tais objetos... contornos definidos” (Lefebvre 1975, p. 112). Isolando-se, sendo extraídas, abstraído-se de um conjunto indiferente, ganham uma nova concretude. O movimento é simultaneamente de abstração, isolamento, recorte e concretização, o que significa *retorno ao mundo concreto* e imediatamente sensível. O pensamento faz tal movimento de forma incessante – abstrai fatos a partir da experiência e transforma-os em ideias, conceitos, teorias (Lefebvre 1975). Mas as práticas cotidianas, incluindo aquelas afeitas ao mundo do econômico também o fazem explicitamente. Marx indicou o caráter de abstração concreta da mercadoria em geral e da moeda em particular. No que nos toca aqui, podemos pensar no movimento – de pensamento e de prática – entre o trabalho humano, sua abstração e re-concretização na técnica e na tecnologia.

profissionaliza. A cidadania e a prática urbana se isolam porque o cotidiano se molda mais e mais a uma dimensão da vida: o trabalho e o consumo. Mas o caráter abstrato e fragmentado do urbano industrial está também no isolamento das chamadas *funções urbanas*, o cotidiano parcelado se abriga em estruturas e espaços especializados: centros comerciais e decisórios; periferias residenciais de alta renda; periferias residenciais de baixa renda; distritos comerciais, distritos industriais e assim por diante.

Neste cenário a natureza é negada pela indústria, mas também pelo urbano industrial. A indústria incorpora recursos naturais de maneira voraz. As intervenções humanas na paisagem atingem escala tristemente monumental. O galpão de fábrica, a ferrovia e o cortiço darão por muito tempo o tom da paisagem urbana (Mumford 2008). Ao mesmo tempo, tentativas de “reunir o espontâneo e o artificial, natureza e cultura” multiplicam os jardins e parques urbanos; simulações e evocações estilizadas da natureza. A natureza propriamente dita distancia-se, torna-se cada vez mais ausente. Ela evanesce e desvanece em simulações enquanto “os signos da natureza e do natural se multiplicam”, são produzidos e vendidos – mercadorias, abstrações concretas – “uma árvore, uma flor, um perfume... signos da ausência” (Lefebvre 2008, p. 34).

O campo como realidade camponesa-rural, é profundamente transformado pelo confronto com a industrialização. Atingido por forças de transformação que fluem do centro urbano e da indústria ele não desaparece, mas é radicalmente modificado. A ele se sobrepõe uma organização do espaço nova (infraestrutura, condições gerais de produção) afeita ao cotidiano, ao consumo e à produção orientados para o mercado e pelo mercado. Novas formas de consumo, novos padrões estéticos. As instituições político-jurídicas da cidade o atingem, embora mais ou menos degradadas.

Às vezes a ruralidade é suprimida – corroída pela extensão indefinida do centro urbano que explode, torna-se a periferia urbana, ela também múltipla. Ora ela é uma interminável e precária área residencial, *cidade amputada* da festa, poder e excedente, onde quase nada resta que lembre a cidade, senão de modo precário<sup>78</sup>. Ora é manifestação de estruturas da produção, circulação ou distribuição isolada: fábrica, centro de compras, instituição de ensino, locais *exclusivos* para eventos, espetáculos, autoestradas, aeroportos e portos, usinas, entre outras. Recentemente – reedição de

---

<sup>78</sup>Lefebvre viu na criação dessas periferias, do habitat como redução do habitar, uma estratégia de classe através da qual a burguesia negou as classes subalternas o direito a cidade, festa, poder e excedente.

Versalhes – o próprio aparato do poder é retirado dos centros. Nas próprias cidades criadas para sediar o poder, constroem-se enclaves do poder nas periferias, afastadas de áreas centrais<sup>79</sup>.

Outras vezes uma ruralidade recriada persiste, apropriada por racionalidades e usos urbanos: um novo “subúrbio rural”, local de sítios e chácaras de veraneio e segunda residência. Uma situação similar à construção do parque e do jardim urbanos nas cidades europeias no início da era industrial. Em ambos os casos, elementos abstraídos de uma realidade anterior mais diversa, tornam-se evocações e signos de uma ausência. Há também, claro, o agrário e o agropecuário, espaços de produção altamente tecnificado, verdadeiras instalações de indústrias da produção de alimentos e matérias-primas, derivação industrial da antiga lavoura. “A relação *urbanidade-ruralidade* não desapareceu, ao contrário; ela se generaliza” (Lefebvre 2008, p.84), se intensifica e se multiplica em sentidos e situações.

Estendendo-se fisicamente sobre áreas *naturais* ou sobre o que antes foi o rural, o fenômeno urbano ameaça cobrir todo o espaço social. Especialmente porque essa extensão ultrapassa em muito o aspecto físico. A urbanização não significa apenas que as feições físicas do que foi antes a cidade recubram o espaço. Significa principalmente que as relações de produção e reprodução oriundas no urbano atingem o conjunto do espaço social. Nesse sentido, vivem em condições de *urbanização extensiva* (Monte-Mór 1994) na qual o padrão urbano “se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais”. Este espaço urbano representa, portanto “a forma socioespacial dominante”, marca da sociedade capitalista contemporânea. Ela tanto expressa “a extensão das condições gerais (urbano-industriais) de produção a todo o território”, quanto “a extensão, no bojo do tecido urbano, da práxis urbana, isto é, da política (da polis) e da cidadania (da civitas), a todo o espaço social” (Monte-Mór 1994). Voltaremos a este aspecto adiante.

Um aspecto paradoxal: tal como a cidade antiga e medieval retinham em si a natureza e o rural, ou pelo menos dava sentido a estes, inclusive pela sua constante renovação técnica e produtiva, o urbano e sua manifestação extensiva contemporânea não significam a abolição de nenhum destes elementos. Ocorre sim sua radical recriação.

---

<sup>79</sup> No Brasil, são emblemáticos os casos de Belo Horizonte e Salvador – caso mais antigo e um pouco distinto – capitais dos estados de Minas Gerais e Bahia.

Mas não foram também as rodadas anteriores de expansão da vida na cidade uma recriação notável da natureza? E, no entanto, essas rodadas anteriores não se confundem com esta, pós industrialização. São muito distintas. Nesta a expansão das potências abstratas, do pensamento e da ação, elevaram-se de forma inédita<sup>80</sup>.

Esse aspecto pede cuidado nos juízos sobre o que são as contradições campo/cidade, cidade/natureza. Dizer que estas contradições existiram antes da indústria não significa dizer que elas sempre foram tais como hoje. Afirmar isso é ignorar que a natureza e a produção primária estiveram inseridas na cidade pré-industrial. Fernand Braudel – falando da cidade entre o séc. XV e XVIII – ilustra muito bem a íntima relação entre esses polos da divisão espacial do trabalho. Por motivos diversos a cidade murada guardou em si espaço para a agropecuária, e valorizou os ofícios a ela afins. Braudel destaca inclusive o quanto daí procedem atividades proto industriais em termos de escala, padronização e organização, como a vinicultura (Braudel 2005, cap.8)<sup>81</sup>. De forma similar, em contexto contemporâneo dizer que o urbano engloba todo o espaço social não quer dizer que o que foi lhe externo, ou parece ter sido externo, desaparece.

### **3.2.1. Produção social do espaço e economia do desenvolvimento.**

Vimos que a urbanização, como explosão-implosão da cidade, foi de início induzida pela industrialização. Coroamento ou novo patamar um processo de longa duração em que o mercado como forma de integração econômica suplanta outras formas de integração com as quais conviveu e as quais esteve subordinado dentro da cidade.

Até aqui temos insistido, com base na obra lefebvriana, nessa *arqueologia do fenômeno urbano*, a partir da cidade e suas *origens, transformações e perspectivas*, como um elemento fundamental da compreensão dos nexos entre desenvolvimento e urbanização, esta como realidade e como metáfora/metonímia que permitem apreender do espaço social. A compreensão do que se segue requer algumas palavras sobre o que chamaremos de uma *arqueologia dos mercados*, feita na obra de K. Polanyi.

---

<sup>80</sup> “A expansão da capacidade de ação ainda não se fez acompanhar de expansão semelhante da capacidade previsão... a previsão das consequências da ação é muito menos científica do que a ação científica em si mesma” (Santos 2000, p. 58).

<sup>81</sup> Curiosamente Braudel menciona a obra do alemão Ernst Ludwig Carl, datada de 1723, que segundo ele “deplora que nas pequenas cidades da Alemanha os artesãos se metam na agricultura... Melhor seria que cada qual ‘ficasse na sua esfera’”. Carl vê muito mal a convivência de atividades do campo dentro das cidades e diz que a solução seria “banir das cidades a agricultura e pô-la nas mãos daqueles a quem convém”. Sintomática proposição.

Nossa intenção ao introduzir tal discussão é esclarecer que, tal como a arqueologia do fenômeno urbano abre a possibilidade de compreender os limites e possibilidades desta realidade e desta problemática para o desenvolvimento, o mesmo pode ser dito sobre uma arqueologia do mercado e suas relações com as outras formas de suporte e operação institucional para o fenômeno econômico que existiram e ainda existem como parte fundamental do funcionamento da sociedade e também das possibilidades de superação das contradições e da dependência constitutivas do subdesenvolvimento.

O objetivo final é conectar essas duas empreitadas – reconstruir os nexos entre desenvolvimento, espaço e urbanização; compreender as relações entre economia, mercados e desenvolvimento sem supor *a priori* a inevitabilidade e exclusividade da hegemonia dos mercados.

### **3.2.2. “Arqueologia do mercado” e formas de integração econômica**

Em “A grande transformação” Polanyi (2000) demonstra o caráter recente e parcial da hegemonia das relações de mercado na economia. Por outro lado o autor insiste na ancestral convivência subordinada dos mercados com outras “formas de integração econômica” (FIEs). Polanyi denomina assim as formas sócio-institucionais através das quais as sociedades anteriores ao capitalismo solucionaram os problemas fundamentais da vida econômica: prover o atendimento das necessidades dos grupos humanos em suas expressões “básicas e não básicas”, por assim dizer. Essas necessidades vão da subsistência em sentido estrito (alimentação, proteção, reprodução) até as formas variadas de utilização de excedentes e sofisticação cultural e política, tudo isso em interação intensa com a natureza e pautada por uma existência social muito mais do que por exercícios de individualismo.

Uma questão fundamental para Polanyi é que a economia ultrapassa em muito os limites definidos pela existência de mercados. A identificação entre economia e economia de mercado é falaciosa, diz o autor. Ela foi construída pela economia política clássica e radicalizada pela análise econômica, mas é equivocada. Adam Smith postulou a existência de uma propensão natural a troca, mas o selvagem barganhador era tão real quanto o bom selvagem de Rousseau (Polanyi 2000). Se a economia fosse idêntica e dependente da existência de mercados livres e amplos, como discutir o fato básico de que as sociedades anteriores tiveram uma vida econômica rica e complexa? “Reduzir a história humana especificamente aos fenômenos de mercado é eliminar a maior parte da



historia humana”. “O mecanismo da oferta-procura-preço (que chamamos mercado em linguagem popular) é uma instituição relativamente moderna e possui uma estrutura específica” (Polanyi 2012, p. 48).

O termo econômico em sua acepção moderna, diz Polanyi, “contém dois significados com raízes distintas e independentes umas das outras”. O primeiro significado é dito *formal* e “provém do caráter lógico da relação meios-fins”. Esse sentido liga-se a definição do econômico pelo caráter escasso dos meios ou dos bens. O segundo significado Polanyi chama *substantivo* e “aponta para a realidade elementar de que os seres humanos... no podem existir sem um meio físico que os sustente”. A *economia substantiva*, portanto “provém da flagrante dependência do homem em relação à natureza e aos seus semelhantes para sobreviver” (Polanyi 2012, p. 63).

A definição do fenômeno econômico pela escassez “não resiste a escrutínio”. O autor faz tal afirmação após fazer a crítica do caráter histórico e socialmente reducionista do significado formal de economia, a crítica da relação entre escolha e escassez como fundamento da racionalidade e da identidade entre escassez e insuficiência de meios.

A economia substantiva funda-se em processos instituídos, no sentido de mediados por instituições (famílias, comunidades, cidades). Essas instituições mediam a relação de indivíduos e grupos com a natureza; entre os próprios indivíduos e também entre grupos, assegurando o sustento coletivo, e, além disso, a capacidade de criação, apropriação diferencial e aplicação de excedentes em usos que ultrapassam a sobrevivência (Polanyi 2012, Furtado 1976).

A economia definida de modo substantivo abrange os grupos humanos como “coletores, cultivadores, transportadores e criadores de coisas úteis” e abrange a natureza, “às vezes como silencioso obstáculo, outras como facilitadora”; e abrange a interação e integração entre ambos em cadeias de “eventos físicos, químicos, fisiológicos, psicológicos e sociais em escala menor ou maior”. Esse processo não teve existência isolada nem foi – até a época moderna – interpretado como independente do restante da vida social. “A trama da interação pode ramificar-se, entrelaçar-se, formar uma rede simples ou complexa”, mas de em qualquer situação ela dificilmente pode de se separar “do tecido ecológico, tecnológico, e societário que forma seu pano de fundo” (Polanyi 2012, p. 81).

Dessa forma as sociedades integraram suas relações materiais e sociais por meio de instituições, o mercado sendo uma delas, mas não a hegemônica até um período tão recente quanto o sec. XIX, quando as sociedades de mercado se estabelecem na Europa e daí se difundem. Os “movimentos de bens e pessoas, visando superar os efeitos dos diferenciais no espaço, tempo e ocupação” foram reunidos por *formas de integração econômica* baseadas em instituições, mecanismos sociais, políticos e culturais. Elas, as FIEs, “conectam os componentes do processo econômico”: recursos naturais, trabalho, transporte, armazenamento, e distribuição.

Segundo o autor, as principais FIEs são a domesticidade, reciprocidade, redistribuição e troca, preponderantes nas sociedades anteriores as grandes transformações que levaram a hegemonia das trocas por meio dos mercados. Estas podem ser descritas, em termos não exaustivos, como conexões espaciais e institucionais dos componentes do processo econômico. Não são mutuamente exclusivas, nem se deve supor seu encadeamento evolutivo, por exemplo, inferindo que alguma destas, em geral a domesticidade é a FIE mais antiga, por resultar de alguma tendência natural de onde as demais evoluem. Os estudos antropológicos que servem de base a argumentação de Polanyi (2000) apontam formas diversas de convivência entre as FIEs.

É importante também distinguir entre *FIEs como instituições sociais e as atitudes pessoais que recebem a mesma denominação*. Embora haja quem defenda que essas instituições sejam agregações de atitudes pessoais, vide a visão smithiana do mercado, elas se sustentam graças a mecanismos que Polanyi chama de *estruturas de apoio*. O termo estrutura aqui parece ecoar – sem que o autor o faça explicitamente – a noção de estrutura tal qual usada pela antropologia estruturalista de C. Lévi-Strauss, haja vista a longa discussão das estruturas de parentesco como elemento das FIEs, em especial a reciprocidade. Sabe-se que as estruturas de parentesco são uma expressão central dos fenômenos abordados pela antropologia estruturalista. Vejamos rapidamente algo sobre cada uma das FIEs e suas estruturas de apoio.

A reciprocidade se expressa como movimento de bens e serviços, ou a maneira de dispor deles, entre espaços e grupos sociais. A organização cultural, religião, parentesco ou outro padrão social tornam possível estabelecer relações de simetria entre agrupamentos populacionais que mantem relações de troca recíproca. Ela articula trocas materiais e simbólicas entre populações que se percebem em quadros de simetria e

praticam relações recíprocas. O exemplo clássico são os nativos das Ilhas Trobriand, na Melanésia, estudados por Malinowski. “A subsistência da família – mulher e filhos – é tarefa de seus parentes matrilineares”. “O homem das Ilhas Trobriand tem obrigações com a família de sua irmã, mas não é auxiliado pelo marido da irmã” (Polanyi 2000, p. 50). Portanto, o funcionamento desta forma de *integração econômica* se torna possível por um arranjo de simetria. A existência desse arranjo, porém, é possível graças a um mecanismo profundamente enraizado na vida social mais prosaica e muito distinto do que a visão da *economia formal* aceitaria a princípio: as estruturas de parentesco.

A redistribuição também pode ser representada como um movimento de bens para um centro e depois para fora dele, quer se trate de objetos fisicamente deslocados, quer apenas se altere a maneira de dispor deles, ou seja, que haja mudanças nas formas de sua apropriação. A redistribuição como FIE depende de um mecanismo que o autor chama de *centralidade*. “O padrão institucional da centralidade... está presente, de alguma forma, em todos os grupos humanos, fornece um conduto para a coleta, armazenagem e redistribuição de bens e serviços” (Polanyi 2000). Em outra ocasião Polanyi (2012) destaca que esses mecanismos ocorrem de maneiras muito variadas em sociedades distintas, em diferentes níveis de complexidade – de tribos de caçadores até vastos sistemas de armazenamento no Egito, Suméria, Babilônia ou nas culturas andinas.

A centralidade também se apoia em estruturas de parentesco, como entre os trobriandeses onde o chefe tinha o privilégio de quarenta mulheres, recebendo recursos dos irmãos de todas elas<sup>82</sup>. Em outras sociedades a redistribuição e a centralidade levaram à construção de uma “vida pública mais desenvolvida do que em muitas atuais sociedades ocidentais”. A festa e os cerimoniais foram os momentos privilegiados em que o produto concentrado era redistribuído em meio a ritos religiosos. Vale destacar que esse aspecto remete ao papel da *festa* na cidade, segundo Lefebvre, e Harvey (1973) explora significados espaciais e urbanos da redistribuição e da centralidade como definida por Polanyi.

Reciprocidade e redistribuição, simetria e centralidade, se combinaram frequentemente como forma de integração econômica dos povos anteriores ao capitalismo, como indica

---

<sup>82</sup>Darcy Ribeiro descreve como entre os nativos brasileiros o papel do cunhadismo foi intensamente explorado por portugueses no povoamento, conquista e exploração da costa brasileira (Ribeiro 1995).

o caso das ilhas Trobriand, assim como os grandes impérios da antiguidade e até de épocas recentes. A vida rica urbana e pública de muitos desses povos fornece indícios dessa realidade (Polanyi 2000).

A domesticidade consiste na produção para uso próprio. Os gregos, que fundaram a cidade icônica do ocidente e integraram o mediterrâneo com suas rotas comerciais, consideraram a domesticidade tão central na vida social que chamavam-na *oekonomia*, o próprio étimo da palavra nossa expressão "economia". A estrutura de apoio ou padrão<sup>83</sup> correspondente à domesticidade, Polanyi chama *autarquia*.

Em suas variações de escala ou arranjo social, cultural e espacial, “o princípio era invariavelmente o mesmo... produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo”. Trata-se de um princípio de aplicação tão amplo como o da reciprocidade ou redistribuição (Polanyi 2000, p. 56).

Antes de discutir sobre a emergência dos mercados, Polanyi trata da visão de Aristóteles sobre a relação entre a *oekonomia* sediada na domesticidade e operada de modo autárquico. Segundo nosso autor, Aristóteles faz a defesa da domesticidade, mesmo diante da existência e crescimento da produção voltada para as trocas: “uma produção acessória para o mercado... não precisa destruir a autossuficiência *doméstica*... A venda dos excedentes não precisa destruir a base da domesticidade” (p. 56). O filósofo percebeu dois mil anos antes de seu advento, as implicações de uma esfera econômica isolada das relações sociais e limitações que a envolviam e regulavam e por isso denuncia “o princípio da produção visando lucro ‘como não natural ao homem’, por ser infinito e ilimitado”. Aristóteles viu a “separação da motivação econômica” como dotada de consequências ameaçadoras para a vida social.

### **3.2.3. Astrocas de mercado e colonização da economia substantiva**

Assim com as outras FIEs, a antropologia e a história registram a troca como prática há milênios, embora não necessariamente em todas as sociedades. Além disso, ela não esteve presente na forma suposta pela historiografia baseada na hipótese do *homo*

---

<sup>83</sup>A *subsistência do homem* (Polanyi 2012) não menciona a domesticidade entre as FIEs, mas está assim em *A grande transformação* (2000). Outra diferença: nesse livro o autor se refere à simetria, centralidade como *padrões* e não como *estruturas de apoio* como em *A subsistência do homem*. O padrão correspondente à domesticidade é *autarquia*. Em Polanyi (2012) há um capítulo longo (*Aristóteles descobre a economia*) onde a domesticidade é aspecto fundamental.

*economicus* segunda a qual as trocas são uma decorrência de uma propensão inata que move os indivíduos.

Assim como as outras FIEs, uma estrutura de apoio ou padrão social deu suporte à existência das trocas, o *mercado*. As trocas ocorrem como um “movimento bidirecional de bens entre pessoas orientadas para o ganho”. Mas a simples existência de atos aleatórios de permutação produz o mecanismo de preços como mecanismo fundamental dos mercados, nem dá caráter perene muito menos autorregulado às trocas.

As sociedades anteriores ao capitalismo praticaram a troca, mas a cercaram de inúmeros mecanismos de controle e exceção. “De todos os princípios básicos que regeram o desenvolvimento das primeiras instituições econômicas, a necessidade de manter a solidariedade comunal merece o lugar de honra.” Relações internas e externas contrastavam de modo marcante. Aos membros internos solidariedade; aos externos inimizade. O outro poderia ser “objeto de hostilidade, degradação e escravização. Entre os iguais – familiares, membros do clã, comunidade, concidadãos – deveria reinar uma vida regida por “princípios de reciprocidade, redistribuição e trocas de bens equivalentes” (Polanyi 2012, p. 109). Esta disposição espelhava a constatação prática de que a sobrevivência e felicidade dos homens era uma construção coletiva – grupos sobrevivem muito mais facilmente do que indivíduos em qualquer época e mais ainda sob recursos parcos e técnica singela.

Os arranjos sociais e culturais que cimentavam essa prática e suas representações simbólicas são vários. De sanções religiosas e anátemas até a existência de legislações complexas e instituições sociais seculares que ordenavam a vida econômica. Estruturas de parentesco, funções públicas hereditárias, privilégios políticos e honorárias, interdições físicas contra práticas proibidas, sanções contra o comércio de produtos específicos. Esses e outros mecanismos mantiveram a convivência entre circuitos distintos de trocas e relações econômicas. Um circuito interno regulado por relações de equivalência, obstáculos institucionais à flutuação de preços e barreiras à disputa entre membros do mesmo grupo. O outro circuito, das trocas externas, aparece como uma variação mais ou menos atenuada do conflito violento, das expedições de pilhagem ou saques contra o *outro*: por mais sofisticados que se tornem, os mecanismos econômicos da troca externa se originaram daí. Esse arranjo duplo conheceu variações, segundo

Polanyi (2012), mas pode ser encontrado em suas linhas básicas em sociedades muito diversas no tempo e no espaço.

Isso significa dizer que embora “nenhuma sociedade [pudesse] sobreviver durante qualquer período de tempo a menos que possuísse uma economia de alguma espécie”, “anteriormente à nossa época, nenhuma economia existiu, mesmo em princípio, que fosse controlada por mercados”. E mais: “Apesar de fórmulas cabalísticas acadêmicas, tão persistentes no século XIX, o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana. Embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica” (Polanyi 2000, p. 43).

O autor não faz essas afirmações no vazio. Ele se apoia em copiosa pesquisa antropológica e histórica realizada até os anos 1940<sup>84</sup>, além de rediscutir autores como Smith, Weber, Heckscher e Pirenne. Evidências e argumentos teóricos são articulados para refutar a visão de que a existência de mercados, e mais ainda a organização da sociedade sob sua égide, seja uma decorrência inevitável da sociabilidade humana ou uma gradual e espontânea evolução histórica. Os argumentos do autor também põe em dúvida a noção de que as sociedades de mercado hoje hegemônicas tenham surgido com um resultado simples da agregação de pequenas unidades econômicas que se ampliam e se articulam de modo cômodo, como expansão de uma racionalidade e organização superior que se expande.

Outra vez, aparece o caráter disruptivo das relações de troca que foi bloqueado por séculos por instituições sociais complexas. Ao discutir essas instituições, Polanyi (2012) encaminha-se para o papel da vida urbana como lugar privilegiado da manifestação das contradições da vida econômica. O autor trata de assuntos correlatos a cidade em outros contextos, mas sua análise sobre a cidade medieval é particularmente rica e interessante para o nosso percurso, além de estar aí o passo fundamental a respeito da emergência prática, cultural e *teórica* dos ditos mercados autorreguláveis e das sociedades de mercado.

As linhas gerais do processo histórico são conhecidas. Vale destacar, com Polanyi:

---

<sup>84</sup>A *grande transformação* foi publicado na Inglaterra em 1944. O livro traz um “Apêndice de notas sobre as fontes” que é uma preciosa leitura sobre o dialogo do autor com fontes e argumentos provenientes, principalmente da antropologia (Polanyi 2012).

1) a não linearidade do processo e a persistência da contradição entre mercados locais e não locais, com protagonismo do segundo para o rompimento dos diques à emancipação da esfera econômica;

2) o conflito dialético entre as instituições urbanas medievais e mercado, nas *tentativas* de emancipação da vida econômica, como definidor do caráter híbrido entre mercado e outras FIEs para o êxito econômico e político da cidade medieval como força transformadora da história<sup>85</sup>;

3) o fato de que os passos fundamentais na longa e tumultuada consolidação das sociedades de mercado tenham sido dados pela ação intensiva e intencional de grupos específicos, principalmente através da luta no âmbito dos *estados nacionais* nascentes. Estes, assim como os *mercados não locais* nascem como derivação da cidade medieval, para em seguida negar enfaticamente sua autonomia;

4) os lances decisivos e que mais se prolongam, em um processo doloroso e as vezes sangrento, são relativos à redução do trabalho e da terra – seres humanos e natureza – a mercadorias comercializáveis.

Cada um desses pontos possui consequências a serem exploradas por uma reflexão sobre o desenvolvimento. Por hora, destacaremos que as consequências desse último ponto são fundamentais para a investigação do desenvolvimento como um processo baseado nas relações contraditórias entre trabalho e natureza, e entre outras duas realidades que são sínteses desta contradição: a cidade e a indústria.

Essa cadeia de contradições em escalas que se ampliam é, por assim dizer, desfecho de uma época inteira de desenvolvimentos da sociedade, a época agrária, que se fecha, abrindo uma nova, a época industrial, como discutimos a seguir.

Vale também apontar, como faz Polanyi (2000), que embora a ascensão dos mercados como instituição reguladora da sociedade na Europa dos sécs. XVIII e XIX tenha significado que as instituições socioeconômicas tradicionais – reciprocidade, redistribuição e domesticidade – tenham sido profundamente atacadas e impedidas de se reconstituir ao nível anterior, elas não foram extintas. Continuam existindo mas geralmente relegadas a interstícios sociais. Há uma espécie de inversão do quadro anterior. Antes o mercado era *residual e subordinado*, emergindo como solução para

---

<sup>85</sup> A imagem é de Lefebvre (1999) e como o próprio mostra, não escorrega em fetichização da cidade ou do espaço como agentes da história. A exposição da questão ultrapassa o escopo do trabalho.

questões econômicas que as demais FIEs não podiam solucionar por algum motivo, não raramente como forma de interdição social conscientemente (Polanyi 2012). No quadro pós revolução industrial as *trocas do mercado subordinam as três outras FIEs*. Neste movimento o que delas persiste se refugia nos interstícios ou franjas das sociedades de mercado, ou se torna parte de mecanismos internos ao funcionamento e reprodução do próprio mercado e do estado nacional. Este último, por sinal, no limite funciona de formas variadas como um grande mecanismo estabilizador do próprio mercado, sendo que em muitos casos será o próprio responsável pela criação do mercado como um todo ou por seus segmentos fundamentais, como no caso do mercado de trabalho.

Usando uma imagem de Santos (2002) podemos dizer que os princípios da reciprocidade, redistribuição e domesticidade foram *colonizados* pelo princípio das trocas de mercado. É razoável admitir que cada um deles continue a existir como tal e funcionar, mas de forma que não ameace a transformação gradativa das trocas de mercado no grande elemento integrador da sociedade. Formas de reciprocidade continuam a ser praticadas mesmo entre grupos sociais inseridos no mercado. Se a inserção de certo grupo no mercado é mais precária ou problemática, a reciprocidade permanece forte, declinando em caso contrário. A autoprodução doméstica à margem do mercado pela mesma forma: a reprodução familiar e biológica da força de trabalho dependente fortemente de relações de domesticidade. A redistribuição é um aspecto básico das ações do estado, em níveis diversos. O estado do bem estar social, por ex., funcionou como um aparato de redistribuição. Mas notemos que seu fim último foi estabilizar as relações capital-trabalho, garantindo a reprodução das relações sociais de produção, logo a estabilidade do mercado.

É importante saber se a subordinação das três outras FIEs às trocas de mercado é tal que estas não tenham significado como estruturas ativas nas sociedades de mercado. Saber se as formas de permanência são puramente residuais ou implicam estruturas alternativas nas sociedades onde ocorrem. Diante do fato que as sociedades hoje ditas avançadas são vistas como tal porque detém hoje um mercado complexo, que parecem abranger a totalidade da produção e reprodução social, surgem perguntas. A situação de êxito foi favorecida ou atrapalhada pela persistência de instituições tradicionais – as FIEs anteriores – dado que houve quase sempre uma transição longa e não linear?



Nas sociedades periféricas é usual considerarmos essas permanências como obstáculos ao desenvolvimento. O trabalhador seria improdutivo porque preso ao passado; as instituições seriam frágeis e ineficientes porque permeadas por aspectos pré-mercado. O tradicional assim se identifica com o atraso e por transitividade isso parece válido para os países centrais.

Mas é preciso um exame histórico para verificar essa proposição, mais do que uma extrapolação baseada em pressupostos. Chang (2002) indica que a modernização institucional não precedeu a expansão econômica nos países centrais – Europa e EUA – sendo posterior e até mesmo consequência dela e não sua causa. Percorrendo a história da implantação de economias de mercado avançadas nos países asiáticos no séc. XX, notamos que o papel de relações enraizadas na tradição foi fundamental para o *estilo de desenvolvimento* que essas nações assumiram e para o seu êxito. Em verdade trata-se de um paradoxo eliminar o papel das FIEs que não o mercado na estruturação das formas de desenvolvimento, afirmando simultaneamente que elas são a causa do fracasso na periferia e não tiveram efeito no centro. A única conciliação lógica para isso seria afirmar que o êxito no centro ocorreu em função da pronta demolição daquelas FIEs e ascensão rápida da hegemonia dos mercados. Como isso não ocorreu, a proposição não se sustenta.

Polanyi faz uma poderosa crítica ao mercado como ordem natural e às relações de mercado como meio único e inevitável de resolução dos problemas econômicos. Como decorrência desta crítica o autor reabilita mecanismos institucionais encontrados nas sociedades pré-industriais que desempenharam o atendimento às necessidades materiais, da circulação e distribuição de víveres e riquezas. Além disso, é nossa percepção que essa dupla crítica joga luz sobre o papel das outras FIEs sobre a trajetória e a estruturação de todas as economias onde a *forma mercado* se tornou a instituição fundamental da economia.

Onde quer que tenha havido sociedades anteriores ao mercado houve FIEs hegemônicas, que não o mercado. Logo, todas as sociedades de mercado refletem de alguma forma um nível de hibridismo entre as distintas FIEs. Isso tanto vale para as economias avançadas ou centrais quanto para as economias periféricas. Portanto, as economias centrais não devem seu padrão de desenvolvimento a superação completa e a hegemonia das relações de mercado. Ao contrário, a presença e o sentido que essas

relações assumiram resultam fundamentalmente do quanto as FIEs predominantes antes da entrada dessas relações foram capazes de impor um sentido de endogeneidade ao padrão de desenvolvimento que floresceu nas ditas sociedades modernas.<sup>86</sup> Esse é um argumento a se desenvolver e uma hipótese a tentar se pesquisar.

Havendo sumarizado os argumentos de Polanyi sobre a importância das FIEs na história econômica e a recente – bicentenária – hegemonia dos mercados, retornemos à questão da produção do espaço, havendo compreendido como a existência de interdições as relações de mercado como fundamento da coesão social nas sociedades anteriores ao capitalismo, o que será importante para a discussão a seguir.

#### ***3.2.4.. Relações de mercado, colonização do espaço social e sobrevivência do capitalismo.***

Por séculos os mecanismos de troca estiveram sediados na cidade, mas submetido a regulações que permitiram sua convivência com a domesticidade, reciprocidade e redistribuição como alternativas de organização das relações econômicas.

Esse arranjo se reproduzia graças à regulações e interdições impostas ao alto potencial disruptivo que as trocas geravam dentro de cada grupo ou cidade; ou nas relações entre cidades. A organização do espaço intraurbano, do espaço social e *natural* organizado a partir das cidades refletia e compunha essas regulações. No caso da cidade europeia medieval, existiram os mecanismos jurídicos e culturais que impediram relações de “trabalho livre” e mercantilização da terra (especialmente) fora da cidade. A emancipação dos mercados em relação a este aparato de regulação, movimento que coincide com o nascimento da industrialização, elevou as trocas focalizadas em

---

<sup>86</sup> Uma evidência da presença das outras FIEs na *anatomia urbano-espacial do desenvolvimento* nos países centrais está na estrutura das cidades. Discutindo a transformação do solo urbano em mercadoria, Mumford (2008, cap. XIV), indica que “cidades como Londres por muito tempo escaparam aos piores resultados deste círculo vicioso [de altas dos preços da terra e piora das condições urbanas] pelo fato de que muitas de suas terras foram mantidas em concessões feudais de longo prazo”. Noutras palavras, a manutenção de um grau elevado de urbanidade nas grandes cidades europeias deriva da interdição da lógica mercantil no tocante à organização do espaço urbano. Esse aspecto remete à discussão acima sobre o papel exercido pelas cidades medievais como aparato espacial e institucional de regulação do mercado, e não apenas quanto ao manejo da terra urbana como mercadoria, senão com relação ao trabalho, ao controle da natureza, a introdução de técnicas e tecnologia, etc, como se vê na trajetória das Guildas. Comparando tal situação com o campo aberto que teve o mercado para organizar o espaço urbano no caso brasileiro – tanto nas fronteiras da expansão urbano-metropolitana (periferias urbanas) quanto nas fronteiras de recursos naturais (Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado, etc.) é possível avaliar o papel desses processos na criação e manutenção de um padrão econômico de subdesenvolvimento: desigualdades sociais, depleção de recursos, hegemonia absoluta da produção de commodities contra qualquer impulso de endogeneidade, entre outros aspectos.

vantagens econômicas à forma principal de interação e coesão social, *intra* e *inter* sociedades. A troca, interdita por séculos por seus riscos, se torna o laço que deveria manter unida a sociedade de mercado. Um novo arranjo deveria emergir, portanto.

A questão fundamental é que se o arranjo anterior se baseava na interdição parcial do mercado, o arranjo emergente deveria levar aos limites do espaço social as relações de mercado. Deveria sobrepor sua lógica e sua racionalidade a todos os espaços e tempos.

A realidade se transforma intensamente, desafiando a compreensão e a ação. A economia política clássica, nascida dessas condições históricas, se defrontou com este mundo novo e buscou respostas para seus problemas. Na teoria do valor trabalho, especialmente a partir de Ricardo, tornou-se claro o papel do controle do capital sobre o tempo de trabalho, como elemento fundamental da criação de valor e sua transformação em riqueza. Marx levou além essa constatação, fazendo sua crítica e superação. Demonstrou que o tempo de trabalho não remunerado, mais-valia, poderia ser apropriado pela extensão absoluta da jornada de trabalho, mas principalmente pela modificação relativa da produtividade. Aí se localiza para Marx, o fundamento da acumulação e do lucro.

A concentração ou dispersão dos fatores de produção no espaço sempre teve implicações no tempo como elemento da produção, como se disse da cidade desde sua origem. A simultaneidade de tarefas, a proximidade de fatores dentro da fábrica e seu controle direto pelo empresário eram os elementos novos. Mas nas áreas urbanas, desde sempre, a articulação de fatores de produção, os mecanismos de controle da mão de obra, o aprendizado tácito, e a intensificação dos elementos tecnológicos foram dependentes de condições gerais de produção externas a cada unidade de produção isolada.

Numa escala muito maior, a difusão no espaço das condições de vida que surgem do urbano industrial atinge um nível mundial. Mas ainda não se tratava de uma difusão que atingisse *todo o espaço social*. A comparação das condições de vida urbana entre os séculos XIX e XX mostra o quanto se acelerado ritmo de seu espraiamento, particularmente na periferia do sistema<sup>87</sup>. Pode-se dizer, ainda de uma maneira pouco clara, que após a implosão-explosão da cidade pela indústria o controle da lógica

---

<sup>87</sup> Carvalho e Garcia (2003) analisam de forma comparada o ritmo das transformações demográficas de Inglaterra e Brasil, nos séculos XIX e XX respectivamente, demonstrando a notável rapidez pela qual tais mudanças ocorrem no Brasil. Harvey (1994) dá numerosos indícios da aceleração de processos de *modernização* no séc. XX.

industrial sobre o espaço estaciona em um nível básico. O *controle do tempo* continua sendo o requisito mais fundamental para o arranjo das sociedades de mercado e da produção industrial. O controle do tempo segue como mais essencial que o *controle do espaço* porque o controle direto da produção e o nível de acumulação satisfatório para as aspirações do capital se conseguia sem recorrer ao controle mais intenso da *reprodução*. A mercantilização do tempo, na forma de tempo de trabalho remunerado, antecedeu e se sobrepôs ao aprofundamento do mesmo processo para o espaço, o que não quer dizer que este não estivesse em curso.

Para o controle das *relações sociais de produção e reprodução*<sup>88</sup> no início das relações propriamente capitalistas, as instituições políticas e jurídicas procedentes da cidade, em parte assumidas pelos estados nacionais, foram o bastante para a conservação do tecido social e a sobrevivência e expansão do capitalismo. Assim, até as primeiras décadas do séc. XX, a problemática espacial foi menos fundamental para controle do trabalho e da reprodução dos meios de produção. Sob o capitalismo competitivomáquinas, insumos, mercadorias e força de trabalho eram reproduzidas com base no controle intensivo do tempo mais do que do espaço. Este acontecia, mas em nível acomodatório (Soja 1993). A urbanização acontecia, como uma realidade induzida pela industrialização.

No plano da economia política, esse é o momento em que a realidade urbana e espacial se torna mais e mais um *pano de fundo*, um contexto, mas não objeto de atenção. Centrando-se na produção, na população, no mercado, na firma, e em breve nos modelos que representariam relações médias entre estes elementos racionalizados do mundo econômico, a problemática da urbanização se esfuma, deixa de comparecer. E ainda assim, “durante todo esse processo a cidade desempenha um papel imenso”. Subordinando as forças produtivas pré-existentes, lugar de acumulação do capital, extensão dos mercados, formação da taxa média de lucro. E “ao fim do processo, tudo se apresenta como força produtiva do capital”, não mais do trabalho, não mais da cidade (Lefebvre 1999).

As mudanças estruturais na economia capitalista no séc. XX são várias: monopolização, adensamento do controle sobre as periferias do sistema, hegemonia crescente do capital financeiro. Autores de matizes variados abordaram essas modificações. A emergência

---

<sup>88</sup> Difusão de condições sociais orientada para a produção de mercadorias por meio de mercadorias, dentro e fora da cidade. Transformação conflituosa da terra e trabalho em mercadorias a venda em mercados autorregulados.

dos grandes monopólios econômicos e o *ajuste espacial*<sup>89</sup> imperialista produzido pelas potências europeias, haviam chamado atenção no campo marxista, como em Lenin e Rosa Luxemburgo. Assim também o papel do capital financeiro, em Hilferding.

Outra mudança fundamental se dá em torno da expansão do controle do estado e do capital sobre a vida cotidiana. Soja (1993) mostra como Gramsci percebeu esse novo cenário, e não apenas na Europa de sua época ameaçada pelos autoritarismos, mas também nos Estados Unidos. Harvey (1994) destaca que o autor dos *Cadernos do Cárcere* apresenta “americanismo e fordismo” como tendências rumo à criação “com velocidade sem precedentes, e consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e de homem”. No novo regime, os métodos de trabalho se tornam “inseparáveis de um modo específico de viver, pensar e sentir”.<sup>90</sup> Campos tão cotidianos como a sexualidade, hábitos de consumo e coerção moral são atingidos pelas mudanças, reorientados pelo capital e o estado para forjar o novo trabalhador, adequado ao novo processo produtivo.

Os cadernos do cárcere de Gramsci são escritos entre 1929 e 1935. Não muito tempo depois (1947) Lefebvre publica o primeiro volume de *Critique de la vie quotidienne*, trabalho dedicado às relações entre o cotidiano e a permanência do capitalismo. Da questão do espaço urbano, também já se ocupava desde o fim dos anos 1940: o volume *Du rural à l'urbain*(1970) traz textos escritos desde 1949. Aparentemente se processa uma confluência entre os dois campos de investigação que resulta na formulação de suas teses sobre o direito da cidade (Lefebvre 2008a) e sobre a produção do espaço como fundamento da sobrevivência do capitalismo, essa aparece pela primeira em *Le Droit à la ville II - Espace et politique* de 1972 (Lefebvre 2008b). Neste trabalho o autor expõe sua tese sobre a sobrevivência do capitalismo como base no controle das relações sociais de produção e reprodução e da produção do espaço.

*A análise crítica da reprodução das relações de produção mostra como o capitalismo, há um século, consegue manter suas relações específicas de produção... o capitalismo e a burguesia... só puderam manter o essencial das relações de produção modificando-as. [...]*

*O capitalismo se estendeu subordinando a si o que lhe preexistia: agricultura, solo, subsolo, domínio edificado e realidades urbanas de origem histórica. Do mesmo modo, ele*

---

<sup>89</sup>Termo empregado por Harvey para discutir o “papel da expansão geográfica e da dominação territorial, do colonialismo e do imperialismo na estabilização da economia capitalista” (Harvey 2005).

<sup>90</sup>Trechos entre aspas de Gramsci, citado por Harvey (1994).

*se estendeu constituindo setores novos, comercializados, industrializados, os lazeres, a cultura, a arte dita moderna, a urbanização... Portanto, o capitalismo só se manteve estendendo-se ao espaço inteiro – transbordando dos lugares de seu nascimento, de seu crescimento, de sua potencia: as unidades de produção, as empresas, as firmas nacionais e supranacionais.* (2008b, p. 116, 117)

Ora, a longa e tumultuada ascensão das sociedades de mercado suprimiu ou tornou subordinadas formas sociais anteriores de integração econômica e social, cuja persistência dependia dos limites à transformação de amplos setores da vida biológica, material e cultural em mercadoria. As sociedades de mercado inverteram diametralmente essa situação: sua permanência dependeria do aprofundamento e expansão do mercado. A tese de Lefebvre é de que a forma e meio primordial desse processo é o aprofundamento do controle sobre o espaço, a transformação cada vez mais forte da relação da sociedade com o espaço numa relação de produção de mercadoria.

*Assim o capitalismo sobrevive: produzindo espaço, diz Lefebvre.* Produzindo espaço realidade física – recurso natural (solo, subsolo), domínio edificado (realidades urbanas de origem histórica, novas áreas urbanizadas, infraestruturas novas e antigas). Produzindo espaço realidade social, política e econômica – localizações, acesso privilegiado a recursos e posições de poder. Produzindo espaço como suporte da vida cotidiana – lazer, cultura, arte, festa e fruição.

Difundindo-se sobre a *natureza natural* e sobre a *natureza produzida*, esse controle submete os recursos disponíveis, e submete a vida. Estende-se sobre as *condições de produção*, prefiguradas nas fábricas, sobre o antigo campo, sobre as fontes de matérias primas, jazidas e florestas. Sobre a infraestrutura produzida (estradas, portos) ou assimilada (rios, cursos d'água). Estende-se sobre as *condições de reprodução*: a vida cotidiana, a cultura, os lazeres, até mesmo sobre o corpo e a vida biológica; aquilo que antes – mesmo sob o capitalismo em sua fase anterior – era externo a racionalidade do mercado.

Nesse movimento, “transbordando dos lugares de seu nascimento, de seu crescimento, de sua potencia”, a economia capitalista ao mesmo tempo multiplica os setores e frentes de geração de valor de troca e assegura uma “serena reprodução” de suas condições indispensáveis. Cria um controle cada vez mais sutil e capilarizado do cotidiano e da produção. Multiplica sua setorização, fragmenta e aprofunda a divisão social do trabalho ao mesmo tempo em que integra todos estes fragmentos numa mesma lógica.

Essa realidade confere um sentido muito marcante e amplo ao termo *industrial*. É este o termo empregado por Lefebvre para caracterizar a sociedade que surge dessa expansão da lógica da produção industrial até as fronteiras do espaço social. O *industrial*, como se discute adiante, *se contrapõe ao urbano*. Ao industrial corresponde a lógica irrestrita da mercadoria, a difusão de um espaço homogêneo e homogeneizante, que anuncia o apagar das diferenças a não ser as que se tornem funcionais para a acumulação. É industrial a expansão de potências abstratas da produção que só se refere a si mesma, as exigências simultâneas de segregação e conexão fragmentada. O industrial inclui um padrão ético e estético; inclui parâmetros de relações com a natureza orientado por essas premissas.

O *urbano* seria o oposto dialético destas tendências. Assim como o industrial, o urbano nasce do choque da cidade e da indústria, mas significa a recuperação da cidade seu sentido humano, múltiplo, de encontro e de unificação. O industrial tende para o homogêneo e se ajusta ao que é hegemônico sob o capitalismo. O urbano admite e acolhe o que difere. Abriga a produção de diferenças que brotam da intensificação de relações de sentidos que não exigem padronização e vivem pela diversidade, tende para o que rompe com a potência negativa do mercado abstrato.

Apenas para organizar o pensamento de modo simples<sup>91</sup>, consideremos como um primeiro aspecto: *a produção do espaço constitui condição de sobrevivência do capitalismo por via do controle cada vez mais amplo das condições de produção e reprodução*. Ela é o sucedâneo capitalista de um sistema de coesão social, sob condições de individualismo mercadológico. É ao mesmo tempo um mecanismo de aprofundamento, renovação e preservação das relações centradas na acumulação e produção de mais valia privadamente apropriada.

*Segundo aspecto*. Diante da colonização do espaço pela racionalidade da troca e do lucro, a perspectiva que Marx adotou para a análise da mercadoria passa a ser válida para a análise do espaço. Análise de cada fragmento, lote, cada *imóvel*, e também para o espaço como conjunto e para sua produção. Como artefato produzido para o mercado, sob condições de trabalho capitalistas, o espaço, como Marx demonstrou para a mercadoria em geral, resulta de relações sociais de produção. Como a mercadoria em

---

<sup>91</sup>Lefebvre não realiza essa distinção. Ela é no máximo didática; de modo algum teórica, em sentido forte.

geral o espaço, via de regra, dissimula essas relações, fazendo-as opacas e pouco visíveis na superfície.

Essa condição, assim como a importância do espaço para reprodução das relações sociais de produção, modifica muito a posição do setor específico envolvido com a construção do espaço físico, o setor imobiliário. “Durante muito tempo o *imobiliário*, no capitalismo só teve uma importância menor. O solo pertencia aos destroços de uma classe vencida, os proprietários fundiários de origem feudal” (Lefebvre 2008b). No capitalismo do séc. XX, no fordismo que se difunde no período pós-guerras, assim como no pós-fordismo posterior às crises do fim dos 1960, a situação se modifica. Lefebvre chega a dizer que o que outrora foi chamado imobiliário merece ser renomeado como *mobilizado*.

Lefebvre argumenta que a *indústria imobiliária*, como ramo mais recente que outros, esteve (de início) menos sujeita a entraves e saturações que serviram de freio a outros setores. Harvey (2010, 2013) afirma que o setor vive determinações específicas, menos redutíveis às condições usuais de produção, concorrência e mudanças de estratégia por parte dos capitais nos outros mercados. Os direitos de propriedade, a exigência do pagamento de renda, o caráter apenas parcialmente reprodutível das localizações [donde derivam as rendas da terra em geral e de monopólio, segundo Marx] criam ao mesmo tempo restrições e atratividades peculiares no setor. Ainda de outra forma, a partir de Polanyi (2000), a transformação completa de bens imóveis em mercadoria, retirando-lhe completamente dos *escombros* dos modos de integração econômica distintos da forma mercado, tem grandes dificuldades em se completar totalmente, por motivos diversos.

Lefebvre ressalta, de modo ainda mais forte, o fato de o setor imobiliário servir de opção peculiar para capitais em disputa. Ele oferece rota de fuga contra a tendência de baixa da taxa média de lucros<sup>92</sup>. No setor da construção, diz o autor, a composição orgânica do capital, intensiva em capital variável (mão de obra) oferece condições de apropriação de mais-valia bastante elevada, implicando atratividade. A especulação se soma as possibilidades no jogo de ganhos que produz dinheiro com dinheiro por uma

---

<sup>92</sup> Como se sabe, a economia política clássica, inclusive Marx, considerou como um aspecto fundamental da dinâmica econômica capitalista a existência de uma tendência de baixa da taxa média de lucros em função da concorrência entre diferentes capitais. A existência de setores onde capitalistas mais *arrojados* ou *inovadores* possam se aventurar se torna então fundamental para a manutenção de altos lucros, alto investimento e ritmo de crescimento do sistema econômico.



*mediação curta* do espaço, em substituição uma *mediação longa* do circuito produção-circulação-realização.

Mas esses aspectos atrativos enfrentam contra-tendências. Existe a lenta obsolescência do espaço produzido implicando baixa rotatividade do capital e períodos longos de retorno do investimento. A imobilização de ativos torna-se muito elevada e arriscada, o que leva os negócios do setor à forte dependência com relação ao crédito, tanto na produção quanto no consumo. Essa ligação por sua vez leva parcelas do capital em ação no setor a alianças mais ou menos voláteis com o capital financeiro e com o Estado, que ora se transforma em agente regulador ora como elemento de estabilização, redução de riscos e incertezas. No limite, o Estado torna-se aliado ou parceiro capturado, através do qual é feita a socialização de perdas ou se garante novas frentes de investimentos lucrativos.

A interligação dinâmica desses elementos transforma-se num quadro contraditório e arriscado. Com frequência é preciso passar muito depressa da construção acelerada à destruição de bens produzidos há pouco.

Tudo isso apenas eleva a necessidade de assumir o controle da produção do espaço como elemento fundamental da estratégia de sobrevivência do sistema econômico. A produção e a organização do espaço se transformam num cenário tenso no qual intervém de forma pouco previsível e instável numerosos agentes, de poder de fogo e escalas muito diversas. Esse quadro é particularmente visível e delicado em áreas densamente interligadas a forças econômicas distantes e de interesses que divergem sem possibilidade de coordenação. É o caso de áreas metropolitanas na periferia do sistema: conectadas com forças distantes múltiplas, sendo sede de poucas ou nenhuma delas, tornam-se cenários de constante instabilidade.

O segundo aspecto da tese sobre a produção social do espaço, portanto, é de que o setor imobiliário, antes menor na dinâmica da economia, torna-se fundamental. Além de articular a sobrevivência do sistema por fornecer coerência e permanência às relações sociais imprescindíveis ao sistema e simultaneamente abrir novas possibilidades de investimento em *áreas* da vida social antes externas ao mercado, a produção social do espaço significa a existência de um setor, o imobiliário, no qual capitais em disputa encontram uma opção instável mas atraente para a resolução de tendências de queda da taxa média de lucro.

Um *terceiroaspecto* da hipótese da produção social do espaço<sup>93</sup> é que o regime de produção do espaço inverte o “regime de raridades relativas” dos períodos pré-capitalista e do capitalismo concorrencial. Este fato tem consequências para a centralidade urbana e a relação entre produção do espaço e natureza.

Referimo-nos ao nascimento da economia política como um episódio da emergência das sociedades de mercado. Lefebvre e Polanyi o esclarecem repetidamente. Destacam o significado da noção de escassez para a economia política do séc. XVIII. Polanyi afirma que a identificação entre fenômeno econômico e escassez tornou turvo todo o significado do termo em sociedades pré-capitalistas. Essa identificação é fundamental para a definição do *homo economicus*, do isolamento do econômico em relação a natureza e as instituições nas quais a economia se enraíza e se realiza (Polanyi 2012). Identificando o escasso com aquilo que tem interesse econômico, a economia política *reduz e extrapola*<sup>94</sup> em torno da propriedade privada. *Reduz* as relações econômicas ao que se produz pela e para a *propriedade privada*, o que não condiz com as relações econômicas anteriores ao predomínio do mercado. *Extrapola* ao dizer que o mundo da economia como um todo se organiza a partir de algo localizado, e menor. Mas ao fazê-lo justifica uma tendência poderosa em curso e se torna mais e mais passível de ser vista como verdadeira. Uma verdade parcial, claro.

Lefebvre (2008) argumenta que assumindo esta rota, a ciência econômica não se constituiu de fato em ciência da produção. Ela se concentra na produção de coisas e no comportamento de coisas no mercado. Torna-se desatenta as relações sociais de produção e não atenta às condições de abundância ou superação da escassez. Ao contrário, constrói a justificação e racionalização da penúria e da distribuição desigual. A privação como pobreza foi internalizada – como fundamento da virtude laboral – e externalizada – como decorrência de uma incapacidade de ação racional suficiente de quem participa de um jogo cujo resultado é suposto como justo (Polanyi 2000).

Apartir da guinada marginalista, a economia do séc. XIX assume a escassez como fundamento do fenômeno econômico: bens abundantes não seriam redutíveis a

---

<sup>93</sup>É preciso dizer que esses não são os únicos elementos a se discutir da hipótese da produção social do espaço. No mínimo porque em obras Lefebvre amplia muito a discussão, especialmente em “A produção social do espaço” (Lefebvre 1991), posterior ao texto aqui discutido (de 1972). As linhas gerais são mantidas, no entanto, o que faz válida a discussão aqui realizada.

<sup>94</sup> Lefebvre destaca que a redução/ extrapolação como procedimento típico do pensamento que recusa a dialética, próprio das ciências parcelares-especializadas; próprio da ideologia.

precificação, logo não entrariam na lógica do mercado. Compreendida dessa maneira a *vida econômica* excluía parcelas amplas do mundo material, da natureza e da vida social. Água, ar, luz, espaço; essas farturas naturais não se contam como bens econômicos nem mercadorias, não tinham preço.

Ora da análise precedente, sabemos que esse quadro deveria mudar.

“Ora, o que aconteceu [desde então]? Entre outras coisas, isto: os bens que eram raros se tornaram abundantes, os que eram abundantes se tornaram raros” (Lefebvre 2008b). O pão, outrora símbolo das coisas preciosas, os produtos agrícolas, entre outros, se tornaram abundantes ou superabundantes, pelo menos de forma latente. É um fenômeno que se distribui de forma desigual e não implica o desaparecimento da fome ou de novas formas de fome (desnutrição, etc.), mas que se tornacomum e tendencial.

Ao contrário, aquilo que foi antes abundante escasseia: água potável, ar respirável, luz e claridade. O racionamento de água, o esgotar de reservas e lençóis freáticos, a morte de nascentes. E como raridades, agora são produzidas e vendidas: produção de água potável, despoluição, transporte por distâncias inimaginadas; sua venda como produto doméstico, água mineral, água de mesa, no limite do supérfluo. O ar limpo igualmente escasseia; bombardeado por chaminés e descargas automotivas. Na construção e na moradia o ar já se tornou um produto industrial, o *ar condicionado*, tanto como a luz ou a água. As novas raridades se diferenciam, se sofisticam como artigos de consumo.

Situação similar existe para aspectos diversos da natureza – rios perenes, florestas, biodiversidade, ecossistemas e espécies. Sua reprodução que parecia antes irrefreável, *automática*, se torna incerta.

Mas não se trata de inversão pura e simples, pois antigas e novas raridades se distinguem. As novas assumem importância maior na reprodução das relações de produção, e maior vínculo com o espaço produzido e a produção do espaço. Aquilo que outrora se chamou *elementos da natureza*, dificilmente se destaca de um suporte espacial. Estes elementos ocorrem no espaço e são *ofertadospor meio dele*. No curso da difusão da produção industrial pelo espaço e da produção industrial do espaço, eles são negados, destruídos, reconstruídos e reintroduzidos como mercadoria.

As novas raridades são constitutivas do espaço social (neo)capitalista<sup>95</sup>, intimamente ligadas à produção e reprodução e se incluem nas suas condições gerais. Como um paradoxo a produção e expansão industriais não abolem a raridade. A penetração da técnica e tecnologia no espaço cotidiano modifica, mas não suprime a precariedade<sup>96</sup>. A técnica permite condições de construção que rompem praticamente qualquer restrição natural, mas a *penúria do espaço ressurge* em lugares definidos, principalmente nas proximidades dos centros velhos e novos. Ela surge às vezes da ação não coordenada de agentes econômicos em concorrência, logo em certa escala de observação é *espontânea*.<sup>97</sup> Mas é também buscada, consentida, desejada e organizada, se a observamos como resultado de conjunção e cooperação de capitais e, às vezes, forças estatais, o que significa que não há *espontaneidade*; há estratégia, ação calculada (Lefebvre 2008).

A *centralidade* é o lugar onde esse processo se torna claro, mas a compreensão do significado da centralidade só é atingida por uma abordagem dialética. O fato de que na fase industrial a cidade se tenha estilizado, e que as tendências segregadoras ligadas à raridade do espaço tenham se tornado atávicas, não diminuiriam a necessidade da abordagem dialética; pelo contrário. Porém o pensamento moderno tendeu para análises parcelares. Fez isso buscando coerências, tratando as contradições como anomalias, e por fim, tentando impor coerências ao espaço. Esse é o caminho usual do urbanismo e da análise econômica. A análise fragmentada daquilo que se fragmenta, busca coerências evitando as contradições.

O urbano emergiu, como conceito e como realidade, “no curso da explosão da cidade” e por isso ele se distingue da cidade. Mas a nova realidade torna maiores e complexas características da realidade antiga, que se prolongam no urbano. Assim “no seio do processo negativo da dispersão, segregação, o urbano se manifesta como exigência de encontro, de reunião, de informação” (Lefebvre 2008, p. 85).

---

<sup>95</sup> Lefebvre costuma se referir assim ao capitalismo de padrão pós-concorrencial, onde a produção do espaço se torna o elemento estruturador, segundo sua visão.

<sup>96</sup> Essa questão é particularmente notável em economias subdesenvolvidas. Nestas um aspecto peculiar é a persistência do espaço da vida cotidiana precário, a despeito de sua importância no processo de reprodução: áreas metropolitanas densamente povoadas e representativas para economias nacionais têm condições de transporte e moradia sofríveis. A funcionalidade dessa pode estar na redução dos custos da mão de obra, no quanto ela torna o acesso a condições dignas um verdadeiro *luxo o que* acentua o efeito da distinção social, mas também na manutenção de um mercado interno de dimensão muito reduzida e desimportante, o que remete a análise de Celso Furtado que liga concentração de renda e o perfil de industrialização na periferia do capitalismo (Furtado 1965).

<sup>97</sup> Estabelece-se então contradição do espaço entre a abundância passada/possível e a raridade efetiva/tangível.

A centralidade atrai tudo para si. Tende a reunir tudo, mas ao contrário da cidade, ela não tende para a totalidade, necessariamente. A centralidade moderna frequentemente se torna centro especializado, onde funções se segregam. Também se segregam grandes parcelas da sociedade, formando periferias desoladas, desertos de urbanidade, povoados. Periferias se combinam com centros que são enclaves de potência “terrivelmente organizada e informada”. Esses centros se isolam do local e do cotidiano, sem deixar de estender sua racionalidade sobre ambos, deles se apropriando.

A racionalidade é a da empresa, da troca, e ela ameaça banir o uso. Tende a homogeneizar completamente o espaço, mas esse processo dificilmente pode se completar sem por em risco o dinamismo do sistema. No mercado imobiliário, por exemplo, o indivíduo que compra não compra apenas metros quadrados, mercadoria revendível, se for o caso. A localização, atributo fundamental do imóvel, é sempre determinada por relações espaço-temporais com amenidades do entorno - centros diversos, opções de lazer, entre outros. Compra relações com usos diversos, portanto. Mas como o exemplo ilustra, a importância do uso se situa também no espaço, nos atributos presentes ou ausentes no urbano, e então se estabelecem relações de hierarquia, inclusive porque vários tipos de centros convivem num tecido urbano mais ou menos conectado. A importância do uso e do valor de uso retornam ainda que em relações espaciais determinadas pela troca e o valor de troca.

No que tange a raridade relativa do que é produzido, destruído, reconstruído, no curso da difusão do padrão de mercado, a produção capitalista do espaço prolonga e transforma as características que existiram na cidade. Ela ameaça e reconstrói a natureza; os elementos naturais se distanciam, mas retornam estilizados, desacralizados. Tornam-se suporte do espaço onde as relações sociais de produção são possíveis.

Nesse movimento o cenário fundamental é a *centralidade*. Ela é a realização contemporânea da cidade, a concentração e atração de tudo, mas que no período industrial radicaliza suas tendências de segregação. Segregação dos elementos da cidade - sede do poder, lugar da troca, lugar do encontro e da festa - que agora se afastam um dos outros e das áreas centrais. Segregação de grupos que não possuem recursos para remunerar a propriedade privada e o uso daquilo que só a cidade reúne. Em escalas mais amplas e sutis, o espaço produzido assegura como valor, como uso e como estratégia, a permanência e reprodução do capital, a sua sobrevivência.

A hipótese da produção social do espaço requer que se reconheça um *estatuto* e uma *situação* peculiar do espaço na sociedade contemporânea. Ambos não são ausentes nas sociedades precedentes, mas assumem características novas, em escala e complexidade no período pós-industrialização. Esta hipótese requer a crítica das concepções herdadas sobre o espaço. Isso porque elas são tributárias do pensamento filosófico e especulativo e das ciências que nascem dos estilhaços do conhecimento filosófico. Por isso analisam de forma unilateral o espaço e o fenômeno urbano, ou o fazem de maneira unificada por imperialismos científicos, o que resulta em novas formas de saber incompleto.

Por fim a percepção de que a sobrevivência do capitalismo, ou no mínimo, o dinamismo econômico dependem da produção do espaço recupera a importância das relações espaciais para uma teoria do desenvolvimento. Ela coloca num arcabouço articulado a expansão do fenômeno econômico por sobre a vida cotidiana; evidencia a dependência desse processo com a criação e recriação do espaço construído interligando-o a esferas locais e globais e trás ao primeiro plano a relação entre o sistema econômico e a natureza.

O percurso lefebvriano, além disso, esclarece os aspectos negativos da tendência homogeneizadora da lógica industrial. Mostra o quanto ela entra em contradição com as próprias exigências de autotransformação do sistema econômico. Sob essa luz, a distinção lefebvriana entre os aspectos industriais e urbanos da realidade contemporânea, aparece como um corte fundamental para se falar em alternativas de desenvolvimento.

### **3.3. A revolução urbana: em direção à superação do urbano industrial**

A industrialização, ao se chocar com a cidade estilhaçando-a, põe em marcha a urbanização. Mais do que isso: a transformação urbano-industrial do espaço social corresponde a um fenômeno de longo alcance. Ele recoloca de forma modificada mecanismos de reprodução social sustados pela emergência das sociedades de mercado. Em sociedades anteriores, incluída a Europa feudal onde irrompe a sociedade de mercado, a coesão social foi mantida por limitação das relações de mercado. Sob o capitalismo, particularmente em sua fase pós-concorrencial no séc. XX, a coesão social é reconstruída na vida cotidiana pela difusão irrestrita das relações de mercado, por

mecanismos nos quais a espacialidade é um aspecto fundamental. Esta coesão é regida pela lógica da mercadoria e comporta tendências contraditórias para homogeneização e para a fragmentação, ambas comprometidas com a sobrevivência dinâmica da economia capitalista.

Porém, embora o movimento seja de homogeneização ele mesmo não acontece de modo linear. Ele não tende para um fim único; seus contornos se limitam por aquilo que transparece de modo imediato. Se existem forças que apontam para a urbanização completa do espaço, submetida a imperativos industriais, no mesmo processo surgem contradições que indicam, que abrem possibilidades ou até exigem a superação da padronização.

O estilhaçar da cidade não leva à sua abolição. Ocorre em verdade a ampliação contraditória da realidade urbana, antes restrita à cidade. Mas isso não significa que o espaço industrial seja a *forma final* que o espaço adquire. O urbano industrial não é a *ultima forma* da organização da sociedade e do espaço, não obstante ele seja altamente funcional para a permanência das economias de mercado.

O período industrial difunde e enraíza a lógica industrial. Mas há aspectos a indicar que é um padrão que não pode se estender indefinidamente. A ampliação da capacidade científica, tecnológica e produtiva, combina-se com crises recorrentes. As exigências ambientais, por exemplo, tornam-se proibitivas. Segundo Lefebvre, a virtualidade que dá sentido a época industrial é o devir de um período novo, a *época urbana*. O autor nomeia a passagem de uma fase a outra como uma *revolução urbana*, o triunfo de uma *sociedade urbana*.

O termo revolução faz referência às lutas pela emancipação social ao longo do séc. XIX e XX. Lefebvre assinala que se há um horizonte de emancipação contra a redução do homem e da natureza a mercadoria ele necessariamente passa pela questão urbana como contraponto à lógica industrial.

Lefebvre argumenta que “a revolução industrial e a revolução urbana são as duas partes, dois aspectos de uma transformação radical do mundo. São dois elementos unidos dialeticamente, de um mesmo processo” (Lefebvre 2008, p. 131). Se de início a transformação foi induzida e dirigida pela indústria, a realização completado processo só alcança sentido pela urbanização, pelo reencontro da cidade que, entretanto não mais

pode ser assim chamada apropriadamente. O que se atinge é ao urbano, à sociedade urbana.

Houve no marxismo uma tentativa de identificar a cidade como *superestrutura* do modo de produção. Lefebvre reputa essa compreensão como um equívoco. Se assim fosse, a cidade seria uma manifestação derivada da produção, o que implicaria não considerar a interação entre os fenômenos urbanos e as forças produtivas. Para o autor não foi assim nem mesmo na cidade antiga ou na cidade comercial. Sua análise mostra que a cidade prefigura ou antecipa processos que a indústria e a industrialização realizaram de modo mais intenso, se bem que de modo isolado, seccionado da vida social como um todo. Acumulação, aprendizado, formação de capitais. A organização da produção e sua sofisticação. As primeiras formas de captura de mais-valias; atividade bancária, distribuição; a mediação entre o próximo e o distante. E aí também transcorre a vida cotidiana, o encontro, a criação de obras, a festa. A época industrial tomou partes desse todo e lhes deu dimensões inéditas, reorganizando-as sob a lógica do mercado, das trocas e do lucro. Reencontramos a dialética da emergência de *abstrações concretas* que Lefebvre (1991) leva mais longe tratando da existência de um espaço abstrato, projeção abstrata, mas não irreal nem tampouco completamente intangível, do poder do capital e do estado<sup>98</sup>.

Por essa ótica, não há fantasia em dizer que a superação da época industrial é a revanche do urbano sobre o industrial. A indústria se realiza como uma projeção dialética da cidade, entrando em conflito com ela e superando-a em parte. Torna-se uma potência estranha a vida na cidade. A homogeneização própria da indústria se impõe à diversidade da vida na cidade. A produção, isolada e autocentrada, se impõe à reprodução.

Mas esse movimento tem seus limites: “a inversão de perspectiva consiste em considerar a industrialização como uma etapa da urbanização”. Ela, a industrialização, se revela um momento intermediário. A industrialização se mostra um instrumento no duplo processo de industrialização/urbanização, e “o segundo termo torna-se dominante após um período inicial no qual o primeiro prevalecia” (Lefebvre 2008, p. 126). Mas não é apenas uma inversão teórica.

---

<sup>98</sup>É curioso que Perroux (1967) trate também do conceito de espaço abstrato, de maneira não idêntica mas similar a essa. Essa é uma discussão a perseguir.



A transformação do espaço em realidade produzida eleva o processo de urbanização a uma posição de primazia sobre o fenômeno industrial. De mais de uma maneira se pode vê-lo. Já se disse que o capital sobrevive produzindo espaço e estendendo-se sobre o espaço social inteiro. O controle do cotidiano e da reprodução se transformam em prioridade e esse controle se realiza como expansão do espaço urbanizado. O espaço centralidade, sede do poder presa ao espaço, se tornou a suprema raridade, uma vez que torna possível concatenar todas as outras raridades (Lefebvre 2008). A economia tornou-se fenômeno *deslocalizado* e indiferente ao *espaço vulgar* para ao mesmo tempo se *relocalizar* de modo mais potente e marcante como *espaço abstrato*, como se depreende da análise de Perroux (1967)<sup>99</sup>.

O debate sobre o desenvolvimento, tal como surge em meados do séc. XX, também sinaliza o peso das questões espaciais e do fenômeno urbano. No sentido lefebvriano a *revolução urbana* é superação das contradições da época industrial. Ora, as contradições e problemas teóricos e práticos fundamentais que impulsionam o debate possuem expressão espacial poderosa em escalas diversas. Desempenho econômico desigual, persistência e ampliação de desigualdades entre economias e dentro de cada economia, exaustão das promessas do livre comércio como criador de oportunidades para as nações ex-colônias, insuficiência da hipótese do equilíbrio de mercado para a compreensão de dualidades das economias atrasadas, entre outros (Pinkusfeld e Britto 2010).

A perspectiva lefebvriana permite adicionar que as teorias do desenvolvimento e do desenvolvimento regional permanecem marcadas mais pela reflexão sobre a indústria do que sobre a urbanização. Essa última continua a ser vista como um processo derivado, secundário. Os pioneiros da teoria do desenvolvimento discutem economias externas, articulação de investimentos, mas aprofundam pouco a discussão sobre os determinantes espaciais e urbanos dentro dos quais essas devem ocorrer. Perroux elabora as teorias dos polos de crescimento em torno da indústria motriz. Apenas mais tarde o autor recoloca as idéias considerando as possibilidades da cidade como o polo de crescimento<sup>100</sup>.

---

<sup>99</sup> Vide o argumento do autor sobre a espacialidade das hierarquias bancárias (Perroux 1967, cap. “*Os espaços econômicos*”).

<sup>100</sup> A formulação da teoria dos polos está no livro de 1961 (Economia do séc. XX). O texto clássico “*Note sur la ville considérée comme pôle de développement et comme foyer du progrès*” é de 1967.

A percepção e aceitação dessa inversão entre industrialização e urbanização não é trivial. Lefebvre (2008) argumenta que existe uma *fase crítica*, um momento de passagem entre grandes estágios da organização social e econômica, onde a percepção da realidade se torna difícil, por diversos motivos. Foi assim na passagem entre a época rural-camponesa e a época industrial<sup>101</sup>. Novamente é assim na passagem da época industrial e a época urbana.

Nas *fases críticas* elementos da nova fase se adicionam à realidade, no entanto o pensamento e prática correntes são insuficientes para compreendê-las, até mesmo para vê-las. O olhar “formado e deformado” pela realidade precedente desvia-se da visão do novo, torna-se cego. Formam-se *pontos cegos*, um *campo cego*. O autor explora múltiplos significados dessa metáfora e dessa realidade. Emprega a metáfora para destacar a existência de questões [e áreas] *em torno do ponto de onde parte a visão* – o olho que olha – nos quais a visão enfrenta obstáculos; e onde o olhar é incapaz de ver transpondo estes obstáculos. Assim, há o efeito cegante do fecho de luz que ilumina e permite ver o que está distante e ao mesmo tempo torna impossível a visão em seu entorno imediato. Lefebvre destaca o efeito similar da opacidade criada pelo conhecimento que esclarece e compreende o que está alhures enquanto ele mesmo torna impossível perceber o que ocorre em suas próprias fontes; naquilo que lhe é próximo.

A *fase crítica* é marcada por *campos cegos*. Ao mesmo tempo ela situa-se entre campos iluminados. Ela é *crítica* no sentido aplicado ao comportamento das funções matemáticas: *pontos críticos* assinalam *pontos de mutação*. Entre campos onde há relativa estabilidade e visibilidade – onde é (relativamente) possível ao conhecimento construído perceber os elementos que compõe a realidade – existem campos cegos.

A emergência do fenômeno urbano realiza muitos desígnios da industrialização, mas também desarticula e desloca a época industrial. Embora apareça como derivação desta época, a urbanização vai além porque comporta elementos novos. Comporta a recuperação da cidade embora não tal qual ela foi antes. Recupera as relações constitutivas que a cidade manteve com a natureza e com o campo. Comporta obstáculos ao ímpeto homogeneizante da época industrial.

---

<sup>101</sup>O esforço de numerosos teóricos da sociedade se situa nesse contexto, nessa fase crítica: a economia política, o utilitarismo, a sociologia, as primeiras formas do urbanismo, sem esquecer Marx.

Este ímpeto provém das necessidades da produção industrial. Provém do transbordamento de sua lógica para a *vida fora da produção*, a qual é pouco a pouco colonizada por esta lógica industrial. Ao crescer em escala e abrangência a produção precisa se homogeneizar, embora não de forma absoluta. A padronização é uma condição da eficiência produtiva. Ela se estende sobre os procedimentos da produção direta, sobre o trabalho, sobre a organização do espaço. Nesse movimento, a industrialização cria uma *prática social* que transborda do trabalho para a *vida cotidiana* e seu espaço. A padronização estabiliza e difunde a produção e a mercadoria, e condições de sua existência. Ela abre e intensifica frentes de lucratividade. Essa tendência vai da fábrica ao cotidiano; do design à produção de alimentos; da construção civil às manifestações culturais.

Mas a produção econômica também depende de criação, renovação e inovação. “Daí resulta um curioso mal estar” (Lefebvre 2008). Por um lado, o ímpeto homogeneizante - espaço abstrato - tende para a redução de códigos, no limite a código único cujos parâmetros emanam da troca, por oposição ao uso, do mercado por oposição a outras formas de integração econômica. Por outro lado, o centro urbano atrai tudo, reúne tudo e assim se preenche de subsistemas, códigos parciais, mensagens e significantes, ainda que subalternos. A multiplicidade não se ajusta bem aos processos homogêneos do espaço abstrato, e embora características se inscrevam por toda parte elas colidem com a diversidade (Lefebvre 2008, p. 151).

Lefebvre argumenta que, como contraponto do industrial “o fenômeno urbano recompõe profundamente os dispositivos da produção”. Forças produtivas, as relações de produção e as contradições entre ambas são afetadas pelo fato de que o urbano “prolonga e acentua, num plano novo, o caráter social do trabalho produtivo”. O urbano acentua “a socialização da sociedade” e por isso torna mais agudo o conflito com o predomínio do privado e da propriedade privada.

A análise lefebvriana não se detém apenas sobre o fenômeno urbano. Ele fala do desenvolvimento, como *desenvolvimento do urbano*, o que até onde podemos ver é a recriação ampliada de uma promessa de emancipação, que a da própria da cidade (Paula 2010). Ele distingue esse desenvolvimento do crescimento como expansão quantitativa sem mudança qualitativa. Crescimento sem diversidade e sem diversificação.

O trabalho novo, diz Jane Jacobs, depende do que difere, depende das tentativas de solução e ação que se afastam do já estabelecido. A eficiência da produção é inimiga da criação de trabalho novo, justamente porque tende a moldar as condições da vida urbana ao que já se fortaleceu e alcançou grande escala. A própria produção, portanto, depende de uma capacidade de abrigar e *produzir* a diferença. Lefebvre vai mais longe e esclarece que o urbano não existe sem diferenciação. A reunião de tudo, de todos os objetos e tendências que caracteriza a centralidade urbana faz dela o lugar da diferença, embora dificilmente todas as tendências possam sobreviver ou escapar à segregação.

Assim se prolongam os paradoxos. O urbano se anuncia como superação do industrial, mas isso não ocorre apenas por que as possibilidades do urbano nascem. À época industrial, seu aprofundamento e sobrevivência, corresponde – pelo menos até certo ponto – à sobrevivência da sociedade de mercado; à permanência de uma vida regulada pela troca e pelos valores de troca. Na passagem incerta e difícil entre estes campos de força<sup>102</sup> os *campos cegos* se povoam de realidades em gestação, que permanecem [parcialmente] invisíveis.

### 3.4. Para a uma perspectiva urbana do desenvolvimento.

Passamos da recuperação do sentido da cidade em relações à realidade econômica para uma compreensão da urbanização industrial e finalmente a uma tentativa de interpretação dos limites da própria industrialização. A obra de Henri Lefebvre fornece, na perspectiva aqui assumida, elementos para uma visão de desenvolvimento que ultrapassa a lógica industrial.

Isso não quer dizer que a indústria deixa de ser aspecto do desenvolvimento ou que ela desapareça. Ao contrário: trata-se de perceber como a lógica da indústria penetrou profundamente na prática social e talvez por isso mesmo pareceu tornar-se a lógica total, a única lógica possível, e nesse movimento tornou ocultas suas limitações. O que a obra lefebvriana – aqui usada em conexão com a de Jane Jacobs e Karl Polanyi – ajuda a perceber, é que a urbanização industrial pode ser compreendida como *prelúdio dourbano*, este compreendido como uma realidade que inclui características da época industrial e ao mesmo tempo a ultrapassa. O urbano prolonga a potência produtiva,

---

<sup>102</sup>A expressão é usada por Lefebvre, indicando as tendências conflitivas de cada campo. Vale lembrar que Perroux usa a mesma expressão para caracterizar o espaço econômico (Perroux 1961).

científica e econômica criada pela indústria e simultaneamente redireciona e modifica de modo profundo, as tendências determinadas pela lógica industrial.

A ideia de que exista a sociedade urbana em formação, abre portas para superação das tendências redutoras da indústria. Esta ideia recupera elementos fundamentais da vida na pólis, na civis, no burgo, nas cidades orientais e em outras forma de urbanidade, que a difusão do urbano industrial destruiu, marginalizou ou pôs em perigo de morte. Justamente em algumas sociedades onde existiu vida cívica de padrão muito diferente da hegemônica e por isso mesmo seu desmonte foi mais radical é que encontramos choques e descaminhos mais críticos do subdesenvolvimento.

Assumir o urbano como virtualidade que orienta o futuro retirando obstáculos à visão postos pela lógica da indústria. Outros autores já o disseram. Santos (2002), discutindo a crise da modernidade e das suas interpretações, diz que “a industrialização não é necessariamente o motor do progresso nem a parteira do desenvolvimento” (2000, p. 27). Compreender que as relações de mercado dependem dos mecanismos descritos nos fenômenos da produção do espaço. Compreender na arqueologia dos mercados de Polanyi<sup>103</sup> que o papel fundamental dos mercado na economia contemporânea é recente. É um conjunto de elementos teóricos que torna possível avaliar novamente o padrão de urbanização que economias periféricas como a brasileira tem construído e o quanto ela serve como suporte ou como obstáculo ao avanço econômico.

A superação da fase industrial, aparece então como caminho para a superação das fraturas criadas pela destruição das FIEs anteriores e que foram apenas parcialmente repostas pela integração fragmentada do mercado. As antigas FIEs ofereciam coesão social e limites ao mercado. Mas elas não podem ser simplesmente retomadas sem mediações.

---

<sup>103</sup>Nesse quadro a sequencia dos argumentos seria a que se segue. O subdesenvolvimento constitui uma variedade da dinâmica econômica das sociedades de mercado em sua fase industrial. Essa variedade resulta da interação entre as instituições prévias, formas de integração econômica - FIEs, e a penetração das relações de mercado. Esse aspecto, aliás, é também uma variante do que ocorreu nas sociedades hoje desenvolvidas: o seu alto grau de organização econômica resulta não de uma passagem completa e pura ao ambiente de mercado, com a supressão completa das FIEs anteriores. O estilo de desenvolvimento assumido por cada uma destas nações ancora-se nas FIEs que preexistiram, retirando daí sua potência e endogeneidade. Não nos estenderemos aqui sobre o tema. Sobre os estilos de desenvolvimento, Paula, Cerqueira da Gama e Albuquerque (2007) exploram o problema do ponto de vista da formação da economia política. A comparação das trajetórias da Inglaterra, Alemanha e Japão, basta para evidenciar o impacto das estruturas socioeconômicas precedentes para a formação das sociedades de mercado em cada país. O estruturalismo latino americano fez contribuições importantes à discussão. Rodríguez (2009) destaca a obra de Aníbal Pinto, mas também podemos mencionar de maneira ampla o chamado método histórico-estrutural de Furtado como essencialmente marcado pela consideração do quanto as FIEs são determinantes nos estilo de (sub)desenvolvimento de cada nação.

A sociedade urbana como reconstrução a partir das raízes da sociedade só tem chances de se concretizar como reconstrução da vida urbana. Para Lefebvre o nascimento da sociedade urbana resulta de uma dupla revolução, a industrial e a urbana.

*A época industrial identifica a tecnologia e o high tech assim como identifica o desenvolvimento com a difusão irrestrita do mercado.* A resolução dos problemas da vida cotidiana via conhecimento organizado e cristalizado [tecnologia] parece ser identificada às soluções intensivas em insumos científicos [*high tech*]. Assumir essa postura cria o menosprezo a outras formas de saber e soluções neles enraizadas. Nas sociedades periféricas, embora o cotidiano seja cada vez mais submerso pela lógica do mercado, a vida cotidiana recebe atenção limitada como terreno para a criação de oportunidades econômicas. Diluir ou matizar essa identificação é importante para que a resolução de problemas do cotidiano local possa ser apropriada por agentes locais, a partir de recursos locais. Caso contrário essa solução se adia – perpetuando a precariedade. E quando finalmente é construída dialoga de maneira restrita com os recursos - naturais, humanos e tecnológicos - locais. Dessa maneira outra vez a ordem distante determina a ordem próxima. A necessidade de um motor interno para as mudanças locais se desloca, se evita e o subdesenvolvimento se aprofunda.

Admitir uma época urbana passa por revalorizar a centralidade urbana e o mercado local como aspecto fundamental do desenvolvimento. São aspectos aparentemente triviais; sem inimigos. Mas a ênfase industrial-exportadora dos projetos de desenvolvimento – recorrentes na história brasileira, por ex. – vai na contramão dessas tendências. Investimentos e mecanismos institucionais de seleção são ajustados para reforçar a atividade exportadora, a indústria motriz, na linguagem de Perroux (1961), logo pouca atenção se dá ao mercado local, assumindo-o como derivação automática ou menos que isso. De roldão, os aspectos não propriamente industriais das atividades econômicas locais, inclusive aquelas que poderiam ascender à posição de futuras exportações – pelo processo de reposição<sup>104</sup> da pauta de exportações – são *industrializados*, tornam-se invisíveis ou desaparecem. Regiões de alta especificidade bio-geo-climática, social, institucional, aspirando pelo dinamismo econômico, veem na industrialização sua opção inescapável.

---

<sup>104</sup>Jacobs distingue muito enfaticamente a *import replacement* [e *export replacement*] e *import substitution*. O primeiro processo seria dotado de virtudes claras, porque centrado na economia urbana. O segundo sofre das distorções embutidas pelo mal hábito da teoria econômica em usar o estado-nação como unidade de análise e planejamento econômico. Ver Jacobs (1984).

Se há verdade nessa aspiração, há também engano, desde que o caminho da industrialização *strictu sensu* concorre para o desmonte das qualidades que distinguem a região. A homogeneização do espaço físico e social se impõe contra a diversidade, contra as instituições locais que são identificadas com o atraso, obstáculos ao desenvolvimento. Essa premissa reduz as opções de criação endógena de desenvolvimento. Separa os agentes locais das práticas e conhecimentos que davam sentido social aos recursos por eles detidos, focalizando em um ou em poucos recursos – aqueles passíveis de se tornarem *commodities* exportáveis – a atenção. Os *mecanismos sociais que davam sentido aos demais recursos se esboroam, as formas de conhecimento e ação coletiva se dissipam*. Formas de trabalho social que mantiveram a comunidade ativa e dinâmica durante gerações se perdem ou se tornam *folclóricas* em poucos anos. Os recursos, as instituições, o trabalho social descartado abre um vazio a ser preenchido por instituições e práticas dependentes.

Uma visão urbana, no sentido aqui usado de *pós-industrial, além do industrial incluindo-o de forma desalienada*, oferece boas opções ao debate do desenvolvimento. O *urbano* é a recuperação das relações com a natureza que não a reduz e homogeneiza. Relações que partem da especificidade local e regional e tentam retirar daí elementos para o desafio de atender simultaneamente as necessidades locais e o benefício das exportações.

Na ausência de uma visão do urbano para além do industrial, o suporte material do fenômeno econômico permanece industrial. Prende-se na técnica e tecnologia industrial; esteticamente e também no plano das relações com a natureza permanece industrial – fragmentado, homogeneizante. Separa-se daquilo que na antiga cidade forneceu o sentido mais amplo para a vida social.

Recuperar o sentido da cidade como polo dinâmico da vida social e econômica, mediação entre o homem e a natureza, assim como entre sociedades distintas e distantes, meio para a realização de suas potencialidades. Reencontrar o sentido ao mesmo tempo ampliado e contraditório que esses elementos assumem no mundo contemporâneo – e daí tirar as devidas consequências – são elementos essenciais de uma abordagem dos diversos tipos de desenvolvimento que se oferecem as sociedades.

\*\*\*

A aglomeração urbana é o centro dinâmico da vida econômica. A época industrial constitui uma época de expansão sem precedentes do fenômeno urbano. Entretanto, a urbanização não carrega consigo o dinamismo econômico por toda parte.<sup>105</sup>

Nos países subdesenvolvidos essa disjunção se explica em parte em função do caráter periférico do processo de urbanização: o espaço se urbaniza como suporte da produção, *condições gerais de produção e consumo*, mas de forma muito limitada no sentido de se tornar centro de vida econômica. Um *tecido urbano* recobre o espaço, mas a tríade urbana – festa, poder e excedente – que deu sentido e endogeneidade à vida econômica sediada na cidade se fragmenta e se ausenta da maior parte desse tecido (LEFEBVRE, 2008b).

Mas então qual é o *centro da vida econômica* na época industrial? O centro urbano deixa de ser seu lugar? Há respostas positivas e negativas a esta questão. Como processo dialético, ela comporta respostas de sim e não, como tentamos discutir ao longo do texto. *Sim* porque em parte o centro dinâmico da vida econômica se torna a indústria. Dela emana a lógica que organiza a produção e transborda para além desta esfera imediata, atingindo o conjunto da vida social. *Não*, entre muitos motivos, porque a centralidade contemporânea renova e modifica o sentido da aglomeração urbana. Mas no que nos interessa aqui, *não* principalmente porque o urbano se anuncia como nova forma de organização da sociedade que recupera a diversidade como elemento da vida social; recupera a diversidade como elemento chave da convivência frutífera com a natureza.

Se não houver um horizonte do urbano como realidade emancipatória, que recoloca a cidade como “obra humana por excelência” e reinterpreta a industrialização como um momento na realização da sociedade urbana, a discussão do choque entre urbanização-industrialização e natureza estaciona em um impasse. Foi com o objetivo de ultrapassá-lo que fizemos esse percurso. Retornamos à origem da cidade e tentamos perceber seu lugar na vida econômica: na relação com a natureza, no surgimento do conhecimento e da técnica organizadas, assim como na sua sofisticação e diversificação. Retomamos também o papel da cidade no embate com as forças econômicas da troca e do mercado e

---

<sup>105</sup> É interessante notar que qualquer menção à difusão das condições de desenvolvimento traz implicitamente alguma menção à difusão da urbanização. É folclórica a identificação entre os sinais de urbanização e a “chegada do progresso”, assim como a desilusão com as mudanças que se seguem.



os limites institucionais colocados por ela, a cidade a essas forças de mercado, e como esse embate foi criador. Finalmente, procuramos compreender a explosão-implosão deste aparato da cidade, provocado pelo seu próprio agigantamento na industrialização, colocando em evidencia aquilo que anuncia os limites a esse processo e sua superação.

Na discussão sobre a Amazônia esse movimento parece fundamental. A discussão do desenvolvimento na região recai na perplexidade frente à percepção de que a incorporação industrial dos recursos naturais ameaça o bioma e põe em marcha uma cadeia de eventos funestos para a sociedade brasileira e mais amplamente para as condições climáticas do planeta, hipótese ainda controversa, mas não facilmente descartável.

A voracidade e o despropósito da supressão acelerada da floresta tropical – e juntamente com ela todo o ambiente altamente complexo de rios, espécies animais, clima – não é a única opção para a incorporação dos recursos naturais da Amazônia. Essa sensação é compartilhada por muitos, mas não parece haver resposta alternativa razoável. Esse impasse deriva da identidade suposta entre urbano e industrial, a qual como argumentamos a partir da obra de Lefebvre, contém uma verdade limitada. Adicionada a percepção de que a vida econômica aconteceu desde seu princípio no suporte urbano e que a simultaneidade e a articulação próprias do centro urbano são aspectos fundamentais para a incorporação criativa e não destrutiva dos recursos na natureza, a disjunção urbano/natureza se relativiza. Reintroduzida a ligação entre produção e reprodução, percebendo o cotidiano como aspecto fundamental do desenvolvimento e a ligação da vida urbana com o ambiente, a busca ingrata de caminhos para uma prática econômica não predatória se conecta de modo menos problemático ao pensamento sobre natureza e economia.

Se refletimos como Becker (2009) sobre a relação da economia madeireira com as cidades amazônicas, por exemplo, inclusive pela grande ameaça que esse setor representa ao bioma, podemos imaginar com a autora uma “rede de cidades da madeira”. Esses centros urbanos seriam pontos de organização da produção, mas algo muito além de aglomerados de serrarias situadas num urbano precário. Ao invés de expressão do uso predatório, bastiões do desmatamento, constituiriam polos de uma relação urbano-natureza baseado num uso racional do recurso, mas uma racionalidade abrangente, que não se esgota no ganho econômico privado de curto prazo. Mais do que

suporte da produção industrial, esses centros abrigariam outras racionalidades, assim como a racionalidade do outro (SANTOS, 2000): o outro não industrial, o outro indígena, o outro natureza.

Se a vida econômica de tal centro urbano extrai da floresta sua matéria-prima e a substância de seus valores de troca, seu aparelho econômico precisa *produzir e reproduzir a floresta*, pois esta é pressuposto da sua existência. Destruir a floresta equivale a destruir o alicerce que se sustenta o edifício produtivo. A natureza não é mais fonte de matéria genérica, que alimenta um mecanismo que lhe é indiferente. Ao contrário, nessa perspectiva, a natureza é força produtiva viva, valor que se valoriza ao se reproduzir e se ampliar (COSTA, 2012c). O que Becker chama “articulação do complexo verde e o urbano” é necessariamente um artifício de convivência com o bioma.

Alterando dessa maneira a perspectiva usual, poderíamos dizer que capítulos trágicos da história econômica da Amazônia como economia da borracha (COSTA, 2012a), a depleção dos castanhais de Marabá (EMMI, 1999) e a quase extinção do mogno (HOMMA, 2013) ou do jaborandi (PINHEIRO, 1997), para usar alguns exemplos, devem-se em parte à inexistência de centros urbanos de economia diversificada onde esses recursos de alto potencial econômico pudessem se enraizar num mecanismo de desenvolvimento endógeno. Obviamente existem bases urbanas associadas à produção dessas matérias-primas originárias da biodiversidade, mas elas têm funcionado como suporte à produção industrial, e não como centros de diversificação social e econômica baseados numa vivência associada à biodiversidade como tal. Nos termos atuais, a base urbano-industrial abriga e torna possível a produção da indústria com sua tendência a redução do diverso ao homogêneo. A vida urbana que adiciona a diversidade ao cotidiano e daí extrai valores econômicos como resposta local aos problemas cotidianos e então cria valores exportáveis é um fenômeno de outra natureza. Devido ao seu caráter específico ela é em grande parte uma invenção a ser conduzida, mas um passo inicial é considerá-la uma virtualidade possível. A ausência e a não presença de certo padrão urbano surgem como ancora do subdesenvolvimento predatório.

Devemos notar também que eventos virtuosos na história econômica da região amazônica se deram quando esse casamento feliz vida urbana-natureza se realizou. Esse fato remonta a ligação entre vida urbana e natureza nas vilas amazônicas dos séculos

XVII e XVIII oriundas das reduções jesuíticas, na chamada economia das drogas do sertão (COSTA, 2012b).

Um capítulo recente é a entrada do açaí nos circuitos econômicos nacionais e internacionais, inclusive com um nível de retenção local da renda e criação de trabalho novo no circuito produtivo bastante notável. Ora, se recorrermos à visão de Santos (2008) sobre os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos, e admitirmos que o circuito inferior se adéqua ao atendimento das necessidades locais, logo mantém maior porosidade as especificidades locais e regionais. A trajetória do açaí é essa: espécie da biodiversidade local introduzida na cultura material amazônica pelas populações nativas, e mantida pela população mestiça, adentra a vida material urbana pelo circuito inferior da economia, isto é, como artigo que atende as necessidades de uma população que se move à margem do mercado e da economia amazônica interligada a economia mundo. A prática urbana enraizada nas tradições regionais, mas interligada a esses circuitos externos, abre-se em algum momento para seu consumo. Modificado, sofisticado, diversificado, o consumo e a produção do açaí se integram cada vez mais à economia amazônica como um de seus produtos de exportação. Um universo de derivados se forma, e um conjunto de técnicas e artefatos emerge para dar conta dessa produção.

Tal qual o açaí, um conjunto de outros artigos realiza trajetória semelhante. Alguns atingiram a condição de produtos exportáveis, outros são consumidos em circuitos urbanos regionais, muitos outros ainda compõem o universo de artigos consumidos por populações locais, isto é, que fluem no circuito inferior da economia Amazônia. Esse circuito, seja como for, fornece um *padrão de incorporação de artigos da biodiversidade* que parece promissor como fundamento de processos de desenvolvimento endógeno na Amazônia. O caráter verdadeiramente endógeno, no entanto, compreende a *capacidade de produzir reproduzindo o bioma como força viva*, como conjunto ambiental complexo que fornece valores de troca únicos (COSTA, 2012b) e fazê-lo de forma continuamente renovada. O ciclo de introdução de trabalho novo, nesse sentido, apenas começa com a entrada de materiais retirados da biodiversidade na vida econômica. O verdadeiro processo criativo implicado no desenvolvimento se dá na diversificação de artigos daí derivados, o que por sua vez abre caminho e cria espaço, expertise, oportunidades, para a continuidade da própria

“exploração” criadora do patrimônio natural, que Costa diferencia do “extrativismo de aniquilamento” (COSTA, 2012b).

O que se destaca nessa trajetória de incorporação dos elementos da biodiversidade à vida econômica, que articula a produção econômica e reprodução do bioma, é sua ligação a elementos da vida urbana. Aí estão a construção de uma relação desalienada urbano-natureza; as instituições urbanas como regulação do livre mercado; a compreensão e limitação das tendências homogeneizantes da produção industrial e sua superação na emergência da sociedade urbana. De igual forma a consideração, de modo sério, da vida cotidiana e dos mercados locais, do atendimento às suas necessidades e superação das formas variadas de precariedade, terreno onde emergem o trabalho novo, a diversificação e a sofisticação econômica, o desenvolvimento como processo gerado endogenamente.

#### **4. Socialização da Natureza e alternativas de desenvolvimento: da conceptualização ao caso empírico – a economia do açaí em Belém-PA.**

Este capítulo traz a discussão teórica realizada até aqui para a realidade amazônica. A intenção é esclarecer se, e quais, elementos das alternativas de desenvolvimento podem ser melhor compreendidas com base em um enfoque que ultrapasse uma abordagem baseada no protagonismo industrial e seus limites.

De início tentamos colocar mais uma vez o problema da superação do subdesenvolvimento compreendendo e mobilizando a abundância de alternativas oferecidas pela realidade amazônica. Em seguida tentamos mostrar como a baixa invisibilidade (e credibilidade) das alternativas de desenvolvimento na Amazônia tem raízes numa abordagem etnocêntrica da interação entre natureza e sociedade na região. Essa abordagem tem raízes na chegada dos europeus ao Novo Mundo e na construção de sua interpretação sobre a região. Essa interpretação 1) atribuiu um status mistificado de autenticidade intocada à natureza; 2) atribuiu um status de minoridade, incapacidade ou ainda pior de desumanidade aos povos autóctones; 3) classificou como inviável a criação de sociedades numerosas e “civilizações” avançadas na região, devida à uma pretensa insuficiência de meios materiais. Veremos que essa visão tem sido questionada por pesquisas variadas desde os anos 1970, tornando mais claro que em verdade os povos autóctones da Amazônia atingiram um alto grau de organização social e sofisticação cultural e econômica. seu legado foi inclusive fundamental para os próprios rumos da colonização na região ao longo dos sécs. XVII e XVIII e até início do séc. XX.

Por fim, discutimos a formação e características atuais da economia do açaí sediada no estuário do Amazonas e organizada na base urbana de Belém. nossa tentativa é esclarecer em que medida esse caso empírico nos permite iluminar as características deste processo de criação de alternativas de desenvolvimento que temos chamado nesse trabalho *socialização da natureza*.

#### 4.1. Amazônia: subdesenvolvimento com abundância de alternativas

A região amazônica tem se mantido em uma espécie de “subdesenvolvimento com abundância de alternativas”. A paráfrase do título de Furtado (2008) faz menção à relativa inabilidade que os agentes econômicos na Amazônia têm demonstrado em transformar a diversidade e originalidade de seus recursos regionais em fonte de criação social e energias necessárias para a superação de sua condição de economia subdesenvolvida. Nossa discussão focaliza o desenvolvimento na Amazônia. O recorte se baseia na visão de que existem alternativas de desenvolvimento na Amazônia.

Existe na Amazônia um patrimônio natural passível de mobilização como fonte de criação social e econômica. Mas as alternativas dependem da reinterpretação e modificação da posição ocupada pela indústria como mediação entre necessidades sociais e recursos disponíveis (Capítulo 2). Essa modificação não significa substituição simples nem completa. Significa reconhecimento dos limites da mediação industrial na vida econômica, questionando a prioridade da indústria ponto de partida ou cerne do desenvolvimento na Amazônia. A expressão adequada para esse padrão de modificação pode ser tomada no conceito filosófico de *superação*, de origem hegeliana e retomado por Henri Lefebvre (1975):

*Na superação, o que é superado é abolido, num certo sentido. Não obstante em outro sentido, o superado não deixa de existir, não recai no nada; ao contrario, o superado é elevado a um nível superior. E isso porque ele serviu de etapa, de mediação para a obtenção do “resultado” superior. Certamente a etapa atravessada não existe em si mesma, isolada, como ocorria no estágio anterior, mas persiste no resultado, através de sua negação (p. 230).*

A padronização é uma condição da eficiência produtiva da produção industrial. O conflito entre padronização e diversidade socioambiental surge da lógica industrial. Ao crescer em escala e abrangência a produção precisa se homogeneizar, embora não de forma absoluta. O que se poderia tratar como desenvolvimento, por outro lado, dificilmente pode prescindir da conexão entre padronização e diversificação, esta expressa no mínimo como criação de produtos (objetos, mercadorias, produtos) e técnicas (processos, ampliação de mercados), da mesma maneira que contempla a renovação do uso de produtos existentes. Contudo, a organização de cadeias de produção e circulação complexas e relações centro-e-periferia em escala mundial

permitem a separação parcial ou total das duas dimensões<sup>106</sup>. No capitalismo contemporâneo, a separação entre produção industrial e consumo por um lado e a criação ou mesmo “imitação criativa” é uma tendência consolidada<sup>107</sup>.

Nesses termos, a superação da lógica industrial, e de seus limites quanto ao cotidiano, a reprodução, e a diversidade natural e social, é tanto uma questão de manutenção do metabolismo entre sociedade e natureza, quanto de continuidade do dinamismo econômico. Essa necessidade de superação é especialmente fundamental nas sociedades periféricas, onde a pressão (interna, mas talvez sobretudo externa) sobre os recursos e a tendência à períodos de que a vida econômica atravessasse períodos cíclicos e danosos de estagnação é mais forte, em parte em função de sua baixa endogeneidade.

A difusão de condições de produção industriais nas periferias da economia mundial não resultou na resolução de numerosos problemas nacionais e locais. A industrialização chegou mesmo à contribuir com o aprofundamento e multiplicação desses problemas.

Além das tendências de homogeneização, há o papel conhecido da *mobilização externa* dos recursos naturais dos países periféricos. A inserção destas economias na divisão internacional do trabalho se baseou fundamentalmente na inserção de seus recursos naturais na produção industrial (Furtado 1961/2009). Mas essa inserção foi historicamente induzida a partir de fora, baseada em recortes seletivos dos recursos naturais. A indústria dos países centrais pôde a cada momento se interessar por algum extrato dos recursos da periferia, sem garantia de que isso ocorresse de modo estável<sup>108</sup>. A organização centro-periferia da economia industrial mundial induz a transformação mais ou menos intermitente de extratos de recursos naturais detidos pelas periferias, que se tornam alvo (temporário ou não) do interesse do mercado mundial. Mas o processo se dispara “a partir de fora”, desde a decisão de mobilização e até o uso e formas últimas

---

<sup>106</sup> Os vários processo de separação entre produção (plantas industriais) e criação (P&D, Design, etc.) está expresso entre outras situações no papel das *ciudades mundiais* ou *ciudades globais* na economia contemporânea (Friedman 1982; Sassen 2001, Soja 2000).

<sup>107</sup> No caso brasileiro, uma serie de trabalhos a mostram a concentração espacial e setorial de firmas que investem em inovação e do registro de patentes (Araújo 2013; Albuquerque et alli 2002, Goncalves 2007, Lemos et alli 2005), também a concentração das condições econômicas e institucionais para a inovação empresarial (Dos Santos e Caliri 2011).

<sup>108</sup> A busca de substituição de recursos (mais) externos por (mais) internos sempre foi um esforço básico da indústria nos países centrais – substituição de produtos naturais por sintéticos, por ex..Esse esforço se intensificava toda vez que havia uma modificação dos termos de troca desfavorável às economias centrais – como demonstram os esforços ingleses para a internalização relativa da produção de látex (Dean 1989). Nesse sentido, a deterioração dos termos de intercambio pode ser vista como um permanente fenômeno regulador dos movimentos de endogenização na dinâmica econômica internacional. Os esforços técnicos, organizacionais ou políticos nessa direção devem ter sempre existido (Chang 2004) muito embora tenham sido praticados de modo consistente e sob a legitimidade da teoria econômica quase que apenas nos países centrais.

de apropriação. Esta dinâmica cria regimes de visibilidade e legitimidade distintos para os recursos de maior e menor interesse para a produção industrial, com destaque para aqueles que podem se tornar exportáveis. Os desdobramentos em termos de organização e reorganização do espaço e território (direitos destruídos e criados, degradação ambiental e perda de ecossistemas, formas de rigidez na produção do espaço, etc.) produzem efeitos adicionais em termos de redução da diversidade (Shiva 1999; Fearnside 2001; Calaça 2010, Fearnside 2014).

Os limites da lógica da produção industrial para abordar recursos de alta diversidade são de outra natureza quando se trata de economias industriais em alto grau de organização e diversificação. Mas esses recursos se encontram disponíveis nas ditas economias desenvolvidas, e seu acesso por parte das economias periféricas, não é neutro; ao contrario ele é instrumental à própria manutenção das posições relativas entre centro e periferia. Portanto, em termos de *superção do subdesenvolvimento*, a industrialização como perspectiva privilegiada possui limites específicos se as principais alternativas para a *expansão e enriquecimento* da vida econômica são recursos naturais de alta diversidade<sup>109</sup>.

O ritmo de perdas da biodiversidade amazônica, que pode ser expresso grosseiramente no desmatamento, se liga as mudanças ambientais produzidas pelo avanço na região das condições de produção urbano industriais – difusão de estradas, instalação de plantas industriais, criação de barragens de usinas hidrelétricas, frentes de expansão do agronegócio e suas estruturas de funcionamento, entre outros aspectos (Soares-Filho et alli 2005; Foley et alli 2007, Fearnside 2005, Vieira et all 2008). Todos estes movimentos se fazem acompanhar da expansão de assentamentos urbanos, os quais por sua vez se tornam condição para a instalação de novas atividades econômicas. É notável que esse processo seja, em grandes linhas induzido pela integração da Amazônia à economia brasileira, mas principalmente que ele se oriente pela distribuição regional de recursos naturais mobilizados pelo mercado internacional de commodities. O ritmo das perdas de biodiversidade pelo desmatamento e processos correlatos<sup>110</sup> pode ser

---

<sup>109</sup>Essa perspectiva não ignora o debate sobre os limites da industrialização periférica, ao qual no referimos antes a partir da Cepal e de Celso Furtado. Não se pode ignorar a importância dessa discussão para os problemas do desenvolvimento e subdesenvolvimento na Amazônia. Porém, como discutimos acima (Capítulo 2), nossa abordagem pretende ser feita com foco nos problemas do cotidiano e da reprodução, incluso os problemas da própria reprodução dos ciclos naturais.

<sup>110</sup> Foley et alli (2007), Fearnside (2005) discutem os processos de desestruturação do bioma amazônico associados ao desmatamento e instalação de hidrelétricas. A retirada acelerada e drástica da cobertura florestal interfere na



interpretado como desajuste radical entre a expansão econômica e uma capacidade hipotética de incorporação da diversidade natural nos processos produtivos. O aparato econômico se expande por um regime de produção de mercadorias fundamentado nos recursos naturais, mas com ameaça aos sistemas ecológicos preexistentes na região.

No Brasil, a expansão industrial em regiões de grande diversidade socioambiental, como a Amazônia, cria processos de dilapidação dessa diversidade. Estes processos ocorrem tanto de modo sutil, “normalizados” no cotidiano, ou como desastre<sup>111</sup> e conflito aberto como no caso dos “grandes projetos de desenvolvimento”, com longa história na Amazônia, especialmente no período pós 1960.

O subdesenvolvimento com abundância de alternativas é a expansão econômica baseada no desperdício e na tolerância com resultados medíocres quanto ao uso dos recursos. Na Amazônia, há diferentes dimensões de desperdício. Há a inadequação de técnicas e tecnologias às condições ambientais e climáticas que aceleram a depreciação e reduzem a produtividade (Costa 2012). Há “perdas cegas”, provocadas pela degradação de recursos sem visibilidade para as rodadas de mobilização externa. Há a precarização dos recursos cujo uso é limitado às necessidades do mercado interno. Há o desperdício das perdas epistêmicas, produzido pela destruição do conhecimento autóctone sobre a biodiversidade, pois perdas de diversidade ambiental deprimem a diversidade social e *vice versa*: espécies e conhecimento de espécies formam uma teia nas sociedades tradicionais, teia frágil porque em geral pouco (ou não) codificada.

Parece improvável, diante desse quadro, discutir desenvolvimento e mais ainda discutir a superação do subdesenvolvimento sem a recuperação da dimensão urbana do desenvolvimento. Na realidade da Amazônia não é razoável ignorar que o subdesenvolvimento se manifesta como precariedade do cotidiano, e que as vias econômicas abertas pela industrialização não tem sido suficientes para enfrentar esses dilemas e ademais colocam em risco a permanência do bioma que distingue a região. Se

---

dinâmica dos solos e do clima, atinge diretamente a fauna e os recursos hídricos, afeta o padrão de difusão de doenças tropicais, entre outros aspectos.

<sup>111</sup> No primeiro caso, a prática cotidiana constrói a destruição de modo incremental, mas persistente; no segundo um evento de grandes proporções, como ocorreu no ano de 2016 com o rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração no município de Mariana em Minas Gerais. As consequências desse evento traumático, cujos efeitos visíveis vão do interior de Minas Gerais ao litoral do estado do Espírito Santo, ainda estão por ser avaliadas. Na Amazônia, a produção cotidiana do espaço urbano de perfil industrial enterra, polui ou faz ambos com as ramificações da notável rede hidrográfica da região. De tempos em tempos eventos traumáticos diversos (rompimento de barragens, naufrágio de cargas vivas, mortandade de espécies aquática, que são casos recorrentes no Brasil, elevam o nível das perdas ambientais a níveis novos.

a aposta é que a criação econômica e social na Amazônia tem seu maior trunfo na diversidade natural e social é no esclarecimento das relações entre vida urbana, cotidiano, natureza e (sub)desenvolvimento que se pode buscar respostas para tais indagações.

#### **4.1.1. Amazônia pré-colombiana: um capítulo da história do desenvolvimento**

Esse trabalho tem discutido a articulação entre sociedade e natureza, com mediação da vida urbana como fator para a criação de alternativas de desenvolvimento na Amazônia: a conexão entre biodiversidade, cotidiano e reprodução como campo específico para a criação econômica. Esse debate pode ser visualizado em alguns momentos da história da Amazônia, em particular na vida econômica das sociedades amazônicas pré-colombianas e a formação da economia extrativista colonial na Amazônia do séculos XVII e XVIII.

Em análise retrospectiva é possível dizer que uma história econômica da Amazônia, ou mais apropriadamente uma *história do desenvolvimento na Amazônia*, pode delimitar um “capítulo” particular no período pré-colombiano.

Esse exercício teria sentido como estratégia de compreensão de alternativas de desenvolvimento baseados na diversidade social e natural da Amazônia. Tal exercício seria benéfico em primeiro lugar por nos ajudar a perceber como houve na ocupação da região a construção de uma vida econômica baseada na interação de enriquecimento mútuo entre sociedades autóctones e a biodiversidade tropical. Ajudar-nos-ia também a superar a visão de que as sociedades humanas são necessariamente fator de perturbação de um suposto equilíbrio natural, ao qual a ação humana é estranha e inadequada.

Seria útil finalmente porque a interação enriquecedora entre sociedade e natureza teve como *condição e resultado* a construção de uma *urbanidade singular* dos povos nativos da Amazônia. Essa vida urbana amazônica pré-colombiana esteve até recentemente ocultada por convenções de pesquisa científica e pelo senso comum. Ambos negavam a possibilidade de formação de sociedades complexas, numerosas e permanentes nas áreas de floresta tropical da América, em função de limites ambientais e sociais supostamente incontornáveis.

O debate sobre as relações entre sociedade e natureza como limitação das possibilidades de desenvolvimento social e econômico remete à controvérsia entre determinismo

*versus* possibilíssimo inaugurada no séc. XIX (Simmons 1989). Este debate dividiu a comunidade científica da Europa e EUA quanto a questão: em que nível o ambiente natural determina as possibilidades de evolução histórica das sociedades humanas? Podem os homens contornar os limites naturais? Esses limites foram os mesmos em toda parte do planeta?

Os defensores da posição determinista assumiram que as condições ambientais, particularmente as climáticas, restringiram seriamente o nível de civilização dos homens, com desvantagem para as regiões tropicais e vantagens para as regiões temperadas e frias. Esse pressuposto favoreceu a elaboração de argumentos pretensamente científicos sobre a legitimidade do colonialismo e foi defendido, particularmente, na Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra. No polo oposto, a academia francesa se alinhou a hipóteses do possibilismo: a natureza cria possibilidades para os homens; não os restringe. A geografia francesa, especialmente Vidal de la Blanche, defendeu praticamente o argumento oposto ao determinista: o homem é o principal fator geográfico. Graças à sua capacidade de dotar-se de um acervo de técnicas, usos, hábitos e costumes com base nos quais o homem se apropriou dos recursos naturais disponíveis e transpôs muitos limites ambientais (Corrêa 2008). No entanto, é notável que a posição possibilista no debate não chegou a minar o credo colonialista. Os possibilistas não rejeitavam a desvantagem relativa das regiões tropicais e de suas sociedades em superar as restrições relativas colocadas pelo ambiente Corrêa (2008).

No contexto da emergência das teorias do desenvolvimento no pós II Guerra, este debate retinha ainda sua relevância. Continuava a informar a produção científica e a posição política dos países centrais com relação às possibilidades de desenvolvimento nas regiões tropicais. O conhecido livro *Amazon Town* de Charles Wagley<sup>112</sup> ilustra a permanência da controvérsia determinismo/possibilismo na cena política e acadêmica. Ilustra também de que maneira a gramática da teoria do desenvolvimento, e sua apropriação na geopolítica internacional, atingia outras ciências sociais, como a antropologia. Wagley (1953) parte do famoso discurso de posse de Henri Truman, pronunciado em janeiro de 1949, e considerado por muitos críticos do desenvolvimento econômico como momento inaugural da geopolítica do desenvolvimento e momento de

---

<sup>112</sup> Charles Wagley foi figura importante na pesquisa acadêmica e da diplomacia norte-americana para a América Latina. Durante a II Guerra Mundial, Wagley esteve a frente do Serviço Especial de Saúde Pública, criado em cooperação com o governo dos EUA dentro do acordo de fornecimento de borracha aos países aliados, a chamada Guerra da Borracha.

“invenção do subdesenvolvimento” (Escobar 1995). Segundo Truman mais da metade da população mundial vivia em condições de miséria, doença, privação, fome e ignorância. Ele atribuía esse estado de coisas à suposta “estagnação econômica” desses povos. Tal situação deveria ser enfrentada pela difusão do conhecimento científico e tecnológico detido pelos EUA (e outros países avançados), inclusive porque a suposta miséria dos povos subdesenvolvidos ameaçava a própria prosperidade dos países desenvolvidos (Wagley 1953, Escobar 1995, Esteva 1992).

Para Wagley a Amazônia era um caso claro de subdesenvolvimento: analfabetismo, doenças, mortalidade infantil elevada, escassa infraestrutura de transporte, energia, comunicações e saúde. A vida econômica da região era primitiva e estagnada e “*the agricultural techniques used in Amazonia are mainly those inherited from the native Indians: fire or slash-and-burn agriculture*” (p. 4). A indústria era primitiva, quase inexistente; o comércio se baseava na “*the collection of forest products*”, enquanto em 1939 menos de 1% das terras do Estado do Pará eram cultivadas (Wagley 1953, p. 5).

Wagley avalia negativamente a hipótese determinista, mas menciona inúmeras evidências a respeito das limitações impostas pela natureza ao avanço da agricultura e da indústria na Amazônia. Refere-se especialmente a pobreza do solo e aos rigores do clima propício a inúmeras doenças tropicais. Todas essas limitações, porém seriam superáveis pela difusão da pesquisa científica e da tecnologia moderna na região. Embora a intenção do autor pareça ser defender as possibilidades de desenvolvimento no vale do rio Amazonas, há a nítida impressão de que as chances existentes dependiam quase que inteiramente da difusão rápida e inequívoca da ciência, da técnica e da cultura ocidentais, cuja potência para superar a estagnação e a miséria da vida dos amazônidas Wagley toma de empréstimo ao discurso de posse de Harry Truman. A Amazônia, assim como outras regiões “semi-desabitadas” do planeta, comparecem como uma ampla e quase desabitada fronteira aberta à engenhosidade e empenho dos povos avançados<sup>113</sup>.

Até os anos 1980, os clássicos da pesquisa sobre a Amazônia estiveram sob forte influência do determinismo ambiental. Também no pós-guerra (1946-48) o antropólogo norte-americano Julian Steward, organizou o famoso *Handbook of South American*

---

<sup>113</sup> “These less populated tropical areas, like Amazonia, are in fact frontiers. They attract our attention not only because of the plight of the who people inhabit them but also because of *unexploited resources*, their new land and their potentiality for future settlement” (Wagley 1953, p. 3. Grifo nosso).

*Indians* – HSAI. O trabalho estabelecia uma classificação das populações indígenas da América Latina, identificando quatro grupos principais, numa hierarquia de complexidade civilizatória cujo topo era ocupado pelas culturas andinas, seguidos pelas culturas caribenhas e sub-andinas. As duas categorias de menor complexidade cultural eram as culturas de florestas tropicais e os “grupos marginais. Nessas duas categorias o modelo de Steward colocava a maioria dos povos indígenas brasileiros (Monte-Mór 2004).

Segundo a classificação de J. Steward, os grupos marginais formavam um conjunto heterogêneo de povos seminômades, que poderíamos dizer “definidos pela ausência”. O que os distinguia é não haverem desenvolvido instituições políticas nem tecnologias aplicadas à sua produção material. Os grupos de floresta tropical por sua vez, teriam como epicentro a bacia amazônica, mas graças ao domínio de técnicas de navegação, teriam se estendido muito no continente, da bacia do Rio da Prata à Florida. No modelo do HSAI as culturas de floresta tropical também estavam *definidas por ausência*. Em comparação aos povos andinos, não teriam dominado a arquitetura, nem a metalurgia, embora tenham iniciado o cultivo de algumas espécies e habilidades de navegação (Monte-Mór 2004).

O arcabouço estabelecido por Julian Steward e desenvolvido em pesquisas posteriores, especialmente pela antropóloga norte-americana Betty Meggers, estabeleceu um cânone duradouro para a interpretação das culturas nativas da América em geral e da Amazônia em particular. A força do modelo explicativo foi suficiente, inclusive, para enquadrar como anomalias as evidências dos limites do próprio modelo. Nesse caso se encaixa a explicação [*ad hoc*] formulada para a existência da cultura marajoara, conhecida há muito por uma sofisticada produção de cerâmica<sup>114</sup>. As realizações desse grupo encontradas na ilha de Marajó, na foz do Amazonas, foram explicadas como uma espécie de enclave temporário de uma cultura avançada, que se fez possível graças à migrações de povos andinos, mas que veio a se extinguir justamente em função da insuficiência de meios, típica do ambiente amazônico (Monte-Mór 2004).

---

<sup>114</sup> A cultura marajoara deixou uma série de construções em terra, cujo uso é ainda tido como incerto: montes de terra de alturas e diâmetro variado (Roosevelt 1991). Esses locais são muitas vezes marcados por variadas formas de vestígios antrópicos, tais como cerâmica, manchas de terra preta, vestígios de atividades de plantio, entre outros (Myers 2003).

É notável que este modelo de influências deterministas tenha conseguido articular explicações para o passado remoto e para a história recente da Amazônia; de alguma maneira ele constrói um terreno aparentemente sólido até mesmo para avaliar as possibilidades de ocupação e uso de recursos da região no mundo contemporâneo. É em função disso que recuperamos essa discussão. O conteúdo de colonialidade dos pressupostos deterministas (Corrêa 2008) se prolonga na extrapolação de argumentos mais ou menos inconsistentes como, por exemplo, a suposta impossibilidade de desenvolvimento de grandes assentamentos humanos na Amazônia em função da suposta ausência de meios, ou a necessidade incontornável de conhecimento externo que substitua o repertório atrasado das populações locais (Wagley 1953).

Essa interpretação leva com frequência à oposição binária entre a presença humana e conservação, ainda em voga na discussão sobre a Amazônia contemporânea. Segundo essa visão, manter o bioma em sua suposta originalidade implica a ausência de grupos humanos, a não ser numa versão idealizada das populações autóctones, cujo impacto na natureza seria nulo. Essa interpretação foi rotulada por Denevan (1992) como um “mito”. Os europeus haveriam mistificado a natureza encontrada na América como intocada, com base numa **visão** romântica da natureza do séc. XIX:

*What was the new world at time of Columbus?... was the landscape encountered in the sixteenth century primarily pristine, virgin, a wilderness, nearly empty of people, or was a humanized landscape, with the imprint of native Americans being dramatic and persistent? The former still seems to be more common view, but the latter may be more accurate. The pristine view is to a large extent an invention of nineteenth-century romanticists and primitivists... (Denevan 1992, p. 369).*

Nem o baixo número da população nativa, nem o estado intocado da natureza teriam existido de fato no momento da chegada dos europeus ao continente que esses trataram como *novo*, mas que vinha sendo habitado e modificado pelos nativos por séculos ou milênios. Essa condição se aplica também à Amazônia, não obstante sua imagem arquetípica de natureza intocada:

*The tropical rain forest has long had a reputation for being pristine, whether in 1492 or 1992. There is, however, increasing evidence that the forest of Amazonia and elsewhere are largely anthropogenic in form and composition (...). The Amazon forest is a mosaic of different ages, structure and composition resulting from local habitat conditions and disturbances dynamics.*

Essas modificações da paisagem, segundo Denevan (1992), combinavam a dinâmica e a mutabilidade própria da natureza (regimes de rios, transformações de ciclos florestais, instabilidades do solo, etc.) com as formas de intervenção das populações nativas. Encarada desse ponto de vista, o estado selvagem ou intocado da natureza amazônica é colocado em seu posto, esclarecido como interpretação e mesmo mistificação.

A natureza idealizada tem como contrapartida a redução dos povos nativos a um status ambíguo, ora referido como arquétipo da inferioridade e incapacidade, ora como o selvagem nobre (Redford 1993), sinônimo de nobreza e capacidade de convivência “harmônica” com a natureza. As duas imagens tem como substrato a suposição de que os povos nativos do *novo mundo* não haviam sido capazes – com exceções honrosas nos Andes e América Central – de construir verdadeiras civilizações, e que em parte essa falta de êxito se deveria aos limites colocados pela natureza.

Tal convicção foi especialmente forte a respeito da Amazônia, onde os pressupostos do determinismo ambiental se reforçaram pela extrapolação das condições de vida conhecidas por viajantes e naturalistas do séc. XIX e estudiosos do início do séc. XX.

#### **4.1.2. Cidades indígenas pré-colombianas**

*When Europeans entered Amazônia in the middle of the sixteenth century they found it densely inhabited from the Japurá River eastward to the mouth of the Amazon. At the Rio Tapajós, the land was thickly covered with dwellings and there were reported to be more than five thousand warriors. A settlement between the Negro and Purús rivers was more than two and a half leagues long with more than 500 multi-family dwellings, perhaps 10,000 inhabitants. A century later, a town in the adjacent province was more than a league and a half in length, with four, five, or more families living in a single house. The size of archaeological sites at Tapajós, Manacapuru, and elsewhere supports the eyewitness testimony that contact period settlements included many large towns (Myers et al, 2003, p. 15).*

Essa descrição recupera a narrativa de Gaspar de Carvajal (1500–1584), missionário dominicano e membro da expedição de Francisco de Orellana, primeira a percorrer o rio, responsável por lhe atribuir o nome de Rio das Amazonas (Dezembro-1541; Agosto-1542). Carvajal descreve grandes assentamentos colocados às margens do rio; densamente povoados e estendendo-se por várias léguas (Hemming 2007). No entanto, a pesquisa histórica e antropológica do séc. XX não chegou a considerar mais

seriamente a narrativa do cronista, no tocante a presença de grandes populações na Amazônia pré-colonial.

A interpretação hegemônica da realidade amazônica até os anos 1980 se baseou em informações empíricas recolhidas na região em um período muito recente, no qual as condições demográficas e ambientais poderiam ser, mas não foram tomadas, como extremamente distintas daquelas que existiram antes da colonização europeia:

*Our anthropological understanding of the region comes from the demographic nadir of Amazonian populations (reaching the low hundreds of thousands in the mid-1900s); the apogee of perhaps five million or more was achieved circa 1500. This suggests overall depopulation between c. 1500–1950 of some 80–90 per cent, which is not surprising, considering the figures from the Caribbean, North America, Middle America, the Andes, and eastern Brazil, but this is certainly unexpected and at odds with many models of Amazonian cultural development. Amazonia was not insulated from the demographic collapse associated with European contact, and therefore we ought to be skeptical of models which portray societies during the nadir as somehow “traditional” or “typical” of Amazonian societies. Specifically, does the apparent lack of political power, social hierarchy, and political economy, suggested for most ethnographic groupings, represent an underlying (traditional) Amazonian pattern? If it does not, as I suspect, then alternative models of personhood must be formulated that address the complex societies of ancient Amazonia. (Heckenberger 2003, p.30).*

Segundo a interpretação baseada no arcabouço de Steward (1949), “*native people are believed to have been too few in number, technologically limited, or living harmoniously with the Earth to significantly change nature*” (Erickson 2014, p. 2000). Essa interpretação faz confluír os pressupostos dos mitos da natureza intocada e do selvagem nobre, reunidos em uma visão bastante alinhada à visão de determinação ambiental das condições sociais.

Erikson (2014) argumenta que a antropologia alinhada ao determinismo ambiental e focada na Amazônia, tem sua maior expressão no trabalho Betty Meggers (1954, 1971, 2001). Meggers teria assumido a baixa complexidade e o semi-nomadismo, constatado entre os povos amazônicos, contemporâneos como condição típica ao longo de sua história. A partir daí explicou esta situação com base no que identificou como os limites ambientais para a manutenção de populações extensas. Os solos pobres restringiam as práticas agrícolas, permitindo apenas a prática de cultivos itinerantes:



*The poor quality of tropical soils is said to have restricted agriculture to simple systems such as slash-and-burn (swidden). Adopting the idea from natural scientists and developers that the lush, rich vegetation of the tropical forests is actually a fragile ecosystem growing on poor soils, Meggers (1971) coined the term counterfeit paradise to describe Amazonia* (Balée e Erickson 2014, p. 201).

A interdição ambiental ao sustento de grandes populações teria feito inviável a diferenciação social, logo a apropriação diferencial de excedentes, a criação de vida urbana e cidades. A baixa densidade e o nomadismo também estabeleciam um *detour* para o adensamento de relações técnicas e objetos tecnológicos, donde a limitação no domínio de ferramentas, no nível primário da pedra e da madeira. Um obstáculo adicional ao desenvolvimento social na Amazônia se encontraria na fauna, a qual não incluiria animais domesticáveis como fontes de proteína animal adequada para grandes grupos humanos, prendendo os povos da região à alternativa incerta da caça (Erickson 2014).

Esse arcabouço se ajustava às evidências conhecidas dos grupos indígenas na região, mas dependia da extrapolação em retrospectiva das condições dessa população para o passado anterior à chegada europeia. Como argumenta o trecho de Heckenberger (2003) citado acima, essa posição é frágil no mínimo porque a Amazônia sofreu intensamente o colapso demográfico causado em toda a América pelo contato com os europeus, em função das doenças para os quais os nativos eram despreparados, da escravização e da violência no processo colonial (Hemming 2007). Estipular uma continuidade entre as sociedades que existiram na região até o início do séc. XVI e as condições encontradas pelos naturalistas e pesquisadores nos séculos XIX e XX implica ignorar as consequências das modificações radicais pelas quais essas sociedades passaram com o processo de conquista colonial em toda a sua complexidade e tragédia.

Heckenberger (2003), com base no estudo das populações nativas do alto Xingu, argumenta também que é necessário considerar a existência de variados caminhos pelos quais as sociedades amazônicas atingiram sistemas de diferenciação social peculiares. Segundo o autor, a diferenciação social entre os povos xinguanos se baseia no aprofundamento e sofisticação de suas relações de fundo cultural e simbólico, inclusive aí vetores de sofisticação das relações entre sociedade e natureza, expressos na organização do espaço e da produção das condições materiais de sobrevivência. Noutras palavras, ainda que na ausência das condições canônicas na experiência codificada pelas

sociedades ocidentais e orientais (tais como o surgimento da propriedade estatal ou privada, as formas explícitas de apropriação do excedente físico ou do trabalho) e na ausência de condições técnicas de produção adequadas ao sustento de grandes grupos humanos aderentes às experiências conhecidas (como uma agricultura e pecuária em grande escala, perceptíveis dentro do paradigma ocidental), povos amazônicos chegaram a estabelecer de outras maneiras a intensificação de suas relações com a natureza. E o principal: essa intensificação aconteceu de modo suficiente para permitir não apenas a formação de grandes assentamentos humanos, mas também formas singulares de vida urbana, dignas de serem tratadas como cidades ameríndias pré-colombianas no vale do rio Amazonas.

A posição de Heckenberger sobre a veracidade de um passado urbano nas sociedades na Amazônia é um ponto de chegada de sucessivas rodadas de questionamento ao paradigma estabelecido por Julian Steward e a tradição de pesquisa do *Smithsonian Institute*. Monte-Mór (2004) destaca o papel de Donald Lathrap, cujo trabalho se afastava da hipótese de que os povos da Amazônia pré-colonial viveram em condição semelhante aquela das populações indígenas contemporâneas. Ao fazê-lo:

*Lathrap brought new possible interpretations into the South-American anthropological scenario, raising the possibility of Andean pottery having been influenced by older Amazonian pottery—including the Marajoara—and thus redirecting pre-Columbian migration from the Amazon floodplains up to the Andes. His emphasis on the “lowlands priority” challenged Steward’s cultural ecological theory of “Andean priority”, opposing Andean intensive maize cultivation to manioc cultivation in lowland cultural areas where animal capture and agricultural inventions pervaded, a thesis supported by Roosevelt’s findings in the Amazon and the Orinoco (Monte-Mór 2004, p. 116).*

É notável que ao contrário de recorrer a uma explicação *ad hoc* que articulasse a existência de uma cultura sofisticada na região amazônica – onde o modelo explicativo localizava culturas de baixa sofisticação – a interpretação de D. Lathrap atribuiu um lugar histórico consistente não apenas à cultura marajoara, mas ao próprio intercâmbio cultural e técnico entre as culturas da planície amazônica e os povos andinos. Essa posição articulava descobertas que haviam sido realizadas na década anterior (Denevan 1966); e se fortaleceram em trabalhos posteriores (Denevan 2001; Roosevelt 1991; Whitehead 1994).

Nesse novo cenário, as declarações de Carvajal e outros cronistas sobre a dimensão e complexidade das sociedades amazônicas anteriores a 1492 não podiam mais ser consideradas inverossímeis, mas ao contrário podiam ser tomadas como testemunho único (Monte-Mór 2004). Afinal, a expedição de Francisco Orellana em 1541-42 talvez tenha sido a única vez que europeus viram em sua inteireza as sociedades ameríndias (Myers *et al.*, 2003), já que como se sabe, desde o primeiro contato os povos locais passam a sofrer com o contágio por doenças que contribuíram para a mudança radical de sua realidade. Deste momento em diante, se daria a contínua dilapidação dessas sociedades. A trágica e rápida destruição do modo de vida das populações amazônicas condenou à quase invisibilidade o fato dessas sociedades haverem construído uma relação singular com o ambiente tropical, a qual fez possível justamente a existência de sociedades amplas e complexas, com base em formas originais de vida econômica e uso de recursos.

Do ponto de vista desse trabalho, o que distingue de modo especial a importância dessa mudança tão aguda na interpretação da história de longa duração da ocupação da bacia amazônica é a ligação que algumas das interpretações anti-deterministas estabelecem entre a produção e reprodução de uma vida econômica singular, baseada na riqueza e singularidade da biodiversidade do tropico e a formação de uma vida urbana única.

Esta interpretação distinta da história de longa duração na Amazônia torna explícita a capacidade até então incompreendida, ou não admitida, das populações indígenas de assegurar suas condições materiais de existência, intervindo ativamente<sup>115</sup> - embora nem sempre de modo programado<sup>116</sup> - no ambiente. Nos termos lefebvrianos que temos empregado, as populações indígenas amazônicas produziram sua condição de existência através de formas de *produção social do espaço*, nesse caso uma peculiar produção do espaço natural cujos resultados não foram e não são facilmente distinguíveis da própria

---

<sup>115</sup> Essa interpretação é fonte de controvérsia. A posição de que as populações indígenas modificaram de maneira marcante o ambiente distingue particularmente a posição da chamada *historical ecology* (Balée e Erikson 2006). Em versões distintas os povos amazônicos não chegaram a modificar de maneira marcante o ambiente, mas foram capazes de adaptar-se a ele de modo flexível ao invés de limitante. Balée e Erikson (2006) atribuem essa posição a Moran (1993), por ex.

<sup>116</sup> É interessante retornar a afirmação de Marx em “O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte”, de que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade”. De igual modo, a hipótese lefebvriana de que o espaço seja uma realidade socialmente produzida não está baseada numa produção [inteiramente] consciente ou [inteiramente] planejada. Nesse sentido, o aspecto às vezes alegado da não intencionalidade da ação dos povos indígenas na transformação da natureza modifica pouco os termos do problema no tocante a existência de uma “produção social do espaço [-natural]”.

natureza. Num admirável paradoxo a mesma natureza tomada como arquétipo da ausência de intervenção humana encarada de maneira nova se revela como manifestação privilegiada de universo epistêmico e técnico singular, ou seja, como manifestação do trabalho social e então oposta ao não-humano embora a ele interligada. Estes conhecimentos e técnicas surgiram ao mesmo tempo como sofisticados e como *exóticos* o suficiente para permanecer imperceptíveis à “comunidade de pensamento” moldada por uma visão de mundo ocidental baseada em convicções marcadas por colonialidade.

A outra questão de interesse direto é justamente o fato de que a reinterpretção da história amazônica afirme de modo sólido que as realizações das sociedades ameríndias na Amazônia tiveram como resultado e condição a criação de formas de vida urbana. É notável que as afirmações desse fato passassem dentro do paradigma anterior, como uma anomalia, caíssem em um *campo cego* (Lefebvre 2008b). Baseado na extrapolação retrospectiva da realidade criada pela colonização, o pensamento científico e o senso comum da época moderna ajustava evidências e convicções ideologizadas a uma realidade imaginada indevidamente. Dentro de uma dinâmica muito conhecida, as tradições intelectuais europeias têm acomodado seu *confronto* com a paisagem cultural dos povos não europeus em formas variadas de um “espelho invertido”, no qual outro é incorporado ao conhecido por ausências ou excessos. O homem do novo mundo esteve enquadrado nesse mecanismo de muitas maneiras num espectro amplo de assimilações do senso comum, da cultura popular e da religiosidade até a elaboração estética, filosófica e científica mais celebrada.<sup>117</sup>

Como tentamos argumentar acima (Capítulo 2) a construção da interpretação europeia da história mundial não pode ser isolada de suas raízes concretas numa prática específica, o colonialismo. Nesse sentido, a incorporação da humanidade ameríndia amazônica integra a construção intelectual europeia, e ao mesmo tempo é integrada em atitudes concretas do universo colonial e pós-colonial, no qual se insere a própria

---

<sup>117</sup>Hemming (2007, Capítulo 1) discute a influência do contato europeus com os ameríndios, por meio das cartas e narrativas dos descobrimentos, nas obras de Erasmo, Morus, Rabelais, Montaigne (e seu conhecido ensaio *Sobre o Canibalismo*), Grotius, Campanella, Spinoza, Bacon, e Shakespeare (*A tempestade*). É conhecida a influência do contato com os povos do novo mundo sobre a concepção de *estado de natureza* dos contratualistas Locke, Hobbes e Rousseau (Heckenberger 2003), além de Montesquieu e Voltaire, todos com obras influentes sobre os processos de revolução burguesa do séc. XVII e XVIII (Mello Franco 1937). Já se discutiu acima (Capítulo 2) de que maneira o processo colonial como um todo, influíu de modo direto sobre a ciência e filosofia europeia do séc. XVII e XIX, inclusive a economia política inglesa e o idealismo alemão e se prolongou na própria concepção de desenvolvimento.

história intelectual da pesquisa amazônica e nos seus desdobramentos em termos de interpretação das possibilidades contemporâneas da região:

*The primeval state of nature, the early days of human experience... represents an ontological mirror or prism for the West, reflecting its own values and preoccupations, alternatively its dark or luminous faces. But, the image is not only part of an abstract or philosophical history, it is also part of the intellectual apparatus of European colonialism. In Amazonia, images of primitivism have pervaded Western representations, to the point that many feel that the very notion of native cities, regional bureaucracies, kings, priests, slaves, and the like, is untenable. Thus, many commentators take for granted that, by and large, the image that has come down to us over the centuries (i.e., smallish, relatively self-contained, and egalitarian social groupings “at one” with nature) is, for one reason or another, a reasonably good representation of most native Amazonians. Until recently many anthropologists shared this view and, although at odds over whether nature imposes order on culture or vice versa, most agreed that a dynamic equilibrium is (or was) maintained between the two, keeping social groups relatively small, productivity relatively low, and social inequality minimal and contingent.* (Heckenberger 2003, p. 29).

#### **4.1.3. Experiência urbana e criação econômica nas sociedades ameríndias**

O capítulo inicial de *Economy of Cities* de Jane Jacobs (1969), no qual a autora lança sua hipótese da anterioridade da cidade em relação ao campo, como forma de organização do espaço social, tem sido um dos pontos muito discutidos na obra desta autora.

No entanto, sob o brilho dessa proposição controversa, esse mesmo capítulo contém *insights* ricos sobre a relação entre vida econômica e natureza, que não recebem grande atenção. É possível ler esse capítulo como uma discussão das origens urbanas das atividades agropecuárias e como consequência da invenção do campo dentro da cidade. Mas há ali uma descrição rica do processo de adensamento das relações entre recursos da biodiversidade e a diversificação do cotidiano do assentamento humano permanente.

Há uma *feliz* convergência entre a maneira pela qual Jacobs (1969) constrói sua hipótese sobre o papel da cidade na vida econômica e as interpretações recentes sobre a “história social e natural” de longa duração na Amazônia. Essa convergência é particularmente rica nas pesquisas sobre vida urbana ou as *cidades indígenas* na Amazônia pré-

colombiana e também da agenda de pesquisa da *historical ecology* - ecologia histórica (Balée e Erickson 2006).

O fato de que não se tenha conhecido um aparato tecnológico extenso das populações nativas amazônicas reforçava entre os pesquisadores a hipótese de que seu nível de desenvolvimento social houvesse de fato permanecido muito limitado, como é patente na classificação proposta por Steward (1949).

Essa visão também se apoiava, assim como a noção de que grupos pequenos teriam sido a regra na ocupação da região, no fato de que desde o período colonial as populações nativas tinham praticado uma agricultura itinerante. No entanto, não se deu atenção ao fato de que apenas o machado de metal introduzido pelos europeus na região no séc. XVI deu a essas populações alguma eficiência quanto à derrubada de mata. Antes disso, o uso de machados de pedra para derrubada de árvores de grande porte seria uma opção improvável para a prática extensiva dessa técnica. Mais provável teria sido o uso intensivo e a manutenção de áreas de clareira abertas por algum evento natural como um campo de cultivo continuado, ou seja, os cultivos itinerantes é pouco provável que a agricultura de coivara tenha sido característica na Amazônia pré-colombiana:

*...a revisionist model has been suggested, a landscape of semi-permanent fields intermingled with fruit orchards, managed fallows, house gardens, and brief bush fallows, with semi-permanent villages, some numbering thousands of people, surrounded by zones of forest manipulated by hunting and gathering activities. Such a complex system of integrated land use could have both created and exploited Dark Earths.* (Myers et al, p. 17)

Entre as realizações das sociedades pré-colombianas que poderíamos classificar como muito significativas do ponto de vista econômico estão os solos chamados de Terra Preta de Índio (TPI), ou *amazonian dark earths*, como são tratadas na literatura internacional de língua inglesa. A existência dessas terras suscitaram observações de naturalistas desde o séc. XIX, e entraram intensamente na agenda da pesquisa sobre a ocupação da Amazônia desde meados do séc. XX.

As manchas de solo escuro chamam atenção por sua composição e também por sua associação relativa com sítios arqueológicos. Na composição deste tipo solo existem teores elevados de carbono (C), fósforo (P), cálcio (Ca), magnésio (Mg), zinco (Zn) e manganês (Mn), além da presença intensiva de matéria orgânica, o que se destaca em um cenário geral da Amazônia marcado por solos pobres (Woods 2003; Myers et al 2003). Há um debate inconcluso sobre a formação das terras pretas na Amazônia, mas

as duas hipóteses mais discutidas, são em torno de sua associação com a ação humana. A hipótese antrópica assume que as TPI seriam resultado *não intencional* da ocupação humana e do descarte de resíduos de usos domésticos. A hipótese antropogênica, que teria sido resultado do manejo intensivo do solo para a agricultura, embora as duas hipóteses não necessariamente sejam excludentes (Schmidt e Heckenberger 2009, p. 107).

A formação das terras pretas é particularmente interessante como resultado de dinâmicas que interligam práticas sociais, produção da vida material e interação com a natureza, configurando o que tem sido chamado por uma tradição de raízes marxistas de *metabolismo* sociedade e natureza (Foster 2005)<sup>118</sup>. Por contraposição à relação com a natureza como uma constante retirada de recursos, Foster discute a noção marxiana de metabolismo, na qual há reconhecimento da interação entre cotidiano e natureza, como base da criação de uma vida social e urbana mais ampla e rica.

É algo parecido que tem se descoberto como uma prática importante dos povos nativos amazônicos:

*As características peculiares da TPI e sua histórica associação com a atividade humana fazem com que esses ambientes possuam uma relação particular com a agrobiodiversidade. Recentemente, estudos de diversas áreas têm sustentado que, desde o surgimento dos solos antrópicos na Amazônia, eles estiveram relacionados a formas particulares de uso e manejo de recursos resultando em padrões e processos específicos ligados à agrobiodiversidade. Cada vez que os habitantes da Amazônia pré-Colombiana criavam assentamentos em determinado local, mesmo que temporários, eles criavam também uma lixeira, onde descartavam restos de alimentos, incluindo sementes e outros propágulos. Nos assentamentos temporários, essas áreas de lixeiras geravam concentrações de recursos, o que atraía o retorno de humanos para o local; nos assentamentos permanentes, as lixeiras gradualmente se transformavam em jardins e pomares caseiros. Ao longo desse processo, que envolve o manejo e a transformação de solos e de plantas, não só surgiu a TPI como também foram domesticadas plantas anuais e arbóreas. De fato, a criação de TPI na Amazônia é concomitante ao processo de domesticação de diversas plantas domesticadas na Amazônia. Desde a conquista européia, as TPI também se transformaram em laboratórios de adaptação de cultivos exóticos, pois estes freqüentemente possuem demandas nutricionais maiores do que os cultivos nativos adaptados a solos não antrópicos. Não é de se estranhar, portanto, que os solos antrópicos*

---

<sup>118</sup>Foster (2005) demonstra que Marx esteve extremamente atento à entrada da industrialização na agricultura, acompanhando inclusive o trabalho do fundador da química agrícola, o alemão Justus von Liebig, que viria a se tornar um crítico da própria indústria de fertilizantes. Ver Foster 2005, Cap.5.

*sempre tenham demonstrado uma relação tão estreita e particular com a agrobiodiversidade na Amazônia.*

*A TPI tem sido considerada como um modelo de agricultura “ sustentável” nos trópicos, que tem norteado esforços conjuntos de instituições brasileiras e estrangeiras para a criação de solos de alta fertilidade na Amazônia (Terra Preta Nova). Nesse contexto, entender as relações entre TPI e agrobiodiversidade é fundamental para definir quais serão os cultivos e as formas de manejo mais adequadas da agrobiodiversidade nesses solos. Além disso, a TPI serve como um exemplo importante da forma que a ação humana pode concentrar agrobiodiversidade e agregar heterogeneidade à paisagem Amazônica como um todo. (Junqueira et al 2010).*

#### **4.1.4. Sociedades caboclas e a formação de uma economia mercantil e capitalista na Amazônia**

As sociedades indígenas haviam construído conhecimentos, práticas e estruturas milenares que conferiam sentido – usos, significados cotidianos – à camadas extensas da paisagem tropical. Haviam produzido na terminologia de Clement (1999) e Erikson (2006) “paisagens domesticadas”, atribuindo sentidos sociais a numerosas espécies e espaços, embora estes parecessem ainda *naturais* ao observador europeu. Mediadas por suas formas de urbanidade singular as diversas sociedades amazônicas estenderam teias de sentido social sobre a diversidade da natureza tropical, e nesse sentido social ampliado essas paisagens “domesticadas” tenham sido mais amplamente “socializadas”.

Vemos aí um processo de socialização, no sentido de construção de significado social denso, o qual acontecia como uma forma de produção singular, ligada estreitamente à reprodução social e à reprodução dos ciclos naturais. Um entretecimento entre reprodução da vida social e reprodução da natureza, por meio de práticas cotidianas que interligavam os ciclos. Mesmo que isso ocorresse em um ambiente dotado de uma camada técnica (realmente ou aparentemente) rarefeita para os referenciais ocidentais ou andinos (Fausto 2000). Essas práticas estavam embasadas em um conhecimento sofisticado dos ciclos naturais, o que equivale a dizer, havia um saber eficaz a respeito do uso da natureza tropical como *força produtiva*.

Essa construção foi posta abaixo em pouquíssimo tempo, como obra dos civilizados povos europeus. A crônica dessa destruição é um dos capítulos mais deprimentes e dolorosos da história humana, com requintes de crueldade que duraram séculos (Hemming 2007, 2009). Essas páginas sombrias da relação do Brasil em formação com



os povos nativos deixaram marcas profundas na formação do povo brasileiro e nas estruturas do subdesenvolvimento no país (Leonardi 1996).

No entanto, a degradação humana que dá substância à ação europeia na Amazônia não impediu que o patrimônio civilizatório tropical das sociedades indígenas fosse subsumido e funcionalizado como instrumento da acumulação primitiva conduzida em benefício das nações europeias.

Foi aos membros das ordens religiosas, especialmente da Cia de Jesus, que a capacidade econômica singular dos povos nativos da Amazônia apareceu de modo mais claro e efetivo. Talvez porque essa instituição não se engajasse tão abertamente na opção desumanizadora que a empresa colonial continha. Aos demais agentes da colonização portuguesa, no entanto, essa percepção recuava ao nível mais grosseiro. E nesse ponto fica patente o conteúdo corrosivo da “naturalização” da paisagem amazônica pela episteme colonial, impedindo que se reconhecesse o papel do nativo como detentor de um saber sofisticado e efetivo sobre a natureza como força produtiva. Não por acaso o emergiu o conflito aberto entre as duas posições, e seus resultados sobre a população nativa.

Entre 1617 e 1653, chegaram a Belém seis ordens religiosas, entre elas jesuítas, mercedários, carmelitas e franciscanos (Almeida 1995). Os jesuítas exerceram papel fundamental na estruturação da colonização europeia na Amazônia e talvez por isso mesmo tenham entrado em conflito com o estado português<sup>119</sup>. A Companhia conduziu os rumos da colonização no tocante à relação com os povos indígenas na Amazônia portuguesa por quase um século, com um papel que parece ter sido mais fundamental do que se costuma dizer. Baseado numa abordagem peculiar da condição humana dos povos indígenas, ausente na brutal perspectiva da escravização por autoridades e colonos civis portugueses, essa instituição foi capaz de ter acesso e prolongar de maneira domada e também “reduzida” aquela capacidade das populações locais de manejar os recursos singulares da Amazônia.

Os colonizadores espanhóis se apropriaram da *mita*, estrutura laboral criada pelos governantes incas, como estrutura produtiva que viabilizou a produção mineradora

---

<sup>119</sup>Num paralelo, talvez não totalmente apropriado mas iluminador, poderíamos olhar para o papel da Cia de Jesus no caso português e a Cia das Índias no caso inglês na Índia. Ambas as instituições exerciam uma série de papéis que o estado não podia ou não queria desempenhar, e estiveram continuamente numa espécie de cooperação conflituosa mas fundamental dentro da empresa colonial, cada caso com resultados muito diversos.

colonial (Ruiz Rivera 1990). As reduções jesuíticas fizeram possível à Cia de Jesus, e de certa maneira, à colonização portuguesa na Amazônia como um todo, formar força de trabalho para a extração de recursos da floresta tropical. E talvez não por acaso, nas duas situações a presença indígena nas sociedades coloniais se prolongou mais intensamente que em outras regiões do Brasil – como o sul-sudeste – até nas sociedades contemporâneas.

A mediação jesuítica entre o mercado mundial de produtos coloniais e a capacidade de trabalho especializado dos povos amazônicos se estendeu por mais de um século. Oficialmente entre a promulgação do regimento jesuítico de 1686 e a expulsão da Cia de Jesus do Brasil por Pombal em 1757, essa mediação foi fundamental. Além disso, a expulsão dos jesuítas e a transformação oficial das missões por eles fundadas em vilas controladas pelos Diretores era na prática uma apropriação pelo estado colonial português do trabalho feito pelos jesuítas na captura da capacidade de trabalho das populações indígenas. Trava-se de redirecionar a articulação feita pelos religiosos entre o patrimônio epistêmico e técnico dos nativos e a razão mercantil. Mesmo que tenha havido sempre a argumentação recorrente sobre a indolência, o primitivismo e incapacidade dos povos indígenas para praticamente qualquer tipo de trabalho, e ao mesmo tempo, a contínua e verdadeiramente bárbara degradação das populações nativas e mestiças, o papel desses grupos foi de fato o fundamento técnico das atividades econômicas amazônicas ao longo dos séculos XVII e XVIII. E isso não apenas como trabalho físico, desqualificado, para o qual de fato os nativos “se inviabilizavam”, recusando-o algumas vezes até a escolha do suicídio nos formatos mais trágicos (Hemming 2007).

A fase do Diretório parece ter aprofundado simultaneamente a importância e a degradação da mão de obra indígena (Hemming 2009). A inserção da população e da capacidade de trabalho das missões no aparelho colonial e o incentivo oficial à miscigenação procuravam expandir o dinamismo econômico da Província do Maranhão e Grão-Pará, repetidamente avaliada como carente, miserável, pobre e “arruinada”(Costa 2012a). Ao mesmo tempo, a intenção explícita do projeto colonial pombalino era que esse aparato recém-adquirido pela expulsão da Cia de Jesus se direcionasse fundamentalmente para a produção de cana de açúcar, tabaco e outras *commodities* coloniais, cujo lugar na dinâmica econômica do mercado mundial parecia

mais seguro do que aquele das *drogas do sertão*. Finalmente, a perspectiva última era que essa produção fosse levada a cabo pelo uso do trabalho escravo africano.

Houve desajuste entre as duas ordens de medidas embutidas na criação do Diretório, as quais refletiam em verdade enraizadas divergências entre projetos colonização em disputa (Costa 2012b). Sob o ponto de vista dos jesuítas – que foi dissolvido pelo Diretório, mas simultaneamente foi o fundamento desta nova institucionalidade – o projeto praticado nas vilas das missões se baseava na singularidade da *produção* e *reprodução* da mão-de-obra indígena como força de trabalho apta a lidar com o manejo dos recursos da floresta tropical<sup>120</sup>. Ao estado português, importava a garantia da posse e do controle do território amazônico, sem a mediação indesejada de “um estado dentro do estado”, a Cia de Jesus. Por outro lado este Estado desejava assenhorar-se da *mediação* exercida pela *rede urbana* instalada e articulada pela Cia de Jesus (Correa 2008). Desejava reordená-la como estrutura necessária ao controle territorial e à extração de riquezas da região, inclusive pela garantia do controle da formação e reprodução de mão de obra, não mais criada por uma etnogênese religiosa, mas por meio da mestiçagem induzida e desigual entre colonos brancos e subalternos indígenas.

Almeida (1995) demonstra a minúcia com a qual a legislação do Diretório tentou regular a vida cotidiana das vilas amazônicas. Costa (2012b) discute o quanto a miscigenação induzida foi fundamento da formação de uma população apta a transitar entre o mundo ameríndio em rápida mutação e desagregação e a economia mercantil colonial que se estendia na região.

A legislação do Diretório permitiu um surto de vida urbana articulada ao mercado na Amazônia. Surgiram dessa maneira as bases de um espaço econômico regional, cuja base material era criada pelo trabalho mestiço, familiarizado com a diversidade da vida natural amazônica. O que distinguia esse surto de urbanidade a presença da população mestiça forjada pela miscigenação induzida. Essa população era capaz de abordar dois universos culturais dispares: o do indígena destribalizado e o do comerciante branco europeu, ávido pelo acúmulo rápido de riquezas (Costa 2012a).

---

<sup>120</sup>É possível questionar se o trabalho dos indígenas que aparecia como “coleta” das drogas do sertão, se tratava-se de fato de coleta, ou se diante das pesquisas sobre as técnicas de produção nativas, havia ali formas de produção e manejo intensivo de áreas florestais.

No período do Diretório a administração pombalina se empenhou em substituir a mediação institucional jesuítica por uma exercida por autoridades portuguesas. A intenção da administração lusa era que a capacidade de trabalho dos índios destribalizados nas missões se transformasse numa população mestiça residindo em vilas sob o controle do estado (Almeida 1997). Mas essas transformações eram orientadas pela visão de que a colonização verdadeira da região deveria acontecer com base na produção de *commodities* agrícolas reconhecidas pelas sociedades europeias – como açúcar ou tabaco. Essas eram aceitas no mercado internacional mas tinham outra virtude. Elas se ajustavam à visão lusa sobre a inferioridade da “coleta” conduzidas pelos povos nativos, índios destribalizados sob os jesuítas ou populações mestiças “produzidas” pelo arcabouço espacial e institucional das vilas do Diretório (Costa 2012).

Esse foi um dos momentos iniciais em que este conflito se revelou; um choque entre projetos coloniais. Entre a Amazônia como espaço de produção de *commodities* ou como região dotada de singularidades naturais e sociais passíveis de se inserirem na dinâmica dos mercados. Além disso, este embate traz consigo desde então a construção de um status de inferioridade dos agentes da economia amazônica ligados ao trabalho que insere na vida econômica os recursos naturais regionais. Uma inferiorização que atinge simultaneamente os recursos regionais típicos e os agentes econômicos locais, e cujos elementos discursivos e institucionais estavam delineados na atitude relutante das autoridades portuguesas de aceitarem a centralidade dos recursos regionais e do protagonismo das populações nativas e mestiças, mesmo diante de um reconhecimento formal de sua humanidade e civilidade na legislação pombalina (Costa 2012b).

É fundamental assinalar que a construção deste estigma que transita entre a noção de insuficiência, de impossibilidade ou inferioridade dos recursos naturais e sociais amazônicos tem como contrapartida ou consequência uma espécie de *armadilha da mobilização externa* dos recursos regionais como um caminho incontornável. A episteme colonial e pós-colonial contém uma degradação das possibilidades de construção interna de “respostas originais para problemas específicos” (Furtado 1978). Ela empurra a sociedade brasileira, ou mais particularmente suas elites dirigentes, na Amazônia para uma condição de espectadores de sua própria história. “Nessa região, na visão das elites, a história não pode ser feita, há que ser esperada” (Oliveira 2010, p. 39). Seria essa a visão adotada pelas elites na crise da economia da borracha.

Cessada a mobilização externa, nada restava além de esperar que houvesse um resgate da economia amazônica por outra rodada de interesse externo, fosse através da borracha, ou em outro extrato qualquer do desconhecido universo de produtos regionais. De outra forma somente aqueles sem opções superiores poderiam se ocupar desse universo exótico. Uma curiosa interligação entre a incapacidade de mobilização interna dos recursos regionais e a própria inferiorização das condições de trabalho e sobrevivência daqueles que iriam se ocupar destes recursos. Essa condição de inferiorização, ao impelir a precarização das condições cotidianas de trabalho e vida dos que se ocupam do manejo de recursos naturais, promove também uma dinâmica de esterilização do que se poderia chama de “trabalho velho amazônico”.

Tomemos como referencia a relação proposta entre trabalho velho e trabalho novo por Jane Jacobs, na qual o trabalho novo sempre provém de desdobramentos do trabalho velho (Jacobs 1969). Podemos reformular o enfoque de Jacobs sobre a emergência do trabalho novo da seguinte forma. Nenhum objeto ou técnica deve ser considerado inerte, morto. Cada objeto ou técnica representa um *momento*, uma coagulação momentânea de um *processo em devir*, isto é, um processo em movimento que se materializa em objetos ou técnicas determinados, circunscritos, mas não se exaure neles.

Digamos que se trata de um artefato de corte, uma faca. A existência desse objeto cortante representa uma manifestação possível de um processo geral: a família de objetos cortantes, passíveis de uso para a separação de conjuntos antes unidos – partes de uma fruta, do corpo de animal, um tronco de madeira, uma semente, um pedaço de osso ou dente. Consideradas as variações infinitas de materiais a serem cortados, tipos de incisão possíveis, uma faca é infinitamente reformulável. O mesmo vale para quase todas as variedades de objetos ou ações possíveis: um filtro de agua, um martelo, uma carroça, uma panela, uma objeto usado para calcular, uma superfície que permite registros, um caderno, uma caixa de musica. Nenhum objeto pode ser considerado definitivamente terminado, sua utilidade terminada, desde que ele mesmo é uma manifestação momentânea de uma necessidade ou processo mais geral.

Agora, apliquemos essa lógica à relação entre sociedade e recursos naturais, esperando que a ideia de que exista um *trabalho velho amazônico* ganhe sentido e que sua potencialidade como gerador de formas de “trabalho novo amazônico” possa ser explorada.

É razoável considerar que a diversidade interna de um bioma representa uma realidade cuja capacidade de criação é extensa e nunca completamente manifesta. Partes deste todo que hoje se apresentam sem importância econômica podem, em algum lugar ou momento adiante, receber significados e usos novos, inesperados dentro do conjunto de experiências conhecidos no aqui/agora. Partes dessa realidade – bioma, recurso, objeto, técnica, saber, etc. – já incorporadas em rodadas anteriores de organização da vida econômica são passíveis de ressignificação profunda. Além do mais, vimos que a natureza nunca é uma realidade isolada da ação humana, e que particularmente na Amazônia, o que já se viu como natureza intocada é mais apropriadamente obra humana, produção social do espaço.

Aplicando o mesmo raciocínio às relações econômicas em sentido amplo, ou substantivo, como diz Polanyi, as relações que parecem hoje ultrapassadas, mesmo aquelas que estiveram por séculos baseadas no uso de um conjunto específico de recursos naturais, espécies vegetais e animais, paisagens, rios, etc., essas relações representam necessariamente um conjunto de saberes não triviais sobre a natureza. As formas de integração econômica (FIEs) (Polanyi 2012) que organizaram a satisfação das condições materiais de existência antes do mercado capitalista, não são arcaísmos sem importância econômica e social. Ao contrário. Essas formas de integração econômica e seus portadores – as populações tradicionais – são agentes de um conhecimento capaz de prover seus meios materiais de existência, são portadores de um *trabalho velho* ao qual não há necessariamente razão para que se atribua uma condição estéril.

Se todo conhecimento/técnica/objeto é suscetível de se desdobrar em trabalho novo, segmentos da natureza que já foram – ou não foram – dotados de significado social, toda invenção hoje coagulada, poderia se inscrever novamente no curso de uma reformulação, cujas as fronteiras são amplas, difíceis de precisar.

É nesse sentido que o reconhecimento do legado das populações autóctones da Amazônia como um *trabalho velho amazônico* parece proveitoso. Descartada a visão preconcebida de que a Amazônia foi encontrada pelos europeus como pura natureza e apreendido que a diversidade biológica da região tenha sido manejada intensamente pelos povos autóctones o passado técnico do homem na região tropical muda de condição. Houve a criação, ainda que se possa discutir se mais ou menos intencional, de técnicas de manejo que se apropriaram positivamente da velocidade impar do

metabolismo natural do tropico, criado pela humidade e energia solar abundantes. Essa velocidade e a potência dos ciclos naturais da região, foram percebidos muitas vezes como fonte de uma assustadora força de arruinamento que desdenha de qualquer construção do homem que ali seria um intruso, como foi dito por Euclides Da Cunha<sup>121</sup> (Cunha 2009).

Os povos autóctones, ao contrário tiveram oportunidade de perceber e atribuir sentidos sociais à essa força. Uma das manifestações disto é a criação de solo fértil, a terra preta amazônica. Mesmo que seja discutível a intencionalidade completa dessa prática, é hoje aceita sua associação recorrente aos sítios ocupados pelas populações ameríndias, e à presença de material arqueológico variado: cerâmica, material carbonizado de diversos tipos, sítios produzidos com intenções cerimoniais, como os platôs antrópicos (tesos) da ilha do Marajó, usados mesmo hoje como lugar adequado as culturas não alagáveis e onde se encontra manchas da terra preta, não se sabe ao certo se antrópica (não intencional) ou antropogênica (intencional).

São muitos os outros registros de modificação antrópica das condições naturais da Amazônia. Domesticação (ou socialização) de um rol numeroso de espécies (Clement 1999, 2010). Cultivo de jardins e pomares distribuídos em áreas de grandes assentamentos ou ao longo de estradas e caminhos interligando áreas de intercâmbio cultural e material de longa distância (Heckenberger 2003a). Cultivo de bosques antrópicos de espécies de interesse econômico (Smith 2014, Scoles 2016, Sheppard Jr e Ramirez 2011). Criação de áreas de manejo integrado de canteiros elevados e alagamento (Balée, Erikson 2014), entre outras. Estas técnicas, praticadas pelos povos amazônicos por séculos tem sido redescobertas e até ensaiadas como alternativas como base para práticas de agrobiodiversidade (Junqueira et al, 2010). Isso sinaliza que, se bem conhecidas e reconhecidas, estas técnicas podem se desdobrar em invenção: trabalho velho que hoje não se desdobra em trabalho novo em função de estruturas sociais que o esterilizam. Essa parece ser uma agenda necessária ao debate do

---

<sup>121</sup> “A volubilidade do rio contagia o homem. No Amazonas, em geral, sucede isto: o observador errante, que lhe percorre a bacia em busca de variados aspectos, sente, ao cabo de centenas de milhas, a impressão de circular num itinerário fechado, onde se lhe deparam as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios; o observador imóvel que lhe estacione às margens sobressalta-se, intermitentemente, diante de transfigurações inopinadas. Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo. Diante do homem errante, a natureza é estável; e, aos olhos do homem sedentário, que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o. A adaptação exercita-se pelo nomadismo. Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril.” (Cunha 2009, p. 118)

desenvolvimento na Amazônia, especialmente se a pudermos reconectar aos ritmos e ciclos da vida urbana.

A natureza, e as formas de apropriação e socialização da natureza construídas pelas populações amazônicas, têm sido ciclicamente mobilizadas a partir de fora por agentes do mercado, frequentemente o mercado mundial. O nascimento e a expansão da economia da polpa de açaí têm como singularidade justamente o fato de que a demanda externa tenha vindo somente quando necessidades locais estruturadas na base urbana de Belém já haviam mobilizado e criado condições em parte endógenas para seu funcionamento, expansão e até sofisticação. É que se discute a seguir.

#### 4.2. A economia do açaí em Belém

Devido ao seu desempenho como produto de exportação para outras regiões do Brasil (fora da Amazônia) e para outros países, o açaí é atualmente um dos produtos economicamente mais promissores da biodiversidade amazônica. Ao mesmo tempo, este produto está há muito integrado ao consumo nos centros urbanos da região, especialmente em Belém.

A palmeira do açaí, *Euterpe Oleracea*, é explorada para a retirada do fruto, do qual se extrai a polpa e para o corte do palmito, retirado de seu caule. Até o início dos anos 1990, houve predomínio da importância econômica do palmito, especialmente devido ao declínio da produção de áreas da Mata Atlântica que levou a um movimento de re-localização de empresas do setor em direção ao Pará. No entanto, o surgimento de um aparato legal que regulou a extração do palmito em áreas de açaí nativo no início da última década do séc. XX provocou o recuo da produção no Pará, com aumento da importância da produção em áreas do Sudeste e Centro Oeste do Brasil. A esse movimento de modificação da importância econômica da espécie viria se juntar, na virada do século os primeiros passos da inserção da polpa da fruta em mercados fora da região amazônica e em breve a escalada dos preços alcançados pelo produto. Esse conjunto de modificações foi responsável pela decisiva mudança do quadro vigente até o início da década de 1990, ao longo da qual a importância econômica da polpa do açaí se sobrepôs em muito a do palmito extraído da espécie (Costa 2016)<sup>122</sup>. Esse crescimento da importância econômica do açaí foi um dos componentes importantes da

---

<sup>122</sup> “No período entre os Censos [Agropecuários 1996 e 2006] o VBP da produção da fruta [açaí] mais que triplicou, de R\$ 178 para R\$ 423 milhões, enquanto o do palmito reduziu de R\$ 54 para R\$ 43 milhões.” (Costa 2016, p. 51)



trajetória da economia paraense entre meados da década de 1990 e meados da década seguinte – segundo os dados dos Censos Agropecuários (1996 e 2006) do período:

*Na Região do Grão-Pará<sup>123</sup>, o valor da produção de açaí mais que duplicou no período entre os censos, passando a representar 14% do VBPR [valor bruto da produção rural] em 2006. Nesse momento, se produzia, ali, 98% do valor da produção do açaí em todo o estado do Pará e em torno de 90% do açaí produzido no Brasil. O crescimento da importância do açaí na região mostra-se territorialmente: no ano de 1995 o açaí representava acima de 50% do VBPR em apenas 5 municípios; em 2006 eram 12 os municípios nessa condição. Nesse último ano, verificava-se, ademais, que em 47 municípios a produção havia passado a representar mais do que antes, sendo que em 32 deles o significado do produto mais que dobrou. (Costa 2016, p. 44).*

O crescimento da produção do açaí desde os anos 1990 se deu tanto no segmento “extrativo” quanto aquele da produção cultivada, a “lavoura permanente”, segundo a classificação usual do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Tendo como referência os anos de 1995 e 2006, para os quais há dados da lavoura permanente, podemos comparar a trajetória de ambas as formas de produção. Entre 1995 e 2006 a soma da produção extrativa e cultivada registrada pelo IBGE subiu de 147,166 para 283,992 toneladas, majoritariamente concentrada no estado do Pará (Tabela 1).

**Tabela 1 – Açaí: Produção (ton.) no Brasil e UFs selecionadas, segundo modalidade produção, 1995 e 2006**

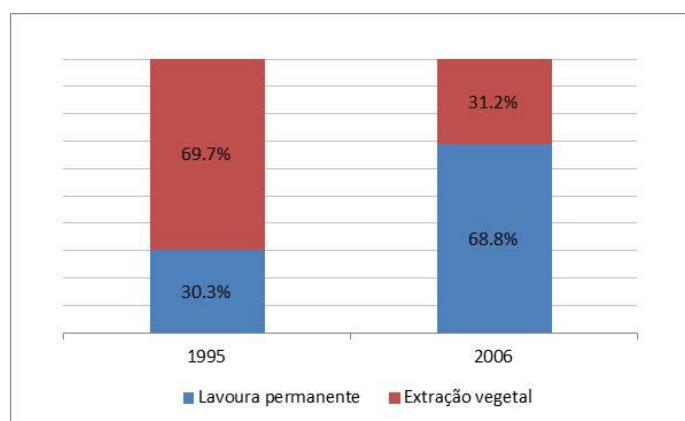
Unidade territorial	Produção da lavoura permanente <sup>1</sup> (ton.)		Produção da extração vegetal <sup>2</sup> (ton.)	
	1995	2006	1995	2006
Brasil	45,991	205,704	108,922	101,341
Rondônia	7	144	416	56
Acre	6	94	381	961
Amazonas	557	4,093	64	1,172
Pará	44,592	195,445	102,574	88,547
Amapá	828	1,943	2,565	1,160
Maranhão	-	3,339	2,922	9,441
(RO + AC + AM +PA + AM + MA) / BR	100.0%	99.7%	100.0%	99.9%

Notas: 1: Censos Agropecuários 1995 e 2006; 2: Pesquisa Anual da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. Fonte: SIDRA-IBGE

<sup>123</sup> Costa (2016) delimita o que chama de *Região do Grão Pará* cobrindo 76 municípios do estado do Pará, aqueles pertencentes às mesorregiões Nordeste Paraense, Marajó e RM de Belém, na qual estão 3,7 milhões de habitantes, no total de 7,7 milhões em todo o Estado.

A produção extrativa que era a mais expressiva na década de 1990 foi superada pela produção registrada como cultivo de lavouras temporárias. O Censo Agropecuário 1995 registrava aproximadamente 69% da produção como extrativa; no levantamento seguinte (2006) a proporção se inverteu e apenas 30% da produção foi registrada como sendo proveniente da extração vegetal (Gráfico 1). Essa inversão se deu, sobretudo graças à expansão da produção cultivada, que subiu de 45.991 para 205.704 toneladas (Tabela 1). A produção extrativa, já elevada nos anos 1990, cresce também, mas em menor intensidade, e a produção cultivada atinge o dobro daquela registrada como extrativa.

**Gráfico 1 - Açai: distribuição (%) da produção brasileira\* segundo modalidade produção, 1995 e 2006**



Fonte: SIDRA-IBGE.

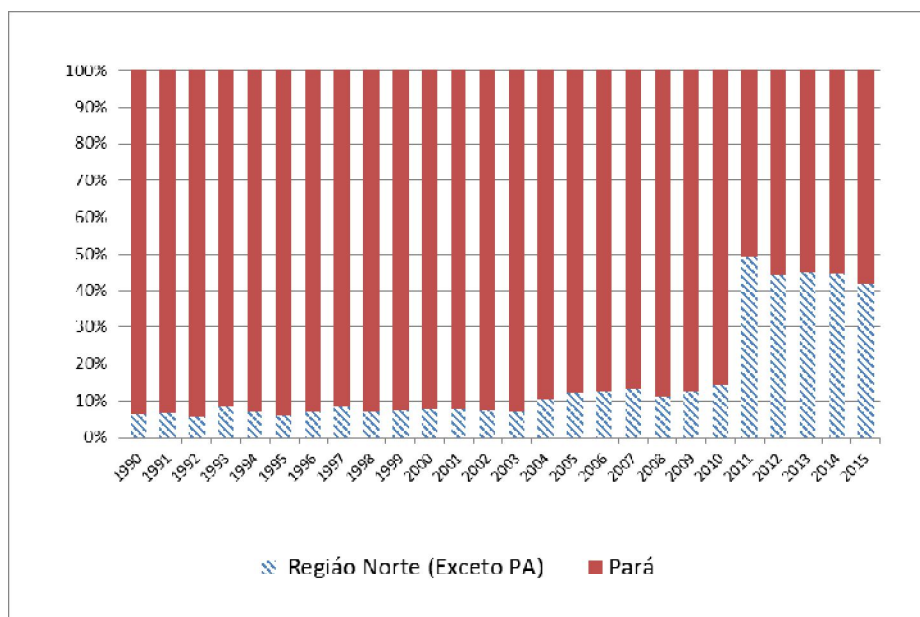
Nota: \* Os dados dizem respeito à 99% da produção nacional, concentrada nos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão e Pará (estado que por sua vez, reunia acima de 87% da produção total em ambos os anos).

É importante registrar que esta inversão de peso entre produção cultivada e produção extrativa pode guardar alguma relação com a dificuldade de delimitação estrita da diferença entre ambas, a qual não poderá ser adequadamente esclarecida no âmbito deste trabalho, mas que vale a pena notar, dada a importância do tema para a discussão que se segue. Como discutido por Brondizio (2006), há considerável dificuldade por parte de pesquisadores e técnicos formados dentro do paradigma técnico hegemônico em lidar, e mesmo de identificar, as estratégias de uso dos recursos regionais amazônicos. O olhar de observadores que estão preparados para identificar padrões de

cultivo e uso do solo ajustados ao paradigma (áreas de cultivo homogêneo, predominância estrita de uma espécie ou monocultura, organização geometrizada da área de produção, entre outras características.), não se ajusta a captura de formas de cultivo que não estão nesse registro. Noutras palavras, há indicações de que a discussão que se fez na seção anterior, sobre a formação histórica de formas de invisibilidade das populações autóctone e mestiça e de suas práticas sociais heterogêneas se reflete ainda no presente como formas de ofuscamento – pontos cegos – que atingem grupos sociais na Amazônia (Adams et al 2006). Em que medida essa realidade se fez presente no processo em questão é difícil dizer. Isso inclusive porque é possível que as próprias estratégias dos grupos atingidos negativamente por tais estigmas incluam de fato a adoção direta ou indireta de práticas sociais, técnicas e estéticas que os retirem da invisibilidade e permitindo-lhes acesso mais fácil a políticas públicas, serviços privados e participação em redes econômicas aos quais eventualmente sua posição de “extrativistas” não os habilitava. Voltaremos à questão. A discussão que se segue se concentrará principalmente nas informações reunidas na Pesquisa de Extração Vegetal do IBGE.

Segundo os dados da Pesquisa de Extração Vegetal do IBGE, o açaí foi em 2015 o segundo produto mais importante em termos de valor da produção extrativa vegetal nos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O valor gerado no segmento extrativo pelo açaí ficou atrás apenas do valor das vendas de madeira em tora. A produção deste segmento gerou 393,5 milhões de reais; 16% da receita de venda de todos os produtos da chamada produção de extração vegetal nos estados mencionados e 21% dos valores gerados no estado do Pará (SIDRA-IBGE).

Gráfico 2 – Região Norte e Pará – Açai – quantidade produzida (ton.)



Fonte (dados primários): SIDRA-IBGE. Elaboração do autor.

O estado do Pará tem se mantido como o maior produtor de açaí desde o início da série de dados em 1990. Até 2004 mais de 90% da produção do fruto na região norte era procedente do Pará e somente em 2010 a participação paraense caiu abaixo de 85%. Em 2015 o Pará concentrava ainda a maioria da produção do fruto, com 58% do total. Essa grande modificação da distribuição da produção se deve ao registro de um brusco aumento da produção no Amazonas, que salta de 3,2 para 89,4 mil toneladas registradas de 2010 para 2011, uma mudança que parece dever-se em parte a mudanças no registro da produção, já que seria difícil uma modificação tão brusca nas quantidades produzidas. Os estados do Acre e Maranhão, que tem mantido uma produção pequena em quase todo o período 1990-2010, também expandiram muito sua produção desde meados dos anos 2000.

Como se disse acima, a produção extrativa paraense era significativa já no início dos anos 1990, embora a expansão da produção cultivada tenha sido muito expressiva. Desde o início dos anos 1990 o Estado do Pará mantém grande produção do fruto: em termos da produção extrativa uma média anual de 106 mil toneladas, com um pico de produção registrado em 2003, de 134 mil toneladas, um nível de produção que não seria mais registrado desde então. A partir de 2010 a produção paraense tem flutuado entre 100 mil e 120 mil toneladas (Gráfico 3). Isso sinaliza que essa modalidade de produção

havia se desenvolvido uma capacidade produtiva importante desde o início dos anos 1990, e talvez antes. Não temos dados para a produção extrativa no período anterior, mas é pouco provável que essa capacidade haja sido atingida bruscamente. O mais provável é que houvesse um processo em curso de ampliação da capacidade produtiva, assim como de absorção (consumo) regional da produção já nos anos 1990, algo que é bastante interessante: esse aparato foi construído possivelmente com base em conhecimento e técnicas locais.

Por outro lado, os preços do açaí subiram continuamente desde o ano de 2004, momento em que o produto passa a ser exportado intensamente para mercados do sul e sudeste do Brasil e também para o exterior<sup>124</sup>.

Essa alta dos preços – somada à expansão da produção cultivada e extrativa – ajuda a compreender porque a participação do produto no valor da produção extrativa no Pará tenha passado de 2,2% do valor da produção na extração vegetal paraense para 22,5% do mesmo montante. Essa alta significativa dos preços do produto ajuda também a compreender a razão pela qual outros estados passaram a registrar altas na sua produção, particularmente o Amazonas e Acre e o Maranhão.

Somando-se a isso, o açaí vem sendo há séculos um item da dieta nativa e depois da dieta popular rural e urbana (Ponte 2013), com fortes raízes étnicas mestiças, e como tal participava da relativa invisibilidade de que sofrem as populações mestiças na Amazônia desde muito (Parker 1985, Adams et al 2006).

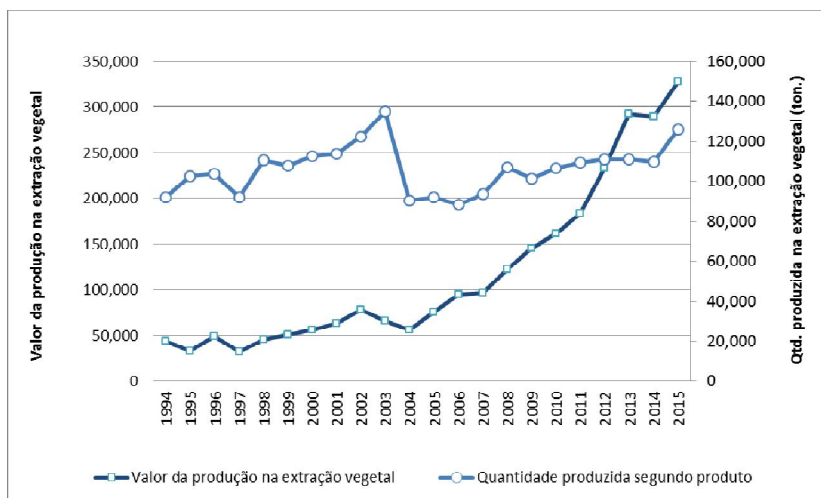
Diferente de outros produtos da região amazônica, cujo uso e comercialização se desenvolveu desde o início voltada para a exportação, o açaí teve uma longa permanência na economia local, antes que se tornasse alvo da atenção de outros mercados. Isso ocorreu apenas recentemente no final da década de 1990 (Brondizio et al 2004). Por isso *reconhecer* a diversidade biológica inserida nas esferas da produção e do consumo

---

<sup>124</sup> Há versões variadas para o surgimento do comércio do açaí na Região Sudeste, particularmente no Rio de Janeiro. Ver Brondizio et al (2002). Não faremos, por ultrapassar o escopo deste trabalho, a discussão da expansão da economia exportadora do açaí. A questão é tratada em detalhes por Costa (2016). Tal processo de expansão é não apenas intenso como de importância fundamental para a compreensão da estrutura atual da economia urbana de Belém, tanto no momento atual quanto para os desdobramentos que devem se desenrolar nos próximos anos. Como indicação da intensidade deste processo, basta mencionar que, segundo Costa (2016), as exportações do arranjo produtivo local da polpa, definido teórica e empiricamente pelo autor neste trabalho, “saíram de montante em torno de **R\$ 30 milhões no ano de 2000 para mais de R\$ 800 milhões de reais em 2011**. As importações cresceram também de modo muito importante, de próximo de R\$ 30 milhões para próximo de R\$ 140 milhões. Dessa diferença de ritmo emerge a partir de 2006 um saldo muito significativo que atinge R\$ 691 milhões de reais em 2011” (p. 81; grifo nosso). A geração de um montante de recursos dessa natureza com base na produção e comercialização da polpa do açaí mostra a importância atual do setor.

cotidiano na Amazônia pode contribuir para alternativas de desenvolvimento na região, baseadas nos recursos regionais. Em caso contrario, o reconhecimento das possibilidades de uso econômico do patrimônio regional pode se constituir apenas com base em uma atribuição externa de sentido e valor.

**Gráfico 3 – Estado do Pará - Açaí: Quantidade produzida (ton.) e valor da produção (R\$)**



Fonte (dados primários): SIDRA-IBGE – Elaboração do autor.

É importante também reconhecer que o desenvolvimento de atividades econômicas como a produção do açaí e outros produtos regionais, teve como base o conhecimento e o trabalho de populações nativas e mestiças, embora esses grupos sejam muitas vezes invisibilizados. Isto porque eles têm se inseridos no aparelho econômico em situação de precariedade e ausência de direitos de toda sorte, a começar pelos próprios direitos humanos, mas também cidadania, direitos sociais e trabalhistas (Parker 1985, Almeida 1997; Adams et al 2006). Este processo se prolonga nas economias contemporâneas, e não menos na realidade do município de Belém, onde se verifica uma associação entre o trabalho no manejo de produtos regionais e condição de precariedade no trabalho. E, no entanto, esses setores baseados no manejo e comercialização de produtos da biodiversidade amazônica são uma das particularidades da economia desse município. Essa situação de precariedade do trabalho tem raízes históricas na formação da rede urbana da Amazônia cujos núcleos mais antigos se formaram com base em atividades extrativistas ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX (Corrêa 2008).

Como tentativa de mensurar esses efeitos utilizamos os dados provenientes do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual

fornece informações sobre a distribuição da população ocupada segundo setores de atividade indexados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. Fizemos uma seleção de setores ligados ao manejo de recursos regionais (cultivos regionais, pesca, manejo florestal, etc.) ou que dele fazem uso, como restaurantes e produção/comercialização de alimentos. É possível também explicitar a importância de outras atividades ligadas a recursos do ambiente Amazônico (serrarias, transporte aquaviário), as feiras e vendedores ambulantes e ainda o turismo, cultura, arte e lazer, cuja atratividade também se liga à singularidade ambiental regional. Por fim, inserimos setores que ocupam população de baixa renda, como serviços domésticos, reparação e manutenção, etc., com intenção de perceber características do mercado de consumo local, de cuja demanda depende muitas atividades baseadas em recursos regionais. Os dados são apresentados na Tabela 2, para o estado do Pará, Municípios do Estuário do Amazonas e Município de Belém. Nossa discussão irá se deter nos dados da capital, mas a agregação para os municípios do estuário do Amazonas<sup>125</sup> é importante. Grande parte dos produtos de origem regional inseridos no mercado de Belém tem insumos provenientes da região do estuário, o que é particularmente verdade para o açaí.<sup>126</sup> Pela leitura da Tabela 2, apreende-se que os setores com possível associação com a produção, manejo e consumo do açaí ocupavam 31,7% da população ocupada em Belém, 40,51% e 43,80% no estado e na região do estuário, respectivamente. Entre os setores selecionados, o grupo dos cinco mais significativo são os que se seguem. Em primeiro lugar “serviços domésticos”, empregando 50.867 pessoas: 8,5% da população empregada em Belém. Em seguida, há as “atividades mal definidas” (7,1%), “alimentação” (3,91%), “cabeleireiros, estética e serviços pessoais” (2,05%) e “comércio ambulante e feiras” (2,02%).

---

<sup>125</sup> Consideramos como municípios do Estuário os 37 cujo território são banhados pela foz do Amazonas ou que estão no arquipélago do Marajó. São eles: Abaetetuba, Afuá, Anajás, Ananindeua, Bagre, Barcarena, Belém, Benevides, Breves, Cachoeira do Arari, Cametá, Castanhal, Chaves, Colares, Curalinho, Curuçá, Gurupá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Marapanim, Marituba, Melgaço, Mocajuba, Moju, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Barbara do Pará, Santa Cruz do Arari, Santa Isabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Sebastião da Boa Vista, Soure e Vigia.

<sup>126</sup> Segundo dados da Pesquisa de Extração Vegetal do IBGE, 89% a produção paraense de açaí está concentrada em 15 municípios da região estuarina: Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Mocajuba, Afuá, Inhangapi, Muaná, Ponta de Pedras, São Sebastião da Boa Vista, Igarapé-Miri, São Miguel do Guamá, Magalhães Barata, São Domingos do Capim, Cachoeira do Arari, Marapanim e Barcarena. Em Limoeiro do Ajuru, foi registrada a produção de 25% da produção paraense. A produção registrada em Belém, por outro lado não é expressiva em termos percentuais. As 300 toneladas produzidas no município correspondem a apenas 0,2%, embora o município seja extremamente importante para o consumo e a cadeia produtiva do açaí.

Tabela 2 – Estado do Pará, Municípios do Estuário do Amazonas e Belém. Distribuição da população ocupada segundo setor de atividade – Censo Demográfico 2010

Código	Setor	Estado do Pará		Municípios do Estuário		Município de Belém	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
1	Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados.	431.995	14,89	107.868	7,82	2.190	0,37
2	Produção florestal	52.452	1,81	29.558	2,14	2.610	0,44
3	Pesca e aquicultura	105.302	3,63	57.841	4,20	3.901	0,66
10	Fabricação de produtos alimentícios	22.338	0,77	11.146	0,81	3.061	0,51
13	Fabricação produtos tecelagem, fibra e madeira, exceto moveis.	2.737	0,09	1.693	0,12	407	0,07
16	Serrarias	25.513	0,88	6.809	0,49	658	0,11
22	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	643	0,02	307	0,02	65	0,01
28	Fabricação de máquinas e equipamentos	1.086	0,04	561	0,04	232	0,04
30	Construção de embarcações	2.092	0,07	1.603	0,12	695	0,12
31	Fabricação de móveis	15.069	0,52	7.409	0,54	3.175	0,53
32	Fabricação de produtos diversos	9.348	0,32	5.931	0,43	2.880	0,48
48	Comércio ambulante e feiras	42.220	1,45	25.322	1,84	12.017	2,02
49	Transportes	30.998	1,07	17.790	1,29	7.672	1,29
50	Transportes aquaviário	7.143	0,25	4.609	0,33	2.237	0,38
52	Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	11.263	0,39	7.026	0,51	4.266	0,72
55	Alojamento	9.369	0,32	4.586	0,33	2.667	0,45
56	Alimentação	78.476	2,70	44.933	3,26	23.288	3,91
79	Turismo e viagens	2.027	0,07	1.221	0,09	950	0,16
90	Arte, cultura e lazer.	7.255	0,25	5.057	0,37	3.242	0,54
91	Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	1.301	0,04	921	0,07	619	0,10
93	Atividades de recreação e lazer	3.567	0,12	2.272	0,16	1.212	0,20
95	Reparação-manutenção objetos e equipamentos pessoais e domésticos	14.439	0,50	9.429	0,68	5.379	0,90
96	Cabeleiras, estética e serviços pessoais.	35.804	1,23	21.152	1,53	12.219	2,05
97	Serviços domésticos	188.877	6,51	100.261	7,27	50.867	8,54
99	Atividades mal definidas	169.639	5,85	83.169	6,03	42.285	7,10
<b>100</b>	<b>Outros setores</b>	<b>1.630.838</b>	<b>56,20</b>	<b>820.290</b>	<b>59,49</b>	<b>406.644</b>	<b>68,29</b>
	<b>Total</b>	<b>2.901.791</b>	<b>100,0</b>	<b>1.378.764</b>	<b>100,0</b>	<b>595.438</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico –IBGE 2010



Os grupos de, pesca e aquicultura; arte, cultura e lazer; fabricação de móveis; fabricação de produtos alimentícios; fabricação de produtos diversos; alojamento; produção florestal; transportes aquaviário; agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados; atividades de recreação e lazer; turismo e viagens; construção de embarcações e serrarias tinham participação percentual baixo no total do emprego, 2,10% no total, mas um número absoluto de 13 mil postos de trabalho. Além disso, vários desses setores tem em Belém seu mercado consumidor e entreposto de revenda para outras praças, mais do que um local de geração de emprego – como é caso das atividades de pesca, produção de embarcações e agricultura. Nesse último, por exemplo, há as atividades de cultivo e comercialização de mandioca e derivados que geravam em 2010, mais de 85 mil empregos no estado.

Em consonância com essas informações, chama atenção que o município de Belém possua uma paisagem urbana marcada pelas atividades econômicas extrativistas, baseadas na relação com os recursos do bioma tropical (Baptista 2010, Cardoso 2010, Silva 2010). Essa tradição é expressa na importância do mercado do Ver-o-Peso, o qual está em funcionamento há mais de trezentos anos. A partir da permanência, importância e legitimidade social desse mercado, tão caro à população local e aos visitantes, é que parecem ter emergido capacidades sociais e institucionais que produziram e mantem as feiras livres como um elemento forte na vida urbana de Belém. Isso inclusive no tocante à vida econômica, e ao que parece de modo mais intenso do que qualquer outra capital de Estado no Brasil. Medeiros (2010) indica a existência de 34 feiras oficialmente em funcionamento no município em 2010, num total de 4984 permissionários reconhecidos pela prefeitura do município.

Merece destaque na Tabela 2, o fato de 12.017 pessoas trabalhavam em 2010 de alguma maneira nos setores de “feira e comércio ambulante” em Belém. Além destes, mais de 6500 estavam nos setores de “serviços ambulantes de alimentação” e “atividades de alimentação não especificadas”. França (2010) apresenta informações sobre 34 feiras localizadas no município, nas quais se registra 4984 permissionários, 29% dos quais informais, pois sem cadastro na prefeitura do município. Esse universo se ramifica pelo fornecimento de insumos em direção à negócios dos setores de alimentação (3.0% da população ocupada), fabricação de produtos alimentícios (0.51%), turismo e alojamento (0.61%), entre outros. Em outra direção, o setor se liga a prestação de serviços de

transporte, particularmente o aquaviário (0,38%), e à demanda por serviços de manutenção e reparação (0.9%).

Para melhor entender a importância do mercado de trabalho local e suas particularidades é útil apresentar as características da mão de obra ocupada, segundo atributos individuais e dos postos de trabalho, a saber: posição na ocupação (formalidade/informalidade) escolaridade (graus completos) e rendimento do trabalho principal. Considerando o município de Belém, os setores selecionados (44) empregavam 31.7% da população ocupada em 2010 (Tabela 3). A informalidade é elevada no mercado de trabalho de Belém como um todo: metade da população ocupada em 2010 trabalhava como informal, o que era pouco da média nacional (52%), e menor que a média do estado do Pará (67%). A informalidade é mais elevada nos setores que selecionamos (64.72%) como mais ligados ao manejo de recursos naturais regionais do que a média de Belém.

Comparando o nível de rendimento do trabalho principal entre os setores selecionados e não selecionados, nos setores selecionados o salário médio R\$ 876, contra R\$ 1511 nos demais setores; uma diferença de 72% a favor dos setores não selecionados. O rendimento mediano (aquele abaixo do qual 50% estão os rendimentos de todos os empregados) entre os setores selecionados era de R\$ 510.00 e de R\$ 730.00 nos demais.

As médias de escolaridade ou nível de instrução são claramente distintos entre os dois grupos de setores. Nos setores selecionados há alta prevalência de indivíduos de baixa escolaridade (sem instrução e fundamental incompleto): 57% contra apenas 21% nos demais setores. No extremo oposto, os setores não selecionados tem 40.7% de indivíduos na categoria médio completo e superior incompleto contra 26.5% entre os indivíduos dos setores selecionados.

Os dois grupos de setores são, portanto distintos, quanto a sua inserção na economia urbana de Belém. Aqueles que julgamos mais ligados ao uso dos recursos da biodiversidade são ligadas às atividades do mercado local, com elevada informalidade, baixo nível médio de instrução e remuneração abaixo da média do município de Belém. Essa impressão converge com trabalhos realizados por outros autores, inclusive em período recente, com os reunidos em Simonian (2010), Rodrigues et al. (2014) e também em Montenegro (2011).

\*\*\*

As feiras e mercados populares surgem como as estruturas urbanas do município de Belém para as quais confluem de maneira visível, abundante e variada artigos provenientes da biodiversidade amazônica (Rodrigues et al, 2014). A própria informalidade, tão presente na atividade dos feirantes, cria um ambiente de permeabilidade comercial que torna possível entradas e saídas de novos agentes e novos produtos, abrindo portas a produtos retirados do manejo florestal, atividades pesqueiras, entre outras.

**Tabela 3- Belém-PA: Características individuais e do posto de trabalho dos setores associados a produção, manejo e consumo do açaí, 2010.**

<b>Escolaridade</b>	<b>Setores associados</b>	<b>%</b>	<b>Demais setores</b>	<b>%</b>
S/ inst.	572,067	57.97	88,291	21.71
Fundamental	164,931	16.71	67,138	16.51
Médio com	204,694	20.74	165,570	40.72
Superior	39,535	4.01	84,358	20.74
Indeterminado	5,538	0.56	1,287	0.32
<b>Por posição na ocupação</b>		<b>%</b>		<b>%</b>
Formal	66,609	35.28	233,620	57.45
Informal	122,185	64.72	173,024	42.55
<b>Salário Médio</b>		<b>Desvio-padrão</b>		<b>Desvio-padrão</b>
Total	876.55	1907.77	1511.23	2546.33
Formal	1273.18	2799.72	1856.91	2747.23
Informal	673.34	1169.35	1065	2181.34
<b>Salário Mediano</b>				
Total	510.00		730.00	
Formal	600.00		920.00	
Informal	510.00		510.00	

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 (Microdados). Elaboração do autor.

Feiras de Belém – estruturas urbanas e relações com a biodiversidade  
 Por função e por gênese as feiras tem grande afinidade com o as esferas da vida local, do cotidiano, ou do circuito inferior da economia urbana (Santos 2008, Braudel 2005, Montenegro 2011, Silva, Diniz e Ferreira 2013). Em economias urbanas como as

amazônicas, nas quais a base natural oferece um universo de diversidade natural favorável à incorporação na vida social, as feiras podem funcionar como portas para a absorção na dinâmica urbana de recursos regionais. Em alguns casos elas são estruturas iniciais de articulação, fazendo a mediação entre os territórios e grupos sociais dos quais provém tais recursos e uma base urbana e produtiva mais ampla, e às vezes mais complexa e sofisticada. Nas melhores situações, a baixa complexidade e as pequenas barreiras à entrada de novos agentes e novos produtos oferecidas pelas feiras, conectadas a alguma estabilidade na demanda oferecida pelas necessidades básicas do cotidiano local, permite a articulação e o trânsito entre *artigos* e *agentes* dos setores mais e menos complexos de um sistema econômico urbano ou regional. No mínimo por isso, as feiras merecem maior atenção do que pode parecer, a partir de uma impressão inicial sobre sua importância econômica e urbana. Esse é, por assim dizer, o esboço da trajetória de incorporação de um produto como o açaí à economia urbana amazônica. Um processo que vem acontecendo desde as primeiras rodadas de interação entre a base urbana e natureza na região, e segue ocorrendo com outros produtos e agentes do universo de feiras e mercados populares da região, e particularmente em Belém.

A capilaridade das relações do setor de feiras alcança não apenas o município de Belém, mas também municípios do entorno, da região metropolitana ou do estuário do Amazonas, para os quais Belém constitui sua base urbana e centro articulador mais complexo há três séculos (Furtado e Souza 2006; Macêdo 2014). Um grande número de ligações econômicas e produtivas se mantem entre a capital e as ilhas, pertencentes a Belém e do Arquipélago do Marajó; municípios da região metropolitana, municípios e localidades do baixo Tocantins, Salgado Paraense, Amapá e mesmo regiões interioranas do estado e da região amazônica. As feiras são em certos casos, como o Ver-o-Peso, os locais de abastecimento seguro de produtos sem entrada em lojas e redes de abastecimento convencionais. Óleos vegetais, sementes, material vegetal desidratado, cipós e fibras; nomes, cheiros e usos exóticos, cujo significado social é tradicionalmente compartilhado pela população amazônica (Baptista 2010, Cardoso 2010, Silva 2010).

Juntamente com áreas de portos, que também são muitas em Belém e aos quais algumas das principais feiras do município estão associadas por localização (Castro e Santos 2006), as feiras funcionam como mediação entre circuitos da vida urbana local (Montenegro 2011), da ordem próxima e do cotidiano (Lefebvre 2008, 2014). No caso do Mercado do Ver-o-Peso, por sua história, expressão e prestígio, ou segmentos

específicos e secundários de todas as feiras, como a venda de produtos industrializados de baixo custo e qualidade, as feiras estão inseridas em circuitos econômicos globais, se relacionando com a ordem distante, a qual intervém de varias maneiras nas esferas do cotidiano.

Não obstante essas forças de transformação trazidas por articulações distantes, o manejo e comercialização de produtos da biodiversidade regional se mantem como marca dos mercados e feiras de Belém. Sua abundância e diversidade são o fundamento da permanência relativa destes locais como estrutura de mediação urbana. Na capital paraense, os segmentos da população envolvidos como produtores e consumidores são suficientemente grandes e espacialmente densos para que as relações econômicas baseadas no universo cultural amazônico-caboclo-ribeirinho que vem sendo construídas e reconstruídas há séculos se mantenham viáveis e legítimas. Na ausência dessas condições urbanas específicas de densidade e diversidade, é provável que essas relações já houvessem evanescido como aconteceu em outras regiões e grandes centros urbanos brasileiros, nas quais os traços do universo cultural ameríndio não têm nem de longe a força que mantem na Amazônia e especialmente em Belém (Simonian 2010).

As feiras e mercados são lugares de síntese da economia urbana de Belém naquilo no que tange a esta singularidade – o funcionamento desse centro urbano como plataforma de criação de significado social e valor econômico para recursos provenientes da diversidade natural. Ao mesmo tempo, as feiras são lugares onde se experimenta informalidade laboral, condições de trabalho difíceis e em alguns casos fenômenos de degradação social e humana.

O universo das feiras é variado em Belém: mais uma das manifestações da diversidade que caracteriza a região. Segundo França (2010) há em um extremo o Ver-o-Peso, com 872 permissionários, todos cadastrados. No outro extremo da escala de tamanho, feiras como a da ilha do Mosqueiro, com 12 permissionários ou a feira do Barreiro, distrito de Sacramento, com 725 permissionários todos sem cadastro (Tabela 4).

A informação quanto à ausência de permissionários não cadastrados, no entanto, não implica efetiva ausência de informalidade e precariedade. Uma característica que chama atenção nas diversas feiras e mercados de Belém é seu permanente transbordamento. É situação visível no Ver-o-Peso, feira do Jurunas, Guamá, Cremação, Pedreira, quiçá em todas as feiras do município. Nos casos do bairro Guamá e da Pedreira, a feira ocupa

atualmente dois prédios. Um segundo e mais recente, foi acrescentado para abrigar o crescimento do número de feirantes. Ainda assim as barracas se estendem por calçadas e ruas adjacentes. O mesmo se dá na feira do Jurunas.

Esta dinâmica se liga à busca de opções de trabalho e sobrevivência pela população de baixa renda e baixa escolaridade, concentrada em algumas regiões do município, onde lhes foi possível o acesso formal ou informal à moradia e oportunidades de trabalho. Mas a própria opção de trabalho nas feiras não seria factível sem o desenvolvimento de práticas cotidianas que interligam a vida urbana aos recursos fornecidos pela base natural à qual a população de baixa renda na Amazônia recorre historicamente como alternativa de trabalho e subsistência (Medeiros 2010, Loureiro da Silva 2010).

Outra dimensão a que esse transbordamento remete são as condições de trabalho e funcionamento das feiras. A combinação de condições sociais, naturais e climáticas de Belém por vezes confere ao cotidiano de mercados e feiras um aspecto desconcertante. Em diferentes casos (feiras e mercados) e situações (trabalho, práticas cotidianas) chama a atenção a convivência de trabalhadores e usuários com elevada incidência de problemas não resolvidos. São problemas variados: problemas técnicos, insuficiência de objetos, utensílios e estruturas, subutilização e desperdício de recursos, entre outras questões<sup>127</sup>. Além disso, as diferentes dimensões do problema se interligam, o que talvez seja a questão crucial. Dado que parece haver uma busca insuficiente de respostas aos problemas – ou algum tipo de processo que mantém essas respostas abaixo de um nível de sofisticação e eficiência que faça frente aos ciclos de surgimento e resolução de problemas cotidianos – o nível de aprendizado e sofisticação possível no manejo dos recursos disponíveis permanece restrito. A existência de um “teto” de aprendizado e sofisticação se manifesta no surgimento de “camadas técnicas” muito incipientes, especialmente quando confrontada com a diversidade e sofisticação dos próprios recursos naturais disponíveis.

Tentemos um exemplo que possa ilustrar o argumento. As estruturas do complexo do Ver-o-Peso possuem dois espaços dedicados à comercialização de pescados: o mercado

---

<sup>127</sup>É preciso estar ciente dos riscos de avaliar com critérios externos as estruturas de um cotidiano do qual não se participa diretamente. Mas a considerar esse aspecto não resolve inteiramente a questão. Permanece o fato de que as condições de trabalho e consumo em muitas destes lugares dificilmente pode ser dito salubre, seguro ou cômodo para a população que deles faz uso cotidiano. A quem visita um espaço como a feira do Jurunas, na confluência das avenidas Fernando Guilhon e Bernardo Sayão dificilmente irá escapar o caráter incompletamente organizado da área, problemas dos quais os próprios feirantes demonstram percepção e insatisfação (Silva e Castro 2014)

do peixe (ou Mercado de Ferro) e a Pedra. O Mercado de Ferro destaca-se na paisagem urbana de Belém:

*Construído com peças pré-moldadas em placas de ferro importadas<sup>128</sup>... [foi] inaugurado no dia 1º de dezembro de 1901, este mercado se destaca pela imponente estrutura retangular, com cantos ligeiramente chanfrados e arrematados por quatro magníficas torres avistáveis da terra e da água, ocupando uma área de 1.197m<sup>2</sup> e pesando nada menos que cerca de 1.133.389 toneladas. Constitui um notável exemplar da Arquitetura de Ferro que se difundiu nas cidades amazônicas entre os séculos XIX e XX, graças às divisas geradas pelo então próspero comércio da borracha, remetendo a uma fase de transformações grandiosas em Belém, marcada por ideais de embelezamento, saneamento e novo planejamento urbano. (Carvalho 2011, p.21).*

Ao lado do Mercado de Ferro esta a Pedra do Peixe, a Pedra: uma “calçada com cerca de 200m de extensão por 2m de largura, que vai da beira do rio até a Praça do Relógio”.

*É na Pedra do Peixe ou simplesmente Pedra que se concentram, durante a madrugada, o desembarque e a comercialização do pescado in natura, que é distribuído em seguida por meio de uma complexa rede de transações comerciais, até alcançar os consumidores finais no próprio Ver-o-Peso, em praticamente todas as feiras e (super)mercados de Belém e vizinhança, e até mesmo fora do Estado do Pará. Na Pedra interagem pescadores, geladores (pescadores especializados na conservação do pescado gelado dentro das embarcações), geleiros (que desembarcam a mercadoria), viradores (ajudantes dos balanceiros, que prestam apoio na montagem de balanças e guarda de equipamentos), balanceiros (que pesam a produção de cada embarcação, intermedeiam compras e chegam a aviar pescadores), carregadores (que levam na cabeça as caixas de peixes arrematadas pelos compradores) e peixeiros, organizados em seus respectivos ambientes: água e terra, que não se misturam. (Carvalho 2011, p.22).*

---

<sup>128</sup> Segundo Silva e Castro (2014) o Mercado de Ferro foi totalmente importado da Inglaterra, projetado pelo arquiteto Henrique La Rocque.

**Tabela 4 - Demonstrativo do número de feiras e de permissionários em Belém - 2010**

	Feiras municipais	Permissionários		
		Cadastrado	Sem Cadastro	Total
1	Acatauassu Nunes	48	0	48
2	Augusto Corrêa	39	0	39
3	Bandeira Branca	153	4	157
4	Barreiro	0	725	725
5	Batista Campos	91	0	91
6	Campina	0	55	55
7	Comp Catalina	17	3	20
8	Cremação	143	0	143
9	Damasco (Cabanagem)	186	3	189
10	Entroncamento	164	90	254
11	Maracajá (Mosqueiro)	8	4	12
12	Marambaia	57	5	62
13	Mosqueiro	29	4	33
14	Mundurucus	7	5	12
15	Oito De Maio (Icoaraci)	240	0	240
16	Outeiro	0	0	0
17	Panorama XXI	28	34	62
18	Parque União (Tapanã)	0	344	344
19	Pedreira	175	0	175
20	Porto Da Feira Do Açaí	128	5	133
21	Porto Da Palha	144	4	148
22	Porto Do Açaí	50	0	50
23	Porto De Icoaraci	0	38	38
24	Providencia	83	3	86
25	Sacramenta	19	3	22
26	Santa Luiza	35	0	35
27	São Benedito	80	12	92
28	São Domingos	30	0	30
29	São Gaspar (Tapanã)	0	73	73
30	Tavares Bastos	181	0	181
31	Telégrafo	179	5	184
32	Teófilo Cunduru	43	15	58
33	Ver-O-Peso	872	0	872
34	25 De Setembro	321	0	321
	<b>Total</b>	<b>3550</b>	<b>1434</b>	<b>4984</b>

Fonte: Medeiros 2010, p. 63. A relação não compreende dados de todas as feiras do município de Belém.



A descrição dos dois espaços é contrastante. No caso do Mercado de Ferro este é apresentado como um signo do sonho interrompido de modernização da época da borracha. A descrição dos negócios da Pedra do Peixe é uma enumeração de atividades trabalho-intensivas. Na verdade, a paisagem na Pedra do Peixe é em geral desoladora do ponto de vista de uma *camada técnica*. A diversidade e sofisticação dos recursos, peixes e outros animais retirados dos rios amazônicos próximos e distantes, contrasta com a exiguidade de instalações, permanentes ou transitórias. Os pescados são comercializados sobre caixotes e bancas improvisadas, as vezes sobre ou dentro de caixas de papelão. Os profissionais que trabalham na área, com frequência dotados de saber extenso tácito sobre as espécies com as quais lidam, se movem em meio a um universo de improviso, um improviso sem fertilidade que parece não se transmutar em criação técnica. Nada indica que os artefatos, recipientes, carrinhos e outros equipamentos de qualquer natureza sejam de fato alvo da atenção de alguém – quem compra, quem comercializa, quem trabalha. Tudo se passa como se não houvesse algo a fazer em termos da redução do esforço humano no deslocamento de volumes, da dificuldade do manejo do pescado e do gelo, algo que pudesse ser alvo de qualquer adensamento ou sofisticação técnica, tecnológica ou logística. Entre a “suntuosidade congelada” do mercado de ferro e a exiguidade dos caixotes de madeira e caixas de papelão, ou a insuficiência técnica dos pesados carrinhos de madeira bruta que circulam desajeitados, segue o cotidiano das dezenas de trabalhadores manuais do lugar, aparentemente sem se incomodar com o visível (invisível?) desajuste entre universo técnico e os usos que dele é feito no trabalho.

A noção que vem à tona como forma de tentar compreender essa convivência conflituosa é a de *precariedade*. Discutimos nos capítulos precedentes (2 e 3) a prevalência da precariedade como um aspecto do cotidiano das sociedades pós-coloniais e periféricas. O precário aqui não se caracteriza [necessariamente] pela ausência de meios para a resolução de problemas. Ao contrário, sua presença e permanência são talvez associadas a processos materiais, sociais e culturais por meio dos quais permanece o desajuste entre a capacidade técnica disponível ou empregada e as necessidades surgidas nos usos cotidianos, mesmo e inclusive quando existem recursos e meios para as respostas.

O transeunte que caminha no complexo de abastecimento do Jurunas, incluindo a Feira (chamada às vezes Feira da Conceição) e o porto do Açáí, nota o aspecto

incompletamente organizado da paisagem (Santos 2009). Barracas, muitas improvisadas de modo primário, se distribuem nas calçadas e pista de rolamento, a não ser nos pontos em que poças de água ou depósitos de resíduos diversos impedem a colocação de pontos de venda. Os resíduos gerados pelas atividades não parecem ser retirados com frequência suficiente para evitar o acúmulo. Há intensa circulação de consumidores e trabalhadores, deslocando-se a pé ou de bicicletas, manejando carrinhos onde se transporta artigos vendidos ou para venda. Esse fluxo disputa espaço com carros, caminhões e ônibus que também usam a mesma via. O dinamismo e diversidade do lugar contrastam com problemas que pedem soluções pequenas e grandes, por toda parte – o aspecto que resulta é de que tudo está condenado a ser transitório. Nesses termos o caráter incompletamente organizado e a insuficiência de respostas aparece em sua inteireza. É difícil supor que esses problemas não podem ser tecnicamente resolvidos, ou que não seja economicamente viável solucioná-los, inclusive porque pelo menos como hipótese: a) a solução desses desajustes pode ser e as vezes é feita como atividade econômica remunerada e b) a solução poderia servir como fonte de atratividade ou pelo menos como redução de algum nível de rejeição que o lugar possa possuir.

No sentido aqui discutido a precariedade se materializa no meio urbano amazônico como desajuste entre a diversidade e potencialidade (econômica) dos recursos naturais da região e resultados insuficientes em termos de criação técnica, econômica e social. Discutimos acima a partir de Lefebvre (2008b) como a dinâmica da industrialização se chocou com a cidade e com a vida cotidiana, empobrecendo a experiência urbana de percepção e interação com a natureza. O espaço urbano industrial e sua prática cotidiana afastaram recursos naturais e convívio social. De forma ainda mais intensa a época industrial tornou rarefeitas ou inexistentes as práticas cotidianas que conectavam os ciclos sociais e naturais.

Essa discussão não é (ou não pretende ser) moral ou estética, embora seja desnecessário dizer que o estranhamento estético e cultural tem interferência em sua motivação. O estranhamento é útil no mínimo na medida em que coloca em primeiro plano uma percepção: a permanência da precariedade como ausência de respostas aos problemas cotidianos é particularmente severa nas feiras e mercados, estruturas socioeconômicas nas quais a confluência da diversidade natural é o próprio fundamento. É útil pensar, que em parte a persistência da precariedade cotidiana na escala das feiras urbanas

prolonga a condição de invisibilidade experimentada pela população de origem mestiça, cabocla e ribeirinha (Adams et al 2006), cuja presença cultural nas feiras urbanas já foi salientada.

O aspecto ganha mais relevo diante do debate sobre o papel das populações caboclas e ribeirinhas como fundamento social e técnico de atividades econômicas integradas em circuitos econômicos pujantes, de alcance internacional. O caso clássico é o trabalhador dos seringais no boom da borracha. Mas, sabe-se que aquele momento é parte de um padrão que antecede a economia da borracha e que se prolonga (Costa 2012).<sup>129</sup>

O funcionamento da economia do açaí, como parte da economia urbana de Belém, guarda semelhança com este padrão geral. Existe aí a convivência contraditória entre os valores econômicos gerados por um recurso da biodiversidade com sólido mercado local e crescente valorização em mercados nacionais e externos e a permanência de um nível elevado de precariedade nas condições de trabalho dos setores a ele associados. As impressões coletadas em campo e são discutidas na seção subsequente, como tentativa de compreender a realidade da economia do açaí em Belém de modo mais próximo.

#### ***4.2.1. A Feira do Açaí***

A Feira do Açaí, um dos setores do Complexo do Ver-o-Peso em Belém, é o principal local onde todas as noites se realizam vendas por atacado do açaí em natura. É espaço pequeno, colocado entre o Forte do Presépio e o as docas do Mercado do Peixe. No local também se encontra em menor quantidade outras frutas, e ocasionalmente até peixes e animais, artigos trazidos ocasionalmente pelos comerciantes que se dirigem de fato ao local para negociar o açaí.

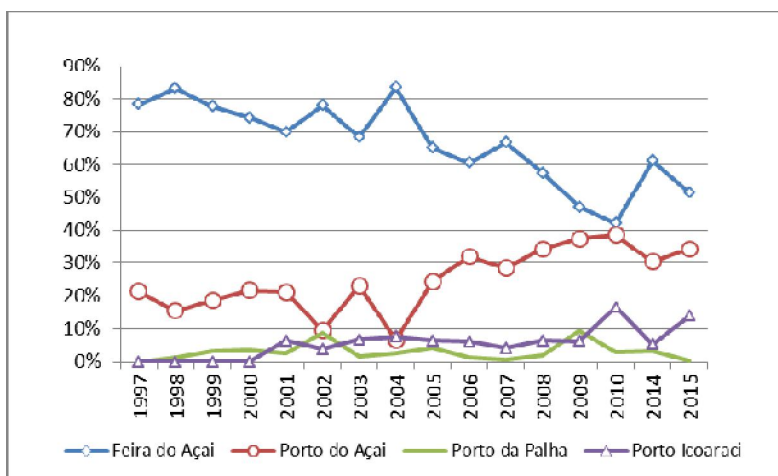
Principal ponto de vendas de açaí in natura em Belém, a Feira é o local para onde conflui desde os anos 1970 a maior parte da produção de açaí da região estuarina do Pará e Amapá. No final dos anos 1990, momento anterior à transformação do açaí em artigo de exportação para o sudeste do Brasil e o mundo, mais de 80% do açaí comercializado em Belém passava pelo Porto do Açaí. Atualmente o papel de outros pontos da logística da fruta em Belém cresceu muito. Aproximadamente 60% do açaí comercializado em Belém em 2015 teve como porta de entrada a Feira do Açaí,

---

<sup>129</sup>Baptista (2010) argumenta que a extração e exportação de plantas amazônicas, frequentemente identificadas com base no conhecimento das populações tradicionais, continua a ser o fundamento de circuitos nacionais e internacionais de pesquisa e desenvolvimento da indústria farmacêutica e fitoterápica.

enquanto o restante chegou por outros portos: Porto da Palha, Porto do Açaí e porto Icoroaci (Gráfico 4).

**Gráfico 4 – Belém – Açaí *in natura* - Distribuição percentual na quantidade total comercializada segundo porto de entrada. 1997-2015**



Fonte: SECON – Pref. de Belém

O fruto comercializado diariamente na Feira se divide entre o mercado local e outras praças, no Brasil e no exterior para as quais empresas locais e não locais enviam uma quantidade crescente de polpa congelada. Quando *in natura* o açaí é altamente perecível o que torna praticamente impossível o envio do fruto ou da polpa fresca para outras regiões. No ano 2012 as exportações de açaí do Pará alcançaram o valor de mais de 17 milhões de dólares (Conab 2015). Ao mesmo tempo, o mercado local do açaí, formado pelos milhares de moradores da capital que consomem o produto diariamente, é também muito pujante: no início da década de 2000 o consumo de açaí pela população de Belém era duas vezes maior do que o consumo de leite (Rogez 2000). Tanto na dimensão regional quanto em termos de posições nos mercados externos, o alcança no início da década de 2000 uma posição singular em termos de atratividade econômica.

Portanto, a Feira do Açaí e em menor grau os outros portos pelas quais passa a produção paraense do fruto, é desde o início dos anos 2000 um nó logístico dentro de uma cadeia econômica pujante, de alcance nacional e internacional.

A Feira recebe quase todas as noites do ano, e especialmente durante o pico da produção do fruto (agosto a dezembro) um elevado número de comerciantes, vendedores e compradores do fruto. No período em que estivemos em campo para pesquisa, ao longo

do mês de janeiro de 2016, era já o início do período de baixa da produção. Além disso, era o período de início das chuvas na região estuarina. Segundo a informação que circula entre os trabalhadores com os quais se manteve contato e entrevistas, o período chuvoso atinge duplamente a produção. Por um lado há período não produtivo no ciclo natural da *Euterpe Oleácea*, o quenão chega a zerar totalmente a quantidade produzida, dado que o regime de cheias nas ilhas e várzeas da região estuarina implica temporalidades variadas com variações de final e reinício do período de safra nos meandros da região. Mas além da queda da produção das árvores a chuva reduz a produtividade do trabalho dos apanhadores do fruto – os peconheiros – que não podem subir com facilidade nas arvoes molhadas. O abastecimento é mantido em parte graças ao “açai da estrada”. O termo é usado pelos feirantes para se referir ao açai que chega a Belém por caminhões, por oposição aquele que chega a feira em embarcações, trazido de regiões ribeirinhas na ilha e arquipélago do Marajó, ilhas de Belém e baixo Tocantins. A noção mais difundida é que o “açai da estrada” provém de áreas de monocultura, enquanto aquele que vem em embarcações é produzido em áreas de várzea, cultivado em sistemas agroflorestais por famílias caboclas ribeirinhas (Brondizio 2004).

No momento da pesquisa de campo foi possível conversar, aplicando um pequeno questionário, com 37 trabalhadores da feira, todos envolvidos com a venda do açai na feira. Os questionários foram aplicados na Feira do Açai entre 19 e 27 de janeiro – no ciclo entre duas terças feiras (conferir). Apesar do número não tão elevado de entrevistas, a continuidade da aplicação não pareceu mais viável, dado que os mesmo feirantes se repetiam nos dias visitados no local – tanto aqueles que foram amigáveis a fornecer informações quanto os que se recusaram por algum motivo. Esse aspecto faz crer que o universo de comerciantes que compareciam a Feira do Açai naquele momento do ano não era muito mais elevado do que este número (37), embora não seja fácil dizer quantos eram.

O pico das transações acontece entre meia noite e 5 da manhã, a chegada das cargas acontece já no entorno das 18hs, e o movimento atenuado prossegue após o amanhecer, para os comerciantes que não negociaram inteiramente sua mercadoria nas melhores horas de movimento durante a madrugada.

A feira funciona no espaço contíguo o muro do Forte do Presépio. A via que dá acesso ao local, Travessa Marquês de Pombal, é ladeada por uma calçada larga na qual funciona uma feira de frutas e um comércio incipiente de plantas ornamentais e em seguida, movendo-se para noroeste, há uma doca para pequenas embarcações, em sua maioria barcos de pesca que trazem peixes para o mercado do peixe, seja para serem comercializados no mercado de ferro, seja para a venda na Pedra.

Os negociantes do açai, em sua maioria chegam à feira em barcos, que aportam de frente para a área aberta. Os frutos são trazidos em paneiros e rasas, belos cestos tecidos em fibra vegetal, geralmente produzidos pelas próprias famílias que cultivam os frutos.

Os cestos são espalhados sob o solido calcamento de pedra escura, cuja execução refinada faz crer que seja uma herança do período da borracha. Trabalhadores que transitam pela área são contratados para descarregar os barcos e montar as pilhas sobre o calcamento. As pilhas são distribuídas, aparentemente sem grande rigor quanto à localização, embora a vivencia continuada na feira permita perceber que há áreas relativamente identificadas com a procedência do fruto: logo a margem da água e a direita, os frutos do Marajó, o “açai marajó” mais procurado e caro, geralmente recolhido no porto do município de Ponta de Pedras, ou pelo menos referido dessa maneira, uma vez que a origem “do Marajó” é demasiado incerta. No outro extremo, próximo ao muro do Forte, comerciantes das ilhas próximas, Ilha das Onças e Ilha do Combú, origem do “açai da ilha” bastante valorizado, rivalizando com o do Marajó. Contíguo ao muro, mas afastando-se da margem, comerciantes de Abaetetuba, e assim por diante.

Além dos barcos e lonas usadas para cobrir a carga em momentos de chuva, os paneiros e os carrinhos puxados por tração humana são a única *camada técnica* funcionando como mediação entre estes recursos naturais, os frutos da palmeira de açai, e os trabalhadores na Feira do Açai. nesse momento é importante dizer que o termo *camada técnica* empregado aqui tenta lidar com a diversidade e, às vezes, com a sutileza das formas possíveis de mediação entre o trabalho humano e recursos provenientes da natureza que entram em cena no manejo, produção ou comercialização, como a que acontece na Feira do Açai. O surgimento de alguma forma de mediação, i.e., de uma camada técnica entre o recurso de qualquer natureza e o trabalho humano é fenômeno quase inevitável. Os processos pelos quais os elementos dessa mediação surgem, se

adensam e se sofisticam é talvez uma questão fundamental do desenvolvimento a partir de recursos naturais.

Olhando de um ponto de vista mais usual, é o adensamento tecnológico aplicado à extração e processamento de um recurso natural “x” qualquer – digamos, minerais, *commodities* agropecuárias, etc. – que em grande parte responde pela sua pujança como base (“*drive*”) para um processo de expansão econômica. Ocorre que, quando o recurso natural em questão é de um perfil [percebido como] mais modesto, seja do ponto de vista dos retornos e/ou do público alvo – frutas não commodificadas<sup>130</sup>, fibras, alimentos consumidos localmente, materiais de construção não commodificados, etc. – há uma relativa invisibilidade da necessidade ou importância desse adensamento tecnológico. É o caso de recursos naturais como o açaí e outros; um processo visível na Feira do Açaí e ambientes afins, como Mercado do Ver-o-Peso, Porto do Açaí e Mercado do Peixe.

O visitante atento irá perceber que, não obstante o elevado potencial de geração de retorno criado por recursos regionais nesses locais as estruturas (fixas ou moveis), ferramentas, utensílios, vasilhames e outras formas de mediação do trabalho humano são muito frágeis, precárias ou ausentes. Algo similar se aplica ao espaço construído – outra manifestação do que poderia ser essa camada técnica. Note-se que o termo tecnologias, ou maquinários, não é usado aqui intencionalmente. O que se quer destacar é que a sutileza ou simplicidade do aparato de mediação a que nos referimos – cestos, carrinhos, calçamento, etc. – pode não ser, ou não costuma ser, captado pela noção de tecnologia. Isso em parte porque há a identificação (inadequada) entre a tecnologia e o *high tech*. Isso resulta e também produz uma estigmatização da dinâmica econômica e tecnológica possível a partir das atividades e necessidade onde predomina a tecnologia pouca intensiva em capital e insumos científico-industriais.

Essa realidade se entrelaça com vários pontos dos quais nos ocupamos nos capítulos anteriores. Manifesta-se aí a desatenção à reprodução e ao cotidiano, próprios das condições urbano-industriais contemporâneas nas sociedades periféricas. Manifesta-se também a esterilização do trabalho velho como fonte de trabalho novo discutida por Jane Jacobs, isso é, os desajustes entre as necessidades existentes e os usos cotidianos se

---

<sup>130</sup> Uso o termo para referir a recursos naturais já plenamente inseridos na produção industrial em larga escala. No caso das frutas, as laranjas são um exemplo claro.

reduzem a improvisos estéreis, na medida em que sua visibilidade é muito baixa ou nula.

Finalmente, há aí também a invisibilidade provocada por uma prática consolidada na realidade brasileira e amazônica em particular, que é a invisibilidade das populações nativas e mestiças. Adams et (2006) expressa assim o contexto específico das sociedades caboclas amazônicas:

*A invisibilidade virtual das sociedades caboclas amazônicas pode também em parte ser explicada pelos seus modos de vida, diversos e não especializados. Sua base de recursos é formada por uma floresta e um sistema de rios que se caracteriza [externamente] como homogênea em certas escalas de representação científica (floresta tropical úmida, várzeas, terra firme), mas que na verdade, esconde uma vasta gama de heterogeneidades, em grande parte ainda incompreendida. Além disso, muitos dos recursos necessários à reprodução do campesinato [caboclo] não são valorados tradicionalmente pelos economistas (floresta, solos aluvionais, rios), colocando a economia cabocla numa posição completamente marginal ao “desenvolvimento econômico”... (p. 17).*

Na Amazônia, portanto, a baixa legitimidade da dimensão cotidiana do processo econômico, envolve de maneira peculiar os grupos excluídos e sua relação com os recursos naturais na Amazônia. Tal problemática é particularmente difícil de ser captada no âmbito da lógica do pensamento econômico, dada a centralidade das relações de mercado na constituição das noções de economia e de desenvolvimento. A prevalência da economia como mercado, desloca para as margens, para o campo cego, na acepção lefebvriana, feixes de relações de outra natureza, outras formas de integração econômica, como se discutiu acima, a partir da obra de Karl Polanyi.

Ocorre, que no caso da economia do açaí – e muitas outras dimensões da economia amazônica – a centralidade da experiência nativa e mestiça se baseia justamente na permanência, ou na resiliência da experiência cabocla e autóctone.

#### **4.2.2. Marreteiros e carregadores.**

Entre os trabalhadores da feira do açaí os mais numerosos são os “carregadores” e os “marreteiros”. O ambiente é ocupado por homens adultos, em torno de 40 ou 50 anos, e predomina a população mestiça, de traços ameríndios marcados.

O termo marreteiro tem uso amplo e antigo nas relações comerciais da Amazônia, desde o negócio da borracha (Aramburu 1994). O termo parece se referir ao ofício do



intermediário ou atravessador. Na Feira do Açaí a expressão não parece ser estigmatizada. Os comerciantes que ali vendem o fruto respondem sem muita cerimônia à pergunta sobre qual é sua ocupação na Feira: marreteiro. A presença dos marreteiros sugere que os trabalhadores diretamente envolvidos no manejo e cultivo do açaí não exercem a venda do produto no mercado. É difícil articular uma explicação ampla para o predomínio dos marreteiros como vendedores do açaí, em lugar dos produtores. A ampla maioria, 26 entre 37, dos marreteiros entrevistados reside em Belém, embora apenas seis entre todos sejam naturais da capital. A origem familiar da maioria dos marreteiros é o município marajoara de Ponta de Pedras, origem predominante dos embarques de açaí que os comerciantes reputam como o mais procurado e apreciado. Esse aspecto aponta para a existência de redes e sociabilidades de parentesco e amizade entre os comerciantes e entre estes e seus fornecedores de frutos.

Não por acaso, as histórias mais comuns de entrada na atividade são pela via familiar, e por laços de amizade e parentesco. São muitas as histórias narradas de filhos que sucedem os pais no ofício da venda, abertura de portas feitas por parentes – irmãos, primos, cunhados – para a iniciação no negócio.

Por isso mesmo foi possível ouvir narrativas como a do Sr. Benedito Nunes, 57 anos, residente em Limoeiro do Ajuru, trabalhando na Feira há 35 anos. O trabalhador celebrava o próprio êxito na criação da e educação da família, inclusive com as filhas com acesso a educação superior, compra da moradia, entre outras realizações ao longo de uma vida de trabalho na Feira do Açaí.

As condições de trabalho na Feira não são vistas por essas pessoas como estáveis. A maioria delas sequer arrisca estabelecer um rendimento médio ou esperado. Mesmo considerando que há uma boa dose de resguardo quanto a abertura dessa informação para um entrevistador desconhecido, parece haver verdade na hipótese da instabilidade. Afinal ninguém parece abrir mão de celebrar o próprio êxito no trabalho. é que transparece na fala de pessoas como Edvandro, 28 anos, morador de Ananindeua, há treze anos na Feira do Açaí:

*“Aqui é um bom negócio. Muita gente que mal sabe ler, ganha muito dinheiro. A feira do açaí é uma bolsa de valores.” (Edvandro, 28).*

A afirmação de que a Feira funciona como uma *bolsa de valores* apareceu repetidas vezes nas visitas. Ela tanto reflete a percepção de processos cotidianos de formação de

preços, quanto a percepção de que há um fluxo intenso de recursos que passa pela Feira. Há ainda nas falas a noção de que com certa dose de competência, malícia e sorte, a Feira é uma “carreira aberta ao talento” (Hobsbawm 1991), um lugar de oportunidades. Mas também não se deve ignorar o perfil de quem fala; Edvandro é jovem e parecia interessado em falar e celebrar seus êxitos no trabalho.

Uma atitude diversa transparece em falas, também frequentes, celebrando a generosidade do açaí e da Feira como lugar onde se vive e se aprende sobre um ofício e sobre a vida. O sr. Pedro Tavares, 54 anos expressou, eloquente e divertido, a densidade da experiência proporcionada por um centro urbano como Belém, e particularmente do Ver-o-Peso, com estrutura urbana singular de articulação entre sociedade e natureza, entre dinâmicas cotidianas e elementos de um mundo aberto e rico:

*“O Ver-o-Peso é a melhor universidade do Pará. quem não aprender aqui pode por o burro atrás da carroça e passar pra frente.”* (Pedro Tavares, 54)

Homem de poucas letras mas bem informado, falou sobre os efeitos da urbanização e da construção de grandes usinas e portos sobre sua atividade e como a sobrevivência desta atividade dependente da vitalidade das várzeas e alagados. Sua conclusão é justa, acertada: o mercado do Ver-o-Peso no qual ele trabalha há 30 anos, funcionou para muitas gerações de paraenses sem posses como verdadeira universidade – local de adensamento da experiência cotidiana e aprendizado constante mesmo que assistemático. Para muitos, de fato o aprendizado cotidiano sobre a inserção dos recursos da biodiversidade nos circuitos econômicos urbano, é a formação construída pela vida afora, encontrada em lugares como o Ver-o-Peso e a Feira do Açaí.

Não é diferente a conclusão do marreteiro e carregador Manuel Vieira, também natural de Ponta de Pedras, 66 anos, 20 anos na lida do açaí.

*“O açaí é o que agente vive. Quem não é marreteiro carrega. Quem não carrega maneja. Quem não tem nada cata do chão”*(Manuel Vieira, 54.)

O trabalhador expressa as oportunidades, mesmo as mais tênues geradas, pelo trabalho com o fruto na Feira. Passando de atividades menos nobres às mais prestigiadas, ou ao contrario, decaindo na escala de importância, como Manuel articula em sua fala, a Feira do Açaí é um lugar de mobilidade, embora também de instabilidade e trabalho extenuante, como é o caso dos trabalhadores conhecidos com carregadores. Ocupados na descarga dos barcos ou na arrumação de cargas compradas pelos compradores que

acorem a Feira do Açaí, podem com alguma sorte conseguir um bom retorno numa noite de muito movimento, embora trabalhem em condições muito difíceis: peso excessivo, jornadas extenuantes e total dependência do movimento de compra e venda do açaí. por outro lado, muitos dos que hoje ali estão como marreteiros, dizem ter passado pela condição de carregadores, alguns inclusive chegam a exercer as duas funções, alternando entre elas nas épocas de alta e baixa produção.

Na fala de Manuel Vieira ainda podemos notar outros aspectos. O êxito no trabalho da feira requer uma percepção aguçada sobre o fruto. E não é trivial conhecer bem o açaí. É fundamental conhecer a dinâmica das negociações, a mão incerta do acaso, as mudanças estruturais e oportunidades que se abrem. Em uma das noites de visita à feira, um acontecimento fortuito mostrou o dinamismo do lugar como sitio de negociações e formação de preços. Uma embarcação carregada afundou em frente à feira, com o casco quebrado por uma colisão com pedras. Parte da carga do açaí foi resgatada, mas se molhou no rio e perdeu seu valor. Os preços do cesto do fruto, que no início da noite flutuavam em torno do esperado 40 reais chegaram aos 70 reais ainda no início dos trabalhos, perto da meia noite. Finalmente a menção feita a pior situação entre os trabalhadores da feira – “quem não tem nada cata do chão” – também merece atenção.

O crescimento da demanda externa pelo açaí tem data e causa controversa, mas um de seus efeitos foi a entrada intensa de negociantes de outras esferas e outros lugares na lida com o fruto e sua manufatura. Segundo Costa (2012c) no ano de 1949 havia no Pará uma empresa dedicada à extração e comercialização de polpa de frutas – a cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu. Até meados da década de 1990, ainda havia no Pará poucas empresas nesse ramo. Esse quadro se alterou rapidamente a partir do final da década de 1990. O nascimento e expansão acelerada da demanda nacional e internacional faz esse quadro mudar rapidamente. Atualmente, muitas empresas nacionais e internacionais atuam no Pará e outras partes da Amazônia. A percepção das mudanças pelos feirantes da Feira do Açaí é múltipla. A referência ao “catar açaí do chão” vem de uma dessas percepções.

#### ***4.2.3. Batedores e exportadores***

Os clientes preferencias dos marreteiros são os comerciantes locais, chamados de batedores ou maquineiros, em função de sua ocupação – a despolpa do açaí com as bateadeiras em centenas de pequenas lojas espalhadas pelo município de Belém. Os

batedores comprem a vista, negociam em torno do preço médio do dia e em certos casos, estabelecem certa relação de confiança e até cooperação. Tratando-se muitas vezes trabalhadores informais, agentes econômicos de pequena escala e baixo nível de organização econômica, marreteiros e batedores, frequentemente estabelecem certa proporcionalidade tanto no poder de barganha quanto no conflito de interesses.

Os comerciantes da Feira do Açaí relatam, no entanto as mudanças provocadas nos anos recentes, nas novas fases do *boom* econômico do açaí, pela presença crescente dos compradores de firmas “exportadoras” de polpa. São empresas de porte variado, dedicadas a enviar a polpa congelada da fruta para outras praças, do Brasil e do exterior. Uma das primeiras modificações é a redução de desperdícios com relação ao destino da produção que chega à Feira do Açaí. Antes da entrada desses novos agentes, parte considerável (não mensurada, até agora) da produção tinha como destino o descarte, especialmente no pico da safra – o fruto não comercializado perdia seu valor em dois ou três dias e costumava ser simplesmente atirado ao rio.

A introdução da demanda industrial para a produção de polpa acrescentou uma destinação de larga escala e pequena exigência para o fruto. Em contraste com a demanda dos batedores – que tem como consumidor final o morador de Belém, frequente morador nos bairros de baixa renda como foi dito acima – o comprador das empresas de produção de polpa tem em mente a produção de polpa congelada. Essa por sua vez será consumida em formatos muito diversos do que a polpa do fruto fresco habitual nas residências de Belém – mix de frutas, xarope de guaraná, entre outras versões mais intensamente industrializadas, como sorvetes, pudins, refrigerantes, e mais recentemente uso na indústria cosmética. Com frequência, os alimentos derivados do açaí não lembram nem de longe o sabor e cheiro peculiares do produto consumido em Belém. numa inversão curiosa dos padrões de produtos alimentícios de exportação, a população local de baixa renda tem um gosto extremamente exigente para o açaí, enquanto o comprador de renda média e alta do Brasil e exterior se contentam em consumir um produto que seria simplesmente inviável em Belém, por sua baixa qualidade. No limite, esses consumidores externos consomem uma imagem ou um signo (Pontes 2013).

Nesse ponto se reencontra o significado da fala do batedor Manuel Vieira. Os representantes das empresas exportadoras chegam geralmente no final da feira,

dispostos a arrematar por preços baixos praticamente qualquer produto que restar. Isso inclui paneiros cheios com frutos recolhidos do chão, entre as pedras do calçamento da feira, ofício feito por muitos trabalhadores pobres ao longo da noite, especialmente nas noites de feira cheia.

Os efeitos da demanda industrial vão além destes. Marreteiros como Tony, natural de Belém, 35 anos, procuram não negociar com as empresas, reservando o quanto possível a fruta que trazem ou compram para os batedores – o preço pago por estes é sempre melhor. Antônio Brito, outro marreteiro experiente, 35 anos na Feira do Açaí, relata que as empresas tem procurado cada vez mais intensamente contornar a Feira como mediação entre as áreas de produção e a exportação. Procuram diretamente as famílias ribeirinhas e lhes oferecem a compra antecipada de toda a safra, embora por preços baixos. O depoimento do comerciante não diverge de informação fornecida em 2012 pelos próprios donos de uma das maiores empresas mundiais do ramo de exportação de açaí, diretamente do para Pará a Califórnia: sua negociação e garantia de oferta estável incluía a negociação direta com famílias ribeirinhas<sup>131</sup>.

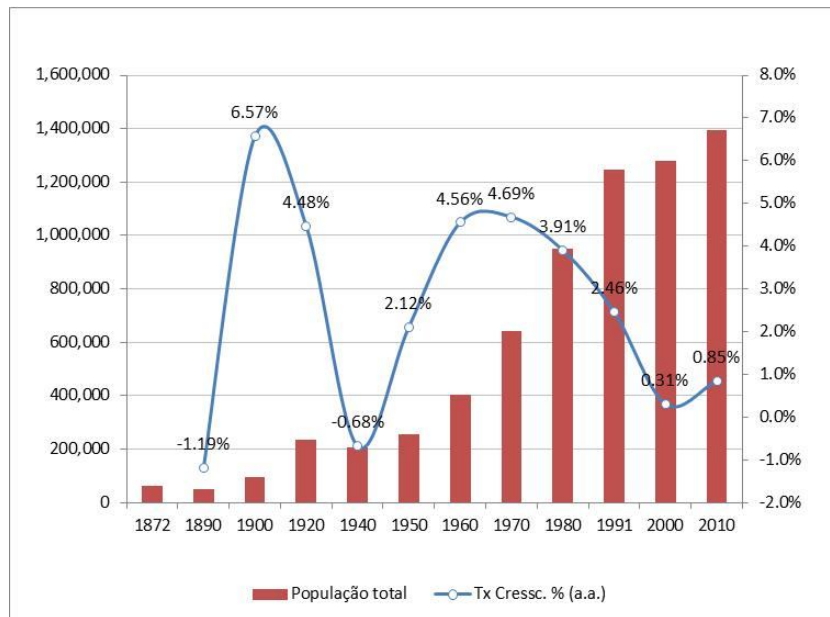
\*\*\*

Os batedores são predominantemente pequenos comerciantes locais. Seu negócio, geralmente pequeno e aparentemente rentável, depende completamente da chegada diária dos barcos ao cais da Feira do Açaí dos milhares de cestas do fruto trazido das várzeas e portos da região estuarina. Por outro lado, a existência dos “pontos de açaí”, invenção singular da população belenense, depende completamente do hábito local de consumir a polpa da fruta como refeição básica. O ponto do açaí é uma manifestação recente e urbana de uma relação de muitos séculos entre a delgada palmeira do açaí e os usos sociais.

---

<sup>131</sup> Em reportagem divulgada pelo jornal o globo em 2012, o exportador Americano Ryan Black afirma: “Ainda contamos com dez mil famílias ribeirinhas que nos fornecem o açaí — lembra Ryan, de 38 anos, presidente da empresa — Estão todos certificados, para sabermos exatamente de que fazenda vem a fruta.” (Kaz 2012).

Gráfico 5 – Belém-PA: população total e taxa média de crescimento anual (%) – 1872-2010

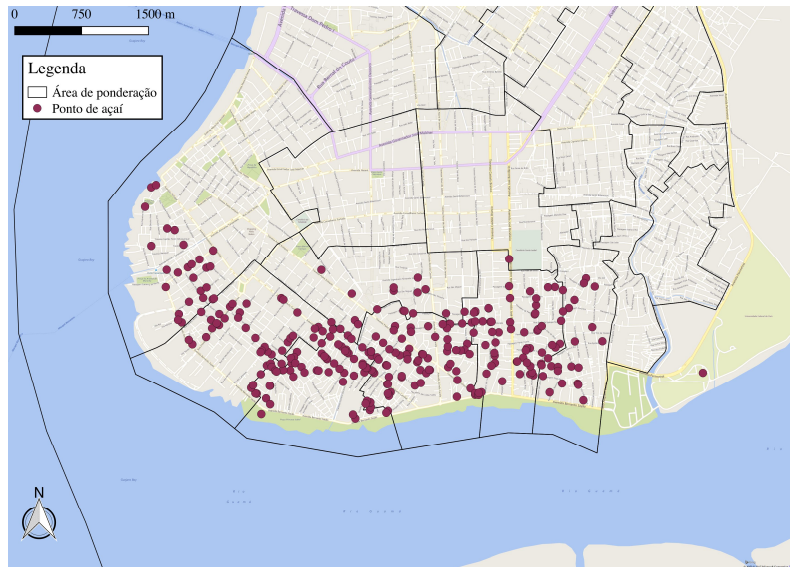


Fonte (Dados básicos): SIDRA-IBGE – Elaboração do autor

Seu aparecimento se encaixa no boom de crescimento demográfico e expansão urbana pelo qual a capital paraense viveu a partir dos anos 1960: a população sobe de 254 mil para 1,27 milhões entre 1960 e 2000 (Brondizio et al 2002). As periferias da capital cresceram aceleradamente: impulsionado pela migração rural urbana de população de baixa renda, proveniente de municípios de estuário e regiões ribeirinhas de todo o estado.

Brondizio (2002; 2004) liga a formação do mercado de consumo de massa do açaí ao processo de crescimento da população urbana, especialmente em Belém e sua região metropolitana. Milhares de famílias de origem familiar cabocla e ribeirinha, de baixa renda, trouxeram para o município uma massa de consumidores cotidianos da polpa do fruto. A transferência destes grupos para Belém teria reforçado o hábito, muito provavelmente já existente (Macêdo 2014) em escala muito menor, do consumo do açaí como refeição cotidiana básica. A ampliação quantitativa (escala) introduziu mudanças qualitativas - complexidades (Lefebvre 1975): o mercado metropolitano belenense de consumo do açaí se torna um fenômeno de natureza distinta a partir dos anos 1970.

Figura 1 – Pontos de Venda de Polpa de Açaí – Bairros Cidade Velha, Jurunas, Condor e Guamá, Belém.



Fonte (dados básicos): Coleta em Campo – Elaboração.

É possível que para algumas das famílias migrantes para Belém o açaí fosse cultivado em quintais e roçados para o consumo doméstico. Para outras, a produção da polpa com base em métodos artesanais talvez fosse o trabalho, meio de sobrevivência pela venda em áreas urbanas. Esse padrão transparece na narrativa de história de vida de diversos dos bateadores – caso do Sr. Élson, dono de ponto de açaí na Rua Nove de Janeiro, Bairro da Cremação. Pessoas que aprenderam o ofício com os pais, que se transferiram para Belém nos anos 1970 ou 1980 e tinham a venda da polpa na vizinhança, como trabalho principal. Transparece também no fato de que grande parte dos marreteiros da Feira do Açaí tem origem familiar em Ponta de Pedras, Abaetetuba, Cametá: local de origem de famílias de origem cabocla e ribeirinha, hoje residentes em Belém, mas com laços mantidos em seus locais de origem, inclusive pela posse de pequenos tratos de terra, herdados ou adquiridos.

Bairros de periferia, como o Jurunas, Guamá e Terra Firme, formados em áreas de baixada até então rejeitadas pela população estabelecida em Belém, foram construídos por famílias com este perfil (Cardoso e Ventura Neto 2013; Rodrigues e Borges 2014). Não por acaso, essas regiões tem hoje uma presença intensa de pontos de venda da polpa do açaí. Esse fato reflete em parte o enraizamento social e espacial dos hábitos dessa população migrante.

Figura 2 – Ponto de Venda de Polpa de Açaí: “Bife Roxo” – Bairro da Cremação – Belém.



Fonte: Arquivo do Autor – Trabalho de Campo (Janeiro 2016).

O processo resultante do crescimento da acelerado população por migração, e da transferência (ou reforço) de hábitos seculares de produção e consumo da polpa do açaí – misturada à farinha e ao peixe frito, como refeição principal – criou em Belém um mercado singular para o açaí. A mediação urbana da produção e consumo forneceu ampliação da escala, articulações técnicas, e renovação da atividade. Segundo Rogez (2000) a população de Belém consumia no início da década de 2000 duas vezes mais açaí do que leite, um consumo anual de 60 litros por pessoa. Mesmo sem informações sobre a estrutura de produção e distribuição do leite industrializado no município é certamente um feito marcante.



Figura 3 - Ponto de Venda de Polpa de Açai – Bairro da Guamá – Belém.

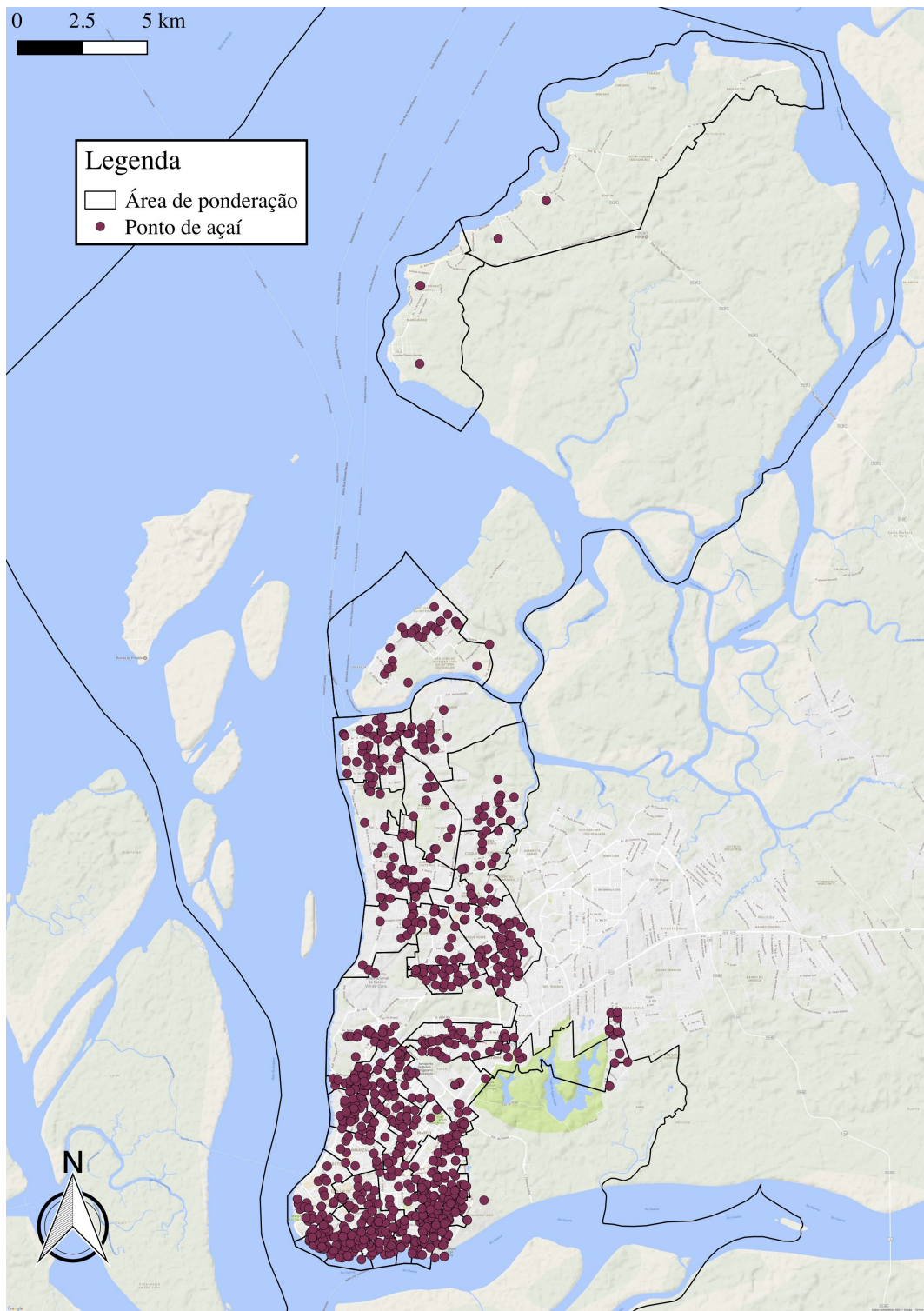


Fonte: Arquivo do Autor – Trabalho de Campo (Janeiro 2016).

Os pontos de venda da polpa do açaí formam uma rede de centenas de pequenas lojas em todo o município de Belém. Usando dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Comerciais – CNEFE, construído pelo IBGE em 2010, foi possível identificar um total de 1128 endereços comerciais ligadas à atividade do açaí no município de Belém. Embora esse valor não possa ser tomado sem reservas, em função da forma de construção da variável que identifica o estabelecimento<sup>132</sup>, o dado é relevante por demonstrar a profusão de endereços comerciais do ramo do açaí no município, especialmente nos mencionados bairros do Jurunas e Guamá. Nesses bairros em particular, no qual tivemos oportunidade de circular intensamente e registrar com pontos de GPS a presença de pontos de venda do açaí, os números extraídos do CNEFE são bastante verossímeis.

<sup>132</sup> O CNEFE não possui uma variável de identificação clara do tipo de estabelecimento comercial, por ramo ou outra metodologia consolidada. Há apenas o registro de que se trata de imóvel não residencial e o registro do nome do estabelecimento, em geral, nome fantasia. A partir desse nome fantasia foi extraída a identificação da loja como ligada à atividade do açaí. Logo, não é possível dizer com certeza se trata-se ou não de pontos de venda de polpa no padrão dos bateadores de Belém.

Figura 4 – Pontos de Venda de polpa do Açaí no município de Belém – CNEFE – Censo Demográfico 2010



Fonte (dados primários) – CNEFE IBGE – Elaboração do Autor

#### 4.2.4. A produção do açaí: populações tradicionais, cotidiano e respostas tecnológicas originais.

O *desenvolvimento* da moderna economia do açaí em Belém surgiu da renovação e o adensamento das relações sociais e econômicas entre a realidade urbana da capital e seu *hinterland* nas últimas décadas do séc. XX. O crescimento populacional impulsionado pela migração de grandes levas da população de baixa renda do interior do estado para Belém renovou e reorientou a relação entre consumo urbano e demanda por recursos naturais da região estuarina.

A singularidade da entrada do açaí como o caso de maior êxito entre todos os recursos da região teve como fundamento a capacidade das populações ribeirinhas de ajustar o conjunto de tecnologias produtivas originais de que dispunha para a intensificação da produção do fruto para o atendimento do novo perfil de demanda surgido a partir dos anos 1970 (Brondizio et al 2002).

Considerados usualmente, no senso comum, na pesquisa acadêmica e nas decisões econômicas de agentes públicos e privados como social e economicamente inábeis, as populações ribeirinhas do estuário se mostraram capazes de se relacionar de modo criativo com o regime de incentivos criados pela expansão do mercado urbano de Belém. Demonstrando um conhecimento sofisticado da espécie, do regime de águas do estuário e dos ciclos de reprodução da *Euterpe Oleracea*, as famílias ribeirinhas da região estuarina intensificaram o cultivo das áreas de várzea. Com base em técnicas tradicionais de convívio com a floresta alagada das áreas de várzea, onde o açaí é abundante, esses grupos forneceram os fundamentos técnicos e naturais para a economia da polpa do açaí. Uma economia urbana, sem dúvida, mas baseada de uma maneira singular no adensamento das relações com as regiões de várzea do estuário onde se intensificou a produção do açaí.

Manejando bosques nativos, fazendo o plantio de novas áreas e combinando as duas estratégias, conseguiram não apenas a intensificação da produção por hectare, mas a adaptação dos açazais, verdadeiras áreas de agroflorestal de elevada produtividade.<sup>133</sup>

---

<sup>133</sup>“Experimental site data used in this paper and discussed elsewhere closely corresponded to the patterns found in relation to level of management at the sites. The three basic groups of açaí agroforestry associated with clump density can thus be related to fruit yield/production. Group 1, occurring in unmanaged sites evidenced an average of 200 clumps/ha. In this group, the average production was about 1,390 kg/ha/yr, that is, an average of 115 fruit baskets/ha. Group 2, occurring in initially and intermediary managed sites had an average of 550 to 650 clumps/hectare. In this group, production varied between 2,600 to 3,800 kg/ha/yr, i.e. an average of 266 fruit

Curiosamente, em consonância com a invisibilidade atribuída às populações ribeirinhas e caboclas, a atuação econômica desses grupos continua a ser visto em grande medida como alguma forma de extrativismo, quando talvez fosse conceitualmente apropriado e estatisticamente rigoroso classificá-los e compreender sua atuação como cultivadores florestais, ou agricultores de floresta - *forest farmers* segundo, Brondizio e Siqueira (1997).

A essa originalidade no tocante às técnicas de produção baseada no manejo de floresta, se soma a influência das técnicas tradicionais de despolpa desenvolvidas pelas famílias ribeirinhas no surgimento do aparelho fundamental para a expansão do consumo doméstico urbano – a máquina de despolpa. De início, o trabalho de despolpa foi uma ocupação doméstica e manual, realizada com alguidares de barro. Segundo Pontes (2013) o surgimento das primeiras máquinas de tração manual para a despolpa do fruto são registradas no séc. XIX. “Em 1881 verifica-se uma transformação tecnológica significativa com a introdução da máquina a vapor no processamento do açaí, mas que não se implantou como processo dominante”.<sup>134</sup>

A introdução de máquinas movidas por motores elétricos foi feita na década de 1940, embora os registros não sejam seguros a respeito (Mourão 2010, Pontes 2013). Há versões distintas para o surgimento das bateadeiras, mas mais de uma versão remete à interação entre bateadores e empresários industriais de Belém dedicados a outra atividade. Sob demanda de consumidores ou bateadores, estes industriais se propõem a

---

*baskets/ha. Finally, group 3, characterizing more intensively managed sites had an average between 900 and 1,200 clumps/ha. In this group, production varied more widely from 6,400 to 12,000 kg/ha/yr, an average of 760 fruit baskets/ha.”*(Brondizio et al 2002, p. 75).

<sup>134</sup>A imprensa de Belém registrou com júbilo, a conquista de uma técnica moderna de produção, que retirava de cena as senhoras mestiças amassadeiras, abrindo as portas para um consumo “asseado” do fruto Vale ler o texto de da Gazeta de Notícias, de Belém, citado por Pontes (2013), de 17/11/1881.

#### ***Machina de Amassar Assahy***

*“O progresso é uma voragem! Depois de conquistar o tempo com a telegrafia elétrica, o espaço com o vapor, levou a mecânica a colaborar na confecção do assahy. Foi hontem a segunda experiência, no bilhar do comércio. Ao offegar de vapor criando na casa uma temperatura de ovos quentes, a machina febril, vertiginosa, macerava o fruto e expellia por uma torneira o suco, que – ainda o genius locis! – era coado n’uma urupema. Mas já há uma engenhosa combinação para suprimir este accessório indígena.*

*A machina simples, acceiada, amassando três granes paneiros de assahy em 10 minutos. É um cilindro de barro com guarnição de ferro e no centro um eixo vertical com pás a hélices. O assahy era magnífico. Os expectadores faziam queme; o assahy era de graça, e servidos em copos baccarat, sobre mezas de mármores de Paliros. Uma revolução em nossos costumes, revolução... de aceio.*

*O Sr. J. M. Cordeiro Lima, o proprietário do estabelecimento, obsequioso, delicado acaba de prestar-nos um grande serviço. Todos nós tomamos aquela beberagem, todos [...] porque vinculava-se-lhe a idéia das negras velhas semi nuas que amassavam-n’o suando em bicas. Agora que deixa de ser uma cousa pouco limpa, passara a ser um lunch aristocrático, que já se pode confessar, e de que o consumo há de augmentar. É o que desejamos ao Sr. J. M. Cordeiro de Lima”.*

articular o conhecimento popular e tácito a alguma técnica de produção industrial. Segundo Pontes (2013), uma das tentativas iniciais de produção da máquina foi feita na segunda metade dos anos 1940, na Oficina Santa Terezinha, então uma das maiores empresas de equipamentos mecânicos navais de Belém:

*...um cliente compareceu à oficina com a “ideia” de uma máquina elétrica para processar açaí. O “projeto” do cliente interessou apenas ao Senhor Francisco (atual proprietário) e ao Senhor Camarão, ambos adolescentes com cerca de 16/17 anos e que eram “aprendizes” das “artes metalúrgicas”. Em colaboração com o interessado foi construída o que seria a “primeira” máquina elétrica de bater açaí. É sintomático que a máquina não tenha despertado o interesse do chefe da oficina, ficando a tarefa para dois adolescentes aprendizes. A montagem implicava em adquirir um pequeno motor elétrico que moveria um eixo central que esmagaria os frutos do açaí em um tubo cilíndrico de alumínio que recebia os frutos e a água. (Pontes 2013, p. 146)*

A máquina desenvolvida teve problemas iniciais, estabeleceu o padrão que continua em uso: um cilindro vertical, dentro do qual se move um eixo com pás horizontais, responsável pela despolpa do fruto. A Oficina Santa Terezinha não se interessou na continuidade da produção, mas oficinas locais deram continuidade à produção do artefato. O padrão teria inclusive se desdobrado em um equipamento de funcionamento mecânico similar, mas feito em madeira. Esse equipamento teria surgido como alternativa ao uso de energia elétrica e, segundo Pontes (2013) teria surgido provavelmente no município de Abaetetuba, onde continuaria a ser produzido e vendido em feiras da cidade (p. 147).

É interessante dizer que Abaetetuba, município do baixo Tocantins, é um município onde há historicamente uma indústria naval de base artesanal de grande expressão na Amazônia (Quaresma et al, 2015). Assim que a adaptação e produção da bateadeira naval tenha acontecido nesse local, não chega a ser surpreendente. Ao contrario, mostra as possibilidades de absorção da demanda pelo novo aparato tecnológico demandado pela expansão do consumo urbano da polpa do açaí.

No cenário atual, aparentemente a interação entre as estruturas técnicas e produtivas do açaí continuam marcadas por heterogeneidade. Por um lado, o notável crescimento da lucratividade do setor colocou a polpa do açaí e seus produtores no nível de visibilidade de mercados mundiais, atraindo jogadores de grande porte para este cenário econômico. Por outro, as interações do setor com suas cadeias “periféricas” continua marcada por precariedades e também por porosidades que permitem aos agentes locais ocupar

espaços e capturar parcelas do excedente econômico gerado. Isso diz respeito aos produtores do fruto e também outros tipos de agentes envolvidos em elos antigos da cadeia produtiva, e mesmo os criadores de “novos elos” dessa cadeia, particularmente aquela sediada na economia urbana de Belém.

Os ambientes de feiras e mercados são lugares onde esse processo continua possível. É uma feliz circunstância, por sinal, que a Feira do Açaí não tenha sido transferida para, ou substituída por, alguma estrutura ampla e especializada como, por exemplo, o CEASA de Belém. Uma saída desse tipo, muito usual e ao gosto do pensamento econômico e urbanístico moderno teria consequências muito ruins para a atividade.

Entendendo que a manutenção da diversidade e das aberturas que o setor possui para a interação entre a economia urbana e as diversas economias de base natural do estuário é que mantem a transmissão do dinamismo do “*negocio do açaí*” à “*economia substantiva do açaí*”, a ligação entre a feira e o Ver-o-Peso, entre o Ver-o-Peso e a base urbana de Belém e entre esta e o estuário são laços fundamentais para que “o negocio do açaí” não se torne apenas *mais um enclave* sediado regionalmente mas isolado da região e de sua economia substantiva.

Na Feira artesãos envolvidos com serviços de construção e reparação de máquinas de despolpa produzidos segundo encomenda, encontram ainda espaço. É o caso da trabalhadora por conta própria Temisa, que trabalha juntamente com as três irmãs e os cunhados na continuidade do negocio herdado do pai. *Outra vez*: o pai de Temisa exerceu a profissão de mecânico de embarcações, e possuiu também uma oficina de manutenção de motores de popa para barcos de pequeno porte. Nessa oficina, construiu ocasionalmente maquinas de despolpa de açaí, quando recebia encomendas. As filhas e genros tocaram a oficina, de inicio mais ligada à construção de equipamentos para outros ramos de produção de alimentos, como a depena de aves. Atualmente, Temisa e os familiares fabricam maquinas e peças de reposição, das quais ela recebe encomendas em uma banca muito simples na Feira do Açaí. Segundo Temisa, atualmente ex-funcionários seus impulsionados pela alta demanda por maquinas deixaram o trabalho para tentar a sorte em suas oficinas independentes.

Não muito longe da Feira do Açaí, no antigo Mercado do Sal, o artesão Michel, 42 anos, também mantem há 13 anos a ocupação de produzir maquinas de despolpa do açaí. De inicio sua oficina esteve no bairro do Condor, outro ponto de venda de açaí por



atacado, mas transferiu-se para o bairro da Cidade Velha “há três copas do mundo” (desde 2006, portanto). Michel trabalha numa pequena oficina, de modo que parte de seu trabalho acontece no próprio corredor que dá acesso as demais lojas que foram construída sobre o *pier* do antigo Porto do Sal<sup>135</sup>. A produção de máquinas de despulpa é intensa nos meses de safra. Durante o restante do ano, Michel produz um rol variado de equipamentos sob encomenda: raladores mecânicos de coco e de mandioca, carrinhos para venda de lanche pelas ruas, adaptação de “bi-bikes” (bicicletas para duas pessoas). Na época do carnaval, Michel diz ser um solicitado produtor de instrumentos musicais de percussão encomendados pelas escolas de samba de Belém.

O número de pontos de venda da polpa de açaí em Belém elevou a demanda, atraindo novamente o interesse de agentes industriais de maior porte. Um desses casos é a empresa Fricontel Comercio de Aço Inoxidável e Refrigeração Ltda., localizada no Bairro da Pedreira, em Belém. Segundo informações fornecidas pelo proprietário, até recentemente na empresa se dedicava ao ramo de equipamentos de refrigeração. Desde 2014, a empresa abriu uma divisão de produção de máquinas para produção e manejo da polpa do açaí.

A entrada da Fricontel no negócio, segundo o proprietário, foi impulsionada pelas políticas estaduais de regulação da produção e comercialização da polpa do açaí<sup>136</sup>, especialmente focalizada nas “condições sanitárias” dos pontos de venda. As iniciativas de regulação por sua vez tiveram início em função do aumento do registro de casos de doença de chagas, supostamente associados ao consumo da polpa do açaí na Amazônia (Ferreira et al 2014). Procedimentos de pasteurização propostos por Rogez (2000) já haviam permitido a difusão de técnicas de tratamento térmico do fruto antes da despulpa e manutenção da temperatura para a polpa, reduzindo a níveis aceitáveis a possibilidade de contaminação bacteriana do alimento (Alexandre 2004). Esses procedimentos, porém, eram feitos com uso de equipamentos improvisados – aquecimento de água em fogão a gás, ou ebulidor elétrico doméstico.

---

<sup>135</sup> O Porto do Sal foi construído nos anos 1930 no atual bairro Cidade Velha, como parte da infraestrutura de abastecimento da cidade. O local surgiu a partir do movimento do Porto do Sal, que ganhou este nome ainda na colônia, por ser um entreposto de chegada de sal vendido por comerciantes ingleses. Hoje é um local de venda de produtos hortifrutigranjeiros, carnes, aves, secos e molhados e outros, que abastecem as embarcações que atracam nos portos da orla fluvial do bairro.

<sup>136</sup> As novas regulações foram introduzidas pelo governo estadual com o Decreto nº 326 de 20/01/2012. Disponível em <https://goo.gl/qMmFd2>.

O Decreto Estadual 36/2012 introduziu a obrigatoriedade de uso de um pacote de equipamentos para a produção da polpa. O decreto estabeleceu a obrigatoriedade de que cada ponto de venda da polpa fosse dotado de esteira de catação; tanque de lavagem e tanque de “branqueamento” (tratamento térmico de pasteurização) (Almeida 2015). A produção desses equipamentos foi articulada junto à Fricontel, segundo o proprietário, por iniciativa da AVABEL - Associação dos Vendedores Artesanais de Açaí de Belém e com apoio do Governo do Estado.

Em janeiro de 2016, não havia ainda uma adesão massiva dos pontos de venda ao uso desse novo pacote tecnológico obrigatório. Em verdade seu uso exige o funcionamento do ponto em espaços maiores que a maioria dos batedores costuma possuir. A adoção completa dos procedimentos recomendados implica não apenas uma elevação significativa dos custos de instalação do ponto, mas também o aumento dos custos de produção e manutenção, dado o padrão requerido de consumo de água, eletricidade vasilhames e equipamentos de proteção individual. Mantida a fiscalização efetiva da nova norma, isso implicará uma forte reestruturação da estrutura de vendas da polpa no comércio popular.

A produção desses equipamentos no circuito artesanal se tornou mais difícil do que a oferta da máquina de despolpa, devido à inserção de elementos mais sofisticados, como termostatos, aparato de queima e controle da pressão de gás, entre outros aspectos cuja produção requer instrumentos de maior custo. No entanto já no período do trabalho em campo (janeiro/2016), artesãos como Michel, em sua pequena loja do Mercado do Porto do Sal já haviam iniciado a oferta destes equipamentos, ofertando a preços mais baixos, segundo R. Rabelo, proprietário da Fricontel.

Além disso, segundo Rabelo, a maior parte do público de batedores – principal clientela da empresa – se mantém refratária à padronização completa dos equipamentos encomendados, especialmente a máquina de despolpa. Os clientes teriam como argumento mais recorrente a necessidade de não modificar o gosto ou a textura da polpa em função da retirada de fibras do caroço do fruto, que nesse caso passa a não agradar aos padrões de exigência da população local. Nesse ponto seria preciso assumir que os dois lados da discussão – o ímpeto de padronização do industrial e o conhecimento estabelecido pelos processadores e comerciante - possuem elementos de verdade que não podem ser ignorados. Os “padrões de qualidade” preconizados pelas autoridades



sanitárias do governo e também ressaltados pela direção da AVABEL são relevantes. Mas eles entram em choque com aspectos do consumo que não podem ser ignorados. O aparentemente inesperado “gosto exigente” da população de baixa renda com relação à qualidade da polpa não deveria possuir como paradigma as bitolas exigidas para a exportação de polpa congelada – os dois produtos diferem de forma radical em seu sentido social e até gastronômico.

A elevação dos padrões sanitários dos procedimentos de despolpa é fundamental, mas as soluções padronizadas tendem a dissipar toda especificidade do açaí como um alimento singular, realmente típico de uma tradição ancestral introduzida na cultura urbana de Belém pelas portas da economia popular. Parece-nos que nesse ponto transparece com clareza o conflito entre a lógica de padronização típica do enfoque industrial que colide com a diversidade social e natural típica da Amazônia.

O enriquecimento mútuo entre a técnica padronizada e o experimentalismo assistemático da economia popular e seu repertório técnico de baixa intensidade está, como se viu, na origem do desenvolvimento do aparato produtivo, técnico e comercial que deu origem à economia urbana do açaí, mas seu espaço e sua legitimidade não aparecem como uma positividade muitos dos envolvidos em seu próprio funcionamento.

A constatação dos impasses da precariedade, como no caso da possível contaminação da polpa pelo agente patológico da doença de chagas, introduziu uma descontinuidade entre o aparato tecnológico em uso e os novos desafios da economia do açaí que parece não ser acomodado sem esforços novos e agentes novos. A substituição da invisibilidade do precário até então usual na camada técnica em uso na economia do açaí por um nível de exigência que só pode ser enfrentado por agentes de natureza muito diversa, e no limite inexistentes na economia local, pode não ser a melhor opção.

Um dos aspectos centrais do êxito da economia do açaí foi justamente sua capacidade de encontrar respostas locais aos problemas locais, inserindo na vida econômica local um artigo da biodiversidade cujo alcance como mercadoria tem se revelado extremamente elástico. É importante que nos perguntemos se em termos locais essa elasticidade tem sido menos importante do que poderia, e como essa insuficiência continua a prolongar, dentro de um setor localmente promissor os processos de interrupção.

É claro que nesse quadro há elementos fundamentais de concorrência entre aparatos tecnológicos e questões objetivas de custo econômico. Entretanto, uma moldura sócio-histórica compreensiva, na qual a preocupação com as alternativas de desenvolvimento baseada na inserção urbana de recursos locais, parece útil. Harris (2006) enfatiza a como a dinâmica histórica das rodadas de expansão e retração da economia primária exportadora na Amazônia, olhada em sentido inverso ao usual pode ser esclarecedora. Em muitos casos, como no da formação da economia do açaí articulada localmente em torno da base urbana de Belém, o momento de retração das estruturas da economia exportadora é aquele em que as comunidades locais têm espaço e liberdade para reconstruírem sua relação sócio técnica com os recursos disponíveis. “Os sistemas locais se fortalecem quando há ligações ais fracas com mercados externos” (Harris 2006. P. 90) e é eventualmente nestes momentos que se pode inserir na vida econômica novos elementos promissores.

É também verdade que as ligações fortes com o exterior são fontes de dinamismo econômico, mas a hipertrofia externa da vida econômica ameaça o dinamismo baseado na criação de respostas internas (Jacobs 1984).

É também possível ir em outras direções, seguindo pontos da teia de atores cuja vida cotidiana se baseia de alguma maneira na existência do amplo e popular consumo local do açaí, ou por outro na aceitação crescente dos derivados do fruto nos mercados não locais.

David da Silva, caminha pelas ruas dos bairros Guamá, Condor e Jurunas, empurrando um carrinho de madeira, pesado, similar àqueles que são usados às dezenas no Mercado do Ver-o-Peso e na Feira do Açaí. Assim como muitos trabalhadores informais de Belém, David faz das ruas da cidade o cenário de seu “ir e vir contínuo” (Santos 2014). Esses carrinhos são vistos pelas ruas de Belém funcionando como base para um variado comércio ambulante, quase lojas móveis: frutas e verduras, pães e biscoitos, roupas, petiscos embalados, coleta de material reciclável e até um exótico socorro automotivo deslocado pelas ruas em busca de clientes com carros com defeitos mecânicos.

O trabalho criado por David é deslocar-se pelas ruas movimentadas dos bairros populares de Belém, vendendo porções de adubo orgânico feito com os caroços do açaí.

*“meu trabalho é esse aqui... a gente pega o caroço do açaí; com dois anos ele apodrece; ele se vira em adubo. Eu reciclo o caroço podre pra usar como jardineiro. O caroço do açaí é uma forma de eu me sustentar, ganhar dinheiro”.*

David vende porções do adubo, medido em latas, e vende também plantas regionais que cultiva no próprio adubo. O material é recolhido em áreas públicas, onde batedores despejam o abundante fluxo produzido pela produção diária da polpa. Um nicho de trabalho, curioso, mas não irracional. Toneladas de caroços são produzidas todos os dias, em centenas de pontos de venda. O produto é usado por moradores como material para aterro, para incineração e também para produção de adubo orgânico. O trabalhador ambulante parte de uma percepção intuitiva e cotidiana da necessidade e utilidade de reinserir o material em processos metabólicos entre sociedade e natureza, conduzidas na base urbana. Sua atenção ao que na vida urbana é abundante, e útil, abriu a ele a oportunidade de uma ocupação que o mantém. Modesta, mas não estéril a ocupação de David Silva tem seu lugar na interação com esse metabolismo urbano - Jane Jacobs talvez concordasse que ele é responsável pela introdução de *trabalho novo*.

Nazareno Alves, 46 anos, nascido em Roraima, dono do restaurante Point do Açaí, é tido como responsável pela criação de um ramo novo na economia do açaí em Belém. Seu pai, migrante de Roraima, introduziu os filhos na lida com o açaí, e a venda da polpa em Belém. Nazareno seguiu o pai nos negócios, mas decidiu introduzir uma modalidade diferente de vendas. Na verdade, decidiu usar em seu ponto de vendas uma modalidade de vendas do açaí existente em um único lugar – a seção de alimentos prontos do Ver-o-Peso. Nas barracas do Ver-o-Peso há a venda de tigelas do açaí servido com farinha de mandioca e postas de peixe frito. Este prato tem sido por séculos a base da dieta das populações do estuário e outras áreas de várzea da Amazônia onde a palmeira do açaí cresce. Seu consumo doméstico em Belém é o principal consumo da polpa, mas apenas nas barracas do Ver-o-Peso era comum que se vendesse o prato, e em nenhum outro restaurante.

De início Nazareno era um dono de ponto de vendas, no bairro do Jurunas, como centenas de outros:

*... eu vendia só no balcão em 2004. Em 2006 eu resolvi colocar duas mesinhas. Aí eu coloquei aqui o peixe frito com açaí, a plaquinha. E aí começou essa história aqui. Mas as pessoas comem assim na casa delas, né? Aí não estava dando muito certo. Aí eu tive uma ideia... Chamar os nossos amigos e começar a dar um peixe frito com açaí. Foi uma*

*estratégia, pra que eles pudessem conhecer o nosso produto. E aí eu comecei a vender o peixe frito com açaí. Bastava chegar quatro pessoas, cinco pessoas que já começava a encher.*

A expansão do negócio, inicialmente mantido em um cômodo da casa onde morava, foi feita com a transformação progressiva do domicílio em área de venda e consumo, deslocando a família para outro imóvel. A modificação decisiva da venda do açaí como protagonista do cardápio surtiu efeito na vizinhança, mas encontrou barreiras para assimilação do prato entre a classe média local. Nos restaurantes deste público, a polpa entrava em doces e sobremesas, mas não nos pratos salgados. O açaí tinha afinal assentada pecha de comida de pobre (Pontes 2013).<sup>137</sup>

Havia, além disso, a noção de que o açaí consumido com bebidas alcoólicas não fosse saudável. O antigo ponto onde houve o primeiro restaurante ainda existe. Há porém o Point do Açaí instalada em um casarão a margem do rio, hoje um destino sofisticado da gastronomia em Belém. O local é frequentado por turistas e pela classe média-alta local, hoje disposta a pagar os preços da casa. O prato principal: peixes regionais fritos com polpa de açaí: sofisticação e diversificação introduzidas com base em recursos regionais.

O êxito do restaurante, no entanto, coincide com o momento da reconstituição da imagem do açaí, posteriormente à sua entrada – com roupagens muito distintas – nos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo. Sem essa reviravolta, a transição da polpa entre os circuitos da economia urbana de Belém seria difícil, ou improvável. De resto a própria valorização econômica da polpa do açaí por certo pode ter levado à recomposição do seu lugar no imaginário social. Segundo Pontes (2013), o preço do litro da polpa em Belém passa de R 1,50 em 1994 para 11,25 em 2010. Em janeiro de 2016, no momento do trabalho de campo dessa tese, os preços variavam entre R\$ 7,0 e 16,0 em pontos de venda nos bairros Jurunas e Batista Campos, respectivamente.

\*\*\*

O êxito do desenvolvimento da economia do açaí em Belém traz ao primeiro plano o papel da interação sociedade natureza como terreno da criação econômica. Faz isso,

---

<sup>137</sup> Pontes (2013) recupera na obra do romancista Dalcídio Jurandir, elementos dessa condição. “O açaí aparece na obra de Dalcídio Jurandir como um marcador hierarquizante. O seu uso, consumo, transporte e manipulação sempre remetem a cenas que sugerem uma posição de subalternização de seus usuários, a convicção socialmente vivida de que o açaí é “comida de pobre” se converte na trama romanesca de em marcador de situação de classe e de raça.” (p. 123)

además, de maneira adequada para que o que vimos chamando de mediação urbana seja visto de maneira acentuada. Assim também é um cenário no qual a percepção do cotidiano e de formas econômicas não isoladas mas não completamente subordinadas ao funcionamento e lógica dos mercados se mostrem como uma fronteira promissora de criação econômica, por substituição à simples transformação da natureza em fronteira de matérias primas, na formulação de Becker (2013) e Costa (2012c).

Brondizio et al (2004), pretende que a economia do açaí tenha emergido com base na iniciativa dos cultivadores de floresta (*forest farmers*), para atender a demanda pela polpa. O autor enfatiza que os produtores o fizeram usando tecnologia e conhecimento local e uma postura respeitosa com a floresta. Talvez não enfatize suficientemente o papel do dinamismo criado pela vida urbana de Belém. Afinal, a capacidade técnica dos cultivadores da floresta de várzea ganha sentido em articulação com a vida urbana. E isso não se restringe à demanda criada. Belém ofereceu uma base urbana ampla e diversificada o suficiente para formular respostas técnicas e econômicas para o açaí como atividade econômica, justamente no momento em tanto os desafios quanto a capacidade local era enriquecida e desafiada pelo influxo migratório dos anos 1970 e 1980, proveniente de áreas onde o consumo da polpa era intenso. Sem essa mediação urbana nada garante que a atividade chegasse a formar um setor regionalmente forte, e talvez fosse mobilizado a partir de fora ou não fosse. Tão importante como o saber ribeirinho sobre os ciclos naturais do açaí foi a formação das conexões urbanas para a atividade foi o desenvolvimento do aparato técnico e comercial dessa economia, os ensaios e a realização dos equipamentos indispensáveis ao processamento rápido da despolpa, a estrutura de distribuição, etc.

Tanto a capacidade das famílias da várzea estuarina conseguiram a notável intensificação da produção através do cultivo intensivo de áreas de agrofloresta, tanto quanto a população urbana realizou a “pesquisa e desenvolvimento” de tecnologias de baixa intensidade científica industrial. ambas foram capazes de solucionar os problemas colocados pela esfera da produção e da distribuição, inclusive articulando setores periféricos, como o transporte aquaviário.

É importante destacar que esses passos de criação técnica e econômica baseados em recursos naturais singulares da região amazônica, não foram dados em função da introdução de algum recurso antes incorporado na esfera da produção estabelecida, mas

ao contrario pela necessidade local de solucionar uma questão colocada eminentemente pela esfera da reprodução – a produção consumo urbano amplo de alimentos popularmente aceitos:

*Despite other potential industrial uses, such as paper pulp (trunk),oil (fruit/pulp), animal food (fruit/seed), and ink (fruit/pulp), there has been no significant commercial applicationof açá besides heart of palm and fruit.(Brondizio et al 2002, p. 71).*

Não foi a dinâmica industrial, mas as dinâmicas do cotidiano, num entrecimento entre a base urbana de Belém e seu hinterland que suscitaram e criaram as condições para a expansão da economia do açá. Por dinâmicas do cotidiano, queremos também referir aquela interação estreita apontada por Lefebvre entre ciclos do cotidiano e ciclos naturais; ciclos de reposição biológica da vida, vida humana e não humana: bosques antropogênicos da *Euterpe Oleracea*, cheias e vazantes de rios e furos do estuário; por outro lado, ciclos de vida de famílias ribeirinhas, sazonalidades mercantis, ciclos de reprodução do investimento camponês centrado numa racionalidade reprodutiva singular (Costa 2012c). Também não foram as soluções de grande escala que ofereceram soluções aos problemas da distribuição da produção. Essa solução surgiu inicialmente da flexibilidade dos pontos de açá, centenas de micro lojas estabelecidas por trabalhadores por conta própria e por isso mesmo não refratários ao atendimento de necessidades básicas dos grupos aos quais frequentemente estes mesmos pertencem, grupos mestiços, de baixa renda, muitas vezes historicamente e socialmente estigmatizados.

## 5. Considerações finais

Este trabalho discutiu o tema das alternativas de desenvolvimento na Amazônia. O caso empírico para o qual o trabalho se volta, após a articulação de argumentos teóricos, é a economia do consumo urbano da polpa do açaí (*Euterpe Oleracea*), no município de Belém, capital do estado do Pará. Argumenta-se que esse setor fornece exemplo de um processo virtuoso: a formação da economia do açaí como economia urbana baseada em recursos da biodiversidade amazônica, articulados ao mercado com base em relações sociais regionais e técnicas de produção e processamento formadas endogenamente. A formação deste setor permitiu uma vez consolidada a importância do açaí no mercado regional, que houvesse a articulação do produto à exportação, sem o processo típico de mobilização externa e inserção frágil de produtos regionais amazônicos em mercados externos, que é tão conhecido na história econômica da Amazônia. Conclui-se que uma mudança de perspectiva quanto à importância da relação sociedade e natureza mediada pela vida urbana, é útil como opção ao enfoque industrial como maneira de compreender alternativas de desenvolvimento na Amazônia.

Conclui-se também que a economia do açaí fornece elementos para a discussão de alternativas de desenvolvimento na Amazônia, através de um processo que chamamos de *socialização da natureza*. A utilidade dessa conceituação parece ser a oportunidade de iluminar possibilidades de ampliação e enriquecimento do universo econômico, sem a mediação necessária da industrialização capitalista, cuja lógica e organização possuem características limitadas para se ligar a, e funcionar em, contextos onde a característica chave é a diversidade natural e social, como é o caso da Amazônia. Ali especialmente, a experiência social do desenvolvimento pode ser compreendida como *socialização da natureza*: extensão, aprofundamento e renovação dos significados sociais do mundo natural. Significados conceituais e significados concretos: usos, inserções no cotidiano, respostas a necessidades, produtos e obras.

### *Alternativas de desenvolvimento na Amazônia e socialização da natureza*

O debate sobre alternativas de desenvolvimento que tentamos aqui surgiu principalmente da perplexidade diante das contradições percebidas pela incorporação da Amazônia à dinâmica econômica brasileira e externa. Esta incorporação teve como marco, no séc. XX, um processo celerado de dilapidação da floresta tropical:

desmatamento e perdas ambientais. Esse saldo acabrunhante veio se somar àquele construído pela colonização portuguesa e elites regionais do império, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, quando a floresta foi menos agredida e destruída, mas os povos autóctones foram dizimados e as populações mestiças estigmatizadas de modo duradouro.

Amazônia é a mais expressiva área de floresta tropical do planeta em termos de extensão e biodiversidade. Havendo os problemas ambientais globais atingido um patamar crítico na segunda metade do séc. XX e o debate ambiental se instalado de forma definitiva no cenário internacional, os conflitos em torno do destino da floresta amazônica ganharam importância impar.

A incorporação mais intensa da região amazônica à economia brasileira na segunda metade do séc. XX se deu primeiro com protagonismo do estado, particularmente o governo federal. A partir da década de 1970, os governos militares favoreceram a entrada do capital privado nacional e mesmo internacional, criando estruturas burocráticas, incentivos fiscais, doação de terras, incentivo ao desmatamento, instalação de infraestruturas (rodovias, hidrelétricas). A combinação Amazônia se transformou ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990 numa fronteira de expansão econômica. A sustentação dessa fronteira tem sido uma exploração acelerada e predatória de recursos naturais. Rodadas superpostas de expansão econômica incluíram recursos florestais madeireiros, incorporação de terras para pecuária e lavoura extensiva. A expansão da produção mineral e a instalação de grandes barragens para a produção de energia elétrica, embora tenham um longo histórico na região, se intensificaram em período recente.

Não é difícil perceber que a manutenção de longo prazo dessa agenda de “desenvolvimento” não é compatível com a permanência da Amazônia como região na qual a distinção fundamental é a extensão e a diversidade da floresta tropical úmida de grande escala. Mesmo considerando que nos anos 1990 houve a criação de um importante e amplo aparato de proteção à floresta com as unidades de conservação, é difícil não esperar que a afirmação de um modelo econômico baseado em uma espécie de acumulação primitiva permanente, cujo cerne é o desperdício de recursos que mal se conhece, ameace de modo definitivo o futuro da Amazônia nas próximas décadas.



Diante disso, e das mudanças políticas recentes (segunda metade da década de 2010) em direção a um estado cada vez mais neoliberal, o problema da busca de modos alternativos de convivência com a diversidade amazônica, que não seja baseados apenas na interdição do acesso a essa diversidade, retorna com muita força à ordem do dia. Isso coloca novamente a questão “o que constitui o *alternativo* em termos dos processos de desenvolvimento na Amazônia?”.

Ao longo da construção desse trabalho, essa pergunta nos levou a outra: “*ser alternativo a que*”? Como resposta possível a essa indagação nos voltamos em primeiro lugar para uma identificação entre desenvolvimento e industrialização, presente no pensamento econômico, assim como no vocabulário político e no repertório do senso comum. Desse ponto de vista, o desenvolvimento é (ou depende diretamente de) a expansão e adensamento das cadeias produtiva industriais, ou no mínimo uma vinculação a elas. Noutras palavras, o desenvolvimento requereria no mínimo a adesão à lógica e às necessidades da produção industrial e, em algum nível, à inserção direta na produção industrial capitalista. Em segundo lugar, nos deparamos com outra noção consolidada nos mesmos meios (teoria econômica, vocabulário da política estatal e senso comum): as possibilidades do desenvolvimento dependem de forma crucial da performance no jogo do comércio externo – externo à região e principalmente externo porque inserido na divisão internacional do trabalho. Assumindo que estas proposições têm sua verdade e simultaneamente seus limites (Lefebvre 1975), nos interrogamos quais eram estes limites, no caso particular da vida econômica na e da Amazônia.

Dizíamos que na região o caráter mais visível das contradições entre a expansão da vida econômica é a supressão da floresta tropical. Além disso, se reconhecemos que há aí uma perda permanente de recursos os quais mal conseguimos enumerar, a derrubada anual de milhares de quilômetros de floresta para a retirada de madeira ou implantação de monoculturas (pecuária, *commodities*, hidrelétricas, etc.) tem o custo implícito da destruição de biodiversidade de valor praticamente desconhecido.

A reflexão sobre os limites daquelas proposições – 1) o desenvolvimento é inseparável da industrialização e 2) o desenvolvimento é inseparável da performance de cada economia nos mercados externos à região e divisão internacional no trabalho – nos levou à intuição de que a busca das rotas *alternativas* de desenvolvimento deveria ser vista em contraste com os limites dessas proposições.

Diretamente: as alternativas deveriam ser buscadas através 1) do questionamento do enfoque industrial ao desenvolvimento, rejeitando a identificação entre industrialização e desenvolvimento; 2) da retomada da importância do caráter endógeno do processo de transformação econômica, sem querer dizer com isso que deva haver interdição às relações externas. Este raciocínio nos conduziu a um pequeno, mas aparentemente válido, passo adiante no problema: a busca de alternativas de desenvolvimento na Amazônia pode se caracterizar por modificar: **a)** o ponto de partida do processo, **b)** as formas de mediação entre os recursos detidos para a construção do desenvolvimento e **c)** os resultados alcançados ou possíveis no processo de transformação.

***Quanto ao ponto de partida:*** alternativas devem sim ser buscadas na pujança dos recursos naturais da região tropical, mas de forma alguma apenas na percepção dessa riqueza como um *estoque* ou um *repertório estático*. Ao contrário, e como já esclarecido por outros autores (Costa 2012a, Becker 2013), a forma mais elevada de riqueza dessa região deve ser reconhecida na grande capacidade criadora dos ciclos naturais. Ela é sobretudo a possibilidade de existência de fluxos de riqueza, e não de estoques, os quais são por definição finitos. Essa riqueza, além disso, é por excelência diversa: por razões edafoclimáticas, a região tropical é o topo da diversidade da vida no planeta (Wilson 2012) e vem daí, pelo menos como possibilidade, o fato de que se abram permanentemente novas portas nas possibilidades de introdução de segmentos novos da natureza tropical à vida econômica – inclusive na forma poderosa de conhecimento abstrato organizado e conteúdo imagético e cultural. O ponto de partida da criação de alternativas de desenvolvimento pode, portanto, dialogar das mais diversas formas com os recursos naturais amazônicos nesse registro e não reduzir essa diversidade brutal a um estoque estático, limitado.

***Quanto às formas de mediação:*** percebeu-se que a identificação entre desenvolvimento e industrialização retira seus elementos centrais do fato que a indústria veio a ser, a partir do séc. XIX, a mediação privilegiada entre sociedade e natureza. A relação entre sociedade e natureza veio literalmente a “passar pela” indústria e essa passou a ser ao mesmo tempo a lente, o motor, a organizadora, a mediação privilegiada entre sociedade e natureza, e entre recursos e satisfação de necessidades. Em um sentido limitado, a planta industrial é o local para onde convergem os recursos naturais a fim de serem processados, transformados, produzidos. Esse fato concreto tem grande força em termos de organização de fluxos (de materiais, de pessoas, de riqueza, etc.), e assim na

determinação de localizações, na estrutura geográfica e espacial. Em outro sentido, mais amplo, apenas os recursos naturais que podem ser introduzidos com êxito nos ciclos industriais capitalistas parecem ganhar significado social – a indústria comanda e a lógica industrial organiza a construção e concessão de sentido social aos elementos do mundo natural, não-humano. A indústria produz ou destrói significados sociais para parcelas do mundo natural. Ora, ocorre que a mediação industrial tem seus limites. Limites históricos e sociais: ela é recente e nasceu em um contexto dado; sua adaptação não é irrestrita; sua inserção na estrutura social possui consequências e idiosincrasias. Limites lógicos e técnicos: a indústria padroniza, repete, torna homogêneo; ela se choca em algum momento com a diversidade, nem que seja por não poder, sem perda da escala e suas vantagens, lidar flexivelmente com a diversidade natural. Limites ambientais: os ciclos industriais se interligam de modo restrito no metabolismo do mundo natural; as intervenções industriais e aquelas submetidas à lógica industrial tem um elevado potencial de criação de entropia, de criação de matéria e energia desorganizada. Por tudo isso, é necessário se interrogar sobre quais formas de mediação alternativas podem ser introduzidas ou recuperadas na relação sociedade e natureza. Ora, a mediação privilegiada que os homens criaram desde os primeiros passos da vida social sedentária é o assentamento urbano, a cidade, a base urbana. A percepção desse aspecto nos permitiu vislumbrar o meio e a vida urbana, inclusive no mundo contemporâneo, como mediação fundamental entre sociedade e natureza. A estrutura de mediação para criação de alternativas de desenvolvimento que se vislumbrou na construção desse trabalho é a base urbana e sua prática (ou antes, sua *práxis*<sup>138</sup>). A mediação urbana, mais do que a estrutura industrial e sua lógica, é suficientemente aberta à diferença e a multiplicidade, aspectos fundamentais para lidar com a diferença e a multiplicidade criadas pela vida natural na região tropical. Enquanto a indústria possui exigências dificilmente contornáveis de homogeneização, embora não possa se esgotar nelas, a prática urbana é constituída por algum nível de abertura para a diversidade e a criação de diferenças, especialmente em função dos elementos políticos intrínsecos à vida urbana. Por oposição ao caráter privado e técnico (codificado, fechado) da prática industrial, o cotidiano e a prática urbana são (potencialmente) formados por agentes, necessidades, lugares e conhecimentos múltiplos o suficiente para dialogar com a diversidade natural.

---

<sup>138</sup> Ver Lefebvre (1979)

***Quanto aos resultados alternativos alcançados ou possíveis:*** os resultados das alternativas de desenvolvimento podem substituir completamente aqueles que o desenvolvimento baseado na difusão e intensificação do enfoque industrial tem construído? Possivelmente não. Aqui, a ideia de *superação* – ultrapassagem que inclui em termos relativos o que se ultrapassa sem reduzir-se a ele – do enfoque industrial é fundamental. Mas então o que se acrescenta? O que um enfoque alternativo ao industrial para o desenvolvimento na Amazônia acrescenta ao debate sobre o desenvolvimento? Na perspectiva discutida neste trabalho o que se acrescenta, ou antes, o que se redescobre, é a possibilidade de recuperar, sob o brilho (cegante) do enfoque industrial, a conexão pela prática urbana dos ciclos de reprodução social e os ciclos de reprodução da natureza.

Foi esse processo que chamamos no trabalho de *socialização da natureza*. Fizemos isto menos com a preocupação de criar um conceito do que com o intuito de nomear um processo existente ou possível, e então abrir a possibilidade de que seja mobilizado no debate. Como se disse acima, o que se vislumbra é que existiu nas sociedades pré-industriais uma visão mais ou menos clara de que a natureza é uma grande força produtiva. Além disso, houve clareza de que o assentamento urbano, a cidade, foi o lugar no qual essa força se articulava com o ciclo da produção e reprodução social, criando as condições materiais e culturais de existência da sociedade, mesmo quando a atividade produtiva se localizava fora da própria cidade como na agricultura e pecuária. Ainda assim, é difícil imaginar que sem os dispositivos de articulação, adensamento, transmissão, legitimação e enriquecimento da vida urbana essas atividades aparentemente não urbanas, como a agricultura, e criação de animais, houvessem se diversificado, aprofundado e multiplicado suas dimensões.

Essa ideia também quer recuperar no conceito de desenvolvimento a dimensão da realização do ser a partir de dentro: da manifestação progressiva das potencialidades (Paula, 2011): a dimensão da endogeneidade. Esse caráter endógeno não se confunde de forma alguma com o isolamento e o fechamento. Ao contrário. O que se vislumbra é o aprofundamento dos laços entre os recursos que se detém e, uma vez percebida a centralidade da construção e reconstrução interna e local-regional de significados sociais para esses recursos, se possa continuamente abrir possibilidades de intercâmbio com outros locais e regiões. O que se vislumbra com o fortalecimento do caráter endógeno das relações entre natureza e vida urbana é a rejeição da armadilha da

mobilização externa, contida na hipertrofia das relações externas. Dessa maneira, rejeitar a dependência e a mistificação do comércio “externo” como direção exclusiva. Menos ainda se quer negar a força das estruturas macrossociais e macroeconômicas, como se tudo dependesse de gestos de vontade e de decisões locais.<sup>139</sup>

### *Limites e interdições ao desenvolvimento como socialização da natureza na Amazônia*

Se os recursos naturais e sociais existentes na Amazônia podem abrir portas para que a expansão do universo econômico se dê com enriquecimento mútuo entre vida social e natural, porque a região tem se mantido encerrada em rodadas de crescimento do aparato econômico que são ao mesmo tempo a degradação do natural e um aprofundamento do subdesenvolvimento? Não tivemos como meta formular essa resposta, embora possa se dizer algo a respeito, nos limites do que foi debatido acima, sobre as alternativas de desenvolvimento, sem pretender esgotar a complexidade da questão. O trajeto de pesquisa realizado permitiu, porém, que se percebessem dois conjuntos de questões.

A colonialidade – do saber, do poder, do ser (Quijano1998) – como persistência de relações coloniais que ultrapassam o fim do aparato colonial, tem papel fundamental na *interdição* das relações emancipatórias entre sociedade e natureza nas regiões ex-colônias. Isso particularmente naquelas que, como a Amazônia, foram classificadas mais claramente como inadequadas ou mesmo inviáveis para o desenvolvimento humano e social. Em um movimento paradoxal, os cinco séculos de colonialismo habilitaram as sociedades europeias a atingir um adensamento sem precedentes de sua experiência e seu aprendizado na relação com o mundo natural e social em todo o planeta. Esse mesmo processo, o colonialismo, degradou decisivamente a relação entre natureza e sociedade nas sociedades colonizadas. Por diversos processos que discutimos acima (Capítulo 2) os vínculos milenares construídos por essas sociedades entre seus ciclos sociais e os ciclos da natureza e inseridos no cotidiano foram destruídos ou invisibilizados. Foram classificados como superstição ou magia e subalternizados diante do conhecimento ocidental válido – a ciência, a técnica, etc. (Santos 1987). Isso

---

<sup>139</sup> Brandão (2007) esclarece suficientemente esses riscos. Se esse debate não foi feito aqui, foi menos por se querer ignorá-lo ou considerá-lo menor do que por necessidade de circunscrição do objeto do trabalho.

inclusive quando e onde o conhecimento ocidental foi diretamente devedor, senão totalmente baseado na prática ancestral dos povos coloniais (Alvares 1979).

Por meio da destruição de grupos e indivíduos, ambientes ou epistemologias a prática colonial introduziu descontinuidade entre o patrimônio cultural e técnico tradicional e o cotidiano moderno e contemporâneo. Também degradou o cotidiano e a reprodução, rebaixando a humanidade de indivíduos e grupos submetidos à escravidão, assim como as sociedades como o Brasil, em que a ética escravista se incorporou de modo profundo na estrutura social. Por meio da hipertrofia da dimensão externa das economias periféricas e pela superimposição da lógica industrial, diluiu e empobreceu o cotidiano e a habilidade para a formulação de respostas originais para problemas específicos, aspecto chave para o desenvolvimento de fato, endógeno, segundo Furtado (1978).

Essa realidade pesa enormemente sobre a Amazônia e sobre as possibilidades de desenvolvimento alternativo, definidas acima. Ela interdita a socialização da natureza como um caminho para o desenvolvimento, impondo invisibilidade, precariedade e ilegitimidade dos ensaios de desenvolvimento baseados numa relação entre sociedade e natureza não circunscritas ao enfoque industrial.

Além e ao lado da colonialidade, há o fato decisivo de que o mundo moderno (e contemporâneo) tenha como fato organizador a industrialização (Lefebvre 2008). No curso dessa transformação, a industrialização transformou a realidade urbana completamente, a ponto de desaparecer a cidade nos termos em que ela existiu nos dez mil anos anteriores. A entrada da indústria implodiu-explodiu a cidade, espalhando pelo espaço o que antes lhe foi característico e dispersando seus elementos para longe do “recipiente urbano”. A experiência urbana foi ao mesmo tempo agigantada e empobrecida, embora não da mesma forma em toda parte. A cidade havia sido a o lugar da tríade-urbana: festa-poder-excedente (Monte-Mór 2004). Embora não de forma absoluta nem definitiva, a industrialização amputou a riqueza da vida urbana, essa tríade, que articulava a vida social dentro e em torno da cidade, foi radicalmente empobrecida em muitos lugares e adensada ao infinito em outras.

Esse processo, aliás, não é isolado do próprio colonialismo e da colonialidade: uma das amputações que a vida urbana sofreu amplamente foi a perda de seu sentido endógeno, seu caráter de centro voltado para si, criado para e pelo enriquecimento da relação com

o entorno. A colonialidade é, entre outras coisas, um feixe de heteronomias que prende a vida social na dependência e na produção da própria subalternidade.

Porém, a implosão-implosão fez surgir outra estrutura espacial, o *urbano*, novo substantivo e não apenas adjetivo da cidade, síntese dialética entre a cidade e o campo (Monte-Mór 2007). O urbano ultrapassa a cidade e o industrial, a redução da vida urbana (estruturas, cotidiano, reprodução) a puro suporte da produção industrial. O urbano contém tanto a negatividade (colonial-industrial-capitalista) expressa na corrosão das condições de autonomia construídas na relação da cidade com os próprios recursos da sua região, quanto os germes da negação deste processo, de uma nova positividade dialética. Ele difunde as condições de produção e de consumo urbano industrial por toda parte, mas também leva consigo os germes da polis. O Urbano abre portas para a repolitização da reprodução e do cotidiano, no seio da urbanização extensiva que atinge territórios antes tidos como isolados e por isso pré-civis ou apolíticos porque afastados dos núcleos urbanos. Na Amazônia não por acaso coincidem nos anos 1980 a radicalização do ímpeto mercadológico e da lógica redutiva industrial, que aborda toda a região como fronteira de recursos naturais, e o surgimento e elevação a novo patamar dos projetos inversos, isto é, os projetos de recuperação da relação da natureza como criação dos meios locais e regionais de subsistência material, expressos e reconhecidos na mobilização política dos índios, dos povos extrativistas, das comunidades camponesas, dos movimentos sociais (urbanos), etc. (Monte-Mór 1994, 2006, 2011).

É talvez dentro deste movimento que a inserção contemporânea do açaí na economia urbana de Belém deve ser vista, pelo menos inicialmente. Trazido de suas raízes autóctones e mestiças, mantido como fundamento de relações sociais de domesticidade, reciprocidade e redistribuição e apenas marginalmente como item inserido no mercado de trocas, o consumo da polpa é apropriado por populações que “se urbanizam” – transferem-se do rural ao urbano (mas mantendo seus laços no novo urbano extensivo) e levam consigo seus hábitos, seus saberes, sua capacidade de interligar ciclos naturais e sociais. É em parte com base nesse terreno de sociobiodiversidade que se erige a economia do consumo da polpa do açaí em Belém.

*O aprendizado com a economia do açaí*

A Amazônia foi chamada por viajantes e naturalistas do séc. XIX de terra das palmeiras. A intensidade e diversidade que essas espécies têm na região é marcante. O açaí é uma entre as muitas espécies de palmeiras que os povos autóctones têm usado para fins sociais há mais de dez mil anos (Smith 2014). No entanto, nenhuma outra alcançou (ainda) tamanho êxito como fonte de mercadoria aceita e valorizada em mercados nacionais e internacionais.

O êxito do desenvolvimento da economia do açaí em Belém traz ao primeiro plano o papel da interação sociedade natureza como terreno da criação econômica. Além disso, a expansão dessa atividade aconteceu de maneira ligada a importantes funções de mediação urbana exercida pelo município de Belém. Nessa mediação pode-se perceber com clareza a importância do cotidiano e da reprodução, e também a importância dos laços entre o centro urbano e o estuário amazônico com um *hinterland* econômico e ecológico singular.

A importância e permanência das formas de integração econômica não mercadológicas (domesticidade, reciprocidade e redistribuição) na criação da economia do açaí é um aspecto fundamental (Polanyi 2012). O surgimento do consumo em grande escala em Belém; as técnicas de produção socialmente enraizadas; e a estrutura de beneficiamento e distribuição urbana são três aspectos que ilustram a possibilidade de enriquecimento mútuo entre vida urbana e recursos locais, e interligam também formas de integração econômica. Ao contrário de aparecerem como práticas estéreis, os meios de reprodução das populações do estuário se revelaram férteis como terreno de criação de opções de trabalho e renda, como fundamento de um uso econômico sólido em áreas não destruídas pela supressão do bioma e por fim, como possibilidade de inserção em dinâmicas econômicas não locais.

Essas, embora potencialmente mais arriscadas e subordinantes do que as relações locais e regionais – dada a escala das forças em atuação – são contrabalançadas pela própria existência de uma opção concreta de venda do produto no mercado local. O açaí é então um caso no qual a opção concreta colocada pelo mercado local faz possível aos produtores e comerciantes não subordinar-se completamente à lógica dos mercados mostrada como promissora, em contraposição à transformação da região em fronteira de matérias primas, (Costa 2012c; Becker 2013).



Esse caso existe, ao que parece, pelo fato de ter se formado com base na mobilização interna, e não externa, do recurso. Ao contrário do padrão histórico, o açaí não foi levado diretamente ao mercado externo e a partir daí produzido intensamente. Ao contrário, como se pode notar nos dados apresentados sobre a trajetória da produção, no caso do estado do Pará, principal produtor e exportador, nem mesmo houve uma ampliação significativa, que aconteceu de fato em outros estados da região. Isso sugere que o universo de técnicas de produção existentes localmente foi o esteio para a produção regional. Essa não se baseou na adoção de recursos industriais externos e sim na intensificação e na sofisticação do patrimônio cultural das populações ribeirinhas, enriquecido em seu diálogo com a base urbana de Belém.

É importante destacar que essas populações, que frequentemente continuam a ser tratadas como ‘meros extrativistas’, desenvolvem em verdade uma atividade singular de produção e seriam então mais apropriadamente chamadas, de cultivadores de floresta dada sua habilidade em técnicas eficazes de agrofloresta (Brondizio e Siqueira 1998, Brondizio et al 2002). No entanto, não parece razoável isolar essas habilidades e técnicas em seu caráter tradicional, rural ou ribeirinho. Se por um lado elas derivam da vivência cotidiana com os ciclos naturais da várzea e do estuário é difícil supor que não haja aí um crucial aprendizado cruzado desses produtores na lida também cotidiana com as condições de comercialização, processamento e consumo criadas em Belém desde os anos 1970.

Os agentes da economia do açaí criaram a partir de dentro – recursos locais, técnicas locais – uma estrutura para o funcionamento da atividade, incluindo o aparato técnico e comercial e os ensaios da produção de equipamentos de despolpa rápido. Têm sido, até hoje, capazes de manter também a singularidade do seu padrão de consumo, totalmente distinto do consumo externo, o que abre também portas específicas para criação e adensamento de novas cadeias derivadas da atividade.

A despeito da permanência de um nível importante de precariedade nas atividades do setor – característica partilhada com as numerosas atividades que tem lugar em Belém e se baseiam no uso de recursos regionais – a economia do açaí apresenta ensaios de criação de respostas locais que não se encontram com facilidade na economia amazônica. A dupla corrosão – da colonialidade e do enfoque industrial – sobre o cotidiano e a reprodução que discutimos acima como presente na Amazônia parece ter

sido atenuada no caso do açaí. A nosso ver, essa atenuação vem exatamente do fato de que o protagonismo industrial foi substituído pela mediação urbana e pela entrada do produto na vida econômica pela esfera da reprodução, que articulou ciclos sociais e ciclos naturais de forma criativa.

Veja-se por exemplo que os passos de criação técnica e econômica não foram dados em função da introdução de algum recurso incorporado na esfera da produção para atender a demandas externas, atender a necessidades de redução de custos para outras mercadorias.

*“Despite other potential industrial uses, such as paper pulp (trunk), oil (fruit/pulp), animal food (fruit/seed), and ink (fruit/pulp), there has been no significant commercial application of açaí besides heart of palm and fruit. (Brondizio et al 2002, p. 71).”*

Ao contrário a mobilização interna foi induzida pela necessidade local de solucionar a questão colocada na esfera da reprodução: a produção consumo urbano amplo de alimentos popularmente aceitos. Não foi a dinâmica industrial, mas as dinâmicas do cotidiano, num entretecimento entre a base urbana de Belém e seu hinterland, que suscitaram e criaram as condições para a expansão da economia do açaí. Por dinâmicas do cotidiano, queremos também referir aquela interação estreita apontada por Lefebvre entre ciclos do cotidiano e ciclos naturais; ciclos de reposição biológica da vida, vida humana e não humana: de um lado, bosques antropogênicos da *Euterpe Oleracea*, cheias e vazantes de rios e furos do estuário; de outro lado, ciclos de vida de famílias ribeirinhas, sazonalidades mercantis, ciclos de reprodução do investimento camponês centrado numa racionalidade reprodutiva singular (Costa 2012c).

Também não foram as soluções de grande escala que ofereceram soluções aos problemas da distribuição da produção. Essa solução surgiu inicialmente da flexibilidade dos pontos de açaí, centenas de micro lojas estabelecidas por trabalhadores por conta própria, e por isso mesmo uma lógica não refratária ao atendimento de necessidades básicas dos grupos aos quais frequentemente estes mesmos pertencem, grupos mestiços, de baixa renda, muitas vezes historicamente socialmente estigmatizados. Essa feliz conjunção de fatores na economia do açaí deu ocasião ao enfraquecimento das tendências muito comuns na região de esterilização do “trabalho velho amazônico” salvando-o e, ao contrário, gerando trabalho novo.

A recuperação e atualização do patrimônio de técnicas que os povos tradicionais criaram na Amazônia deve ser uma agenda central. O reconhecimento da experiência urbana anterior à chegada do colonizador europeu retira o entrave colocado pela suposta incompatibilidade entre vida urbana e natureza, que tem como pressuposto a natureza como estranha ou inversa à presença e ao trabalho humano. O conhecimento do papel civilizatório das populações pré-amazônicas colombianas construído por pesquisas arqueológicas, botânicas e antropológicas na Amazônia modifica-se rapidamente. Pesquisas demonstram que sociedades ameríndias viveram em assentamentos de grande escala e densidade. Demonstram também que essas sociedades atingiram um conhecimento extremamente elaborado sobre a floresta tropical e intervíram amplamente na sua (trans)formação. Selecionaram e cultivaram espécies vegetais às quais atribuíram sentido social e econômico; produziram intencionalmente solo fértil e cultivável – a terra preta amazônica; modificaram e mesmo enriqueceram a diversidade da vida na floresta e produziram formas espaciais específicas. Com base nessa experiência secular, tais povos criaram uma experiência cultural material e imaterial de grande expressão em termos artísticos (cerâmica), políticos (sociedades multilinguísticas, perspectivismo ameríndio) e materiais (terra preta, castanhais). Toda essa construção ultrapassa a aparência de anomalia e desajuste, se consideramos que se formou com base numa vida em assentamentos permanentes – cidades ameríndias – de existência multissecular.

Tal aprendizado social e criação de sentido econômico para a natureza, mesmo radicalmente dilapidada e empobrecida pelo colonizador, deu suporte a material e técnico à colonização europeia, e persistiu como base do uso econômico da floresta nos auge dos ciclos econômicos das especiarias (drogas do sertão), do cacau, da borracha, da castanha, entre outros.

A vida urbana na Amazônia, a despeito de sua expansão no séc. XX ter sido determinada pelas exigências da industrialização, continua a ter um diálogo intenso com a base natural regional, tanto no circuito superior quanto no inferior da economia, como definiu o geógrafo brasileiro Milton Santos (2008). O elevado nível de informalidade laboral na região evidencia o fato de que uma grande parte da população local vive à margem do mercado formal sem vender sua força de trabalho, e assim fora das relações sociais de produção capitalistas, parcialmente devido aos recursos naturais que pode

acessar e transformar em formas de sobrevivência, na mais das vezes de maneira muito precária.

A base urbana continua a funcionar com uma plataforma flexível e criativa de socialização dos recursos que fluem das grandes florestas e rios da região para dentro da vida urbana. Graças às suas tradições culturais – patrimônio de diversidade social regional – as populações amazônicas, em particular as mais pobres, têm mantido a capacidade de inserir recursos locais na vida econômica. Alimentos, fitoterápicos, materiais para construção civil, resinas, fibras, entre outros, tem entrado na vida econômica pelas portas do circuito inferior da economia e pela força da diversidade social, dirigindo-se à resolução de necessidades do mercado local e da vida urbana cotidiana. Ocasionalmente, algum destes artigos transita para o consumo de classes mais abastadas e para o mercado de exportação. Essa trajetória não adere totalmente ao caso padrão da economia primária exportadora, que é a criação quase totalmente exógena de valor econômico para recursos naturais locais, como a foi o caso emblemático da borracha. É essa a trajetória do açaí, uma alternativa ao modelo industrial capitalista tradicional.

Uma série de condições peculiares coloca o açaí como caso exemplar do processo que chamamos de *desenvolvimento como socialização da natureza*. Essas mesmas condições, acrescento, poderiam tornar a trajetória desse artigo da biodiversidade um caso cuja compreensão poderia servir como aprendizado para as relações entre urbanização, natureza e desenvolvimento na Amazônia.

O manejo e o consumo popular do açaí na região estuarina, e particularmente o grande mercado urbano de Belém mantiveram o açaí como uma atividade econômica permanente e forte por décadas. Sem atenção dos circuitos econômicos superiores, mais fortes e mais integrados aos mercados externos, a atividade se consolidou e se proveu de um universo técnico peculiar, baseado em técnicas e artefatos bastante originais. Numa economia dependente, que se abastece de técnica e tecnologia basicamente de maneira exógena, a incorporação econômica do açaí precisava ser exceção: não havia máquinas ou técnicas disponíveis para o manejo do fruto em lugar algum. O açaí é amazônico, ambientalmente e culturalmente, mas também, e até, tecnicamente. É também muito exigente em termos de trato na extração da polpa – pelo menos para o sofisticado gosto local, curiosamente sediado nas classes populares.

Dadas essas condições e a *negligencia salutar* a que foi relegada por algumas décadas, é notável que a socialização [contemporânea] do açaí tenha tido tempo e espaço para se afirmar à margem das pressões e barreiras que a economia de mercado capitalista periférica sofre e imprime à economia dos setores populares. É notável também que a indisponibilidade de um universo técnico *moderno* tenha preservado as formas de trabalho velho inerentes ao manejo do produto e que as reservas de consumo e gosto mais sofisticado e exigente tenham se mantido nas classes populares de Belém.

Quando a polpa se tornou um produto exportável no início dos anos 2000, o negócio de produção de açaí já possuía solido mercado local e regional, baseado no consumo popular. Esse fato lhe assegurou um mercado interno confiável *vis a vis* as incertezas típicas do mercado de exportação, e também um ensaio de desenvolvimento tecnológico de caráter endógeno. Os recursos conduzidos à economia urbana de Belém pelo negócio do açaí dão suporte a uma estrutura comercial e logística e uma notável cadeia de atividades, desde a coleta do fruto nas comunidades ribeirinhas na área insular da cidade, à navegação fluvial. A comercialização de açaí no atacado e no varejo é ligada a um universo de conhecimento tácito peculiar à região. Este é ainda muito pouco codificado, portanto transmitido em relações de oralidade e face a face dependentes da cena urbana da capital paraense. Todos estes aspectos reforçam os aspectos endógenos da cadeia produtiva do açaí, embora o produto ganhe progressivamente expressão nos mercados externos.

Trata-se de uma espécie de grande especificidade regional, cujas qualidades em termos de sabor e rendimento têm determinantes ambientais reconhecidas. Logo, ainda que se torne adaptável à produção em monocultura – já em curso – o açaí é uma cultura cuja vinculação com a especificidade do território estuarino pode ser fonte de valor econômico. A criação e expansão dessa cadeia de valor depende de suas relações com elementos industriais, mas não são totalmente dependentes da industrialização. O quadro natural e a base urbana fornecem uma plataforma básica e flexível que pode ser ainda bastante adensada e sofisticada, embora seja crucial levar adiante os ganhos legados pela organização e pela técnica pré-capitalista. Para tanto, é essencial reconhecer a legitimidade e do “trabalho velho amazônico”. Reconhecê-lo como terreno fértil de onde a criação econômica tem acontecido, mas principalmente de onde deve partir para a criação de trabalho novo, o que significa levar a sério o universo técnico tradicional e não trata-lo como recurso provisório a ser substituído por rodadas de

progresso técnico que viriam de algum agente externo. Todo esse movimento depende em parte de uma progressiva retirada da precariedade e alienação do cotidiano, como fonte de criação econômica. Depende de um aprendizado ou pela sistematização e organização de muito conhecimento tácito que já se possui sobre a base natural, ações que não passam necessariamente por estruturas capital intensivas ou high-tech.

A cultura (e a economia) do açaí reúne(m) um conjunto de condições muito ligadas ao conjunto de aspectos que vimos de destacar como decorrentes da ligação entre base urbana e natureza. Ela pode ser também fonte de aprendizado e organização institucional e logística para se assegurar movimentos que tragam para o universo econômico e social das economias urbano-regionais da Amazônia um fluxo consistente de artigos oriundos da biodiversidade, voltados para o atendimento das necessidades locais e passíveis de enriquecimento de bases exportadoras. Pode significar um ensaio rumo à criação de rodadas de desenvolvimento por socialização da natureza com base na plataforma urbana.

## Referências Bibliográficas

- ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter A. Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. Annablume, 2006.
- AGARWALA, A.N., SINGH, S.P. A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, 2010.
- AIKHENVALD, Alexandra Y. Languages of the Amazon. Oxford University Press, 2012.
- ALBUQUERQUE, E. et alli. A distribuição espacial da produção científica e tecnológica brasileira: uma descrição de estatísticas de produção local de patentes e artigos científicos. Revista Brasileira de Inovação, v. 1, n. 2, p. 225-251, 2002.
- ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. Inadequacy of technology and innovation systems at the periphery. Cambridge Journal of Economics, v. 31, n. 5, p. 669-690, 2007.
- ALEXANDRE, Deise; CUNHA, Rosiane L.; HUBINGER, Miriam D. Conservação do açaí pela tecnologia de obstáculos. Ciência e tecnologia de Alimentos, v. 24, n. 1, p. 114-119, 2004.
- ALMEIDA, C.V.P. inovações tecnológicas das máquinas, equipamentos e utensílios utilizados na produção artesanal de açaí. Monografia Bacharelado, Ciências Econômicas, UFPA, Belém, 2015.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. O diretório dos índios. Brasília: Ed. UnB, 1997.
- ALVARES, Claude Alphonso. Homo Faber: Technology and Culture in India, China and the West, 1500-1972. Allied Publishers Private, 1979.
- ANSTEY, Vera. The economic development of India. Longmans, Green, and Co., 1931.
- ARAMBURU, Mikel. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, p. 82-99, 1994.
- ARAÚJO, Veneziano de Castro. Dimensão local da inovação no Brasil: determinantes e efeitos de proximidade. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.

- ARGAN, G. C. História da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ARNDT, Heinz Wolfgang. Economic development: a semantic history. *Economic Development and Cultural Change*, v. 29, n. 3, p. 457-466, 1981.
- BAIROCH, P.; Braider, C. Cities and economic development: from the dawn of history to the present. University of Chicago Press, 1991.
- BALÉE, William L.; ERICKSON, Clark L. Time and complexity in historical ecology: studies in the neotropical lowlands. Columbia University Press, 2006.
- BAPTISTA, E. R. Movelaria de cipó titica em Belém do Pará: origens, evolução e uso. In: SIMONIAN, L. T. L. Belém do Pará: história, cultura e sociedade. Editora da NAEA, 2010.
- BECKER, B. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. In: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições. CGEE, Brasília, 2009.
- BECKER, B. Síntese da produção científica em ciências humanas na Amazônia: 1990-2002, Brasília, CGEE, 2004.
- BERMAN, Marshall. *Aventuras no marxismo*. Editora Companhia das Letras, 2001.
- BIANCHI, A. M. For Different Audiences, Different Arguments: Economic Rhetoric at the Beginning of the Latin American School. *Journal of the History of Economic Thought*, 24(3), 2002.
- BIANCHI, A. M. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, v. 16, n. 2-30, p. 131-150, 2007.
- BRANDÃO, Carlos. Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local eo global. Editora da Unicamp, 2007.
- BRASIL. Presidência da República. Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Brasília: MMA, 2008.
- BRAUDEL, F. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2005.



BRONDIZIO, E. S. From staple to fashion food: shifting cycles and shifting opportunities in the development of açai palm fruit economy in the Brazilian estuary. *Working Forests in the Neotropics: Conservation through sustainable management*, p. 339-365, 2004.

BRONDÍZIO, E. S. Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos numa perspectiva comparada. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter A. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. Annablume, 2006.

BRONDÍZIO, Eduardo S.; SAFAR, Carolina AM; SIQUEIRA, Andréa D. The urban market of açai fruit (*Euterpe oleracea* Mart.) and rural land use change: ethnographic insights into the role of price and land tenure constraining agricultural choices in the Amazon estuary. *Urban ecosystems*, v. 6, n. 1, p. 67-97, 2002.

BRONDÍZIO, Eduardo S.; SIQUEIRA, Andrea D. From extractivists to forest farmers: changing concepts of caboclo agroforestry in the Amazon estuary. *Research in Economic Anthropology*, v. 18, p. 233-280, 1997.

BROSWIMMER, Franz. "Botanical imperialism: The stewardship of plant genetic resources in the third world." *Critical Sociology* 18.1 (1991): 3-17.

CAFFENTZIS, G. On the notion of a crisis of social reproduction: a theoretical review. *The Commoner*, n.5, Autumn 2002. Disponível em <http://www.commoner.org.uk/?p=9>.

CALAÇA, Manoel. *Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no cerrado*. 2010.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; NETO, Raul da Silva Ventura. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. *Cadernos Metrópole.*, v. 15, n. 29, p. 55-75, 2013.

CARDOSO, D. M. Recursos florestais e sua transformação em cultura na cidade: reconstituindo significados. In: Simonian, Ligia Terezinha Lopes. *Belém do Pará: história, cultura e sociedade*. Editora da NAEA, 2010.

CARDOSO, F.H., FALETTO, E. Dependencia y desarrollo en América Latina; ensayo de interpretación sociológica; Siglo XXI, 1969.

CASTELLS, M. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- CASTRO, E. M. R. (Org.). Belém de águas e ilhas. Belém, Ed. CEJUP, 2006.
- CASTRO, E.; SANTOS, M. A.. Belém de água e de portos: ação do Estado e a modernização na superfície. In: Belém de águas e ilhas. Belém: CEJUP, p. 25-43, 2006.
- CHANG, H. Chutando a escada: estratégias do desenvolvimento um uma perspectiva histórica. Editora UNESP, São Paulo, 2004.
- CLEMENT, C. R. 1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources. I. The relation between domestication and human population decline. *Economic Botany*, v. 53, n. 2, p. 188-202, 1999.
- CLEMENT, Charles R. et al. Origin and domestication of native Amazonian crops. *Diversity*, v. 2, n. 1, p. 72-106, 2010.
- COHEN, W. M., LEVINTHAL, D. A. Innovation and learning: the twofaces of R&D. *Economic Journal*, v. 99, n. 397, p. 569, 1989.
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Proposta de Preços Mínimos. Companhia Nacional de Abastecimento – V.1. Brasília: Conab, 2015.
- CORRÊA, R. L . O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.
- COSTA, F. A. *Path dependency* e a transformação agrária do bioma amazônico: o sentido econômico das copeiras para o desenvolvimento sustentável. *Novos Cadernos do Naea*, v. 7, n. 2, p. 109-158, 2004.
- COSTA, F. de A. A agropecuária na economia de várzea da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável . *Coleção Economia Política da Amazônia*, Belém, NAEA, 2013.
- COSTA, F. de A. Elementos para uma economia política da Amazônia. Belém, NAEA, *Coleção Economia Política da Amazônia*. 2012c.
- COSTA, F. de A. Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável. *Coleção Economia Política da Amazônia*, Belém, NAEA, 2012.
- COSTA, F. de A. Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720 - 1970). *Coleção Economia Política da Amazônia*, Belém, NAEA, 2012b.

- COSTA, F. de A. Grande Capital e Agricultura na Amazônia: O projeto Ford no Tapajós. Coleção Economia Política da Amazônia, Belém, NAEA, 2012a.
- COSTA, F.A. Mercado de terras e trajetórias tecnológicas na Amazônia. Economia e Sociedade, v. 21, n. 2; Campinas, 2012.
- COSTA, F.A. O Açaí do Grão-Pará: Arranjos Produtivos e Economia Local - Estruturação e Dinâmica (1995-2011). Tese Professor Titular. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA, Belém, PA, 2016.
- COSTA, F.A. Trajetórias Tecnológicas como Objeto de Política de Conhecimento para a Amazônia. Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro, 8 (1), 2009.
- CROSBY, A. W. Ecological imperialism. na, 1986.
- CRUZ, E.. O Ver-o-Pêso: um capítulo da história colonial do Pará. Revista de História, São Paulo, v. XXIV, n. 50, p. 519-526, 2º trimestre 1962. Disponível em: <http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/050/A014N050.pdf>. Acesso em 30 março, 2017.
- CUNHA, A. M., BRITTO, G. Domination and Collective Creation or Creativity and Dependence:parallels between the thought of François Perroux and Celso Furtado. Colloque ISMEA, 2012. Disponível em <https://goo.gl/liolyg>.
- CUNHA, Euclides da. Um paraíso perdido: Ensaios amazônicos. Edicoes do Senadoo Federal, Brasília, 2009.
- DE JANVRY, A. The agrarian question and reformism in Latin America. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.
- DEAN, W. O. Brasil e a Luta pela Borracha. São Paulo, Nobel, 1989.
- DEANE, Phyllis; GADELHA, Meton Porto. A revolução industrial. Zahar editores, 1973.
- DENEVAN, W. Cultivated Landscapes of Native Amazonia and the Andes. Oxford: Oxford Univ. Press, 2001.
- DINIZ, C.C A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. Texto para Discussão n. 159. Belo Horizonte, Cedeplar-UFMG, 2001. Disponível em "http://www.cedeplar.ufmg.br.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Nova economia*, v. 19, n. 2, p. 227-249, 2009.

DOS SANTOS, U. P., CALIARI, T. "Distribuição espacial das estruturas de apoio às atividades tecnológicas no Brasil: uma análise multivariada para as cinquenta maiores microrregiões do País." *Anais do XXXVIII Encontro Nacional de Economia*. ANPEC- Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia, 2011.

DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories. In: *Revista Brasileira de Inovações*, v. 5, n.1, 2006.

DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. *Research policy*, 11(3), 1982.

DUARTE, R. Mímesis e racionalidade: a concepção de domínio da natureza em Theodor W. Adorno. São Paulo. Edições Loyola, 1993.

ESCOBAR, A.. *Encountering development: the making and unmaking of the third world*. Princeton. New Jersey, 1995.

ESTEVA, G. Development. In: SACHS, W.. *Development Dictionary, The: A Guide to Knowledge as Power*. Zed Book, N York, 2010.

FAUSTO, Carlos. *Os Índios antes do Brasil*. Zahar, 2000.

FEARNSIDE, P. M. Impacts of Brazil's Madeira River dams: Unlearned lessons for hydroelectric development in Amazonia. *Environmental Science & Policy*, v. 38, p. 164-172, 2014.

FEARNSIDE, P. M. Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil. *Environmental Conservation*, v. 28, n. 01, p. 23-38, 2001.

FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e conseqüências. *Megadiversidade*, v. 1, n. 1, p. 113-123, 2005.

Federal do Pará, Belém, 2008.

FERREIRA, M.R. *A ferrovia do diabo*. Melhoramentos, 2005.

FERREIRA, Renata Trotta Barroso et al. *Transmissão oral da doença de Chagas pelo consumo de açaí: um desafio para a Vigilância Sanitária*. 2014.

- FLEURY, J.; FERREIRA, A. Ver-o-Peso da Cidade: O mercado, a carne e a cidade no final do século XIX. *Revista Estudos Amazônicos*, VI (1), p. 100-116, 2011.
- FLIKSCHUH, Katrin; YPI, Lea. ( eds.). *Kant and colonialism: historical and critical perspectives*. OUP Oxford, 2014.
- FOLEY, Jonathan A. et al. Amazonia revealed: forest degradation and loss of ecosystem goods and services in the Amazon Basin. *Frontiers in Ecology and the Environment*, v. 5, n. 1, p. 25-32, 2007.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Editora Record, 2005.
- FRANK, A. G. Desenvolvimento do Subdesenvolvimento. In: Pereira, L. (organizador). *Urbanização e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro. Zahar, 1969.
- FREEMAN, C.; SOETE, L. *A economia da inovação industrial*. Editora da UNICAMP, 2008.
- FRIEDMANN, J. *Planning in the public domain. From the knowledge to action*. Princeton Press. New Jersey, 1991.
- FRIEDMANN, J. *Life Space and Economic Space: Essays in Third World Planning*. Transaction Books Brunswick, NJ, 2002.
- FRIEDMANN, John; WOLFF, Goetz. World city formation: an agenda for research and action. *International journal of urban and regional research*, v. 6, n. 3, p. 309-344, 1982.
- FURTADO, C. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. Companhia Editora Nacional, 1980.
- FURTADO, C. *Prefácio a Nova Economia Política*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.
- FURTADO, C.. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo, Cia das Letras, 2007.
- FURTADO, C.. *Pequena introdução ao desenvolvimento. Um enfoque interdisciplinar*. São Paulo, Editora Nacional, 1981.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FURTADO, Celso;. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: (Primeira Edição 1961) Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

FURTADO, L. G.; SOUSA, M. A. M. Belém, ocupação humana e uso de recursos no estuário. Belém de águas e Ilhas, p. 161-178, 2006.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. The entropy law and the economic problem. Harvard University, Harvard, 1971.

GONÇALVES, Eduardo. O padrão espacial da atividade inovadora brasileira: uma análise exploratória. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 37, n. 2, p. 405-433, 2007.

GROVE, Richard H. Green imperialism: colonial expansion, tropical island Edens and the origins of environmentalism, 1600-1860. Cambridge University Press, 1996.

HARVEY, D Introdução. In: A justiça social e a cidade. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HARVEY, D, and Rubens Enderle. *Para entender O capital: livro II e III*. Boitempo, 2014.

HARVEY, D. Espaços de esperança. Edições Loyola, 2000.

HARVEY, D. O ajuste espacial: Hegel, Von Thunen, Marx. In: A produção do espaço capitalista. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. Boitempo Editorial, 2010.

HARVEY, D.O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. O urbanismo e a cidade. In: A justiça social e a cidade. São Paulo: HUCITEC, 1980a.

HÉBETTE, J. O cerco está se fechando. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

HECHT, S., COCKBURN, A. (1989). The fate of the forest: developers, destroyers and defenders of the Amazon. Londres, Verso.

HECKENBERGER, M. J. et al. Amazonia 1492: pristine forest or cultural parkland?. Science, v. 301, n. 5640, p. 1710-1714, 2003.

HECKENBERGER, M. J. Lost cities of the Amazon. Scientific American, v. 301, n. 4, p. 64-71, 2009.

- HECKENBERGER, M. J. The enigma of the great cities: body and state in Amazonia. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 1, n. 1, p. 3, 2003a.
- HECKENBERGER, M. The ecology of power: culture, place, and personhood in the southern Amazon, AD 1000-2000. Psychology Press, 2005.
- HECKENBERGER, M. Tropical Garden Cities: archaeology and memory in the Southern Amazon. *Revista Cadernos do Ceom*, v. 26, n. 38, p. 185-207, 2013.
- HECKENBERGER, Michael J. et al. Pre-Columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon. *Science*, v. 321, n. 5893, p. 1214-1217, 2008.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história. Edições 70, 1995.
- HEILBRONER, Robert L. "Economics and political economy: Marx, Keynes, and Schumpeter." *Journal of Economic Issues* 18.3 (1984): 681-695.
- HEMMING, J. Fronteira amazônica: a derrota dos índios brasileiros. Edusp, São Paulo, 2009.
- HEMMING, J. Ouro vermelho. A conquista dos índios brasileiros. Edusp, São Paulo, 2007.
- HIRSCHMAN, A. Industrialization and its manifold discontents: West, East and South. *World Development*, v. 20, n. 9, p. 1225-1232, 1992.
- HIRSCHMAN, A. Saída voz e lealdade. São Paulo: Perspectivas, 1973.
- HIRSCHMAN, A. Transmissão Inter-Regional e Internacional do Crescimento Econômico In: Schwartzman, J. (Org). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.
- HIRSCHMAN, Albert O. The political economy of import-substituting industrialization in Latin America. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 82, n. 1, p. 1-32, 1968.
- HOBSBAWM, E. J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HOMMA, A.K.O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? *Estudos Avançados*, n. 26(74), USP, São Paulo, 2012.

HOMMA, AK.O. Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição? Estudos Avançados, n. 19(54), USP, São Paulo, 2005.

HOMMA, AK.O. et al Etnocultivo do jambu para abastecimento da cidade de Belém, estado do Pará. Amazônia: Ciencia & Desenvolvimento, v. 6, n. 12, Belém, 2011.

Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras/ João

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2008). Monitoramento da Cobertura Florestal da Amazônia por Satélites Sistemas PRODES, DETER, DEGRAD e QUEIMADAS 2007-2008. São José dos Campos.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2012). Monitoramento da floresta Amazônica brasileira por satélite. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes>>.

JACOBS, J. Cities and the Wealth of Nations. Harmondsworth,, UK: Penguin, 1984.

JACOBS, J. The economy of cities. Random House Inc., New York, 1969.

JUGLAR, Clément. Crises commerciales. Vve Berger-Levrault, 1863.

JUNQUEIRA, André Braga et al. Explorando a relação entre agrobiodiversidade e solos antrópicos no médio Rio Madeira, Amazonas, Brasil. Agrobiodiversidade no Brasil: experiências e caminhos da pesquisa. NUPEEA, Recife, p. 137-160, 2010.

KAZ, R. Maiores exportadores de açaí para os Estados Unidos querem investir no mercado brasileiro em 2013. O Globo. Disponível em <https://goo.gl/96vodf>. Acesso em 11/04/2017.

KENNEDY, David M. Freedom from fear: The American people in depression and war, 1929-1945. New York, Oxford University Press, 1999.

KONDRATIEV, Nikolai D. The major economic cycles. 1925.

KNOWLES, Lilian Charlotte Anne; KNOWLES, Charles Matthew. The economic development of the British overseas empire. Taylor & Francis, 1924.

KUZNETS, S. Os países subdesenvolvidos e a fase pré-industrial nos países avançados: uma tentativa de comparação. In: AGARWALA, A.N., SINGH, S.P. A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, 2010.



- KUZNETS, Simon Smith. Secular movements in production and prices: their nature and their bearing upon cyclical fluctuations. Houghton Mifflin, 1930.
- LANDES, David S. Prometeu desacorrentado transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época. Nova Fronteira, 1994.
- LAVAL, C.; DARDOT, P. Común: ensayo sobre la revolución en el siglo XXI. Editorial GEDISA, 2015.
- LEFEBVRE, H. The production of space. Oxford: Cambridge: Blackwell, 1991.
- LEFEBVRE, H. A cidade do capital. Rio de Janeiro, Editora DP&A, 1999.
- LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008b.
- LEFEBVRE, H. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991
- LEFEBVRE, H. Critique of everyday life. Vol. 2. Verso, 2002.
- LEFEBVRE, H. Espaço e política. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, H. Introdução à modernidade: prelúdios. Paz e Terra, 1969.
- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo, Editora Centauro, 2008a.
- LEFEBVRE, H. The production of space. Oxford: Cambridge: Blackwell, 1991.
- LEFEBVRE, H. The survival of capitalism. London, Allison and Busby, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. A práxis. In: Sociologia de Marx. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, p. 22-44, 1979.
- LEHMANN, J. et al. Amazonian Dark Earths: Origin, Properties, Management. Springer Science & Business Media, 2003.
- LEMOS, M.B. , MORO, S. DOMINGUES, E.P., RUIZ, R.M. A organização territorial da indústria no Brasil. In: Alberto De Negri, Mario Sergio Salerno, organizadores. — Brasília: IPEA, 2005.
- LEMOS, Mauricio B. Espaço e capital um estudo sobre a dinâmica centro X periferia.3 v. Tese (doutorado). Unicamp, Campinas, 1988.
- LEMOS, Mauricio B. Urbanização, terciarização e espaço. Texto para Discussão, no. 12; Cedeplar-UFMG. Belo Horizonte, 1982.

- LEWIS, W. A.. The theory of economic growth. Allen and Unwin, London, 1955.
- LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. (2009). Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Políticas Econômica no Pós-Guerra: o caso do Brasil. In: Anais do XIV Encontro Regional de Economia, Fortaleza.
- LIMA, M. D. Ver-o-Peso, patrimônio e práticas sociais: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade
- MACÊDO, S. C. F. Do que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém, 1850-1900. Ed. Alameda, São Paulo, 2014.
- MALLORQUÍN, C. Celso Furtado, um retrato intelectual. Rio de Janeiro, Xamã-Contraponto, 2005.
- MARTINS, José de Souza. A chegada do Estranho. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2008.
- MARX, K., ENGELS, F. Selected Works in Three Volumes (Moscow: Progress Publishers, 1969), 2:87.
- MASSEY, D. Spatial Divisions of Labor. Routledge, New York, 1984.
- MEDEIROS, J.F.S. As feiras livres em Belém (PA): dimensão geográfica e existência cotidiana. Dissertação de Mestrado, UFPA, Belém 2010.
- MEIER, G. M. The Formative Period. In: MEIER, G. M., SEERS, D. Pioneers in Development. Oxford University Press, 1984.
- MEIER, G. M., BALDWIN, R.. "Economic Development: Theory." History, Policy 2 (1957).
- MELLAART, J., MORTIMER W. Çatal Hüyük: a neolithic town in Anatolia. Vol. 51. London: Thames and Hudson, 1967.
- MELLO FRANCO, A. A. O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa: As origens brasileiras da teoria da bondade natural. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1937.

- MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Editora Brasiliense, 1982.
- MIGNOLO, W. (ed.). Capitalismo y geopolítica del conocimiento. El eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate internacional contemporáneo. Buenos Aires: Ediciones del Signo. 2001.
- MIGNOLO, W. Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Ediciones Akal. 2003
- MIGNOLO, W. La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa. 2007
- MONTE-MÓR, R. L. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. Feldman, S. e Fernandes, A. O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios. Editora UNESP. São Paulo, SP, 2007.
- MONTE-MÓR, R. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. COSTA, GM; COSTA, HSM & MONTE-MÓR, RL, p. 55-69, 2015.
- MONTE-MÓR, R.L.M (1994). Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: M. SANTOS, M. et al. eds. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur.
- MONTE-MÓR, R.L.M Espaço brasileiro, metrópoles e desenvolvimento econômico; desafios da RMBH. Transcrição de Palestra na Campanha Urbanicidade. Editado por SEDRU/Governo de Minas e CREA-MG. Belo Horizonte, 2009.
- MONTE-MÓR, R.L.M Formas e processos urbanos nas Reservas Extrativistas da Amazônia. In: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Soerguimento tecnológico e econômica do extrativismo na Amazônia – Brasília, 2011.
- MONTE-MÓR, R.L.M.A Relação Urbano-Rural no Brasil Contemporâneo. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, RS, 2004. Disponível em <https://goo.gl/GmWD9D>. Acesso em 16/01/2017.
- MONTE-MÓR, R.L.M. O que é o urbano, no mundo contemporâneo, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

- MONTENEGRO, Marina Regitz. Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. São Paulo: USP, 2011.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. (1999). Geografia crítica: a valorização do espaço. 4. ed. São Paulo: Hucitec.
- MORAES, R.R. "A navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha." Doutorado em desenvolvimento socioambiental. NAEA, Belém, 2007.
- MORAN, E. F. Through Amazonian eyes: The human ecology of Amazonian populations. University of Iowa Press, 1993.
- MORSE, Richard M. O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MOSELEY, Fred. "Marx's Method in Capital a Reexamination." (1993).
- MUMFORD, L. (2008). A cidade na historia. Suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo, Martins Fontes.
- MURRIETA, R.S. Diet and Subsistence: Changes in Three Caboclo Populations on Marajo Island, Amazonia, Brazil. M.A. Dissertation. Department of Anthropology, University of Colorado, Boulder, 1994.
- MYERS, Thomas P. et al. Historical perspectives on Amazonian dark earths. In: LEHMANN, J. et al. Amazonian Dark Earths: Origin, Properties, Management. Springer Science & Business Media, 2003.
- MYRDAL, G. Economic Theory and Underdeveloped Regions. London, Duckworth, 1957.
- NEVES, E. G. O velho eo novo na arqueologia amazônica. Revista USP, no. 44, São Paulo, 1999.
- PADMORE, George. Behind the Mau Mau. Phylon, v. 14, n. 4, p. 355-372, 1953.
- PARKER, E. "Cabocclization: The transformation of the Amerindian in Amazonia, 1615–1800." Studies in Third World Societies 29. Williamsburg-VA, 1985.

- PAULA, J. A. Notas sobre a economia da borracha no Brasil. Texto para Discussão; Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 1980.
- PAULA, J. A.. Desenvolvimento: tentativa de conceptualização. In: João Valdir Alves de Souza; Maria das Dores Pimentel Nogueira. (Org.). Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade. v. 1, p. 32-50. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2011.
- PAULA, J.A. O urbano como projeto, como crise e como promessa emancipatória. Síntese Revista de Filosofia 33(106), 2010.
- PÉREZ, C. Las nuevas tecnologías: una visión de conjunto. Estudios Internacionales, 1986.
- PERROUX, F. A economia do século XX. Herder, Lisboa, 1967.
- PERROUX, F. The domination effect and modern economic theory. Social Research, 1950.
- PINKUSFELD, C; G. BRITTO. Introdução. In: AGARWALA, A.N., SINGH, S.P. A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, 2010.
- POLANYI, K. A grande transformação. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.
- PONTE, R. X. Assahy-yukicé, iassaí, oyasaí, quasey, açãý, jussara, manaca, açáí, acay-berry: rizoma. Tese Doutorado, Ciências Sociais. Belém, UFPA 2013.
- PREBISCH, R.; MARTÍNEZ CABAÑAS, G. "El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas." El trimestre económico 16.63 (3): 347-431. México, D.F.; 1949.
- QUARESMA, Madson et al. Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial. PerCursos, v. 16, n. 32, p. 143-168, 2015.
- QUIJANO, A. "Colonialidad y Modernidad/Racionalidad". En: Heraclio Bonilla (comp.): Los Conquistados. 1492 y la población indígena de las Américas. Bogotá: FLACSO-Tercer Mundo. 1992.
- QUIJANO, A. "Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina". En: Edgardo Lander (ed.). La colonialidad del saber. Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, CLACSO. 2000.

- QUIJANO, A. "Colonialidad y clasificación social". En: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. 2007.
- QUIJANO, A. "Colonialidad, Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina". En: Anuario Mariateguiano, vol. IX, No. 9, pp.113-122. Lima: 1998
- RIBEIRO, D. "O povo brasileiro." São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RICARDO, D. Princípios de Política Econômica e Tributação. São Paulo: Abril Cultural, [1817] 1996.
- RISÉRIO, A. A cidade no Brasil. Editora 34, Rio de Janeiro, 2012.
- ROBERT, J. Production. In: SACHS, W. Development Dictionary, The: A Guide to Knowledge as Power. Orient Blackswan, 1995.
- ROBERTS, J.M. The Triumph Of The West: The Origin, Rise, and Legacy of Western Civilization, London: British Broadcasting Corporation, 1985.
- ROBINSON, Joan. *On re-reading Marx*. Students' Bookshops, 1953.
- RODRIGUES, C. I.; BORGES, M.T. Portos e feiras Relações comerciais e mediações culturais a beira do rio Guamá. Belém: Editora do NAEA-UFPA, 2014.
- RODRIGUES, C. I.; SILVA, L.J.D. ; MARTINS, R. F. . Mercados Populares em Belem: produção de sociabilidades e identidades em espaço urbano. 1. ed. Belem: Editora do NAEA-UFPA, 2014.
- RODRÍGUEZ, O. Estruturalismo latino-americano, O., and Octavio Rodríguez. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- ROGEZ, H. Açai: Preparo, composição, e melhoramento da conservação. Ed. UFPA, Belém, 2000.
- ROLIM, C.F.C. Espaço e região: retorno aos conceitos originais. In: ANPEC, X Encontro Nacional de Economia. Águas de São Pedro, 1982.
- ROOSEVELT, Anna C. Moundbuilders of the Amazon: geophysical archaeology on Marajo Island, Brazil. 1991.

- ROSTOW, W. W. Os Estágios do Crescimento Económico. In: AGARWALA, A.N., SINGH, S.P. A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, 2010.
- RUIZ RIVERA, Julián Bautista. La mita en los siglos XVI y XVII. Temas americanistas, 7, 1-20, 1990.
- SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. Editora Companhia das Letras, 2007.
- SANTOS, B. S. Meneses, M. P. Epistemologias do Sul. São Paulo, Cortez, 2010.
- SANTOS, G. V. Ir e vir contínuo: usos e sentidos do espaço urbano entre feirantes itinerantes em Belém. in: RODRIGUES, C. I.; BORGES, M.T. Portos e feiras. Relações comerciais e mediações culturais a beira do rio Guamá. Belém: Editora do NAEA-UFPA, 2014.
- SANTOS, M. "Metamorfoses do espaço habitado." São Paulo: Hucitec , 1988.
- SANTOS, M. "O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos." Coleção Milton Santos. Vol. 4. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, M. O trabalho do geógrafo no terceiro mundo. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, M. Por uma geografia nova: da crítica da geografia à geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2008.
- SASSEN, Saskia. The global city: New york, london, tokyo. Princeton University Press, 2001.
- SCHMIDT, M. J.; HECKENBERGER, M. J. Formação de Terra Preta na região do alto Xingu: resultados preliminares. As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: EDUA, p. 103-126, 2009.
- SCHMINK, M., WOOD, C. H. (1992). Contested frontiers in Amazonia. New York:

SCHOR, Tatiana et al. Do peixe com farinha à macarronada com frango: uma análise das transformações na rede urbana no Alto Solimões pela perspectiva dos padrões alimentares. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 24, 2015.

SCHUMPETER, J. A. *History of economic analysis*. Mark Perlman, 1986.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Business cycles*. New York: McGraw-Hill, 1939.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Trad. port., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SCOLES, R. Do Rio Madeira ao Rio Trombetas, novas evidências ecológicas e históricas da origem antrópica dos castanhais amazônicos. *Novos cadernos NAEA*, v. 14, n. 2, 2016.

SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Editora Record, 2015.

SISMONDI, J. C. L. *Nouveaux principes d'économie politique ou de la richesse dans ses rapports avec la population*. Paris: Delaunay, 1819. 2v.

SHEPARD, Glenn H.; RAMIREZ, Henri. "Made in Brazil": Human Dispersal of the Brazil Nut (*Bertholletia excelsa*, *Lecythidaceae*) in Ancient Amazonia. *Economic Botany*, v. 65, n. 1, p. 44-65, 2011.

SHIVA, V. *Monocultures, monopolies, myths and the masculinization of agriculture*. *Development*, v. 42, n. 2, p. 35-38, 1999.

SHIVA, V. *Resources*. In: SACHS, W. *Development Dictionary, The: A Guide to Knowledge as Power*. Orient Blackswan, 1995.

SILVA, H. (2008). *Aspectos demográficos associados à geração de resíduos sólidos domiciliares no município de Belo Horizonte, 2002*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, Cedeplar-UFMG.

SILVA, H., DINIZ, S., & FERREIRA, V. Circuitos da economia urbana e economia dos setores populares na fronteira amazônica: o cenário atual no sudeste do Pará. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 15(2), 2013.



- SILVA, H.; MONTE-MÓR, R.L.M (2010). Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu.
- SILVA, M. L. . Recursos Florestais e sua Transformação em Cultura na Cidade: Reconstituindo Significados. In: Ligia T.L. Simonian. (Org.). BELÉM DO PARÁ História, Cultura e Sociedade. 981ed.Belém: Editora do NAEA, 2010.
- SIMMONS, Ian Gordon. Changing the face of the earth: culture, environment, history. Basil Black, Oxford, 1989.
- SIMONIAN, L. T. L. Belém do Pará: história, cultura e sociedade. Editora da NAEA, 2010.
- SINGER, P. Economia política do trabalho. São Paulo: Hucitec, 1977.
- SMITH, Neil. "Desenvolvimento desigual." Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 25 (1988).
- SMITH, Nigel. Palms and People in the Amazon. Springer, 2014.
- SOARES-FILHO, Britaldo Silveira et al . Cenários de desmatamento para a Amazônia. Estud. av., São Paulo , v. 19, n. 54, p. 137-152, Aug. 2005 .
- SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro. J. Zahar, 1993.
- SOJA, E. W. Postmetropolis Critical studies of cities and regions. 2000.
- SOUZA, Marcos Felipe Sudré. A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano. Dissertacao de Mestrado em Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- STEWARD, J. H. South American cultures: An interpretive summary. In Comparative Ethnology of South American Indians, 669–772, vol. 5 of J. H. Steward, ed., Handbook of South American Indians. Bureau of American Ethnology Bulletin no. 143. Washington, 1949.
- TOYE, J. F. J.; TOYE, R. The origins and interpretation of the Prebisch-Singer thesis. History of political Economy 35.3, 437-467. Duke University Press, Durham, 2003.

URBISAMAZÔNIA (2010). Qual a Natureza do Urbano na Amazônia Contemporânea? O urbano extensivo e os circuitos da economia: o papel das redes na construção dos lugares e na configuração multi-escala do urbano amazônico. Apontamentos para um Diálogo com as Políticas Públicas Climáticas e Ambientais para a Região. Coordenação INPE e ITV-DS.

VIEIRA, I.C.G. et al . Deforestation and threats to the biodiversity of Amazonia. Braz. J. Biol., São Carlos , v. 68, n. 4, supl. p. 949-956, Nov. 2008.

WALLERSTEIN, I. (2001). Capitalismo histórico e civilização capitalista. Rio de Janeiro, Contraponto.

WHITEHEAD N. L. 1994. The ancient Amerindian polities of the Amazon, Orinoco, and the Atlantic coast: a preliminary analysis of their passage from antiquity to extinction.

WILLIAMS, O., NANDRIS, J. The Hungarian and Slovak sources of archaeological obsidian: an interim report on further fieldwork, with a note on tektites. *Journal of Archaeological Science* 4.3, 1977.

WILSON, Edward O. Diversidade da vida. Editora Companhia das Letras, 2012.

